



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA/PPGAU
MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

MARIA ÂNGELA BARREIROS CARDOSO

**CAMPO GRANDE DE SÃO PEDRO E IMEDIAÇÕES:
ORIGEM DO JARDIM PÚBLICO E DA ARBORIZAÇÃO URBANA EM
SALVADOR DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal
da Bahia como requisito parcial para a obtenção
do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dra. Maria Lucia Mendes
Araújo de Carvalho.

Salvador
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

C268 Cardoso, Maria Ângela Barreiros.

Campo Grande de São Pedro e imediações: origem do jardim público e da arborização urbana em Salvador da Bahia / Maria Ângela Barreiros Cardoso. 2015.

200 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lucia Mendes de Araújo Carvalho.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 2015.

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA ÂNGELA BARREIROS CARDOSO

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em: 17 de dezembro de 2015.

Prof. Dra. Maria Lucia Mendes Araújo de Carvalho – Orientadora:

Prof. Dr. Antônio Heliodório Sampaio (examinador interno):

Prof. Dr. Alberto Olivieri Freire de Carvalho (examinador externo – EBA-UFBA):

Prof. Dra. Angela Gordilho Souza (convidada):

Este trabalho se desenvolve a partir da percepção e discorre sobre a arte da reintegração entre o homem e a natureza; é dedicado àqueles que percebem a natureza como seu habitat e seu meio de sobrevivência, e, através da arte, desenvolvem o Paisagismo, recriam paisagens e reintegram o homem à natureza.

Temos a arte para não morrer da verdade.
(Friedrich Nietzsche)

AGRADECIMENTOS

A sabedoria da natureza é tal que não produz nada de supérfluo ou inútil. (Nicolau Copérnico).

À natureza em Deus:

No quintal da minha infância

À minha árvore genealógica:

Pais: Aristides e Hilda

Filhos: Joana e Tadeu

Netas: Elisa, Lara, Nina e Luna

À minha árvore de conhecimento:

Arilda Cardoso

M. Lúcia Carvalho

Heliodório Sampaio

Ângela Gordilho

Mário Mendonça

Alberto Olivieri

Ailton Ribeiro Jesus

Emilly Carvalho

Solange M. da Fonseca

Às raízes do conhecimento:

Universidade Federal da Bahia

Faculdade de Arquitetura

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

RESUMO

Em Salvador, na Praça do Campo Grande e Imediações, observa-se uma vegetação exuberante, ‘árvores antigas’ que proporcionam uma sensação acolhedora, aprazível, uma paisagem peculiar do século XIX, que faz parte da história da cidade. Essa percepção da qualificação urbana a partir da arborização pública e seus benefícios para o cidadão e sua relação com a natureza constituíram-se em objeto de investigação sobre esta paisagem peculiar, que, na origem, se remete à agricultura primitiva e ao processo civilizatório quando o homem se afasta do seu meio natural ‘*Natura Naturans*’, para o ambiente produzido, antropizado, *Natura Naturata*. A domesticação das plantas, o conhecimento das espécies vegetais e sua caracterização utilitária, bem como a possibilidade de aplicação nos jardins, praças e ruas das cidades modernas renascentistas, deram origem a teorias e práticas sobre a integração Arquitetura – Paisagismo – Arte, através da ‘*land art*’. No Iluminismo, a vegetação nativa ou cultivada se tornou uma importante fonte de recursos para o Império Português em suas bases políticas – ‘fisiocracia-salubridade-sociabilidade’ – e assim surge, no espaço de Salvador, a primeira experiência *land art* no Horto Botânico e Passeio Público (1803-1815). Esse espaço diferenciado se tornou em um estímulo para a expansão da cidade, para a abertura de vias de ligação entre o Distrito de São Pedro (tradicional) e o Distrito da Vitória (novo) onde se foi formando uma paisagem diferenciada, com ruas alargadas e arborizadas, recuos entre as casas, formando os jardins, sendo que o Campo Grande de São Pedro foi o espaço de mediação projetado segundo os conceitos do paisagismo inglês e onde ocorreu a primeira arborização pública de Salvador, no ano de 1853.

Palavras-chaves: Passeio Público de Salvador. Campo Grande de São Pedro. Paisagismo. Arborização Pública. História do Urbanismo na Bahia.

ABSTRACT

In Salvador, Campo Grande Square and surroundings, there is an exuberant vegetation, formed by 'mature trees' that provide a cozy feel, pleasant, a peculiar landscape from the nineteenth century, which is part of the history of the city. This perception of urban qualification from the public afforestation and its benefits for the city and its relationship with nature constituted in research object of this peculiar landscape, which in origin, refers to primitive agriculture and the caviling process when the man turns away from the wild 'Natura Naturans' produced for the environment, anthropic, 'Natura Naturata'. The domestication of plants, the knowledge of plant species and its utilitarian characterization, as well as the possibility of applying in the gardens, squares and streets of Renaissance modern cities, have given rise to theories and practices on Integration Architecture – Landscaping – Art, through 'land art'. In Iluminism, the native or cultivated vegetation has become an important source of funds for the Portuguese Empire in their political bases – 'physiocracy-health-sociality' – and so comes, in the city of Salvador, the first land art experience in the Orto Botanico and Public Garden (1803-1815). This unique space is turned into a stimulus for the expansion of the city, opening lines connecting the District of São Pedro (traditional) and the District of Victory (new) where it was forming a differentiated landscape with broad streets and forested, retreats between the houses, forming the gardens, and the Campo Grande de São Pedro was the mediation space planned according to English landscape concepts and where was the first public tree planting Salvador, in 1853.

Keywords: Salvador Public Walkway, Campo Grande de São Pedro, Landscaping, Public afforestation, History of Urbanism in Bahia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	– Esquema Gráfico da Formulação da ‘Coisa’ ou Fenômeno	15
Quadro 2	– Correlacionamento entre as etapas da pesquisa	26
Quadro 3	– Correlacionamento entre as teorias renascentistas	49
Quadro 4	– Vegetação da Chácara do Coronel Machado (1803)	88
Figura 1	– Ilustração da ‘Coisa’ ou Fenômeno sob o foco de observação indutivo	15
Figura 2	– Transformação sobre a paisagem	17
Figura 3	– Ilustração da criação do <i>locus</i> como local divino	21
Figura 4	– Agricultura Primitiva [Ásia, cultivo do arroz em terras baixas]	31
Figura 5	– Agricultura primitiva [Parque Arqueológico de Machu Picchu]	33
Figura 6 (a e b)	– Grécia Antiga [a: <i>Atrium</i> colunado; b: Acrópole de Atenas]	34
Figura 7	– Período greco-romano [Trecho da Vila Adriana, Tivoli, Itália]	36
Figura 8	– Idade Média (a e b) [a: Ponte Romana de Vila Formosa, Pt.; b: Mosteiro de Santo André, Amares, Pt.]	38
Figura 9	– Século XVI: Império Português [Principais rotas comerciais]	41
Figura 10	– Jardim Botânico de Pádua, Itália [Centro de Estudos e de Cultivo de Plantas do Convento de Santo Antônio de Pádua]	44
Figura 11	– Integração entre o conjunto monumento e a natureza [Cidade Medieval de Almeida, Portugal]	51
Figura 12	– Integração entre o monumento e a natureza (a/b) [a: Paço Medieval. Braga, Portugal; b: Villa Medici, Fiesole, Itália]	51
Figura 13	– Estilo italiano do Jardim sobre o <i>parterre</i> (a e b) [a: Vila Farnese, Capralora, Itália; b) Palácio de Fontainebleau, Paris]	53
Figura 14	– Estilo do paisagismo francês [Jardim de Versalhes, <i>Parterre au Nord. Promenade de Louis XIV</i>]	56
Figura 15	– Estilos do paisagismo inglês (a/b) [a: Water-Gate of York House, London, England; b: Stowe Landscape Gardens, England]	57
Figura 16	– Estilos do paisagismo inglês (a/b) [a: Stourhead House Stour, England; b: Crystal Palace, London, 1851]	59
Figura 17	– Estilo da Pintura naturalista Flamenga [“Descanso na Fuga para o Egito”, Patinir (1515-1516)]	60
Figura 18	– Estilo do paisagismo de fortificações renascentistas (a/b) [Praça Forte de Neuf-Brisach, França; b: Fortaleza de Bourtrange, Países Baixos]	62
Figura 19	– Estilo de paisagismo militar português [Fortaleza de Valença do Minho, Portugal (Sécs. XVI-XVII)]	62
Figura 20	– Salvador da Bahia: <i>Natura Naturans</i> (séc. XVII) – <i>Natura Naturata</i> (séculos XVIII e XIX) (a/b) [a: Salvador da Bahia, Algemeen Rÿksarchieff, 1636; b: Salvador da Bahia. Aquarela, Robert Pearce, 1819]	63
Figura 21	– Modelo iluminista português (a/b) [a: Praça do Comércio, por Joaquim Carneiro Silva, séc. XVIII; b: Passeio público de Lisboa (1764)]	68
Figura 22	– Passeio Público do Rio de Janeiro (a/b) [a: Plano geral do Mestre Valentim (1778); b: Portada do Passeio. Por Karl Von Therman, 1835]	70

Figura 23	– Mangueiras utilizadas na arborização pública em Belém	72
Figura 24	– Forte de Santo Antônio da Barra, Salvador, Bahia (séc. XVIII)	73
Figura 25	– Ocupação de Salvador no século XVIII (a/b) [a: Planta de Amédée François Frézier (1714); b: Planta de Jean Massé (1715)]	75
Figura 26	– Destaques: Mapas de Salvador, séculos XVII e XVIII (a/b/c) [a: [D-1] Rÿksarchief, 1636; b: [D-2] Frézier, 1714; c: [D-3] Massé (1715)]	75
Figura 27	– Cartas Temáticas Referenciais – <i>Natura Naturans</i> , século XVII	77
Figura 28	– Floresta Tropical Costeira (a/b) [a: Paisagem exterior; b: Paisagem interior]	78
Figura 29	– Cartas Temáticas Referenciais – <i>Natura Naturata</i> , século XVIII	79
Figura 30	– Prospecto da Cidade do Salvador no século XVIII	81
Figura 31	– Conformação paisagística de Salvador, século XVIII	84
Figura 32	– Símbolo da Monarquia no Brasil [Palma Mater, Jardim de Aclimação, Rio de Janeiro (1808)]	90
Figura 33	– Idealização iluminista realização neoclássica – Salvador da Bahia [Praça do Comércio, Salvador (1810)]	92
Figura 34	– Símbolo da Monarquia na Bahia (a/b) [a: Passeio visto da Colina por Landseer, 1820; b: Passeio visto da Baía por Galt, 1860]	93
Figura 35	– Integração entre Horto Botânico e Passeio Público [Alameda entre Horto (viveiro) e Passeio Público (<i>belvedere</i>)]....	96
Figura 36	– Ideal de Sociabilidade (a/b)[a: Mirante do Pôr do Sol, Guilherme Gaensly, Mirante do Pôr do Sol, Guilherme Gaensly, 1875; b: Cascata do Passeio Público, Castro y Ordoñez, 1862]	98
Figura 37	– Integração Arte Arquitetura e Paisagismo [Belvedere do Passeio Público de Salvador: Mirante do Por do Sol por Victor Frond, (1858)]	101
Figura 38	– Paisagem peculiar do Campo Grande de São Pedro [... por Jean Baptiste Debret, 1830]	102
Figura 39	– Cemitério dos Ingleses em Salvador (a/b) [a: British Cemetery, por Mulock (1860); b: British Cemetery, por Gaensly (1885)]	105
Figura 40	– Igreja Anglicana de Salvador (a/b) [a: Stourhead House, Templo de Flora (1745); b: British Church, por Gaensly (1885)]	107
Figura 41	– Paisagem e salubridade em Salvador [Rua Banco dos Ingleses, por Almeida & Irmão (cerca de 1870)]	109
Figura 42	– Modelo de <i>English Village</i> em Salvador [Hotel dos Estrangeiros no Campo de São Pedro, cerca de 1870]	112
Figura 43	– Horto Botânico e Passeio Público de Salvador por Victor Frond e Guilherme Gaensly, 1858]	115
Figura 44	– Cartas Temáticas Referenciais – <i>Natura Naturata</i> , século XIX	120
Figura 45	– Paisagem mista característica das encostas no século XIX [Encosta da Barra por Gansley, 1870]	121
Figura 46	– Implantação de ruas em Salvador (1845)	122
Figura 47	– Campo Grande de São Pedro, Século XIX [Mapa Topographico de S.Salvador – Carlos Weýll (APEB, s.d.)]	124
Figura 48	– Campo Grande e imediações, paisagem configurada – século XIX [Mappa Topographica da Cidade de São Salvador e seus subúrbios... por Carlos Augusto Weýll]	126

Figura 49	– Arborização pública de Salvador – século XIX [Planta de arborização do Campo Grande por Reverendo Eduardo Parker, 1853]	129
Figura 50	– Paisagem arborizada de Salvador – século XIX [O Campo Grande de São Pedro, por Guikherme Gaensly, 1870]	130
Figura 51	– Paisagem peculiar do Campo Grande – século XIX [O Campo Grande de São Pedro, por Guikherme Gaensly, 1870]	131
Figura 52	– Paisagística de Salvador – século XIX (a/b) [a: Campo Grande de São Pedro (Gaensly, 1870); b: Corredor da Vitória (Gaensly, 1870)]	133
Figura 53	– Paisagismo escalonado de Salvador – século XIX [Ladeira dos Aflitos, por Joseph Schleier]	134
Figura 54	– Sombreamento das árvores do pau-brasil [Praça do Campo Grande, Salvador, Bahia]	136

APÊNDICE A

Figura 55	– Mapa Topographico de S.Salvador (Carlos Wejll, [s.d.])	162
Figura 56	– Características Paisagísticas da Floresta Virgem [a/b]	166
Figura 57	– Paisagem ilustrada de Salvador no início do século XIX	169
Figura 58	– Caracterização da paisagem, século XIX	171
Tabela 1	– Curvas selecionadas para definir seus espaços intercalares (m) (séc. XVII)...	164
Tabela 2	– Representação da condutividade das águas de chuva: Método de Ordenação dos canais (séc. XVII)	165
Tabela 3	– Representação de ordens opostas de ocorrências com manifestação zonal: Método Cromático Qualitativo (séc. XVII)	165
Tabela 4	– Representação hipsométrica do relevo; método Isarítimo com Ordem de Valores Visuais Crescentes (colorido hipsométrico) (séc. XVIII)	167
Tabela 5	– Representação da condutividade das águas de chuva: Método de Ordenação dos canais (séc. XVIII)	167
Tabela 6	– Representação de ordens opostas de ocorrências com manifestação zonal: Método Corocromático Qualitativo (séc. XVIII)	167
Tabela 7	– Representação hipsométrica do relevo: método Isarítimo com Ordem de Valores Visuais Crescentes (colorido hipsométrico) (séc.XIX)	170
Tabela 8	– Representação da condutividade das águas de chuva; Método de Ordenação dos canais (séc. XIX)	170
Tabela 9	– Representação de ordens opostas de ocorrências com manifestação zonal; Método Cromático Qualitativo (séc. XIX)	170
Tabela 10	– representação de ordens de VIAS PÚBLICAS estruturantes da região do Campo Grande de São Pedro e imediações – montagem dos mapas M7, M8 (XIX) com o mapa M6 (Base SICAR – XX) (MANTIDA-MODIFICADA-DEMOLIDA)	173
Tabela 11	– Representação de ordens de Espaços Abertos de Uso Público da região do Campo Grande de São Pedro e imediações – montagem dos mapas M7, M8 (XIX) com o mapa M6 (Base SICAR – XX)	173

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	BASE ANALÍTICA α: DA ANTIGUIDADE AO RENASCIMENTO: TEORIAS E PRÁTICAS URBANAS.....	31
2.1	ANTIGUIDADE E IDADE MÉDIA.....	32
2.1.1	Agricultura e Arte.....	
2.1.2	Espécie Vegetal, Conhecimento e Utilitarismo.....	39
2.2	RENASCIMENTO: VEGETAÇÃO PRODUZIDA.....	44
2.2.1	Vegetação Moderna, Conhecimento e Possibilidades de Utilização.....	45
2.3	ARTE, ARQUITETURA E PAISAGISMO: TEORIAS e PRÁTICAS URBANAS	48
2.3.1	Paisagística do Renascimento italiano e seguimentos.....	50
2.3.2	Paisagística do Renascimento Flamengo e seguimentos.....	59
3	BASE ANALÍTICA β: BAHIA COLONIAL PORTUGUESA: ILUMINISMO E SALUBRIDADE.....	63
3.1	PORTUGAL E ILUMINISMO	64
3.1.1	Fisiocracia e Ciência.....	65
3.1.2	Arquitetura e Paisagismo: Práticas Urbanas.....	68
3.2	SALVADOR DA BAHIA, A GLÓRIA PORTUGUESA NO HEMISFÉRIO SUL	74
3.2.1	A Cidade se expande, a Paisagem se altera.....	74
3.2.2	A Paisagem se adequa aos Ideais da Ciência Moderna.....	76
3.2.2.1	<i>Elementos Referenciais Primários: Século XVII.....</i>	<i>77</i>
3.2.2.2	<i>Elementos Referenciais Antrópicos: Século XVIII.....</i>	<i>79</i>
3.2.3	Salubridade e Saúde Pública.....	82
3.3	D. JOÃO VI NO BRASIL: REFLEXOS SOBRE A PAISAGEM	85

3.3.1	O Horto Botânico de Salvador.....	87
3.4	INFLUÊNCIAS DO ESTILO NEOCLÁSSICO EM SALVADOR.....	91
3.4.1	O Passeio Público de Salvador.....	93
3.4.1.1	<i>A visita da missão austríaca.....</i>	98
4	BASE ANALÍTICA γ: CAMPO GRANDE E IMEDIAÇÕES: PAISAGEM E ARBORIZAÇÃO PÚBLICA.....	102
4.1	A PAISAGEM CONCILIADORA.....	103
4.2	A SALUBRIDADE URBANA NA VISÃO DOS VISITANTES NATURALISTAS.....	108
4.3	DO GROTÃO ÚMIDO AO CAMPO APLAINADO.....	116
4.4	INTERLIGAÇÕES URBANAS: DO CENTRO PARA A VITÓRIA.....	122
4.5	AS VIAS URBANAS CONSOLIDADAS – SÉCULO XIX.....	125
4.6	DO ESPAÇO CONQUISTADO À PAISAGEM PECULIAR.....	127
4.7	ARBORIZAÇÃO DO CAMPO GRANDE DE SÃO PEDRO.....	129
4.8	A PAISAGEM SE RECICLA.....	135
5	SÍNTESE CONCLUSIVA.....	137
	REFERÊNCIAS.....	146
	APÊNDICES.....	161

1 INTRODUÇÃO

[...] a percepção é uma atividade, um entender-se para o mundo. (YI-FU TUAN, 1980, p.14).

Esta dissertação investiga os movimentos e ações do ser humano que precederam e conduziram o processo da introdução da vegetação no meio urbano de Salvador da Bahia.

Sabemos que a ‘Cidade do Salvador’ foi fundada no Século XVI segundo o modelo ‘fortaleza medieval’, com nucleação principal murada, resguardada e protegida dos ‘silvícolas’. De acordo com o processo da civilização que usualmente se pesquisa em bibliografias clássicas, modernas e contemporâneas em contextualizações literárias ou científicas, os povos primitivos habitavam a ‘selva’, onde desenvolviam uma vida integrada com a natureza, por isso considerado quase como animais ‘selvagens’. Aqui buscamos analisar o retorno da vegetação que foi extinta no período da colonização portuguesa em Salvador, e como ocorreram as sementeiras e a obtenção de mudas necessárias para a nova composição paisagística domesticada, com espécies nativas e exógenas adaptada, ou seja, os fatos que conduziram o processo histórico da religação cidade-natureza a partir do recurso da ‘arborização’.

A finalidade desta dissertação, portanto, é buscar uma explicação de como ocorreu a inserção dos jardins públicos e da arborização urbana na ‘Cidade do Salvador’, cujas ‘árvores’ permanecem vicejantes e intrepidas, na contemporaneidade. Aspira-se ao entendimento sobre os diversos processos das transformações físicas, da qualificação urbana e da arborização pública, a partir do século XIX.

Como **Foco Específico**, o trabalho estuda as definições conceituais e espaciais na implantação, transformações e permanências no **Campo Grande de São Pedro e imediações**.

A importância dos jardins públicos e da arborização para o meio urbano da cidade é a justificativa principal para originar a presente pesquisa.

Observar a paisagem da cidade a partir da vegetação pode nos remeter às qualidades almejadas em um ‘sítio’ onde o cidadão vai encontrar inspirações para melhor desenvolver a sua criatividade e urbanidade. Nesse contexto, toma-se o elemento ‘árvore’ como referencial prático hipotético das funções exercidas pela vegetação no espaço urbano, bem como observações empíricas sobre a evolução funcional que este elemento desempenha quanto às questões do paisagismo, do meio ambiente, da ‘topofilia’, entre outros.

Este tema vem estimulando a mente dos profissionais que se dedicam a estudar a formação da cidade tropical, ensolarada e assumem a *'arborização'* como um elemento fundamental para garantir o conforto das pessoas. Surge de uma simples percepção intuitiva que se transforma numa inquietação constante.

Os jardins que permanecem nas imediações do Campo Grande apresentam uma *'arborização'* densa, que se mantém exuberante, mesmo diante do processo de crescimento desenfreado ocorrido na cidade durante o Século XX, e essa preexistência motivou a investigação sobre esse local acolhedor, sobre sua origem e importância para a paisagística urbana de Salvador.

Observar a *'Cidade do Salvador'* sob a ótica das áreas verdes urbanas remete à necessidade de conhecer a historicidade para entender o papel representativo da vegetação nos diversos contextos ideológicos segundo a compreensão holística da cidade, envolvendo também as questões geográficas, econômicas e socioculturais. Sob a luz da conscientização ecológica do planeta Terra, percebe-se, nos espaços ocupados pela vegetação, a garantia da fluidez permeável das águas, dos ventos, do sol e demais elementos naturais que constituem o sistema da natureza na área urbana.

Em Salvador da Bahia, a região em torno da Praça do Campo Grande mantém uma arborização variada, secular, com mesclas de exemplares modernos, que constitui uma paisagem peculiar na história urbana da cidade. Ao refletir sobre essa vegetação, surgem então algumas perguntas instigantes e a primeira delas seria: como ocorreu a inserção desta arborização como um recurso de projeto, em função da melhoria da qualidade da vida na cidade; e, ainda, como se formou, no Campo Grande e imediações, uma paisagem diferenciada onde a vegetação preservada é um fator da qualidade de vida para o cidadão soteropolitano da contemporaneidade. Tais questões levaram ao entendimento de que seria necessária uma pesquisa sistemática sobre o assunto.

A realização deste trabalho é, assim, uma forma de contribuição, com base acadêmica, para legitimar a necessidade de se manter os espaços urbanos arborizados da cidade, a exemplo do Campo Grande e imediações, como garantia da preservação e da manutenção da qualidade de vida dos seus habitantes. Uma luta pertinente que vem sendo preconizada pelas cartilhas que defendem a saúde do homem na vida urbana contemporânea.

Na busca da formatação metodológica, procurou-se reunir um conjunto de procedimentos diferenciados sobre o foco de observação em sua origem indutiva: um impulso momentâneo, que gera um movimento definido como *'coisa'*, *'objeto'* ou *'fenômeno'* e se

insere, nas questões aqui consideradas, como as bases investigatórias para o objetivo da dissertação (LAKATOS, 2007).

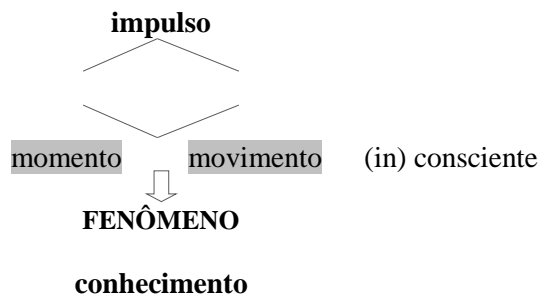
Figura 1 – Ilustração da ‘Coisa’ ou Fenômeno sob o foco de observação indutivo



Salvador, Bahia: paisagem peculiar, na região do Campo Grande de São Pedro – Passeio Público
Fonte: Fotografia feita pela autora (2014).

Para possibilitar a compreensão da problemática, foi esquematizado o Quadro 1, um ‘apanhar’ do foco indutivo nas imediações do Campo Grande, no momento que gera a ‘coisa’ ou fenômeno na localidade do Passeio Público de Salvador. Para o desenvolvimento do objeto do estudo, foram adotados alguns procedimentos visando a compreensão do tema, a sistematização das pesquisas, a clareza das investigações e a constatação dos fatos ocorridos e suas inter-relações, buscando explicar a origem, o decorrimento e a forma real que isso representa no cenário da temática.

Quadro 1 – EsquemaGráfico da Formulação da ‘Coisa’ ou Fenômeno



ESQUEMA GRÁFICO

Fonte: A autora (2015) com base em Lakatos (2007)

Apoiados em Husserl (1900), o objeto apanhado no ato da consciência provoca um fenômeno em duplo sentido, na aparência e na objetividade; assim, percebemos a ‘coisa’ como uma aparência que define na mente, um determinado objeto e assim compreender o fenômeno da paisagem peculiar do Passeio Público como a ‘consciência doadora originária’ (do problema) de onde emerge o ‘avanço para as coisas’, sendo a ‘coisa’ o fenômeno, aquilo que existe no plano real e é visto diante da consciência (GALEFFI, 2000). A paisagem peculiar (Figura 1) é o que se percebe no apanhado da ‘coisa’ num determinado momento histórico, que se torna um fenômeno consciente e pode suscitar, para o observador, uma sensação aprazível. Nesse movimento, devem ser observados os conceitos de ordem físico-psíquica (percepção), de ordem pragmática (utilitarismo), e de ordem filosófica (concepção), que dão sentido à apreensão da ‘coisa’, objeto ou fenômeno, que se torna reconhecido através da percepção; segundo Tuan (1980), “a percepção é uma atividade, um entender-se para o mundo” e, à medida que exercitamos nossos sentidos, vamos associar, no inconsciente, aquela imagem ao nosso bem-estar, criando-se então a ‘topofilia’¹, para ligar o sentimento com o lugar que reflete a imagem associada às características individuais de cada tomador da ‘coisa’: “[...] a cidade, o templo, ou mesmo as habitações podem se tornar um símbolo da totalidade psíquica, um microcosmo capaz de exercer uma influência benéfica sobre os seres humanos que entram no lugar ou que aí vivem [...]” (TUAN, 1980, p.14; 20).

No curso da história, o recobrimento vegetal vem sendo percebido como um elemento de ligação entre o ser humano e a natureza de onde emergem os recursos naturais que garantem a sobrevivência da vida no planeta Terra, e nessa necessidade de sobrevivência que o ser humano vai reconhecer o valor utilitário da vegetação. Através da percepção, ocorre o processo inconsciente da utilização e na conscientização desenvolve-se a atividade sistemática para o utilitarismo e a exploração econômica da espécie vegetal. O processo consciente entre a atividade perceptiva e a possibilidade de utilização da espécie vegetal se tornou um estímulo para a criatividade, e a ação conjunta vai favorecer novos efeitos, além de que a ideia de conjunto vai formatar a criação ou ‘invenção’ da paisagem. Esta é uma questão que passa por um entendimento geral, filosófico:

É sempre a ideia de paisagem e a de sua construção que dão forma, um enquadramento, medidas a nossas percepções – distância, orientação, pontos de vista, situação, escala. Garantir o domínio das condições de vida equivale a reassegurar permanentemente uma visão de conjunto, composta, enquadrada. (CALQUELIN, 2007, p.11).

¹ Topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico (TUAN, 1980, p.14).

Segundo percebe-se em Calquelin², existe uma criação filosófica sobre o meio físico no qual se insere a paisagem tomada, enquadrada, apreendida, segundo seus aspectos antropogênicos anotados; esse modo de olhar a paisagem vem sendo desenvolvido através da percepção dos naturalistas que precedem esta jornada e tomaram o enquadramento da paisagem de acordo com a particularidade de cada interesse.

A partir da observação da Natureza, a paisagem é tomada em sua forma natural – ‘*Natura Naturans*’³, ou produzida, criada sob o conceito pragmático – ‘*Natura Naturata*’. A passagem ou transformação da ‘*Natura Naturans*’ em ‘*Natura Naturata*’ se torna o processo da compreensão sobre as ações que o conduzem. Nesse estudo de caso, a vegetação natural original e doadora precede ao avanço da atividade percepção, num movimento dialético em função da apreensão do objeto, da ‘coisa’. Através da ‘árvore’, vemos a ‘*Natura Naturans*’, e da ‘arborização sistemática’, vemos a ‘*Natura Naturata*’. Assim busca-se ilustrar na Figura 2, o fenômeno da transformação sobre a paisagem natural, arbórea, quando ocorre a inserção de uma paisagem produzida, arborizada, como o exemplo tomado do Passeio Público.

Figura 2 – Transformação sobre a paisagem



Paisagem peculiar concebida sobre o meio natural.

Fonte: Elaboração da autora (2015).

² CALQUELIN, Anne. Francesa, filósofa, professora da Universidade de Paris. Em sua obra *A invenção da paisagem*, a autora elabora uma reflexão filosófica e estética sobre a noção de paisagem que é reproduzida como o equivalente da natureza no sentido *oikos*, na percepção ecológica da vida, *kepos hortus*, uma ideia de recolhimento no seio de elementos naturais fora do recinto urbano.

³ BARUCHE DE ESPINOSA (1637-1677) nasceu nos Países Baixos. Filósofo moderno. Em sua obra *Ethica (De Deo)*, disserta sobre a substância e os atributos, que constituem a *natura naturans*. Da *natura naturans* (Deus) procede o mundo das coisas, isto é, os *modos*. Eles são modificações dos atributos, e Spinoza chama-os *natura naturata* (o mundo) (Disponível em: < <http://www.mundodosfilosofos.com.br/spinoza> >. Acesso em: 10/06/13).

O movimento de ação x reação informa que o mundo não se resume ao conjunto de ‘coisas’, mas ao conjunto de processos, nos quais as ‘coisas’ estão em constante mudança, em vias de transformações. Segundo Lakatos e outros (2007, p.101): “[...] o fim de um processo é sempre o começo de outro”. As ‘coisas’ ou fenômenos e os acontecimentos existem como um todo, ligados entre si, interdependentes e interinfluentes uns dos outros entre si.

Nesse sentido, percebe-se que o recorte temporal no qual ocorreu a passagem entre a ‘*Natura Naturans*’ e a ‘*Natura Naturata*’ nas imediações do Campo Grande, em Salvador (Figura 2), representa uma ação de cunho geográfico-histórico que sucede a um movimento (espontâneo) e que este precede outro movimento posterior (planejado). E assim, tentando captar o movimento, se constata a necessidade de voltar o olhar naturalista para o passado remoto para tentar compreender como se laborava a relação de interdependência no período neolítico, quando os nômades procuram estabelecer sua fixação e assim a necessidade de produzir e estocar seus alimentos, e esse processo de subsistência produzida originou a agricultura, e em consequência ocorreu a separação entre aqueles que vivem no meio agrícola e os demais que preferem viver em comunidades.

“O meio ambiente natural e a visão do mundo estão estreitamente ligados: a visão do mundo, se não é derivada de uma cultura estranha, necessariamente é construída dos elementos conspícuos do ambiente social e físico de um povo [...]” TUAN (1980, p.91):

Para os naturalistas é importante considerar as questões físicas e territoriais conforme a condição geográfica daquela localidade em observação, e assim entender o ambiente natural. No entanto, ao se perceber uma determinada alteração antrópica, emerge a reação e assim o enquadramento sobre o fenômeno apreendido de onde surgem as questões e estas, por sua vez conduzem ao entendimento sobre as razões ideológicas (política, econômica, social, religiosa, cultural, etc) que estimularam a criação daquela paisagem construída.

Permeando a história das civilizações, observa-se que o movimento de transformação do meio ‘*Natura Naturans*’ em ‘*Natura Naturata*’ atravessa situações semelhantes, conflitantes, reflexivas, entretanto se distinguem entre si devido às razões ideológicas e particularizadas, e que essa peculiaridade se reflete na paisagem criada, que foi produzida no meio rural ou no meio urbano, mediante às razões culturais e da maneira como se empregavam o conhecimento e a tecnologia. Voltando a atenção para a visão do naturalista, é evidente que essa percepção em sua atividade busca entender a relação entre a vegetação cultivada e a maneira como esta foi utilizada para compor aquela paisagem criada e assim constatar a aplicabilidade da espécie

vegetal em função de sua utilidade. O necessário mergulho ao passado vai proporcionar o entendimento sobre a utilização pragmática da espécie vegetal em função da agricultura e suas ramificações para a alimentação, a farmacêutica, a ornamentação, e a arborização pública e ainda compreender que, a ‘agro atividade’, quando aliada às condições físicas do terreno e com as tecnologias disponíveis a cada época e oportunidade, veem demonstrando exemplos de soluções harmoniosas que se tornaram valiosas composições artísticas.

O conhecimento sobre a ‘*Natura Naturans*’, assim como as possibilidades da imitação da ordem natural vai promover a atitude criativa, e nesse contexto a arborização é entendida como o elemento vivo e sensível que vai contribuir na composição ‘*Natura Naturata*’ e assim estabelecer a relação entre Arquitetura, Engenharia, Vegetação e Arte, e o Paisagismo por sua vez, vai promover a composição da ‘land art’, a paisagem peculiar criada, produzida, como sugere (CALQUELIN, 2007, p.8): “[...] a paisagem não foge à regra. Sua esfera se ampliou e oferece um panorama construtivista: ela compreende noções como a de meio ambiente, com seu cortejo de práticas [...]” dentre as quais ‘práticas’ se podem incluir a arborização. Através da interdisciplinaridade pretende-se observar o processo evolutivo do Paisagismo, enquanto um agente condutor da espécie vegetal, como um elemento utilitário, observando-se as práticas de cultivo, as teorias da aplicabilidade no meio urbano e suas razões pragmáticas para a arborização pública das cidades coloniais portuguesas, a exemplo de Salvador. Tal processo evolutivo se baseia ecologicamente no conceito de Odum (1979, p.286)⁴ que afirma “Sucessão ecológica é o processo ordenado da modificação da comunidade e a sequência de comunidades substitui-se uma às outras numa dada área”.

A questão sobre a aplicabilidade da vegetação vem acompanhando o ser humano ao longo do seu processo civilizatório, que busca, na natureza, a subsistência, mas também a sua influência sobre a vida citadina, devido à sua possibilidade em transpor ou interpenetrar o espaço urbano e esse aspecto deve ser observado com relação à história das cidades. Na antiguidade, a *polis*, cidade-estado grega (1.500 a.C), foi uma nucleação murada, protegida, composta em seu interior por *acrópole* (templos e administração pública); *agora* (praça municipal para o povo); *asty* (mercado central); e em seu exterior os ‘*campos*’ (agrícolas e pastoreio), e ao longo da muralha foi preservada uma zona mediadora e conciliadora entre os deuses e os humanos, entretanto, a condição defensiva que exigia a muralha de proteção da cidade promovia também a ruptura da relação aproximada entre o ser humano e o meio rural.

⁴ Eugene P. Odum (1913-2002). Estadunidense, zoólogo e ecólogo. Pioneiro no conceito de *ecossistema*, estabeleceu a relação entre a atividade humana e os “processos naturais”, como parte essencial de sua descrição neste conceito.

Na transposição para a cultura greco-romana (1.000 a. C), surge a *urbis* (cidade-estado latina), e sobre ela, o enclaustramento social e a efetiva segregação homem-natureza. Nesse percurso, vale ressaltar que as nucleações medievais permitiam (apenas) ao campesino a manter sua proximidade com a natureza que foi criada por Deus, entretanto e assim é preciso compreender que no âmbito da agricultura o ‘sagrado’ precisava ser mutável segundo um movimento gerenciado sob a ‘ordem humana’. Nesse contexto percebe-se a influência da religião cristã sobre a ordem das coisas e o período da idade média representa a transformação entre a crença politeísta que vinha sendo praticada pelos gregos e romanos, para a crença monoteísta cristã e assim entender sob a visão dialética, a divergência entre a cultura oriental dos povos antigos e a cultura ocidental que se desenvolveu no ambiente medieval sob o cunho da igreja cristã.

Os gregos consideravam a ordem natural das coisas e a interpretação dos fatos conforme a realidade visível. Segundo Platão⁵, toda realidade é fruto do que vemos com o corpo físico através dos olhos – a vida concreta, e com o corpo não físico, que percebemos com os olhos da alma – a vida sensível, uma conexão metafísica na distinção do objeto entre o conhecimento e a crença verdadeira. No entanto, a religião cristã prega segundo o *Genesis*⁶ ao afirmar que (Cap 1.1), a natureza é a “manifestação do poder, da sabedoria, da vontade e da bondade divina, sendo Deus o criador do céu e da terra”.

[...] No princípio Deus criou o céu e a terra [...]; (*Genesis*, Cap.1.1). Então Deus disse: [...] Cubra-se a terra de vegetação: plantas que deem sementes e árvores cujos frutos produzam sementes de acordo com as suas espécies. [...] e Deus viu que ficou bom (*Genesis*, Cap.1.11). E plantou o Senhor Deus um jardim no Éden, na direção do Oriente, e pôs nele o homem que havia formado [...]. (*Genesis*, Cap.2.8).

O recobrimento vegetal, enquanto um elemento de ligação entre o ser humano e a natureza, em seu aspecto ‘divino’, provoca assim, a reflexão, entre os estímulos criados para o agricultor medieval no sentido de poder cuidar da natureza dadivosa, e das restrições impostas ao cidadão que vivia enclausurado entre as muralhas medievais ao promover a idealização de um jardim paraíso⁷ no qual o ser humano em atitude de repouso recebia em doação ‘divina’ um lugar em harmonia com a natureza, portanto aprazível e desfrutável como um paraíso.

⁵ PLATÃO (427-347a.C). Grego, filósofo, criador do sistema *metafísico* – o mundo divino das ideias, inteligíveis, na esfera celeste.

⁶ Genesis – livro da criação da cultura judaico cristã – Bíblia de Gutemberg (1452).

⁷ ‘jardim’ em grego se denomina *‘pa·rá·dei·sos’* – ‘paraíso’

Figura 3 – Ilustração da criação do *locus* como local divino



Jardim do Éden

Fonte: Disponível em: < [www: imagens bíblicas](http://www.imagensbiblicas.com) >. (15 ago.2012).

Entre a sensibilidade e a inteligência, surge a arte do diálogo que, por sua vez, produz o conhecimento; segundo Hegel⁸, uma progressão na qual cada movimento sucessivo emerge como solução das contradições inerentes ao movimento anterior;

Assim, buscando a origem do tema em questão, a vegetação secular que ilustra a ‘coisa’ ou fenômeno observado no *locus* Passeio Público, nas imediações do Campo Grande, provoca a inquietação: teria sido essa paisagem peculiar uma criação divina em função da sobrevivência do homem ou uma adaptação organizada pela mente ilustrada do homem conforme as instruções da divindade? Tomando ‘Jardim do Éden’, como referência, então, o *Genesis* estaria apresentando as instruções fundamentais para a escolha do local – *locus* – enquanto detentor das qualidades ambientais primordiais e detentora de características ecológicas condicionantes e determinantes para o ideal desenvolvimento da vida humana.

⁸ Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831). Prussiano, protestante, filósofo, criador do idealismo alemão, precursor da Filosofia ocidental, influenciando a teoria marxista.

Assim busca-se afirmar que o conhecimento sobre a *Natura Naturans*, assim como a imitação da paisagem natural podem promover a atitude criativa e também a possibilidade de recriação de um novo Éden.

No renascimento (Século XVI), a *urbis* fortificada exige mudanças e a necessidade da expansão urbana e por isso, a transposição das muralhas, assim despertando a atenção para as questões da afetividade entre o homem e a natureza, e nessa época emergem os movimentos para um melhor conhecimento sobre a cidade medieval em seu contexto ideológico e também sobre a condição de vida do cidadão e sua relação com o campesino e ainda sobre as questões sócio-culturais da política absolutista, e ainda sobre as constantes revoltas sociais. Segundo (CHOAY, 1965, p.5), “[...] quando a necessidade de adaptação a uma nova economia e a novas funções urbanas transformam as cidades tradicionais [...]” e a essa necessidade de mudanças ascendem-se os pensamentos, utópicos e teóricos segundo o conceito da filosofia⁹ e da interdisciplinaridade, para compreender as razões que levavam o ser humano para o meio urbano que lhe ocasionava uma série de problemas decorrentes da forma de crescimento das cidades, que refletem diretamente em um decréscimo da qualidade de vida do indivíduo que ali habita. Segundo Tuan (1980, p.110), “[...] na vida moderna, o contato físico com o próprio meio ambiente natural é cada vez mais indireto e limitado a ocasiões especiais”. Não obstante, sob o ponto de vista filosófico e naturalista, a percepção sobre os valores daquele meio ambiente em observação, precisa se transformar em uma nova atitude comportamental através de impulsos inconscientes e do conhecimento científico, e da possibilidade de recriar, na cidade moderna, um lugar aprazível, fruível ou desfrutável e delicioso, assim como o Éden. Assim a almejada reintegração entre o ser humano e a natureza vai ocorrer graças à sistematização do conhecimento científico e à corroboração do pensamento humanista reintegrador, a partir das novas correntes filosóficas originadas e facilitadas pelo Renascimento.

No Século XIX surge a cidade industrial, a desordem, ampliam-se as revoltas sociais, a insalubridade urbana, e a cidade se torna um foco estimulador para o desenvolvimento de estudos científicos sobre sua história e seus componentes adjuntos de ordem econômica, política e social, a respeito do espaço urbano, seu desenvolvimento e sua relação ética com o ser humano, assim como definido em Carvalho (1998):

⁹ Claude Destutt, Conde de Tracy (1754-1836), filósofo francês da escola filosófica dos Ideólogos, utilizou de alguns métodos e teorias das ciências naturais (física e biologia basicamente) para compreender a origem e a formação das ideias (razão, vontade, percepção, moral, entre outras) a partir da observação do indivíduo em interação com o meio ambiente.

[...] o espaço urbano afirma-se como um produto histórico, isto é, produto da formação social nos diferentes momentos de seu desenvolvimento e sua ocupação revela o valor da terra como principal componente avaliador e determinante da apropriação do solo urbano, periurbano ou metropolitano que, em razão do seu próprio valor de uso e de troca, é onde então se enraíza uma luta que assume uma expressão política e sem dúvida ética [...]. (CARVALHO, 1998, p.31)¹⁰.

Ao traduzir esse aspecto para o âmbito do colonialismo português, é preciso considerar o ‘sentido’ que levou Portugal a manter o sistema de colonização, e neste, a história das vilas e cidades coloniais no qual se insere Salvador da Bahia, diante do contexto político e econômico do império, para observar as razões que induziram o governo à requalificação de suas vilas e cidades segundo a orientação de estudos, planos, projetos; observar sobre a maneira como se considerava a ‘*Natura Naturans*’, o revestimento do solo brasileiro quanto ao conhecimento das espécies vegetais, às políticas de comercialização e de utilização destas, e entender as razões que conduziram ao processo da arborização pública na cidade.

Ao se dar crédito à interpretação de que a ocupação das terras americanas pelos ibéricos se desenvolveu onde houve potencialidade de exploração econômica, a apropriação de bens naturais também se insere no rol de interesses do processo de colonização. Nesse sentido, a natureza virgem americana, menos como fonte de prazer ou deleite, e mais como um estoque de potencial de aproveitamento, tornou-se um objeto merecedor de cuidados especiais – sobretudo na botânica, na busca de plantas medicinais, variedades de especiarias e repertório para produção agrícola e posteriormente, ornamental. (SEGAWA, 1996, p.56).

É esse processo que interessa observar, a partir da história, para compreender as influências sobre a formação Praça do Campo Grande e imediações no século XIX, período em que se percebem os constantes surtos epidemiológicos e a condição de insalubridade prejudicava a qualidade de vida dos soteropolitanos. Sob o ponto de vista filosófico e naturalista, a percepção intuitiva sobre o Passeio Público e o Campo Grande de São Pedro demonstra um propósito inovador sobre a criação destes locais que foram construídos para recriar, em Salvador, um lugar desfrutável, assim como um Éden tropical, nesse sentido, pretende-se compreender como ocorreu, no Campo Grande e suas imediações, uma paisagem peculiar que preserva ainda hoje, uma vegetação secular e oferece a sensação aprazível, motivadora dessa dissertação.

¹⁰ CARVALHO, Maria Lucia A.M. de. , arquiteta urbanista brasileira, contemporânea, estudiosa sobre a questão do verde urbano sob os aspectos ecológico, econômico, social e a sustentabilidade ambiental.

1.3 OBJETIVOS

O **Objetivo Geral** desta dissertação é compreender como ocorreu o processo de inserção dos jardins públicos e da arborização urbana na Cidade do Salvador, a partir do Século XIX.

Como **Objetivos Específicos**, a dissertação visa analisar o processo de transformação que ocorreu na Praça do Campo Grande e suas imediações, entre o século XVIII e meados do século XIX, com relação às transformações físicas morfológicas de '*Natura Naturans*' a '*Natura Naturata*': relevo, hidrografia, vegetação, edificações, arruamentos, arborização; à composição '*land art*', que promoveu a condição de peculiaridade e de afetividade ao lugar; à importância do paisagismo como elemento de requalificação do Campo Grande e imediações.

1.4 METODOLOGIA

Para se alcançar esses objetivos, procurou-se o conhecimento técnico e analítico com base científica, mediante diferentes métodos de abordagem, visando contribuir com a pesquisa sobre o meio urbano e a necessidade de se manter a arborização pública como garantia da preservação e da manutenção da qualidade de vida dos habitantes.

O processo de investigação foi iniciado na Cidade do Rio de Janeiro onde se encontram os arquivos do império brasileiro (século XIX) e se concentram as principais fontes da documentação primária relativas a esse período, quando ocorreu a transmigração da Corte Portuguesa para o Brasil, influenciando o desenvolvimento das Ciências Naturais, da Botânica e do Paisagismo Urbano. Foram visitados os Arquivos (público e privados) do Museu Nacional, Casa de Ruy Barbosa, do Jardim Botânico e da Escola de Belas Artes da UFRJ. Desse modo, tornou-se possível entender a ligação entre os cientistas naturalistas e o desenvolvimento da Botânica no Brasil.

Dando prosseguimento à busca de ampliação bibliográfica, recorreu-se ao Setor de Arquivo e Documentação do Programa de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo onde se teve acesso a diversos trabalhos acadêmicos de interesse sobre o paisagismo no Brasil. Assim, constatou-se a importância da ligação entre a Arquitetura e o Paisagismo enquanto agente estimulador da salubridade e reformulação da paisagem da cidade.

Em Salvador, através dos Setores de Documentação da UFBA, bibliotecas e depósito institucional, encontrou-se valiosa fonte documental para o direcionamento do foco de pesquisas e o fortalecimento da Dissertação. Foram também de fundamental importância, as

pesquisas no Arquivo Público Municipal, onde foram encontradas e analisadas as fontes documentais primárias (manuscritas) sobre a cidade (séculos XVIII e XIX), observando-se as transformações físicas mediadoras entre a ‘cidade tradicional’ e a ‘cidade moderna’, que ocorreram nas imediações do Forte de São Pedro, onde foram implantados o Horto Botânico, o Passeio Público e o Campo Grande de São Pedro.

Buscando a constatação dos fatos ocorridos no século XVIII, tornou-se necessário consultar o Arquivo Ultramarino Histórico de Portugal para observar as interligações entre as decisões centrais da Coroa Portuguesa (Lisboa) e a Colônia (Salvador).

Para finalizar as buscas por informações e constatações, foram procurados os documentos relacionados com o Governo Provincial da Bahia (período imperial), para analisar a partir de fontes primárias as ações governamentais que conduziram a Cidade do Salvador ao patamar de uma cidade moderna. Foram consultados os Arquivos (públicos e privados) do Gabinete Português de Leitura, do Arquivo Público de Estado da Bahia e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

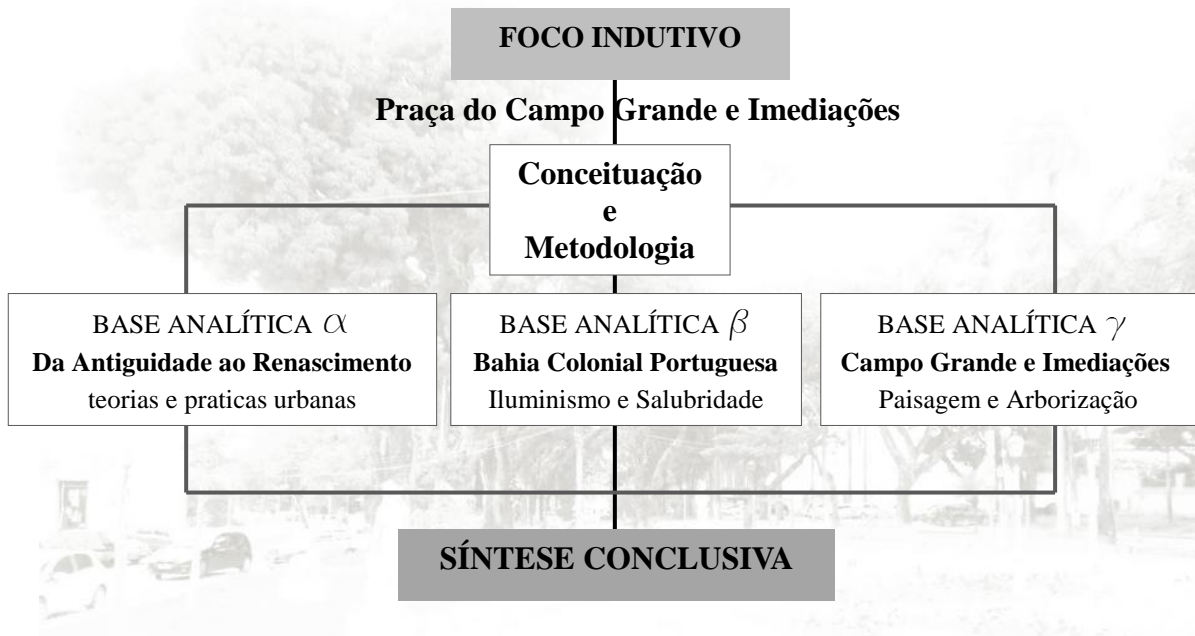
Ressalte-se que, durante o período de pesquisa, também foram utilizadas fontes documentais referenciais através das mídias eletrônicas, acessíveis em revistas científicas, livros, trabalhos científicos (artigos, dissertações, teses), obtendo-se pistas de informação e comprovação de dados importantes.

Na intenção de adquirir clareza sobre a investigação dos fatos ocorridos e suas inter-relações foram reunidos um conjunto de procedimentos mediante diferentes métodos de abordagem. O Quadro 2 foi montado com o propósito de, a partir do foco indutivo **Campo Grande e Imediações**, contextualizar três bases de análise que compreendem: (α) o portal para a compreensão dos processos iniciais que conduziram o objeto da pesquisa – a paisagem peculiar - da condição ‘*Natura Naturans*’ à condição ‘*Natura Naturata*’; (β) que representa a compreensão histórica do que se considera a ‘*land art*’ enquanto base compositiva da paisagem peculiar do Passeio Público; e (γ) que representa a compreensão histórica do processo ocorrido no ‘locus’ Campo Grande de São Pedro.

Por fim, comprovados os fatos constatados, com o intuito voltado para a veracidade, fidedignidade da pesquisa, sua natureza conceitual, histórica e científica e sua aplicabilidade ao desenvolvimento do paisagismo e urbanismo contemporâneo, foi formulada uma Síntese Conclusiva convergente para o entendimento de como ocorreu o processo de inserção dos jardins públicos e da arborização urbana na Cidade do Salvador, a partir do Século XIX e

especificamente as transformações morfológicas e urbanísticas na Praça do Campo Grande e Imediações.

Quadro 2 – Correlacionamento entre as etapas da pesquisa



Fonte: Elaboração própria (2015)

Essa dissertação se desenvolve nos seguintes capítulos:

Capítulo 1 – Base Analítica (α) representa o portal para a compreensão dos processos iniciais que conduziram o objeto de estudo – paisagem peculiar - da condição ‘*Natura Naturans*’ à condição ‘*Natura Naturata*’ e dos métodos rudimentares que influenciaram a composição a partir da agricultura, segundo a expressão de arte. Esse capítulo se desdobra nas seguintes seções:

– A ‘origem remota’ (período neolítico), quando havia a interdependência entre morar e produzir seus próprios alimentos; o processo de agricultar a terra considerava o sol e a água como elementos essenciais, e os povos do Oriente Médio e da América Central (4.000 a.C.) buscaram a integração agricultura-arte, conforme observado nos pântanos de arroz no vale do Rio Amarelo (China) ou nas encostas íngremes de Machu Pichu (Peru).

– O apogeu da cultura mediterrânea (Antiguidade), quando ocorreu a separação entre a moradia (cidade murada) e a produção de alimentos (meio rural) e os ‘filósofos naturais’ (gregos e romanos) perceberam a necessidade de manter um ‘intermédio’ para estabelecer o contato próximo com ‘*Natura Naturans*’, o ‘*paradeiso*’ (jardim) como o lugar onde os deuses e deusas visitam a Terra;

– O ‘enclausuramento’ cultural (Idade Média), quando o estilo ‘cidade fortaleza’ se configura como um pequeno mundo autônomo com autossuficiência, e o cultivo de espécies

vegetais utilitárias (alimentação e medicamentos) intramuros se desenvolvia nos espaços abertos (pátio, horta, pomar) dos mosteiros, conventos, fortalezas e palácios medievais, caracterizando os jardins medievais (monacais, mouriscos) e estimulando a familiaridade e o conhecimento das plantas, conduzindo o processo da experimentação, da transformação alquímica e da terapêutica.

– O expansionismo marítimo (alta Idade Média), quando, em função da comercialização das especiarias, ocorre a ascensão do Império Português, a ligação oceânica (Atlântico, Pacífico e Índico) e intercontinental (Ásia, África, Europa e América) e a cura médica, que se tornou uma importante aliada da talassocracia. Surgem, então, ‘*loci*’ apropriados para o conhecimento das espécies medicinais (análise, aclimação, transformação) em Goa (Índia), na Bahia (América do Sul), em Pádua (Itália), onde se cria o modelo ‘Jardim Botânico’.

– A descentralização do conhecimento e a noção de multidisciplinaridade (Renascimento), quando, em função da sociabilidade ao ar livre, os ‘cientistas naturais’ (naturalistas, geógrafos, botânicos, arquitetos, artistas) estimulam a aproximação entre as teorias e as práticas de aliar a cidade com a natureza produzida.

- A fundamentação científica (Itália e Antuérpia) e sua disseminação (França, Inglaterra), destacando-se o ‘*parterre*’ como triunfo conquistado na construção da paisagem ‘*land art*’, integrando Arte-Arquitetura-Engenharia-Paisagismo.

– A apropriação do conhecimento adquirido e a possibilidade de garantir a preservação da ‘cidade fortaleza’, estabelecem regras para expansão das cidades e, em função da ‘pirobalística’, adequam a fortificação medieval ao sistema de baluartes, que a partir de então se tornou a base da arquitetura militar portuguesa durante os séculos XVII e XVIII.

O **Capítulo 2 – Base Analítica (β)** representa a compreensão histórica do que se considera a ‘*land art*’, enquanto base compositiva da paisagem construída, composta, enquadrada, que vai conferir a condição de peculiaridade de determinada localização. Vale observar que, na Bahia Colonial Portuguesa, o conceito ‘*land art*’ está relacionado aos ideais iluministas de salubridade e progresso e à visão abrangente da paisagem enquanto uma expressão de técnica e arte, ‘*land art*’, a partir de uma postura interdisciplinar. Esse capítulo se desdobra nas seguintes seções:

– A condição ‘*Natura Naturans*’ conforme registrado em Salvador (século XVII) e o processo de transformação para ‘*Natura Naturata*’ (século XVIII), quando, em função da defesa da cidade, ocorreram as devastações das matas costeiras e o bloqueamento dos canais

de drenagem naturais, e a construção do Forte de São Pedro dá origem a um campo seco e árido nas suas imediações.

– A possibilidade de conhecimento dos recursos naturais (iluminismo), quando, em função da colonização mercantilista, o Império Português se amolda aos conceitos da ‘fisiocracia’, favorecendo a atividade agropastoril, a presteza dos caçadores-coletores, o conhecimento da natureza, a valorização da propriedade privada, a transformação dos recursos naturais em bens de valores, criando um sistema liberal independente do governo.

– O estímulo para as Ciências Naturais em Portugal (período pombalino), quando, em função da ‘fisiocracia’, uma série de hortos botânicos foi instalada no Brasil, e a vegetação nativa ou exógena adaptada passou a ser reproduzida para utilização no meio urbano e rural.

– A militarização do ensino no Brasil (período pombalino), quando em função da defesa de Salvador, a Aula Militar da Bahia se tornou o centro de estudos sobre a cidade e as obras (públicas ou privadas), com influência da escola italiana renascentista, que constitui o legado patrimonial do século XVIII, e o Forte de São Pedro se destaca na paisagem criada.

– A necessidade de expansão da Cidade do Salvador (século XVIII), quando ocorre a ocupação do limite ao Sul, e a localização do Forte de São Pedro se torna a mediação entre a ‘cidade tradicional’ (século XVI) e a ‘cidade modernizada’ (século XIX) construída, provocando a alteração de seus elementos físicos naturais (relevo, hidrografia, recobrimento vegetal) e antropizados (caminhos, trincheiras, roçados, chácaras, edificações esparsas).

– Os ideais do Salubrismo (século XVIII), quando a Câmara Municipal de Salvador anuncia as primeiras medidas de controle e posturas sobre construções (aclive, declive), higiene (doméstica, produtos alimentícios), saúde pública (doentes, enterramentos), preservação ambiental (fontes, mananciais, mangues, vegetação) e as árvores existentes são consideradas como um recurso da salubridade pública.

– O evento da transmigração da Corte portuguesa para o Brasil (1808), quando o Príncipe Regente D. João VI faz uma escala marítima em Salvador e, em função de estimular a Ciência Botânica na Bahia, promove a instalação do Horto Botânico de Salvador nas vizinhanças do Forte de São Pedro.

– A oportunidade de glorificar a presença da Corte Real na Bahia (1815), quando, em função da sociabilidade, a Câmara Municipal idealiza o Passeio Público de Salvador, um espaço ao estilo neoclássico, localizado sobre a encosta da Baía de Todos-os-Santos, para ser observado e utilizado por visitantes e pela população da cidade.

– O Passeio Público de Salvador, um local concebido para se tornar aprazível, sociável, cobiçado, considerando o saneamento e ordenamento público para a condição de uso com

prazer. Um espaço conquistado, que foi construído mediante um processo interdisciplinar (Arquitetura, Engenharia, Paisagismo e Arte), que possibilita a harmonia entre as espécies vegetais preexistentes do Horto Botânico, a arquitetura neoclássica e o palladianismo inglês que caracteriza a Paisagem Peculiar nas imediações do Forte de São Pedro no século XIX.

O **Capítulo 3 – Base Analítica** (γ) representa a compreensão urbanística do Campo de São Pedro cuja origem está relacionada com o Forte de São Pedro, o Horto Botânico, o Passeio Público, e que, no primeiro quartel do século XIX, vai ser observado como o espaço mediador onde se construiu uma paisagem conciliadora entre a ‘cidade tradicional’ - portuguesa e a ‘cidade modernizada’ - inglesa. Este capítulo se desdobra nas seguintes seções:

– O processo de anglicização (Iluminismo), quando ocorre a conciliação entre costume luso-brasileiro e a maneira com que os ingleses conduzem os assuntos da vida e da morte, e a influência dos povos anglicanos refletida na paisagem urbana, dando origem a construções diferenciadas: Cemitério, Igreja, ‘*English villages*’ onde a arborização pública se torna a principal característica da cidade salubrista do século XIX.

– A questão da salubridade urbana segundo a visão dos viajantes naturalistas que, em função do expansionismo comercial, cuidavam de propagar a imagem da cidade segundo a idealização do paraíso tropical, e quando o processo de adequação vai promover o recuo (frontal e lateral), um importante atributo do projeto integrado (arquitetura e paisagismo), em função da permeabilização (sol, ventos, águas), e os jardins nesses recuos propiciam o aformoseamento da cidade e a valorização das casas.

– A questão da disseminação dos surtos epidêmicos, quando ocorre o conhecimento sobre a relação entre a proliferação de ‘vetores’ nas áreas insalubres da cidade, e as entidades governamentais se aliam ao corpo de médicos ingleses para reformular o código de posturas, promover a extinção dos focos de insalubridade, a construção de cemitérios, a criação de casas de saúde, a obrigação dos recuos e jardins entre as casas, e quando o ideal de salubridade, se torna uma necessidade, um fato real, que exigia medidas de remodelação da cidade, e de novas construções alinhadas com as correntes progressistas da Europa.

– A visita do cientista e naturalista Imperador D. Pedro II (1858), quando, em função do desenvolvimento científico, incentivou a criação do Imperial Instituto Baiano de Agricultura destinado ao desenvolvimento da Botânica e sua utilidade (lavoura, arborização pública) na província da Bahia.

– A construção da paisagem peculiar do Campo de São Pedro, que envolveu serviços de movimento de terra, de alteração dos elementos físicos (relevo, hidrografia, recobrimento

vegetal), da extinção das áreas insalubres, em função da criação de um grande ‘*parterre*’ que se configurou em um campo aberto, plano e seco, de forma trapezoidal.

– A Paisagem do Campo Grande e imediações (1855), quando, em função de estabelecer a interligação entre a ‘cidade tradicional’ e a ‘cidade modernizada’, foram construídas as principais vias urbanas entre o Distrito de São Pedro e o Distrito da Vitória, que configuram o traçado urbano do século XIX.

– As medidas estabelecidas para possibilitar a execução das obras públicas através do sistema de Obra Compartilhada (Governo Provincial, Câmara Municipal e Iniciativa Privada), quando, em função da qualidade técnica das obras, foi introduzida na Bahia a tecnologia inglesa ‘*macadam*’ para a compactação do leito da via com pedras miúdas, alinhamento do meio-fio e pavimentação dos passeios.

– A parceria profissional entre o Engenheiro Francisco de Aguiar (Comissão de Obras Provinciais), o Engenheiro Carlos Weyll (Comissão de Alinhamento e Vistoria da Câmara Municipal) e o arrematante de obras, o Reverendo inglês Eduardo Parker, quando, em função da qualidade da obra pública, buscaram embasar-se nos princípios renascentistas para concepção do ‘*parterre*’, no estilo do palladianismo inglês, para a organização do espaço público. Nesse sentido, foi construído o Campo Grande, incluindo-se serviços de canalização (esgotos, drenagem), de macadamização das ruas, e a plantação de árvores, sendo esta a primeira oportunidade em que um projeto urbano incluiu o ‘paisagismo’ como um elemento de composição do espaço.

Na **Síntese Conclusiva**, são destacados os aspectos relevantes, os reflexos causados na paisagem da cidade, em função de solicitações de moradores para adaptar suas casas e aproximar-se dos ideais da salubridade, a adequação do tecido urbano preexistente ao ‘novo’ estilo que se aplicava no alinhamento das quadras (pilastra, gradil de ferro), na abertura das ruas (macadamização, passeios, arborização, iluminação), na utilização do recuo frontal como ‘*atrium*’ (pátio e jardins). Espera-se que este trabalho venha a contribuir sobre o entendimento de como a arborização pública encontrou seu espaço na Cidade do Salvador.

2 BASE ANALÍTICA α : ANTIGUIDADE, IDADE MÉDIA E RENASCIMENTO: TEORIAS E PRÁTICAS URBANAS

Na sociedade primitiva, todo o indivíduo, para sobreviver, necessitava de ter um conhecimento definitivo do seu ambiente, isto é das forças da Natureza e das plantas e animais que o rodeavam. A civilização começou, de facto, quando o Homem aprendeu a usar o fogo e outros recursos para modificar o ambiente. (ODUM, 1979, p.11).

Figura 4 – Agricultura Primitiva



Ásia, cultivo do arroz em terras baixas.

Fonte: Disponível em: < <http://www.chinaculture.org/> >.

2.1 ANTIGUIDADE E IDADE MÉDIA

2.1.1 Agricultura e Arte

No curso da história das civilizações, remete-se ao período da Revolução Neolítica o movimento da evolução cultural, quando o ser humano se torna um interveniente ativo na natureza, possibilitando, por meio de uma atividade produtora, a sua fixação num determinado local, dando origem às aldeias, vilas e outros tipos de localidades que foram estabelecidas como base de produção e economia das principais atividades, no caso, a pecuária e a agricultura (CHILDE, 1975). Plantar alimentos e depois colhê-los para a sua sobrevivência foi um passo decisivo para o domínio da natureza: o conhecimento do tipo do solo, das plantas adequadas, da época do cultivo, caracterizava o saber determinante para a dinâmica entre caçadores e coletores, reconhecendo, na descoberta da sementeira, a possibilidade da reprodução, em cópias iguais, das plantas de interesse a fim de produzir a alimentação em proporção à demanda daquela população fixada. Aprendemos a entender o movimento dos povos antigos através da expressão artística, a principal condutora das culturas precedentes. No período neolítico, a arte rupestre já registrava o mundo real dos homens caçadores e coletores, uma atividade constante no processo do conhecimento, tornando-se um valioso acervo da pesquisa histórica.

Na última parte do paleolítico, o homem começa a dominar a natureza. A maneira como se foi procedendo [...] este controle do homem em passos graduais, cujos efeitos se vão acumulando. Mas, entre eles, podemos distinguir alguns que se destacam como revoluções por suas consequências. [...] A primeira revolução que transformou a economia humana deu ao homem o controle sobre seu próprio abastecimento de alimentos. O homem começou a semear, a cultivar e melhorar por seleção algumas ervas, raízes, e arbustos comestíveis. E também conseguiu domesticar e unir firmemente a sua pessoa a certos animais. [...]. (CHILDE, 1975, p.86)

Credita-se aos povos do Oriente Médio (Ásia e África, 4.000 a.C.), os processos de agricultar a terra em função da subsistência familiar, considerando o sol e a água, como os elementos essenciais para a agricultura na América Central, na Mesopotâmia nos vales dos rios Tigre e Eufrates; nas bacias hidrográficas dos rios Amarelo e Azul na China, nas bacias hidrográficas da Índia, às margens do Rio Nilo no Egito, locais onde a fertilidade do solo

proporcionava melhores condições para o plantio.

Assim, é interessante observar o processo ‘*Natura Naturans*’ > ‘*Natura Naturata*’ segundo a arte de agricultar terrenos onde se percebe a iniciação do paisagismo, como se ilustra a plantação de arroz nos pântanos asiáticos (Figura 4), ou em encosta íngreme (Figura 5) da América do Sul.

Figura 5 – Agricultura primitiva



Parque Arqueológico de Machu Picchu.

Fonte: Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Machu_Picchu >.

Os povos incas (4.000 a.C.) construíram a cidade de Machu Picchu, um fenômeno da construção pré-colombiana que foi assentada entre duas montanhas, com acesso por ladeiras e escadarias formando patamares escalonados em função da agricultura (SASS,1999).

Esses exemplos constituem tipos de comportamentos do ser humano sobre a ‘*Natura Naturans*’ que resultam em uma paisagem criada – ‘*Natura Naturata*’, em harmonia com as características do local, onde se utiliza a espécie vegetal segundo a idealização paisagística.

Na Mesopotâmia inventaram a escrita e, com isso, a cultura; organizaram a produção de alimentos, empregando o arado e máquinas de irrigação. Assim surgiu o poder político, religioso e econômico, origem do sistema imperial e da colonização. Segundo Bosi, *Colo* é a matriz de *Colônia* onde habita o *Colonus*: “[...] a retórica do sistema agromercantil que amarra firmemente a escrita à eficiência da máquina econômica articulando cultura e colo, na linguagem dos interesses” (BOSI, 1994, cap.1). A civilização egípcia criou o Estado Teocrático para concentrar o poder sobre a agricultura e a colonização, as técnicas agrícolas foram-se aperfeiçoando, (domínio de chuva e estiagem, irrigação, invento do arado-

semeador), o excedente da produção agrícola ocasionou as trocas comerciais, e o paisagismo se tornou um recurso de embelezamento.

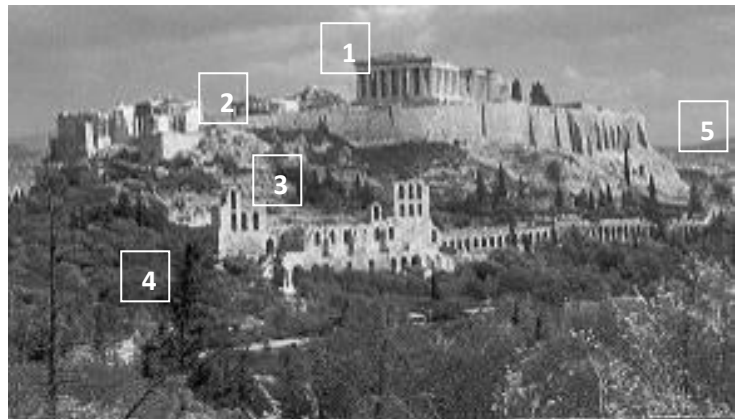
Com base na Talassocracia¹¹, o comércio marítimo expandiu-se para outros mares (Mediterrâneo, Báltico, Atlântico, em 3000 a.C.), estabelecendo os pontos de troca de mercadorias entre os caçadores-coletores, e a vegetação se torna um valioso produto comercial. Na faixa costeira do Mar Egeu, a civilização cretense demonstrava (2000 a.C.) alto grau de civilização (organização social, higiene e saúde pública, sistema de canalização esgotos) e, sobretudo, associava a produção agrícola com o comércio marítimo.

A *polis* se torna uma cidade murada, resguardada e protegida; o cidadão se apresenta, segundo expressões artísticas desprezadas, alegres, requintadas, e procura introduzir, na cidade, a imagem do campo. Para os gregos, a natureza era intermediária entre os seres humanos e as divindades, por isso lhe dedicavam culto permanente. Construía seus jardins em harmonia com a geomorfologia e o clima do local, buscando caracterizar a intervenção conforme a simplicidade do ambiente natural e utilizavam a ordem das colunas para formar o *atrium* para fazer a transição entre o exterior e o interior da edificação (Figura 6-a). Em função da segurança, a cidade se desenvolveu no centro de uma muralha defensiva, causando o distanciamento entre o homem e a natureza. A agricultura se torna uma atividade segregada e diferenciada; no meio rural desenvolvem-se as grandes produções agrícolas, enquanto que, no meio urbano desenvolve-se uma agricultura domesticada que buscava integrar os espaços edificados através dos jardins públicos ou privados. (BARCELLOS, 2001).

Figura 6 (a e b) – Grécia Antiga



a – *Atrium* colunado, Grécia.



b – Acrópole de Atenas, Grécia.

Fonte: Disponível em: < <http://www.prof2000.pt/> >.

¹¹ **Talassocracia** – poder sobre o mar, origem das feitorias e freguesias coloniais.

Assim, a Figura 6-b acima simboliza o apogeu da cultura mediterrânea, uma representação da *polis* (Atenas), que se isola em função da segurança, mas em que se torna necessário estabelecer os meios de acesso para as pessoas e o abastecimento da produção agrícola das áreas rurais, quando se percebe a introdução da vegetação no espaço construído da cidade. Na faixa que se situa entre o meio rural e a cidade murada, ‘Intermédio’, vai ocorrer a mediação entre o mundo do homem, ‘*Natura Naturata*’, e o mundo das divindades ‘*Natura Naturans*’ onde se estabelece a conexão metafísica; a visão sobre a natureza se torna uma crença e para a compreensão platônica, um objeto de conhecimento. Para os gregos, o *pa-ra-dei-so* (jardim) é o lugar onde os deuses e deusas visitam a Terra; a cultura se desenvolvia segundo o pensamento cosmológico de que a origem e a transformação da natureza ocorriam através de explicações racionais a respeito de mitos e divindades; defendiam a criação do mundo segundo o princípio natural no qual a natureza cria seres mortais a partir de sua imortalidade. Segundo Aristóteles, esse pensamento significa a ligação do deus criador (sol), com o deus motor (universo), à energia que, aliada à atitude do homem (político e social), se funde para a realização da ideia, que é a resultante da obra de Deus (Metafísica), do homem (Ética) e do Estado (Política). Assim, foi criada a *polis*, a Cidade-Estado, composta de três partes fundamentais: (1) Acrópole (templos e administração pública); (2) Ágora (praça municipal para o povo); (3) Asty (mercado central); (4) Intermédio (ginásio, academia, vila), e (5) Campos (agrícolas e pastoreio) (Figura 6-b).

A Acrópole de Atenas é a mais conhecida e famosa ‘cidade alta’ do mundo. Foi construída sobre uma colina rochosa (150m do nível do mar) para abrigar importantes edificações do mundo antigo, o Partenon e o Erecteion. Os arredores próximos se apresentam com terrenos íngremes e arborizados que foram reservados para as atividades suburbanas, como parques públicos, jardins, residências de campo, locais para esportes, mas também para o *gymnasium* acadêmico¹². Essa condição topográfica se estendia para os campos desfavorecendo a agricultura de grande produção, limitando-se ao plantio de espécies adaptáveis ao relevo íngreme e ao solo raso de formação rochosa. Os gregos buscavam, na simplicidade, respeitar a topografia. Os jardins ocupavam recintos descobertos com fonte para abastecimento d’água onde se cultivava erva medicinal e, em locais recuados, cultivavam-se as espécies comestíveis, herbáceas e arbóreas, origem do pomar. A árvore era considerada uma espécie sagrada para se dedicar aos deuses, à contemplação e ao descanso do homem. A

¹² A **Academia de Atenas** foi uma escola fundada por Platão (387 a.C.), sendo considerada a primeira universidade da história, na qual grupos de seus seguidores recebiam educação formal.

polis foi constituída por ágoras, pátios, praças públicas, jardins e pomares (MOSES, 1988).

Na região do Lácio¹³, desenvolveu-se uma civilização de origem indo-europeia, os latinos, povos que habitavam na zona centro-meridional da península itálica (1000 a.C.), com várias culturas locais, onde foi fundada a Cidade-Estado de Roma (753 a.C.), de características semelhantes ao modelo da Cidade-Estado grega. Os romanos dominavam a técnica construtiva (etrusca e grega) estendendo o conhecimento das obras de arte estrutural, desenvolvendo o estilo romano, representado pelo arco de meio ponto, a abóboda de berço, a cúpula, os canais para drenagem, as muralhas defensivas, os hipigeus, e os templos com planta quadrangular com colunas e altar (*mundus* – limpador, purificador). A engenharia romana criou a ponte-aqueduto (Figura 8-a), possibilitando o abastecimento d'água para as explorações agrícolas, as cidades, a instalação das termas e balneários, locais destinados aos banhos, à hidroterapia e ao lazer público. Assim como os gregos, os romanos veneravam os deuses, sobreviviam da agricultura (nobres proprietários de terra e pequenos agricultores), do comércio, da escravatura, as principais forças de base do Império Romano.

O período que representa o esplendor da cultura greco-romana é conhecido por 'helenismo', quando os elementos esculturais evidenciam a arquitetura e as estátuas são utilizadas nos jardins para representar os deuses, uma das mais expressivas características do paisagismo romano.

Figura 7 – Período greco-romano



Trecho da Vila Adriana, Tivoli, Itália.
Fonte: Foto da autora (1999).

¹³ **Lácio**, *Latium*, região da Itália central onde foi construída a Cidade-Estado de Roma, cujo idioma, o latim, tornou-se a língua formal do Império Romano, tendo sido amplamente difundido nos territórios sob o seu domínio e originando, na Idade Média, as línguas portuguesa, francesa, italiana e espanhola.

A Vila do Imperador Adriano (Século II) é considerada um dos exemplos de integração entre arquitetura e natureza que expressa a arte romana. O conjunto arquitetônico é formado por diferentes obras (Palácio, Liceu, Academia, Pritaneu, Canopo, Pórtico pintado). Na Figura 7 acima, observa-se um trecho do Teatro Marítimo e seu conjunto escultural situado ao lado do jardim das bibliotecas que forma o *atrium*, circulado simetricamente por colunas jônicas interligadas por abóbadas de berço, formando, por sua vez, os nichos reservados às estátuas.

Percebe-se, nesse exemplo, a introdução do elemento artístico no ambiente do jardim, as estátuas gregas helenistas representando deuses romanos¹⁴. Ao conjunto se agrega uma pequena piscina, uma terma com latrinas e um pequeno jardim para o cultivo de ervas medicinal. Nos arredores, a vegetação natural preservada fazia a interligação entre as edificações. A composição paisagística ‘*Land Art*’ da Vila de Adriano representa o conceito ideológico do Império Romano, uma intervenção de ordem privada que se contrapõe ao pensamento grego, que reservava as áreas suburbanas em função da coletividade.

O contraste social predominante entre os ricos e os pobres provoca contrariedades aos interesses do império, estendendo-se à questão da religião (politeísta), estimulando a aproximação com a crença judaico-cristã (monoteísta)¹⁵. É no Império Romano que se desenvolve a religião cristã (religião oficial do império, a partir de 392 d.C.), influenciando o calendário cristão e os territórios dominados (século VII d.C.).

As rotas comerciais estendiam-se para além de suas fronteiras, chegando à China e Índia (Rota da Seda) e por via marítima onde escoavam a produção de cereais (arroz, trigo), azeite (oliva), escravos, minérios, tecidos (algodão), fibras naturais (lã, seda), pedras, especiarias, plantas medicinais, etc.

Na casa residencial (cidade ou campo), havia um pátio descoberto, protegido e sombreado para estimular a convivência familiar; em pequenos canteiros praticava-se a domesticação de espécies vegetais. A arquitetura (civil e militar) românica recebeu influências da Antiguidade, origem do castelo, que tinha características religiosas e defensivas, quando surge a torre para habitação do senhor. A ‘*urbe latina*’ se torna o modelo: o núcleo primitivo de onde se originam as Igrejas, os Mosteiros (ordens religiosas) e os Castelos (moradia do rei, dos nobres e da sua corte). O estilo ‘*cidade fortaleza*’¹⁶ configura um pequeno mundo autônomo e autossuficiente que marca a paisagem por edificações

¹⁴ No Império Romano, ocorreu a transposição dos deuses gregos para os deuses romanos.

¹⁵ A religião cristã foi fundada pelos seguidores de Jesus Cristo na Palestina, defendia a paz, a harmonia, o respeito por um único Deus, o amor entre os homens, sendo contrária à escravidão, espalhando-se rapidamente pela Ásia, Europa e África. Na época das grandes navegações (séc. XV e XVI), chega à América pelos padres jesuítas, com a missão de catequizar os indígenas.

¹⁶ Na Idade Média, cidade-fortaleza é a denominação da Cidade-Estado murada.

monumentais, e formam, na sequência intercalada de vegetação natural, o legado patrimonial da Idade Medieval Europeia¹⁷. No conjunto edificado, desenvolve-se uma composição harmoniosa entre pequenos espaços abertos intramuros, definidos por caminhos e pátios abertos¹⁸.

Em geral, a ligação viária entre o mundo rural e a propriedade privada se fazia através do *boulevard*¹⁹, uma alameda de árvores de porte e copas frondosas, formando o efeito de túnel vegetal para sinalizar e sombrear o caminho; internamente, os pátios pavimentados eram utilizados para a feira livre, a parada de animais, a troca das guardas, as festividades cívicas; uma área contígua, extramuros, era reservada para o cultivo de espécies utilitárias para alimentos e medicamentos.

Nos Mosteiros (Figura 8-b), os assim chamados ‘jardins monacais’ seguiam a tradição romana ocupando os pátios dos claustros e as áreas contíguas ao muro de proteção do terreno; o plantio da vegetação era identificado por ‘horta’ onde se fazia a sementeira de hortaliças e ervas medicinais, por “pomar” onde se fazia o cultivo de árvores frutíferas, e por ‘jardim’ onde se plantavam flores para ornamentação dos altares.

Figura 8 – Idade Média



(a) Ponte Romana de Vila Formosa, Pt.
Fonte: Disponível em:
<<http://www.origens.pt/explorar/doc>>.



(b) Mosteiro de Santo André, Amares, Pt.
Fonte: Disponível em:
<<http://www.portugalromano.com/site>>.

¹⁷ A Idade Média se inicia com as invasões bárbaras sobre o Império Romano do Ocidente (século V) e se estende até a retomada comercial e o renascimento urbano (século XV). Caracteriza-se pela economia ruralizada, enfraquecimento comercial, supremacia da Igreja Católica, sistema de produção feudal. Regime político monárquico hierarquizado: Rei, Nobreza Feudal (senhor, cavaleiro, conde, duque, visconde), suserania, clero (membros da Igreja Católica), servos (camponeses) e pequenos artesãos.

¹⁸ Os pátios eram espaços do mercado, dos jogos, da cavalaria. As fontes e os jardins foram acrescentados a partir do séc. XV.

¹⁹ Espécie de via ampla e arborizada que fazia a passagem das muralhas para a cidade, quando se passou a utilizar a vegetação como objeto de sinalização para o deslocamento das pessoas e dos animais.

Nos palácios, a arquitetura integra-se com a natureza em redor, composição dos jardins de sensibilidade, uma expressão que foi associada aos ‘jardins mouriscos’²⁰ conceitualmente projetado como recinto sensorial, onde a atividade do paisagismo se apropriava das cores, texturas, perfumes característicos da diversidade vegetal que vinha sendo domesticada.

2.1.2 Espécie Vegetal, Conhecimento e Utilitarismo

Ao observarmos a natureza, notamos que as árvores diferenciam-se entre si, mas têm algo em comum; esse fenômeno foi indutivamente explicado pela taxonomia animal²¹, o sistema de classificação criado pelo filósofo grego Aristóteles (384-322 a.C.), e a taxonomia vegetal criada pelo filósofo grego Teofrasto (372-287 a.C.), que realizou pesquisas sobre as plantas, estabelecendo, a princípio, a distinção entre a utilização e a forma de cultivo.

Percebe-se que, na academia grega, ocorreu um movimento transformador entre o processo antigo empírico de conhecimento e o processo experimental clássico, origem da Filosofia Natural que se expandiu no período do Império Romano (27 a.C.-476 d.C.).

Na Antiguidade, os homens acreditavam que os fenômenos naturais (trevas, calor, frio, vida e morte) eram controlados por deuses e espíritos, que podiam habitar nos elementos naturais (astros, rochas, árvores, rios) e que deveriam ser reverenciados em troca de benevolências. O politeísmo greco-romano reverencia o temor da morte, prestando o culto doméstico aos parentes mortos que viviam ao lado dos deuses. O monoteísmo judaico-cristão acredita no Deus único, transcendente, onipotente, o criador de todas as coisas, reverenciando o ‘culto à Sua palavra’ para ser transmitida ao público na Igreja Cristã (BARROS, 2009).

Na transmigração da cultura oriental (Grécia) para o Ocidente (Roma), os ensinamentos teóricos e práticos provenientes dos filósofos gregos foram compilados pelo naturalista romano Plínio Segundo, ‘o Velho’²² em *Naturalis Historia*, uma enciclopédia composta de trinta e seis livros, dos quais doze foram dedicados aos estudos da vegetação. Segundo o autor, a natureza é um sujeito personificado, de caráter vivo e transcendente, que pode ser classificada como providencial ou protetora (mãe-natureza) e também cruel (mãe-

²⁰ Originários dos povos mouros e islâmicos que introduziram na Península Ibérica: expressão artística na composição paisagística dos jardins de sensibilidade cuja intenção era de ostentação, sedução e encantamento.

²¹ **A Taxonomia** classifica os seres vivos. É parte da Sistemática, ciência que estuda as relações entre organismos e que inclui a coleta, preservação e estudo de espécimes, além da análise dos dados vindos de várias áreas de pesquisa biológica.

²² **Caio Plínio Segundo** (23-79). Romano, naturalista, autor de *Naturalis Historia* (77), enciclopédia dedicada a várias ciências: geografia, cosmologia, fisiologia animal e vegetal, medicina, história da arte, mineralogia e outras; os volumes de XII a XXIX específicos para os temas relacionados com botânica, agricultura, horticultura e farmacologia.

devastadora), que guarda a primazia sobre tudo e onde se encontra o homem que deve ter consciência sobre suas ações e seus efeitos (VIEIRA, 2010). Segundo a filosofia grega, o processo evolutivo entre os seres vivos (homem, animais e vegetais) é um produto intrínseco da Natureza e por ela deve se responsabilizar em seus atos. Para Aristóteles (384-322 a.C.): “[...] Os animais estão em guerra uns com os outros quando ocupam os mesmos lugares e quando, para viver, utilizam os mesmos recursos” (ARISTÓTELES. apud ACOT, 1990, p.3).

Assim como os animais, as plantas, na busca da sobrevivência, lutam por seu *locus naural* (ODUM, 1979). Segundo a visão judaico-cristã, não há luta, mas uma dádiva suprema, alheia às forças naturais, que ‘entrega’ ao homem, um jardim, o ‘Éden’, para ser cuidado e cultivado. Segundo o pensamento hegeliano, torna-se possível entender a semelhança entre o conteúdo da filosofia e o da religião cristã quanto à verdade, porque ambas são igualmente culto divino.

Em primeiro lugar, a filosofia tem, de fato, seus objetos em comum com a religião. As duas têm a verdade por seu objeto, decerto no sentido mais alto: no sentido de que Deus é a verdade, e só ele é a verdade. Além disso, ambas tratam do âmbito do finito, da natureza e do espírito humano; de sua relação recíproca e de sua relação com Deus, enquanto sua verdade. (HEGEL, 1995, p.39).

No Império Romano ocorreu a redução teleologia > teologia²³, e o conhecimento sobre o meio, ‘*Natura Naturans*’, se tornou uma dádiva de Deus para serem assimiladas em crença pela comunidade cristã. Crença e Religião, sendo semelhantes, se unem à estrutura social feudal, com base na vida do campo, na agricultura, no trabalho escravo e na propriedade privada, uma importante coligação política, o feudalismo, e ocorre a disseminação da cultura cristã ocidental, ‘romanização’. Assim, a arte românica era também utilizada²⁴ como meio de comunicação e educação para a população que não entendia (ler, escrever, ouvir) a língua latina. Os artistas inspiravam-se nos textos sagrados para tecer as iluminuras das igrejas e dos conventos, através das paredes (afrescos, mosaicos) dos altares (retábulos).

O cultivo doméstico da planta (castelos, mosteiros, palácios) trouxe também a familiaridade com o elemento vegetal, estimulando a ‘experimentação’ da espécie e sua transformação por ‘alquimia’, estabelecendo a correlação entre filosofia e medicina natural;

²³**Teleologia:** doutrina que estabelece metas, fins ou objetivos no processo evolutivo da natureza (aristotelismo, hegelianismo). **Teologia:** doutrina ou ciência de Deus (religião cristã).

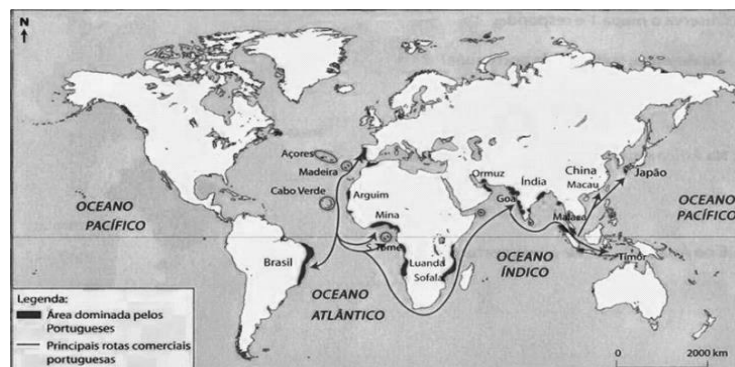
²⁴ Na Idade Média, poucos conheciam o *latim*, a língua oficial em que as missas eram professadas.

segundo Paracelso²⁵, este processo constitui-se na base da Ciência Experimental, e o elemento vegetal transformado por processo químico passou a exercer, de forma pragmática, a função ‘terapêutica’²⁶, um ganho expressivo para a evolução da cura médica (REZENDE, 2010).

O prenúncio da Idade Moderna sugere o antropocentrismo, uma ideologia amparada pelo sistema Político (Absolutista) Religioso (Igreja Católica) e comercial (Burgueses); no início do século XVI, sob a luz da teologia, emerge uma geração de mentes revolucionárias predestinadas a despertar, do obscurantismo sedentário do conhecimento medieval, uma nova concepção religiosa, filosófica e artística, que originou a ciência moderna²⁷.

Nesse contexto, o expansionismo marítimo demanda novas rotas exploratórias e o Império Colonial Português (1415-2002)²⁸ ascende ao cenário mercantilista e ao conhecimento técnico (navegação, cartografia, tecnologia marinha) que se desenvolveu em função da comercialização das especiarias orientais, estabelecendo a ligação dos oceanos Atlântico e Índico (Cabo da Boa Esperança – 1488) e as descobertas do *Caminho das Índias*, (Vasco da Gama – 1498), da Terra de Santa Cruz, Brasil (Pedro Álvares Cabral – 1500). Durante o século XVI, em regime de talassocracia, uma série de feitorias e de fortificações costeiras, reforçava o monopólio português, ligando Lisboa com a África, Médio Oriente, Índia, Ásia, América do Sul, entre os oceanos Atlântico, Índico e Pacífico.

Figura 9 – Século XVI: Império Português



Principais rotas comerciais.

Fonte: Disponível em: < <http://histgeo6.blogspot.com.br/> >.

²⁵ **Teofrasto Hohenheim** (1493-1541). Francês, médico, físico, astrólogo, alquimista (Paracelso), pioneiro da medicina holística, homeopática, farmacêutica, introduziu substâncias químicas no preparo dos medicamentos.

²⁶ Termo de origem grega – *therapeutiké* – usado por Hipócrates e Galeno.

²⁷ **Leonardo da Vinci** (1452-1519). Italiano, cientista, inventor, arquiteto, engenheiro, pintor, escultor, botânico; **Nicolau Copérnico** (1473-1543). Polonês, cônego da Igreja Católica, autor da teoria heliocêntrica; **Marinho Lutero** (1483-1546). Germânico, monge, teólogo, precursor do movimento da *Reforma Protestante*; **Jerônimo Cardano** (1501-1576). Italiano, médico, matemático, astrólogo, mago, físico.

²⁸ Império Português, um dos mais longos da era moderna (1415- 2002). Disponível em: < www.publico.pt/ >.

Às margens oceânicas, uma rede de portos e de fortificações costeiras, reforçava o monopólio português sobre esses mares. No litoral, eram reconhecidos os portos de atracação para manutenção e abastecimento das caravelas, na costa atlântica, origem da fundação da Cidade do Salvador, Bahia (Figura 9). As expedições marítimas contribuem para o conhecimento da espécie vegetal, disponibilizando o serviço médico para a tripulação de bordo, surgindo daí o *locus* apropriado para a sistematização e classificação das espécies medicinais²⁹, um laboratório de análise, aclimação, transformação e apropriação da espécie em sua função utilitária. Deve-se referenciar o *Horto Medicus* de Garcia de Orta (Índia, Goa-1543)³⁰, para pesquisas de características farmacológicas dos reinos vegetais, animais e minerais; a Companhia de Jesus (Inácio de Loyola, 1534) e o auxílio médico nas expedições e catequese portuguesas (1549). Na Bahia, os Jesuítas fundaram o Colégio do Salvador (1553), com os cursos de medicina, filosofia e ciências físicas e naturais; os ‘Postos de observação e análise da flora brasileira’; a ‘botica’, um laboratório anexo à enfermaria, apropriado e instrumentalizado para criar e manipular medicamentos secretos como a *Triaga Brasílica*, considerada como o medicamento mais cobiçado e prestigiado na Europa, Índia e África. A Botica deu origem ao método da sistematização em Portugal e suas colônias (WISSENBACH, 2009).

Na Europa, a prática de transformar vegetais em produto medicinal deu origem aos primeiros Jardins Botânicos da Itália, em Pisa (1543) e Pádua (1545) onde foi implantado o “centro de estudos e de cultivo de plantas”, no Convento de Santo Antônio³¹ (MELLO FILHO, 1985). Na Holanda, foi instalado o *Hortus Academicus* da Universidade de Leiden (1590)³² (SANJAD, 2001), contendo, ainda hoje, variadas espécies de jardins: japonês, histórico, de inverno, de rosa, de samambaia e de ervas medicinais, campo de nozes e estufa tropical. No Brasil, o primeiro Jardim Botânico foi instalado em Pernambuco (1637-1654)³³, o ‘jardim das plantas’, um *locus* anexo ao Palácio de Friburgo (1637), para centro de estudo

²⁹ *Locus*: origem clássica em Homero. O termo *locus amoenus* remete à descrição da Natureza para um conjunto de elementos específicos: campo verdejante com árvores e flores. No latim, *locus* refere-se à paisagem ideal, no *Genesis*, o jardim do Éden (Cf. CEIA, Carlos. *Dicionário de termos literários*. Disponível em: < <http://www.edtl.com.pt/> >.).

³⁰ **Garcia de Horta** (1500-1568). Português, filósofo natural e médico em Salamanca (1523), professor em Coimbra (1530), médico do Rei D.João III, de Martim Afonso de Souza, o Vice-Rei da Índia (1542-1545), estabelecendo-se em Goa (1534) como clínico terapeuta, pesquisador e comerciante. Autor de *Colóquio dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia*, (1563), obra divulgada durante as expedições.

³¹ O jardim botânico remete-se à Antiguidade; no Ocidente, foram inicialmente implantados na Itália, em Pisa (1544) e Pádua (1545).

³² Jardim Botânico da Universidade de Leiden (1590), *hortus academicus*, criado pelo médico e botânico flamenco Carolus Clusius (1526-1609), que traduziu para o latim a obra de Garcia de Horta (1567).

³³ **Johan Maurits van Nassau-Siegen** (1604-1659). Alemão, Príncipe, Protestante, Militar. Administrador da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais na nova colônia conquistada na América do Sul (1637-1654).

das plantas utilitárias em função da agricultura e para catalogar a flora, fauna e etnografia desta região brasileira³⁴. Foi idealizado conforme o Jardim Botânico de Leider, para alimentar e enriquecer as coleções da Holanda: segundo Sanjad (2010), o jardim “[...] existiu junto ao Palácio de Friburgo entre 1637 e 1644”, um posto de recepção e adaptação de espécies frutíferas estrangeiras e adaptadas, oriundas da Índia e da África.

Homem sintonizado com seu tempo, Mauricio de Nassau introduziu um inédito recinto na Nova Holanda e na América. [...] parece recriar um recinto europeu, um jardim holandês, com a sua pragmática lógica de implantação em canais desenhando quadrículas [...]. (SEGAWA, 1996, p. 55).

Os Jardins Botânicos, originalmente identificados como *hortus medicus*, *hortus academicos*, *postos de observação*, *jardins de plantas medicinais*, foram criados em prol do desenvolvimento da farmacologia, ampliando-se a pesquisa para as espécies alimentícias e decorativas para jardins. A sistematização da espécie vegetal tornou-se o estímulo para o paisagismo, uma atividade que se desenvolve através da produção sistemática da planta e da garantia sobre a ‘muda’ da espécie apropriada.

O *Centro de Estudos e de Cultivo de Plantas do Convento de Santo Antônio de Pádua*, na Itália é um locus originado das práticas monasteriais da Idade Média que se tornou o modelo referencial para a ciência botânica ocidental:

O Jardim Botânico de Pádua é o original de todos os jardins botânicos de todo o mundo, e representa o nascimento da ciência, de intercâmbios científicos e compreensão da relação entre natureza e cultura. Ele fez uma profunda contribuição para o desenvolvimento de muitas disciplinas científicas modernas, nomeadamente a botânica, química, ecologia e farmácia.³⁵ (UNESCO, [s.d.])

³⁴ O *Locus* de Pernambuco foi instalado por Williem Piso (1611-1678. Holandês, médico, naturalista. Autor de *Pesquisas relacionadas a doenças tropicais e tratamento terapêutico realizado pelos indígenas*. Autor, em parceria com Georg Marggraf, da obra literária científica *Historia Naturallis Brasiliae* (1648). Considerado o primeiro naturalista a explorar os recursos naturais do Brasil (SEGAWA, 1996, p. 55); (SANJAD, 2001, p.33).

³⁵ Parecer emitido pela instituição para solicitar ações institucionais favoráveis a se tornar o Centro, um Patrimônio da Humanidade da UNESCO (Disponível em: < <http://www.m.ortobotanicopd.it> >.).

Figura 10 – Jardim Botânico de Pádua, Itália



Centro de Estudos e de Cultivo de Plantas do Convento de Santo Antônio de Pádua, Itália.
 Fonte: Disponível em: < <http://www.m.ortobotanicopd.it> >.

O atual Jardim Botânico de Pádua se destaca como o pioneiro que originou uma sequência de locais dessa natureza na França (Jardin Royal de Montpellier, 1593), em Portugal (Jardim Botânico da Ajuda, 768 e Jardim Botânico de Coimbra, 1772), no Brasil (Jardim Botânico do Pará, 1779, da Bahia, 1803, do Rio de Janeiro, 1808), entre outros.

Vale lembrar que, ao final da Idade Média, a transformação da '*Natura Naturans*' em '*Natura Naturata*' se torna concretizada mediante um conjunto de proposições para a Botânica, que vão ocorrer no ambiente científico, político, econômico, religioso.

2.2 RENASCIMENTO: VEGETAÇÃO PRODUZIDA

O Renascimento sugere a descentralização do conhecimento, a interdisciplinaridade, a vida ao ar livre, a sociabilidade, etc. O termo Vegetação Domesticada está sendo empregado para qualificar a vegetação produzida no ambiente antropizado da cidade renascentista, inserindo-se as ações do paisagismo no elenco temporal das intervenções urbanas ligadas à Arquitetura e à Engenharia na Cidade Moderna do Pós-Medieval.

2.2.1 Vegetação Domesticada, Conhecimento e Possibilidades de Utilização

Buscando entender o ponto de ruptura entre o ‘antigo’ e o ‘moderno’, vale acatar a Revolução Científica (Século XVII), quando alguns Filósofos Naturais (Galileu Galilei, René Descartes, Francis Bacon, Isaac Newton)³⁶ se libertaram dos dogmas religiosos para retomar a observação mecanicista “clássica” sobre a natureza, e a ilusão ‘cristã’ sobre o ‘mundo’ se tornou o objetivo da pesquisa para se desvendar, sobre a luz da ciência, o universo e sua origem, assim como o processo evolutivo dos seres vivos no Planeta Terra, e nesse processo ocorre a *passagem* entre a Filosofia Natural (antiga) e a Ciência Natural (moderna), Través de uma conquista gradual que se desenvolvia em instituições associativas de cunho científico, sendo, a Royal Society (Inglaterra)³⁷ considerada como a pioneira.

A Natureza e sua diversidade têm despertado a perplexidade, uma súbita percepção, ‘coisa’ que conduz a atitude em uma determinada localidade, e, assim, percebe-se a ligação intrínseca entre o ambiente geográfico e a botânica e esse entendimento vai possibilitar a utilização da vegetação para ser produzida e aplicada também, no meio urbano.

Na Idade Moderna, as atividades do homem caçador-coletor se tornam uma prática para geógrafos e naturalistas segundo métodos de coleta, armazenamento e condução da espécie de seu ambiente natural para o *locus* de classificação, experimentação, constatação e aplicabilidade. Segundo se observa nas fontes consultadas, essa prática se desenvolvia no fluxo das expedições exploratórias ultramarinas, assim estimulando a inclusão da Geografia e da Botânica nas universidades tradicionais para desvendar as questões do meio ‘*Natura Naturans*’ e seus agentes modificadores que conduzem ao meio ‘*Natura Naturata*’.

Não podemos, pois, falar de espaço, de seres extensos etc., senão debaixo do ponto de vista do homem. Nada significa a representação do espaço, se saímos da condição subjetiva, única sob a qual podemos receber a intuição externa, quer dizer, ser afetados pelos objetos. (KANT, [1781], p.18).³⁸

O campo de experimentação teórico-prático da escola kantiana (Prússia) se tornou-se o

³⁶ **Isaac Newton** (1643-1727). Inglês, católico, teólogo, físico, matemático, astrônomo, alquimista, filósofo natural. Sua obra *Principia*, 1686, influenciou o mundo científico para a visão mecanicista da natureza ‘divina’.

³⁷ **Royal Society** (1640). Origina-se como uma reunião de filósofos naturais para promover o conhecimento do mundo natural através da observação: Royal Society of London for the Improvement of Natural Knowledge, 1660, Reino Unido. Academia de cientistas (1850). Disponível em: < <http://royalsociety.org> >.

³⁸ **Immanuel Kant** (1724-1804). Professor de Geografia Física em Königsberg, Prússia (GODOY, 2010, p.59), *República das Letras* foi o estímulo da pesquisa científica (Geografia, Naturalismo). **Karl Ritter** (1779-1859). Professor de Geografia Física (Berlim), defende a ideia de que “todos os povos estão sob a influência da Natureza” (Acot, 1990:116) **Alexander von Humboldt** (1769-1859). Prussiano, geógrafo, naturalista, explorador. **Friedrich Hatzel** (1849-1904). Prussiano, protestante, geógrafo e etnólogo.

centro da Geografia Física em que os Geógrafos Naturalistas, através da sucessiva observação do elemento coletado, formulam as teorias básicas para o entendimento do ser vivo (vegetal ou animal) e a possibilidade de aclimação e de seu desenvolvimento a partir dos condicionantes do ‘ambiente geográfico’. Constata-se que as características da fauna e da flora de uma região encontram-se relacionadas com a latitude, tipo de relevo e condições climáticas existentes: “[...] Humboldt lança diversas bases para a geografia física como a climatologia (termo provavelmente de sua autoria), botânica, orografia, oceanografia, geologia, etc.[...]” (ARAGÃO, 1960, apud GODOY, 2010, p.46). Na sequência associativa entre o ser vivo e seu meio natural, o geógrafo Hatzel observa o ‘determinismo geográfico’ em uma determinada intervenção (espontânea ou provocada) em que os seus indivíduos passam pela adaptabilidade e buscam seus interesses imediatos em regiões vizinhas com propriedades semelhantes para garantia de sobrevivência. Assim, o modelo experimental se amplia em ramificações da ciência europeia, e o interesse sobre a fitogeografia indica os rumos da Botânica na Suécia (Linnaeus)³⁹ onde se criou a classificação binominal da espécie vegetal; na França (Candolle)⁴⁰, onde se desenvolveu a taxonomia moderna, a sistemática, e foi criada a expressão ‘Paisagem Vegetal’ para um determinado agrupamento florístico em um quadro de observação (ACOT, 1990). Em Portugal (Vandelli)⁴¹, foi criada uma série de “viagens filosóficas” para estudar sua flora natural e, em função da fisiocracia, iniciou-se o processo da aplicação utilitarista da vegetação na atividade agropastoril, como uma importante fonte de sustentação do Império Português e de coligação com o sistema imperial mercantilista.

Renovava-se a crença sobre a ciência, e o renascimento científico delegava aos sábios e aos cientistas, o papel de construir o bem-estar e a saúde dos homens com suas descobertas, chamando, assim, as ciências naturais e mecânicas ao primeiro plano de interesses de uma nação. (SEGAWA, 1996, p.111).

Nesse entendimento, sobre o meio natural ‘*Natura Naturans*’, observa-se a relação espontânea entre os *seres autótrofos* e os *seres heterótrofos*⁴² e que no meio aculturado

³⁹ **Carolus Linnaeus** (1707-1778). Sueco, protestante, teólogo, médico, botânico e Zoológico. Autor de *Systema Naturae*, 1758. Fundador do Jardim Botânico da Universidade e de sua residência.

⁴⁰ **Augustin Pyrame de Candolle** (1778-1841). Suíço radicado na França, botânico e médico. Defendeu sua tese *Essai sur les propriétés médicales des plantes*, em 1804.

⁴¹ **Domênico Vandelli** (1735-1816). Italiano, naturalista, botânico. Filho de Girolamo Vandelli, cátedra da Universidade de Pádua. Fundador de: Museu de História Natural de Pádua (1757 e 1763). Professor do Colégio Real dos Nobres, Lisboa (1764). Disponível em: < [http://bibdigital.bot.uc.pt/Domênico Vandelli](http://bibdigital.bot.uc.pt/Domênico_Vandelli) >.

⁴² **Autótrofos** – Seres capazes de produzir seu próprio alimento. **Heterótrofos** – seres que dependem do outro para garantir a sua sobrevivência.

‘*Natura Naturata*’, deflagram-se os movimentos de acomodação das interdependências entre os recursos naturais e o espaço em processo de transformação.

Voltando o olhar para o passado remoto, percebe-se que os povos primitivos conheciam algumas características sobre as plantas, entretanto acreditavam que estas obtinham seu alimento através do solo. Na Idade Moderna, mediante a evolução da Botânica, se desenvolvem as teorias e conceitos sobre a ‘fisiologia vegetal’, comprovando que a planta é um ser *autótrofe*, e que por essa condição produz sua glicose, transformando-a em energia solar e energia química e que, em seu ritmo natural, promove os fenômenos da fotossíntese, respiração, absorção, condução de água e nutrientes, translocação, germinação, floração⁴³.

O conhecimento da fisiologia vegetal possibilitou a integração arquitetura-vegetação, despertando, para os arquitetos, engenheiros e artistas, o interesse por um desenho urbano diferenciado da enclausurada cidade medieval, e por isso alguns autores (SEGAWA, 1996), ao estudar sobre o desenvolvimento urbano na Europa (século XVII), atribuem esse desenho diferenciado à presença da vegetação nos espaços públicos de algumas cidades, um fato que se deve à possibilidade reprodução do elemento vegetal e da sistematização e assim a vegetação foi introduzida como um dos elementos do projeto de arquitetura e de engenharia urbana, e nesse processo de observação ocorreu uma ‘ruptura’⁴⁴ entre o estilo da cidade medieval e o conceito da cidade moderna projetada sob a luz da ciência (ARGAN, 1999).

Os arquitetos humanistas buscavam, na tratadística clássica, encontrar soluções para o crescimento da cidade medieval (murada) tentando estabelecer a mediação entre o ‘antigo’ preexistente, e o ‘moderno’ a ser construído, percebendo, através do tratado de Vitruvius⁴⁵ que “[...] a arquitetura é uma **ciência** adornada com numerosos ensinamentos teóricos e com diversas instruções, que servem de consulta para julgar todas as obras que alcançam sua perfeição mediante as demais **artes**” a arquitetura é uma atividade que se desenvolve no arcabouço da ciência, mas se concretiza como um produto da arte, segundo os conceitos de simetria e proporção, mas que a natureza é a fonte de inspiração para a obra que, por si, reflete

⁴³ **Aristóteles** (384-322 a.C) observou que as plantas necessitavam da luz solar para adquirir a sua cor verde. **Jan Baptist van Helmont** (1577-1644) criou a teoria de que as plantas retiravam seu sustento da água. **Stephan Hales**, em *Legumes Staticks* (1727), demonstrou que as plantas retiravam os nutrientes necessários para sua sobrevivência do ar; **Joseph Priestlye** (1771) descobriu que as plantas renovavam o ar. Jan **Ingen-Housz** (1779) destacou que só as partes verdes das plantas eram capazes de purificar o ar. **Nicholas de Saussure** (1804) descobriu que a luz era responsável pelas plantas produzirem oxigênio e absorverem gás carbônico (dia) e, à noite, o processo é inverso. **Julius Robert Meyer** (1842) e **Julius von Sachs** (1864) compreenderam na fotossíntese a transformação de energia luminosa em energia química. **Blackman** (1905) classificou dois tipos de fotossíntese, a que ocorria na luz e a que ocorria no escuro (LACERDA, 2007, p.103).

⁴⁴ ‘Ruptura’ no sentido da reação da cultura humanista sobre a história clássica e seus tratados.

⁴⁵ Atribui-se ao Arquiteto romano **Vitruvius** (séc. I a.C.), fazer a transposição da arquitetura clássica grega para o Império Romano em diversos manuscritos compilados em *De Architectura Libri Decem*, obra publicada em Roma em 1521 (ARGAN, 1999, p.59).

diretamente na cidade “urbis” latina. Nesse sentido, nota-se que a obra edificada deve-se ampliar em seus limites para dialogar com a cidade e que o projeto que antecede a construção, precisa considerar as características físicas do terreno (relevo, clima, insolação, altitude, hidrografia, vegetação) para estabelecer o diálogo entre a preexistência e a paisagem criada. (VITRUVIUS, 1995, Livro 6. cap.1º). E assim, percebe-se que o processo de transformação entre ‘*Natura Naturans*’ e ‘*Natura Naturata*’, em sua continuidade e maturação, no período renascentista foi agraciado com o pensamento clássico vitruviano sobre a construção da cidade conforme as condicionantes básicas relacionadas à sua preexistência do meio edificado, do meio semirural e ainda do meio natural, e que tais atributos envolvem uma série de conhecimentos que deveriam ser explorados por meio da interdisciplinaridade. Assim, a ‘paisagem moderna’ vai surgir no âmbito do legado medieval como uma composição entre Arquitetura, Engenharia, Agricultura e Arte, e o Paisagismo se desenvolve a partir da harmonização entre a vegetação cultivada, no campo se torna um fenômeno da fisiocracia, e, na cidade, o paisagismo passa a representar a condição de salubridade pública, de embelezamento do ambiente edificado, e de atrativo para o turismo.

Nesse contexto, valem referenciar alguns pensamentos que se fundamentam na tratadística vitruviana e conduzem o pensamento moderno (arquitetos, engenheiros, artistas, agricultores, teóricos e práticos) ao processo de criação de modelos que buscam a integração entre a edificação com a cidade ou com o campo.

2.3 ARTE, ARQUITETURA E PAISAGISMO: TEORIAS e PRÁTICAS URBANAS

No Renascimento, observa-se o jardim como parte da obra de arquitetura e, assim, o paisagismo se eleva ao nível das expressões artísticas (pintura, escultura) compondo um ambiente teatral da aristocracia (civil e religiosa) onde a vegetação perde suas características naturais e o pensamento humanista a transforma em elemento construtivo de uma arquitetura paisagística exterior de grande impacto visual.

Quadro 3 – Correlacionamento entre as teorias renascentistas



Fonte: Elaboração da autora (2015) com base na Tratadística Moderna.

Conforme citado, o processo em que se observa a integração Arquitetura, Engenharia, Paisagismo e Arte tem origem no século XVI quando os humanistas redescobrem as tratadísticas clássicas (Platão, Aristóteles, Plutarco, Plínio Segundo, Vitruvius), e passaram a idealizar uma cidade moderna, entretanto, segundo os princípios ‘antigos’, e esse processo de conhecimento se deflagrou entre os importantes centros comerciais e se desenvolveu no âmbito das explorações marítimas do Mar Mediterrâneo (Itália) e suas interligações com os Países Baixos (Antuérpia) onde surgiram as academias de artes e nessas foram concebidos os primeiros tratados renascentistas (FAZIO, 2011).

Com base no conhecimento da tratadística renascentista em seu processo evolutivo, foi possível entender, que, alguns autores consideraram a possibilidade de tratar a cidade mediante a interdisciplinaridade (Arquitetura-Engenharia-Paisagismo-Arte) e assim produzir uma paisagem monumental surpreendente e atraente. Entretanto, para compreender, nesse movimento, o correlacionamento entre as teorias renascentistas e suas derivações, foi preciso elaborar o Quadro 3 (acima), onde se formatou o movimento em suas raízes renascentistas (Itália e Antuérpia), as suas influências sobre a paisagística militar portuguesa e sobre o paisagismo barroco francês e suas ramificações para outras cidades européias, e assim perceber que, em seu processo evolutivo, o pensamento humanista alcançou o período iluminista influenciando o estilo do paisagismo neopalladiano inglês e suas ramificações para Portugal, onde se inclui o Brasil e a Bahia.

2.3.1 Paisagística do Renascimento italiano e seguimentos

A grande novidade no processo de desenvolvimento da cidade é que, a partir dos séculos XV e XVI, as transformações estruturais se verificam por vontade de um príncipe e segundo projetos estudados sistematicamente por arquitetos. (ARGAN, 1999, p.58).

Segundo Argan (1999), é na possibilidade de organizar a cidade de forma consciente que o pensamento humanista vai estimular a composição ‘ciência-arte’, em função do homem ao centro e da natureza a seu redor, e assim, observam-se as propostas pioneiras dos arquitetos que formam a escola italiana florentina, e modelam os conceitos de integração arquitetura-paisagismo através da *land art*, e os referenciais para o paisagismo urbano.

A primeira questão a ser observada se refere à necessidade da expansão urbana e nesse intento, o arquiteto Filippo Brunellesqui (1377-1446)⁴⁶, em seu tratado, questiona a preexistência e nessa, a integração entre a edificação e a natureza em redor, observando a ‘cidade medieval’ sob uma visão de conjunto que deve ser preservado em seu limite murado, e assim admite que a ‘necessária’ expansão da cidade deve ocorrer sobre no meio semirural, e esse espaço murado precisa ser resguardado por uma faixa de vegetação contígua à sua muralha de forma a permitir a visibilidade da arquitetura medieval.

As Figura 11 e 12 (a-b), conforme o exemplo da Cidade Medieval de Almeida em Portugal, expressa, ainda hoje, o sentimento de Filippo Brunellesqui sobre a condição de preservação da ‘cidade medieval’, e que observando-se a sequência da tratadística italiana, percebe-se que o autor Leon Battista Alberti (1404-1472), compartilha esse sentimento porque a cidade medieval contém um significado histórico filosófico⁴⁷ (ideológico) (ARGAN, 1999) e que esse conjunto ‘*monumento*’ é compreendido pelo cinturão de defesa ‘*area*’, pela porção ou parte ‘*regio*’ dos campos, pela muralha, que originalmente cumpria a função ‘*paries*’ de isolamento, mas que segundo a necessidade da expansão da cidade para os campos a faixa de vegetação lindeira à muralha passa a constiuir o ‘*apertio*’ ou seja, a área de comunicação entre o interior, a cidade edificada e o meio semirural. E, nesse sentido percebe-se que a vegetação se constituiu como um elemento de mediação entre o ‘antigo’ (monumento isolado ou conjunto) e o ‘moderno’ (vilas suburbanas).

⁴⁶ **Filippo Brunelleschi** (1377-1446). Italiano, arquiteto e escultor. Com base em Vitruvius, retomou o conhecimento greco-romano criando a Teoria da Perspectiva, estabelecendo, para o objeto, a relação de distância e de escala, observando a redução das dimensões de altura, largura e comprimento ao se aproximar do ponto de fuga, possibilitando a visão tridimensional do objeto.

⁴⁷ Segundo ARGAN (1999), o termo história, no sentido do pensamento humanista, é uma ideologia.

Figura 11 – Integração entre o conjunto monumento e a natureza



Cidade Medieval de Almeida, Portugal.
 Fonte: Disponível em: < [www.google hearth](http://www.google.com/earth) >.

Figura 12 – Integração entre o monumento e a natureza



(a) Paço Medieval. Braga, Portugal.
 Disponível em: < <http://www.patrimoniocultural.pt> >.



(b) Villa Medici, Fiesole, Itália.
 Disponível em: < www.villamedicifiesole.it >.

O italiano Leon Batista Alberti foi um arquiteto renascentista que adotou algumas das orientações vitruvianas, dentre elas a possibilidade de integração da arquitetura com a natureza e nesse sentido, buscou, em seu tratado *De Re Aedificatória* (1452) assim em alguns projetos, a preservação e manutenção dos recursos naturais tais como insolação, ventilação, hidrografia e da vegetação, considerando que estes elementos são favoráveis para a salubridade do ambiente projetado e que a edificação deve estar devidamente adequada as

condições físicas do terreno. E nesse sentido, Alberti vai propor o conceito da ‘*arte de construir*’ com base nas regras e proporções da matemática e da geometria, sendo que a natureza é percebida como fonte de inspiração, e a cidade deveria ser projetada em função do homem (ALBERTI, [1452], Livros IV e V).

[„] devemos procurar maneiras de explorar a natureza do próprio lugar, como na verdade nós percebemos que os antigos faziam, dependendo das vantagens oferecidas pelo local, e seus próprios requisitos”. (ALBERTI, Livro IV, p.3, apud LOWEN, 2004, n.p.).

Segundo Alberti (1452), a ampliação da cidade em direção ao campo deveria ocorrer de forma parcimoniosa, ‘*non giova la freta*’, em uma área campestre ‘*o partitio*’ distante da faixa de proteção da muralha, e esse novo processo de ocupação surgiria como uma *cosa divina*, para ser projetada pelo arquiteto partir da organização racional e seguindo as condições morfológicas do meio semirural, procurando criar a identidade desse espaço de interlocução entre a cidade e o campo. Era importante manter a muralha medieval e sua faixa de proteção vegetal e garantir a expansão urbana através da ‘*villa romana*’ ou *villa di campagna*’ que em si constitui-se como um ‘monumento arquitetônico’ e através da integração entre o projeto e a natureza cria o *giardino suburbano*, assim como está sendo representado na Figura 12 (b), no projeto da Villa Medici, Fiesole, Itália, de autoria atribuída ao arquiteto Alberti que se tornou considerada como o protótipo da villa renascentista. Esse jardim foi distribuído em três terraços de níveis diferentes, compostos por vegetação nativa e exógenas adaptadas.

Com relação à cidade murada e seu espaço interno, Alberti tece suas referências ao conjunto medieval em seu contexto ideológico, mas considera também o legado patrimonial preexistente nas igrejas, conventos, palácios, palacetes e muralha medieval, como monumentos isolados que devem ser preservados e adequados aos conceitos modernos da salubridade e para isso propõe uma faixa de recuo a rua, e através dessa propiciar a visibilidade da edificação e formar o ‘jardim de recuo’, assim como exemplificado no Paço Medieval. Braga, Portugal (Figura 12-a), um monumento isolado, entretanto contido no conjunto, e a cidade adquire o aformoseamento.

No século XVI, o modelo clássico vitruviano foi disseminado, replicado, e nesse processo vão surgindo novos conceitos sugerindo a renovação do estilo, principalmente considerava-se os elevados valores de construção auferidos e no período conhecido como da Alta Renascença, essas ideias se proliferaram no ambiente das escolas tradicionais estimulando

uma nova geração de arquitetos considerados como os inovadores ⁴⁸, dentre os quais o arquiteto Andrea Palladio (1508-1580) um expoente da tratadística moderna e criador do ‘estilo maneirista’. Em seu tratado *I Quattro Libri dell’Architettura*, (1570) Palladio considera os princípios clássicos como fontes de inspirações entretanto, busca propor algumas soluções de flexibilidade para conduzir o projeto de arquitetura ao sugerir uma *maneira* de compor um estilo ‘atraente’ a partir da *ornamentação*⁴⁹, ou seja uma forma de decorar as fachadas com massa de reboco e com isso reduzir o custo da edificação (FAZIO, 2011). Quanto aos recuos, Palladio propõe a ampliação desses espaços de acordo com a volumetria da obra para garantir a visão da perspectiva e assim o cria o ‘parterre’ para garantir o distanciamento estético e a visibilidade da edificação⁵⁰ (MASSON, 1961).

Figura 13 – Estilo italiano do Jardim sobre ‘parterre’



(a) Vila Farnese, Caprarola, Itália.

(b) Palácio de Fontainebleau, Paris.

Fonte: Disponível em: < www.poderesantapia.com >. Fonte: Disponível em: < www.wikipedia.com.fr >.

A partir de Andrea Palladio, o ‘parterre’ se tornou um grande recurso para a integração Arquitetura-Engenharia-Paisagismo-Arte porque faz a compartimentação do terreno e cria o jardim artístico, como se pode observar no exemplo acima (Figura 13-a), No projeto da Vila

⁴⁸Através dos arquitetos Donato Bramante (1444-1514), Michelangelo Buonarroti (1475-1564) e Giorgio Vasari (1511-1574), observa-se a ruptura com a linguagem classicista coletiva. Andrea Palladio (1508-1580) estabelece a transposição do estilo maneirista para autores como Giacomo della Porta (1532-1602), Domenico Fontana (1543-1607), Baldassare Peruzzi (1481-1537), Giacomo Vignola (1507-1573), Sebastiano Sériolo, os seguidores do palladianismo.

⁴⁹No sentido da decoração imediata [magia da representação – Burger], ver Argan (1999, p.402).

⁵⁰*Parterre* é um componente do jardim geométrico clássico, um plano de terra onde se desenha os canteiros para espécies de forração baixa (folhagens ou flores), com controle sobre o crescimento da planta para permitir a visão da fachada da edificação. Em pontos estratégicos, pode-se permitir a introdução de espécies arbustivas.

Farnese de Capralora, Itália, os ‘*parterres*’ criados sobre os terrenos íngremes, próximos à edificação e o aplainamento do terreno permite a utilização do espaço como ‘jardins de recuo’, que se torna um modelo inovador que obteve êxito e se propagou pelos seguidores do estilo maneirista na Itália e em outras localidades da Europa, como o exemplo apresentado acima (Figura 13-b), o Chateau de Fontainebleau em Paris (1541-1543), no qual projeto os arquitetos palladianistas, os italianos Sebastiano Serlio (1475-1554) e Giacomo Vignola (1507-1573), introduziram a novidade do jardim sobre ‘*parterre*’ na França, e o jardim de Fontainebleau (1541-1543) se tornou um marco para a transformação da tradicional ‘jardinagem francesa’, até então uma especialização que vinha sendo desenvolvida pelos ‘jardineiros reais’.

A jardinagem francesa tem sua origem no reinado do Rei Henry IV, que instituiu a profissão de ‘jardineiro real’, sendo pioneiros, os jardineiros Jacques Mollet e Jacques de Boyceau⁵¹, que aderiram ao formato do ‘*jardin parterre*’ e para desenvolver essa nova tecnologia, criaram uma série de tratados para criar uma metodologia própria, francesa sobre a arte de fazer jardins. Segundo o pensamento de Boyceau ([1638]), nesse tipo de jardim deve-se primeiramente estabelecer a separação ‘horticultura-ornamentação’, e em seguida observar a composição do jardim segundo os princípios de ordem, simetria e da diversidade entre as plantas e suas características fisiológicas e sua aplicabilidade na arte decorativa para evitar a monotonia e promover a contemplação, assim como se observa no trecho em destaque:

Les Parterres sont les embelliffemens des jardins, qui ont grand grace, specialement quando sont yeux de lieu eflué: ils sont fait de borde de plusieurs arbriffeaux de coulleurs diverses, façonnez de manières differende de compartimens, feüillages, passements, moques, arabesques, grotesques, guillois, roset, gloires, targes, escussons d’armes, chiffres [...]. (BOYCEAU, [1638], Chapitre IV, Des Parterres, p.71).

O tratado de Boyceau tornou-se a base das teorias sequenciais sobre a ciência e a arte de fazer um jardim monacal, assim como formou a essência do jardim público francês que foi-se desenvolvendo no âmbito familiar através dos jardineiros Claude Mollet⁵², Claude II, André Mollet e Jean Mollet (CHRISTOFHEN, 1979). Vale lembrar que os jardineiros Claude Mollet e Jean Le Notre foram os criadores do jardim *plans du théâtre* no ‘Jardin de Versailles’ (1639), considerando a perspectiva visual que esse jardim oferecia para ser visto das janelas do

⁵¹ **Jaques de Boyceau** (1560-1635). Francês, Superintendente dos Jardins do rei Henry IV. Autor do *Tratado de jardinagem, consoante as razões de natureza e arte* (1638), em 3 volumes.

⁵² **Claude Mollet** (1557-1647), francês, teórico da jardinagem francesa. Autor de *Tratado de jardinagem por razões de natureza e arte* (1638) e de *Théâtre de Plans et Jardinages* (o.p.1652). É filho de Jacques, irmão de André (1600-1635), pai de Claude II e tio de Jean Mollet.

palácio. A concepção do jardim se inspirava na tapeçaria turca e as plantas eram utilizadas conforme o tipo de floração, coloração, fragrância e essa possibilidade dava sentido ao desenho (traços, contrastes, texturas, cores, alturas, desenvoltura da planta) em harmonia com outros elementos naturais (pedriscos-esculturas-água corrente-espelho-d'água-cascata).

Além dos jardins de Versalles os jardineiros André e Jean Mollet criaram o *jardin de plaisir*, e esses estilos foram sendo aplicados em outras cortes européias na Inglaterra (*St. James Palace Garden*, 1629; *Wimbleton Manor*, 1641), na Holanda (*Honselaarsdijk*, 1633), na Suécia (*Kungstradgarden*, 1648, *Humlegarden*, 1651) e a arte francesa era divulgada como jardins da realeza e ampliando-se em novos formatos como '*Le jardin de plaisir et beauté*'⁵³ como sendo a porção do conjunto ajardinado exclusivamente dedicada para o deleite e admiração dos príncipes e sua corte, sobre os quais se podem apreciar o tema buquê de flores e suas derivações artísticas em camas, tapetes, bordaduras, labirintos, etc, assim como '*Le jardin utile*', dedicado ao cultivo das plantas medicinais, frutíferas e vegetais, e assim, segundo Mollet, a conciliação entre 'agricultura' e 'arte' representava a tônica da dialética paisagística francesa (CHRISTOFHEN, 1979).

A sucessão familiar da arte de fazer os jardins monacais franceses tem seu clímax no período barroco nos Jardins do Rei Luís XIV, quando o arquiteto André Le Notre foi convidado pelo Rei Louis XIV para fazer a reforma dos jardins '*Les Tuileries*' e '*Les Fontainebleau*' (1637) e assim o arquiteto percebeu que havia possibilidade aliar seus conhecimentos da Botânica com a Arquitetura e Engenharia, e nessa base de integração, o surgiu Arquitetura Paisagística Francesa. (THOMPSON, 2006)⁵⁴. Le Notre foi o autor também da reforma dos Jardins do Castelo de Versailles (1661), e ali aplicou o conceito do 'parterre' para reinventar os '*plans de théâtre*' e reproduzir a ideia e utilizar esses elementos como integração para a trilogia campo-castelo-cidade, e assim, Le Notre estabeleceu urbanisticamente, a mediação entre o palácio e o jardim, entre o conjunto palaciano e a cidade através da segregação entre o jardim e a circulação viária, e ainda, concebeu os 'bosquets', um tipo de jardim suburbano que fazia a mediação entre os jardins urbanos, e o meio natural.

Como se observa na pintura naturalista (Figura 14), a composição entre *parterres* estabelece uma sucessão de planos que se ampliam na escala urbana e formam os elementos de integração dos setores da cidade em direção ao campo. Considera-se que o *Plan Général*

⁵³ MOLLET, André. *O jardim do prazer*. Estocolmo ([1651]). *ebook*. Disponível em: <arquitetura.cesr.univ-tours.fr/>.

⁵⁴ André le Notre (1613-1700). Francês, paisagista, arquiteto, pintor, matemático, nobre da corte do Rei Luís XIV (THOMPSON, 2006).

de Versailles de André Le Notre (1662) se tornou a referência da arquitetura paisagística barroca francesa (THOMPSON, 2006).

Figura 14 – Estilo do paisagismo francês



Jardim de Versalhes, *Parterre au Nord. Promenade de Louis XIV* (França). por Etienne Allegrain, 1688.

Fonte: Disponível em: < www.poderesantapia.com >.

Conforme citado, o estilo do paisagismo barroco francês foi aplicado em alguns palácios da Inglaterra, entretanto, devido ao alto custo de implantação, alguns arquitetos ingleses estiveram participando do intercâmbio cultural com a escola palladiana e assim originando o estilo palladiano inglês ‘palladianism’ e desenvolvendo o paisagismo inglês.

Vale lembrar que na Inglaterra (século XVI), as primeiras manifestações artísticas se expressaram através da música e da literatura, e nessa época idealizavam-se pequenas cidades com base nos ensinamentos cristãos sobre a visão do paraíso e dentre algumas, destaca-se a obra literária ‘*utopia*’ de autoria do escritor Thomas More ⁵⁵, na qual o autor concebe uma *cidade-ilha* (1516) localizada em um ambiente ‘*Natura Naturans*’, portanto, dadivoso e comum a uma sociedade que se fundamentava na agricultura e na igualdade social e esse pensamento utópico, de certa forma inspira as mentes criadoras para uma nova forma de viver, fora da cidade, em contato com a natureza, que influenciou o paisagismo renascentista inglês (DUCLÓS, 1997). Também é preciso considerar que, o ideário paisagista na Inglaterra

⁵⁵**Thomas More** (1478-1535). Inglês, diplomata, escritor, advogado, legislador. Em *A Utopia* (1516), esboça um modelo imaginário, um reino-ilha, cuja sociedade funcionava de modo justo e perfeito, em oposição à aparente desorganização que se apresentava na Inglaterra. Utopia é um termo grego para “não lugar, lugar que não existe”.

se desenvolveu no âmbito das explorações ultramarinas e do intercâmbio comercial-cultural com as escolas italianas e flamengas, e das iniciativas da corte inglesa em preparar seus arquitetos conforme os princípios modernos e assim destaca-se o arquiteto inglês Inigo Jones⁵⁶, um aluno da escola palladiana, que conduziu o estilo maneirista para Londres. Em sua primeira experiência, Jones projetou o pórtico greco-romano *Water-Gate* (1626) nas margens do Rio Tâmsa um elemento que foi apostado à arquitetura gótica da York House, como se pode observar (Figura 15-a) abaixo, a marca do estilo palladiano sobre a paisagem inglesa. Em outro exemplo o arquiteto projetou uma praça ‘*piazza*’ italiana junto à edificação preexistente ‘*Abadia de Westminster*’, para compor um empreendimento privado de caráter diversificado com edificações residenciais, comerciais e religiosas, o *Covent Garden* (1630), e esses novos espaços transformaram a paisagem gótica medieval (TAVARES, 2005).

Figura 15 – Estilos do paisagismo inglês



(a) Water-Gate of York House, London, England.

(b) Stowe Landscape Gardens, England.

Fonte: Disponível em: < www.literalilondon.org>.

Fonte: Disponível em: < www.nationaltrust.org.uk/>.

Ainda sob a influência da escola palladiana, surgiram as questões em torno da necessidade de expansão das cidades e também as questões ambientais relativas devastação das florestas devido ao crescimento industrial e nesse sentido o governo inglês criou incentivos para o desenvolvimento de propostas direcionadas para sanar estas questões e buscar inspirações em modelos menos dispendiosos, com a participação da iniciativa privada para reduzir os custos e prazos das obras projetadas. Nesse sentido observa-se as intenções da Inglaterra para desenvolver um estilo próprio de arquitetura com base nos tratados palladianos

⁵⁶ **Inigo Jones** (1573-1652). Britânico, cenógrafo, *designer*, arquiteto da corte de Londres, em diversas obras do estilo clássico antigo e do moderno renascimento ‘tardio’ ou palladianismo maneirista.

quando se descam o trabalho do arquiteto William Kent⁵⁷ em parceria com o jardineiro Charles Bridgeman, para criar um estilo diferenciado ao tradicional jardim sobre parterre, e desenvolver projetos integrados entre Arquitetura, Engenharia, Vegetação e Arte, e para isso se apropriam do estilo greco-romano para desenvolver a arquitetura religiosa, assim como as obras de engenharia baseadas nas pontes romanas sobre cursos d'água, e para as edificações residenciais, o arquiteto concebe o estilo *english villages* para promover a vida no campo em condições de salubridade, no qual insere, sobre o terreno natural, o jardim da casa. Conforme se apresenta acima (a Figura 15-b), o *Stowe Landscape Gardens* (1730-1748), um exemplar do estilo campestre inglês de autoria do arquiteto William Kent, que marcou o início da paisagística inglesa, onde o autor explorou seu conhecimento sobre as condições naturais do terreno para implantar a arquitetura greco-romana, para reflorestar os campos e criar os jardins naturais em harmonia com a natureza do local. Segundo consta em bibliografias, durante a execução desse projeto Kent reconheceu que “*a natureza em si já é um jardim*”! e essa frase se tornou a essência para a reconstrução da paisagem inglesa, sendo o jardim uma imitação da natureza, no qual os recursos naturais (floresta, rio, relevo) são apropriados ao projeto, que por sua vez deve ser adaptado ao terreno natural (caminhos sinuosos, escadas orgânicas, valas naturais para drenagem) e organizado tecnicamente em função da harmonização com a paisagem criada (CHRISTOFHEN, 1979).

E nesse processo de recomposição da paisagem inglesa, outro exemplo referenciado (Figura 16-a) é a antiga propriedade rural Stourhead House Stour que foi requalificada (1720) e para desenvolver esse projeto foi composta uma equipe interdisciplinar de arquitetos, dentre eles o Colen Campbel⁵⁸, dos engenheiros Nathaniel Ireson e Henry Flitcroft, do paisagista Henry Hoare II, que defendiam o estilo palladiano inglês assim recriar paisagens (ENGE; SCHRÖER, 1982, p.184).

No sentido do reflorestamento das áreas devastadas observa-se também o empenho do arquiteto William Chambers (1772)⁵⁹, para buscar inspirações na China e entender como de fato ocorre, no oriente, a inserção de plantas cultivadas sobre o meio natural e em suas pesquisas observava que as atividades orientais do reflorestamento ocorriam como sendo uma ação propiciada pela população chinesa em benefício da coletividade e se sente estimulado e

⁵⁷ **William Kent** (1685-1748). Britânico, arquiteto, *designer* da paisagem, naturalista. Autoria: “A view Pope’s Garden at Twickenam with the Shell Temple (1736) de Sir.Alexandre Pope, onde expressa sua concepção de jardim como um atributo da paisagem natural; a arquitetura como elemento de inserção ao ambiente natural.

⁵⁸ **Colen Campbell** (1676–1729). Escocês, arquiteto, criador do palladianismo inglês, autor de *Vitruvius Britannicus*, (1725).

⁵⁹ **William Chambers** (1723-1796). Sueco, arquiteto e paisagista. Fundador da Royal Academy (1768). Autorias: Projetos para edifícios chineses (1757); Tratado de Arquitetura Civil (1759); Dissertação sobre Jardinagem oriental (1772). Fonte: Disponível em: < [www.nndb.com/people/Sir William Chambers](http://www.nndb.com/people/Sir_William_Chambers) >.

influenciado a recriar paisagens segundo o estilo *Jardin Anglo-Chinois*, no qual propõe que as áreas devastadas sejam preenchidas por espécies vegetais nativas e exóticas adaptadas sobre o meio antropizado.

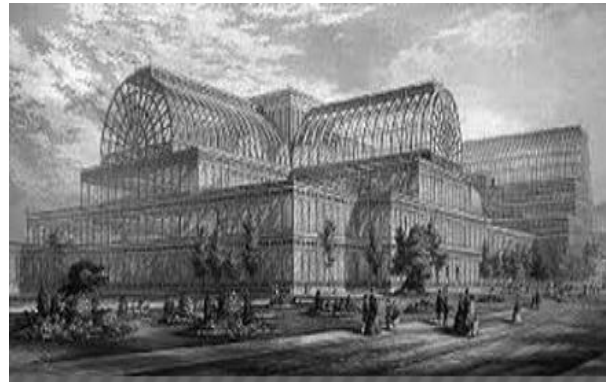
Figura 16 – Estilos do paisagismo inglês



(a) Stourhead House Stour, England.

Fonte: Disponível em:

<<http://www.nationaltrust.org.uk/stourhead/history/>>.



(b) Crystal Palace, London, 1851.

Fonte: Disponível em: < www.blogmeetmundi.com >.

>.

Destaca-se também o arquiteto paisagista Joseph Paxton⁶⁰ e seu projeto para um pavilhão de exposições anexo ao ‘*Hyde Park*’, concebido em uma estrutura de ferro inspirada na estrutura orgânica da planta brasileira *vitória régia* e com vedação em vidro, para obter a transparência entre o espaço construído e a natureza ao redor do parque (Figura 16-b).

Um gosto por paisagens ou vistas difundiu-se desde o final do Século XVII mediante pinturas ou gravuras consumidas também pelas classes médias inglesas [...] ao lado do gosto pelo ornamental, o jardim recuperava uma dimensão da antiga tradição: a terra enfeitada por bela vegetação e bons animais, espelho de mitos como o Éden, [...]. (SEGAWA, 1996, p.29).

O processo de conciliar reflorestamento com arte fluiu para o estilo neopalladiano inglês, que caracterizou o paisagismo na Inglaterra do século XVIII, e esse novo modelo foi difundido pela Europa através de artistas naturalistas como Claude Lorrain, Nicolas Poussin, nas explorações ultramarinas do século XIX, tornando-se a marca do Império Britânico.

2.3.2 Paisagística do Renascimento Flamengo e seguimentos

⁶⁰ **Joseph Paxton** (1803-1865). Inglês, *Landscape Architect*, autor do Palácio de Cristal (1851) no Hyde Park, Londres.

Durante os séculos XV e XVI, a Antuérpia (Países Baixos) constituía-se em importante porto das navegações entre o Oriente o Ocidente, centro financeiro e centro produtor e difusor da cultura flamenga, origem da Escola de Pintura e da ‘paisagem panorâmica, naturalista’⁶¹. A sociedade fundamentava-se na atividade comercial, na religião protestante, na condição da vida urbana (educação e saúde). A pintura naturalista pretendia a imitação da natureza e tornou-se um importante veículo de divulgação da Escola Flamenga.

Figura 17 – Estilo da Pintura naturalista Flamenga



“Descanso na Fuga para o Egito”, Patinir (1515-1516).

Acervo: Thyssen-Bornemisza, Madrid

Fonte: Disponível em: < <http://arteinternacional.blogspot.com.br/pintura-gotica-flamenca-joachim-patinir.html> >.

Conforme se observa na Figura 17, a pintura naturalista de Joachim Patinir revelava uma imaginação próxima da realidade, pela precisão dos detalhes sobre os elementos que compõem a paisagem, a vegetação e suas características, que cria o lugar, o Éden. Para compreender como que a arte naturalista se tornou um objeto da realidade, deve-se considerar que os povos dos Países Baixos eram protestantes e que a imagem do paraíso era divulgada como uma possibilidade de felicidade terrestre, e Antuérpia era considerada uma cidade avançada, modernizada, arborizada.

Entretanto, vale lembrar que as tratadísticas clássicas vitruvianas foram divulgadas em Antuérpia através das obras do arquiteto Albrecht Dürer⁶² um importante teórico renascentista que frequentou a escola renascentista italiana e se dedicou ao estudo da arquitetura defensiva,

⁶¹ **Joachim Patinir** (1480-1524). Um dos criadores da Escola de Pintura Naturalista (Antuérpia, 1515-1524), influenciando a arte de retratar a natureza. Fonte: Disponível em: < <http://www.nationalgallery.org.uk> >.

⁶² **Albrecht Dürer** (1471-1528). Nuremberguês, ourives, pintor, matemático, arquiteto. Autor de obras literárias sobre arquitetura: *Tratado sobre perspectiva*, *Manual de medição* (1525); *Tratado sobre fortificações de cidades, vilas e castelos* (1527); *Os quatro livros sobre proporções humanas* (1528). Fonte: Disponível em: < <http://www.metmuseum.org/> www.artcyclopedia.com/ www.moodbook.com/history/renaissance >.

buscando conhecimento para adequar as fortalezas medievais com a ‘*pirobalística*’ e implantar o sistema de baluartes nas muralhas e seu tratado sobre fortificações era divulgado através do comércio expansionista ultramarino, assim alcançando a Península Ibérica no período em que Espanha e Portugal precisavam investir esforços para defender suas colônias conquistadas na América do Sul, nas costas dos Oceanos Atlântico e Pacífico. E nesse processo Portugal dá impulso às explorações comerciais ultramarinas e esse sistema intercontinental tornou-se o estímulo para a criação da Escola Militar Portuguesa (séc.XVI) para a reestruturação do seu sistema de defesa. Em função da ‘pirobalística’ as fortalezas medievais foram adaptadas ao sistema de ‘baluartes’ e esse modelo foi originalmente utilizado na reforma do Paço da Ribeira (Lisboa, 1508) de autoria do Arquiteto Militar Diogo de Arruda⁶³ que contribuiu para a formação outros militares, como o arquiteto Miguel de Arruda (1549), o Mestre das Obras da Fortificação do Reino, Lugares-d’além e Índias, o responsável pela reforma das fortalezas medievais renascentista do Império Português⁶⁴.

Objetivamente, a engenharia defensiva buscava resguardar a fortaleza (vila ou cidade). No entanto, alguns arquitetos militares buscaram realizar esse objetivo mediante os ensinamentos renascentistas italianos quanto à preservação do monumento, e assim, observa-se ainda hoje, na Cidade Medieval de Almeida em Portugal (Figura 11), na Praça-forte de Neuf-Brisach na França (Figura 18-a) e na Fortaleza de Bourtrange nos Países Baixos (Figura 18-b) e através desses exemplares se percebe que a vegetação foi utilizada para fazer a mediação entre a muralha e a área semirural em expansão da cidade, e que em Bourtrange foi feita uma composição entre a vegetação e o espelho espelho d’água. Este fato se deve à influência da escola flamenga, da engenharia militar francesa e o modelo ‘estelar’ autoria do Marechal Vauban⁶⁵, da tratadista palladiana e sua criação do ‘parterre’, e esse estilo influenciou a arquitetura militar de Portugal durante o reinado de D. João IV (1640-1656) quando ocorreu um acelerado crescimento da construção militar portuguesa, e por isso

⁶³ **Diogo de Arruda** (14??-1531). Arquiteto Mestre de obras régias (início século XVI), pioneiro do estilo renascentista português ‘manuelino’. São seguidores os arquitetos Felipe de Arruda, Miguel de Arruda, João de Castilho, Francisco de Holanda, entre outros. (MOREIRA, 1986).

⁶⁴ Engenheiros e suas obras: António Rodrigues – *Tratado de Arquitectura* (1576); Luis Serrão Pimentel – *Método Lusitanico de Desenhar as Fortificaçoens das Praças Regulares e Irregulares* (1680); Manuel de Azevedo Fortes – *Engenheiro Português* (1728); Jerónimo Joege – *Fortaleza do Pico no Funchal* (1611); Francisco Frias de Mesquitela – Forte dos Reis Magos em Natal (1614), Forte do Mar na Bahia (1623), Fortaleza de S. José de Macapá (1763-1769) Brasil; Alain Manesson Mallet – *Les Travaux de Mars* (1671), Alessandro da Urbino, Galluzzi, Carlos Martel, Diogo Telles, entre outros (MOREIRA, 1986).

⁶⁵ Marechal **Sebastien le Prestre de Vauban** (1633-1707). Francês, engenheiro, coordenou diversos autores de obras militares franceses (Pierre Gille de Saint-Paul, Pierre Garsin) e portugueses (João Saldanha e Souza, David Álvares e Milguel Luís Jacob) (CLETO, 2001).

atraindo profissionais de engenharia e arquitetura de diversas origens europeias⁶⁶, assim estimulando a Escola de Coimbra para formar arquitetos urbanistas em competência para projetar e construir igrejas, palácios, fortes, conventos, vilas e cidades, potencializando tecnicamente o Governo para estabelecer estruturas administrativas e comerciais do Império Colonial Português, conforme representado no exemplo abaixo (Figura 19) na Fortaleza de Valença do Minho, Portugal (Sécs. XVI-XVII).

Figura 18 – Estilo do paisagismo de fortificações renascentistas



(a) Praça-forte de Neuf-Brisach, França.
Fonte: Disponível em: < google hearth >.



(b) Fortaleza de Bourtrange, Países Baixos.

Figura 19 – Estilo de paisagismo militar português



Fortaleza de Valença do Minho, Portugal (Sécs. XVI-XVII).
Fonte: Disponível em: < <http://fortalezas.org/valencadominho,Pt> >.

⁶⁶ Nos séculos XVI e XVII, os engenheiros e arquitetos militares atuavam na área militar, religiosa e civil.

3 BASE ANALÍTICA β: BAHIA COLONIAL PORTUGUESA: ILUMINISMO E SALUBRIDADE

Figura 20 – Salvador da Bahia: ‘*Natura Naturans*’ (séc. XVII) – ‘*Natura Naturata*’ (séculos XVIII e XIX)

“El-Reo D.João III de Portugal, que está em glória, estava tão afeiçoado ao Estado do Brasil, especialmente à Bahia de Todos os Santos, que se vivera mais alguns anos, edificara nele um dos mais notáveis reinos do mundo, e engrandecera a Cidade do Salvador de feição que se pudera contar entre as mais notáveis de seus reinos.”

Fonte: SOUZA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil*, v.VII; Cap. XV, p.69 (1973).



(a) Salvador da Bahia, Algemeen Rÿksarchief, 1636.
Fonte: Reis, et all, 2000, p.53



(b) Salvador da Bahia. Aquarela, Robert Pearce, 1819.
Fonte: www.salvador antiga.

“Por sete calçadas, que sobem pela colina procurando a campanha para a parte Nascente, se comunica esta com a Cidade Alta, que na mesma direção da montanha corre com semelhante rua, com tortuosidades não pequenas, desde o Forte de São Pedro, até o convento da Soledade, com meia légua de comprimento com pouca diferença”[...]” É para sentir o terem os antigos elegido para situação desta cidade em uma verdadeira costa, sobre uma colina escarpada, cheia de tantas quebras, e ladeiras, [...]”

Fonte: Luís dos Santos Vilhena ([1802]1921).

3.1 PORTUGAL E ILUMINISMO

Segundo os historiadores, nos reinados de D.João V (1707-1750) e de D.José I (1750-1777), o Brasil se consagra como a mais produtiva colônia portuguesa, em função da exploração dos recursos naturais, vegetais, minerais e animais. O período conhecido por *ciclo do ouro* vai favorecer a talassocracia, entretanto o estímulo comercial causa a vulnerabilidade nos portos de troca do *caçador-coletor*, provocando a necessidade de vigilância e defesa, a origem aos fortes e vilas costeiras marítimas e fluviais⁶⁷.

A curiosidade sobre os recursos naturais (água, vegetação, clima, animais, minerais) expandia as explorações mercantilistas e estimulava os geógrafos e naturalista como participantes para explorar também o meio '*Natura Naturans*'⁶⁸, no sentido de favorecer o desenvolvimento da agricultura, pecuária e mineração. Segundo o entendimento histórico (FERLINI, 2010, p.123), sobre “o mito da natureza dadivosa, em que a sobrevivência se fazia possível sem o duro labor dos homens” observam-se o motivo das invasões estrangeiras e o empenho da coroa portuguesa para implementar a defesa da costa oceânica. Segundo a visão histórica econômica, a expansão ultramarina e a colonização do Novo Mundo constituem de fato um dos traços marcantes da história dos séculos XVI a XVIII e, é no processo contínuo da mercantilização que se firma o sistema colonial português, e surgem os acordos político-comerciais⁶⁹ para explorar e fornecer os recursos naturais tropicais para a economia europeia, constituindo-se assim, o sentido da colonização (PRADO Jr.,1977, p.18)

O período do ouro foi um estímulo para a expansão do sistema de defesas, a mudança da Capital de Salvador para o Rio de Janeiro (1763), a expansão das vilas, assim como a visão sobre a qualidade da vida urbana. O envolvimento comercial com a Inglaterra aproximava Portugal aos princípios renascentistas da cidade projetada e da vida ao ar livre, uma prática em curso que só mais tarde, no período iluminista, é que vai ocorrer na Península Ibérica⁷⁰. A necessidade de adequações político-sociais vai demandar reformas urbanas e, assim, se observa a introdução da vegetação nas vilas e cidades coloniais portuguesas.

⁶⁷ As primeiras vilas surgem no século XVI (Bahia, Pernambuco, Maranhão, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraíba, Sergipe, Rio Grande do Norte), ampliam-se no século XVII (Pará, Maranhão), expandem-se no século XVIII (Minas, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Pará). (Disponível em: < [http://www.chb.art.br/ - cidades históricas brasileiras >.](http://www.chb.art.br/-cidades-historicas-brasileiras->))

⁶⁸ No século XVII, os holandeses investiram na Bahia, a exemplo do geógrafo Algemeen Rÿksarchief (1636) (Figura 20-a)

⁶⁹ Tratado de Metchuen (1703), acordo comercial entre Portugal e Inglaterra.

⁷⁰ Iluminismo: conhecido como Época das Luzes, um novo movimento cultural cujo conceito se baseia nos temas ligados ao Homem, a sua Liberdade e o seu Progresso.

Para Portugal, o século XVIII simboliza mudanças, e sua aproximação com a política liberalista o conduz a ser um Estado Moderno no reinado de D.José I (1750-1777), uma ação atribuída ao Ministro Marquês de Pombal⁷¹ que idealizou também as principais reformas estruturais iniciadas pelo realinhamento geográfico da América do Sul (1750)⁷² e pela unificação do Brasil. Um período conhecido por ‘pombalino’, quando ocorrem as principais alterações no cenário político, econômico, religioso, social e educacional, e se percebe a *passagem*⁷³ do ensino escolástico para a ciência moderna (Galileu, Newton), o alinhamento com a academia inglesa Royal Society (1660) e com os demais centros de cultura da Europa. Assim, o Império Português se amolda ao ideário e aos conceitos da ‘fisiocracia’ e desenvolve uma política econômica relacionada com os interesses da exploração dos recursos naturais, sobretudo a vegetação, as árvores e sua utilização na arborização urbana.

3.1.1 Fisiocracia e Ciência

Um império sem indústria, entretanto com terras disponíveis, seria a hipótese para um novo impulso econômico no período do declínio do ouro no Brasil. Segundo o ideal iluminista, a vegetação tropical constituía-se um recurso renovável que favorecia o colonialismo, e com base na ‘fisiocracia’ se tornou a base da atividade agropastoril e da presteza dos caçadores-coletores, do conhecimento da natureza, da valorização da propriedade privada e assim da transformação dos recursos naturais em bens de valores. Segundo Quesnay⁷⁴, esse modelo econômico traz sentido à propriedade privada porque gera o estímulo para a acumulação da riqueza através da terra (propriedade) com reduzido custo de produção, garantindo também a valoração da terra cultivada assim como do produto em sua fonte de colheita. Dessa forma, a agricultura passa a garantir uma sucessão de rendimentos, desde a

⁷¹ **Sebastião José de Carvalho e Melo** (1699-1782), o Marquês de Pombal (1769). Português, nobre, católico. Ministro Plenipotenciário da Corte de Londres (1738), de Áustria (1745), do Reino (1750-1777).

⁷² Tratado de Madrid (1750): acordo entre Portugal e Espanha para definição das fronteiras na América do Sul (1ª Comissão Demarcadora Luso-espanhola, 1753), e reconhecimento do limite segundo as condicionantes geomorfológicas naturais por equipe interdisciplinar (matemáticos, astrônomos, cartógrafos, arquitetos e engenheiros militares) da escola italiana: Henrique Antônio Gallucio, Domenico Sambuceti, Antônio José Landi (FONTANA, 2005, p.39-58).

⁷³ A reforma do ensino em Portugal resulta da polêmica entre os Jesuítas (antigos) e os Oratorianos (modernos), conferindo a proscricção, desnaturalização e expulsão dos jesuítas de Portugal e seus domínios (Carta de Lei, 1759), a extinção da Universidade de Évora, início das Reformas Pombalinas de Ensino em Coimbra.

⁷⁴ **François Quesnay** (1694-1774). Francês, médico do rei Luís XV. Em sua obra *Tableau Economique* (1758), sugere o *laissez-faire* (não intervenção do Estado no sistema econômico); indica a fisiocracia-agricultura como único modo de gerar riquezas (grandes lucros, poucos investimentos), contrapondo-se à política inglesa voltada para o mercantilismo, a indústria e o comércio exterior. A doutrina da fisiocracia corresponde ao período entre o mercantilismo e o capitalismo (MACHADO, 2007).

mão de obra do cultivo⁷⁵ aos agricultores e alcançando o bem de raiz (terra); um sistema independente do Estado, que opera em alinhamento com o pensamento liberal progressista (Liberdade, Progresso, Homem) (SEGAWA, 1996).

Segundo a visão pragmática portuguesa - ‘se não for útil o que se faz, não há motivo de glória’ –, a coroa dá impulso para a criação de instituições científicas e Lisboa se torna a sede das Ciências Naturais com abrangência para seus domínios, sendo que esta atribuição foi conferida ao Naturalista Domenico Vandelli que idealizou, no âmbito da fisiocracia, um programa de expedições exploratórias -viagens filosóficas- para coletar dados sobre o meio natural e registrar em uma série de ‘*Memórias*, que se constituiu em importante acervo científico da Academia Real de Lisboa⁷⁶; essa ação dá origem às ciências e a Botânica se torna a base prático- teórica da fisiocracia no Império Português.

O projeto de investigação colonial, além de subsidiar as políticas internas de exploração racional dos recursos naturais das colônias, também inseriu Portugal em uma rede de cooperação internacional de estudos em História Natural. Vandelli criou uma rede de correspondentes de instituições científicas europeias por meio do intercâmbio de produtos animais, vegetais e minerais, e de correspondências com informações sobre o mundo colonial português. O correspondente mais famoso de Vandelli foi Linneu, que, desde 1765, já recomendava a Vandelli que realizasse uma viagem científica ao Brasil para a investigação natural deste desconhecido país. (PATACA, 2011, p.125).

Domênico Agostino Vandelli⁷⁷ foi um cientista oriundo do Jardim Botânico de Pádua (1543)⁷⁸ que buscava manter intercâmbio com outras instituições a exemplo de sua parceria profissional com o naturalista sueco Carolus Linnaeus (*Sistema Naturæ*, 1758)⁷⁹. Foi muito estimulado pelo Maquês de Pombal para desenvolver o tema de *Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as fábricas*, sobre o qual defende a ideia de que a agricultura é atividade adequada para as condições do ambiente da Península Ibérica.

⁷⁵ Cultivo, cultura do solo, expressão de linguagem dos interesses da colonização (BOSI, 1994, Cap. 1).

⁷⁶ Mecanismos criados para manter a dinâmica do sistema mercantilista que se valiam da ciência como possibilidade de expansão do comércio marítimo dos produtos cultivados (NOVAIS, 2005, nota 35).

⁷⁷ **DomEnico Agostino Vandelli** (1735-1816). Fundador do Jardim Botânico de Ajuda (1768); em Coimbra, tornou-se o fundador do Jardim Botânico (1772); Professor de Ciências Naturais (1772-1791) do Museu de História Natural (1792); do Jardim Botânico de Coimbra (1793); Diretor das Ciências de Observação da Real Academia de Ciências de Lisboa (1779); autor de *Memórias de Agricultura* (1788-1791), *Memórias Econômicas* (1789-1815), *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa* (1797-1856), *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa* (1797-1856), do periódico *Ephemerides Nauticas* (1788-1824) (Disponível em: < :http://bibdigital.bot.uc.pt/Domênico Vandelli >).

⁷⁸ Vandelli contou com uma equipe de italianos, originários do Jardim Botânico de Pádua (1768) como o Botânico Dalla Bella e o jardineiro Julio Mattiazzi.

⁷⁹ **Linnaeus** sinalizava (1765) a necessidade de conhecer as potencialidades do mundo natural no Brasil onde, no século XVI ocorreram as iniciativas (Williem Piso, Georg Marggraf, Pernambuco, 1648).

‘Viagem Filosófica’ foi o termo utilitarista empregado para desbravar os sertões das colônias portuguesas⁸⁰, através de expedições pragmáticas em função dos recursos naturais.

Por vezes, a sua abordagem reveste um carácter meramente descritivo e naturalista, limitando-se a anotações de classificação segundo o sistema de Lineu. Outras vezes, Vandelli ultrapassa essa simples descrição naturalista e centra a sua análise nos obstáculos físicos ou morais (isto é, naturais ou sociais) do desenvolvimento do sector agrícola, ou ainda nas condições que tornariam possível uma utilização eficiente e sem desperdício dos recursos naturais, humanos e técnicos, tanto na produção como na circulação de produtos e matérias primas. Esta componente de diagnóstico é coerentemente acompanhada de propostas de reforma e melhoramento que configuram uma opção estratégica de desenvolvimento económico do país tendo por base a agricultura. (CARDOSO, 2011, p.126).

Segundo Cardoso (2011), a teoria vandelliana buscou também, alinhar-se com os conceitos da antropogeografia alemã,⁸¹ com os princípios renascentistas do Jardim Botânico, enquanto um *locus* científico, com os ideais iluministas, com a extensão da pesquisa botânica (fisiologia) em função da agricultura e da pecuária. Segundo registros históricos, foi durante o reinado da Rainha D.Maria I (1777-1816) que as Ciências Naturais se elevaram ao patamar das instituições científicas europeias (PATACA, 2011, p.125-138) e para isso tornou-se uma questão vinculada ao Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar (1770-1795), Martinho de Melo e Castro⁸².

No Brasil, a primeira “Viagem Filosófica” ocorreu na Região Amazônica (1786), sob a coordenação do naturalista baiano Alexandre Ferreira, o autor de *História Natural do Pará* (1790) e o fundador do Horto Botânico do Grão-Pará (1796). Na Capitania da Bahia, a expedição foi comandada pelo naturalista Joaquim de Amorim e Castro que percorreu a região da Vila de Cachoeira (1787-1796) para investigações botânicas, agronômicas e mineralógicas, influenciando na criação do Horto Botânico de Salvador (1798), segundo o modelo do Pará.

O fomento à agricultura nas colônias baseou-se na aclimação e reconhecimento de plantas nas diversas regiões do império português, o que levou o ministro à implantação de uma rede de jardins botânicos nas colônias portuguesas desde 1796, com a criação do primeiro Jardim Botânico na capitania do Grão-Pará. (PATACA, 2011, p.136).

⁸⁰ Recursos naturais de Angola, Brasil, Cabo Verde e Moçambique em função da mercantilização.

⁸¹ Entender a natureza sob o enfoque da ecologia (KANT, 1781, apud ODUM, 1979, p.11; ACOT, 1990, p.1).

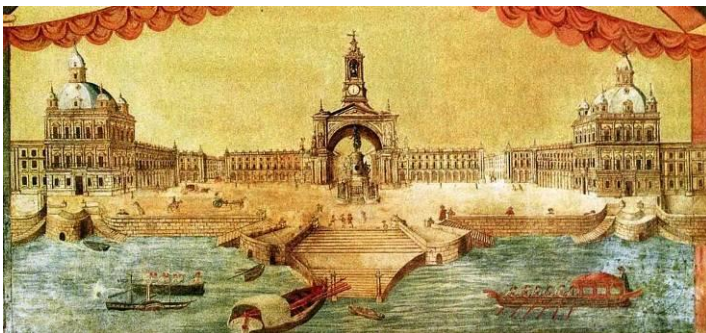
⁸² Segundo Vera Ferlini (2010), abriam-se novas frentes mercantilistas em função da natureza dadivosa.

Assim, pode-se entender que, segundo a concepção da fisiocracia, as Ciências Naturais tornaram-se um importante fomentador para a Botânica ao longo dos Reinados de D.João V (1707-1750), de D.José I (1750-1777), de D.Maria I (1777-1816) e do Príncipe D.João VI (1816-1822). Esta é uma ciência oriunda da Botânica Monasterial Italiana e da Botânica Moderna (Prússia, Suécia, Holanda, França), que se desenvolveu em Portugal no período do Iluminismo, em função da fisiocracia, em benefício da agricultura, da pecuária e do paisagismo urbano.

3.1.2 Arquitetura e Paisagismo: Práticas Urbanas

Conforme já observado no item anterior, uma série de planos estratégicos foi sendo estabelecido em Portugal para fomentar o ‘sentido’ da colonização⁸³. Assim, através das inserções dos naturalistas e do desenvolvimento da Ciência Botânica, observa-se que as cidades portuguesas adquirem uma feição diferenciada, e o ‘estilo bombalino’ se torna a marca registrada na paisagem edificada (1755-1780) segundo os princípios renascentistas da geometrização, da simetria das fachadas, da hierarquização das vias e, sobretudo, da salubridade urbana⁸⁴. E esse novo panorama foi observado inicialmente em Lisboa, após o terremoto (1755), quando a cidade foi remodelada como uma ‘cidade moderna’, a partir das intervenções na Real Praça do Comércio (1759) e na criação do Passeio Público (1764).

Figura 21 – Modelo iluminista português



(a) Praça do Comércio, por Joaquim Carneiro Silva, séc.XVIII.



(b) Passeio público de Lisboa (1764).

Fonte: < www.skyscrapercity.com >.

Fonte: < ruasdelisboacomhistoria.blogspot.com >.

⁸³ Segundo Caio Prado Júnior (1977, Cap. 1), a natureza do sistema colonial é essencialmente comercial em função de produzir para fornecer ao mercado externo europeu e esse é o sentido da colonização.

⁸⁴ Nesse período, as questões relativas à saúde pública foram levadas ao meio acadêmico das Ciências Naturais com o objetivo de sanear os recorrentes surtos epidêmicos de peste bulbônica e outras doenças que se alastravam no meio urbano de Lisboa.

A Real Praça do Comércio constitui um conjunto arquitetônico que foi concebido pelo capitão Eugênio dos Santos e Carvalho (arquiteto do Senado) no ‘estilo pombalino’, e construído pelo General Manuel da Maia (engenheiro-mor). A praça está localizada às margens do Rio Tejo, fazendo a integração cidade-porto fluvial. A forma quadrada é geometricamente definida em seu contorno por edificações semelhantes (altura, largura) observando-se a simetria das fachadas (portas, janelas, adornos). O centro geométrico é marcado pela Estátua Equestre⁸⁵, com eixos radiais em direção às vias de circulação urbana (FRANÇA, 1989). As características de ruas alargadas, janelas e portas amplas, são as condições principais de salubridade pública que possibilitam a circulação dos ventos e do sol na edificação, na praça e nas ruas (TEIXEIRA, 2001).

O Passeio Público de Lisboa (1764) foi idealizado para estimular a sociabilidade do lisboense. O espaço foi criado pelo arquiteto Reinaldo Manuel sob conceito naturalista, que buscou a integração Arquitetura, Engenharia e Paisagismo para criar um ambiente aprazível e atrativo ao público da cidade⁸⁶: “[...] uma rua central na qual foram plantadas, em ambas as faixas laterais, cinco filas de árvores dispostas simetricamente e de forma regular, acabando por formar ruas secundárias” (EMERSON, 2012, s/n).

Através da Figura 20, observam-se os exemplos do efeito da salubridade urbana sobre o desenho urbano de Lisboa: (a) a praça seca italiana, entretanto, aberta em direção ao rio, estabelecendo a integração Arquitetura-Natureza; (b) o recinto arborizado, iluminado, fazendo a ligação entre a cidade (aberta) e o espaço criado (restrito). Percebe-se a influência da geometrização do espaço através alinhamento das árvores e dos postes em direção à portada de acesso, entretanto, a portada foi marcada com um gradil de ferro uma característica do estilo ‘neopalladiano inglês’. Os modelos aplicados em Lisboa foram difundidos para outras cidades e imprimem nessas locais, a marca da colonização portuguesa no período iluminista.

Nesse período, o Rio de Janeiro tornou-se a Capital do Brasil (1763)⁸⁷, causando, por isso o aumento da população e conseqüentemente a necessidade de expansão urbana. O ambiente geográfico da cidade tradicional se conformava por morros que dificultavam o crescimento da cidade assim como a sua adequação com os padrões modernos, e devido a esta impossibilidade, o governo promoveu uma solução impactante e audaciosa para a época,

⁸⁵ No modelo iluminista, a praça comercial substitui a praça religiosa. O símbolo central em menção ao poder político, o absolutismo, a soberania e triunfo do Rei D.José I (Disponível em: < <http://www.museudacidade.pt/Terramoto-de-1755-Reconstrucao-sec-XVIII> >.).

⁸⁶ Emergiam as críticas ao estilo pombalino por ter desconsiderado, no plano da ‘baixa’, os espaços ajardinados; origem da criação do Passeio Público (UDERS, 2002).

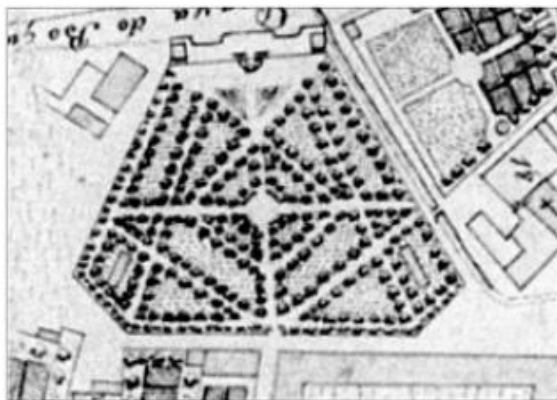
⁸⁷ Em 1763, a Cidade do Rio de Janeiro tornou-se a Capital do Vice-Reino do Brasil, sob a administração do Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos e Souza, quando surgem as “Cartas Régias” como leis oficiais da política pombalina.

fazendo o aterramento da Lagoa do Boqueirão para formar o ‘*parterre*’ e sobre este construir um empreendimento integrado, considerando-se obras de infraestrutura (abertura de vias, redes drenagem, elétrica, abastecimento d’água), edificações (residências, instituições), espaços de sociabilidade (praças, Passeio Público), arborização e iluminação pública, etc. Uma ação vultosa que elevou a cidade à condição de uma metrópole moderna, sendo considerada, pelos historiadores, como a origem das ações iluministas no Brasil (SILVA, 2012).

A cidade conheceu seu primeiro grande surto de racionalidade urbana [...] além de saneamento básico do abastecimento de água, o lazer e o embelezamento urbano, numa tentativa de adequar a cidade ao moderno conceito das luzes das capitais europeias [...] a cidade foi alvo de um conjunto de intervenções associado à prática esclarecida. (CARVALHO, 1999, apud SILVA, 2012, p.26).

Como observa Carvalho (1999), o espaço foi criado sob a luz da ciência ao preservar a cidade tradicional em seu contexto histórico, entretanto, adequando-a aos padrões da salubridade⁸⁸. O avanço sobre o meio natural resultou em uma intervenção integrada cidade-natureza, de cunho paisagístico, segundo os princípios da arquitetura neoclássica e paisagismo neopalladiano inglês.

Figura 22 – Passeio Público do Rio de Janeiro



(a) Plano geral do Mestre Valentim (1778).



(b) Portada do Passeio. Por Karl Von Thiermin, 1835.

Fonte: Disponível em: < www.passeiopublico.com >.

⁸⁸ Foram realizadas as obras de reforma urbana: Largo do Carmo, Rua do Passeio, Rua da Bela Noite, O sistema de ‘chafarizes’ de abastecimento d’água, entre outras.

O Passeio Público do Rio de Janeiro (1778) foi projetado e construído pelo Mestre Valentim⁸⁹, é um espaço concebido na integração Arquitetura, Engenharia, Paisagismo e Arte através da *land art*, que se tornou um lugar aprazível, sociável e cobiçado. No traçado percebe-se a influência com o Passeio Público de Lisboa. Uma paisagem exuberante situada entre a Baía de Guanabara e a Lagoa do Boqueirão onde Valentim obteve uma paisagem peculiar, e conquistando um local destinado à população, mas também para a nobreza, onde se realizaram as comemorações das bodas de casamento do Príncipe D. João VI com a Princesa Carlota Joaquina (1785).

Segundo a Figura 22 (a), observa-se no traçado do Mestre Valentim, os princípios renascentistas quanto à ordenação, geometria e simetria: o eixo central em forma da Cruz Latina, o centro alargado para as vias principais e radiais secundárias; a arborização sistematizada, a compartimentação em ‘*parterres*’ ou ‘planos de plateia’, a composição entre a vegetação arbórea e de forração florística das espécies nativas e exóticas adaptadas.

[...] podia-se gozar de uma beleza natural domada, representadas pelas alamedas e pelos canteiros geométricos dos jardins, admirar as plantas e árvores cuidadosamente podadas, assim como contemplar a Baía de Guanabara, um deleite impensado em décadas anteriores. [...] A cidade barroca tinha sua versão tropical [...] onde há a integração entre parque e urbanização do entorno, como também as demandas da sociedade mercantil que se queria civilizada e atenta aos valores europeus. (SILVA, 2012, p.38).

A composição artística entre as plantas e os elementos decorativos (estátuas, obeliscos, pontes, grutas) fazem a harmonização da paisagem interna com o pórtico principal de acesso, e essa visão de fachada (Figura 22-b) configura o caráter nobre da tendência europeia à época, e no Brasil foi produzido um ambiente salubre com noções de saneamento e ordenamento público, de sociabilidade “[...] jardim de prazer, isto é, um jardim público para servir à população da cidade” (TERRA, 1997, p.42).

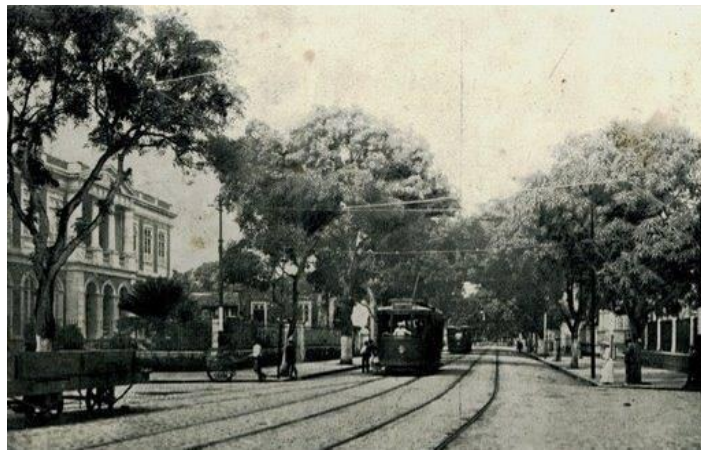
[...] surpreendente, em plena vigência do colonialismo português, o vice-rei do Brasil ter-se proposto a construir um jardim público, à maneira dos recintos existentes na Europa. (SEGAWA, 1996, p.77).

O Passeio Público constitui, para o meio urbano, um espaço de sociabilidade, sendo considerado como o primeiro jardim público do Brasil (TERRA, 1997).

⁸⁹ **Valentim da Fonseca e Silva** (1745-1813). Brasileiro de Diamantina, M.G., escultor e entalhador do barroco brasileiro, contemporâneo de Aleijadinho. No Rio, Valentim tornou-se o principal construtor de obras públicas, do Conde de Figueró (1778-1790), inserindo sua arte singular nos principais pontos da renovação urbana do Rio de Janeiro.

Na cidade de Belém no Grão Pará, o estilo pombalino se revelou no trabalho do arquiteto italiano Professor Antônio José Landi⁹⁰, que concebeu o Plano da Cidade, um projeto de integração do Forte do Presépio (1616) com o núcleo da cidade e a praça comercial, e estabelecendo entre estes, a singularidade das vielas e praças. Landi foi um cientista naturalista da escola vandelliana que participou da ‘viagem filosófica’ à Amazônia juntamente com Alexandre Ferreira. Foi o fundador do Horto Murucutu (Belém) com o propósito de pesquisar a flora nativa e de acilamatação de espécies exógenas, e sobre estas, reconhecer as propriedades da espécie ‘*Mangífera índica*’ para a arborização pública.

Figura 23 – Mangueiras utilizadas na arborização pública em Belém



Fonte: Disponível em: < <http://www.skyscrapercity.com/> >.

Devido às questões climáticas equatorianas, Landi utilizou a árvore da mangueira para a arborização do Largo do Palácio (1772), visando a qualidade do conforto urbano através do sombreamento que a planta proporciona. A utilização da espécie frutífera em um projeto urbano foi um importante atributo técnico da Botânica, tendo sido realizada também em outras ruas, uma característica do Paisagismo Urbano de Belém do Pará no século XIX.

Na Cidade do Salvador, Bahia, a influência do período pombalino está relacionada com a defesa da cidade, com a militarização do ensino no Brasil⁹¹ e com a Aula da Academia

⁹⁰ **Antônio José Landi** (1713-1791). Italiano, arquiteto, em Belém, foi autor do Palácio dos Governadores, Casa das Onze Janelas, Praça República do Líbano, Praça das Mangueiras, Largo do Palácio (1772). A espécie *Mangífera índica*, (mangueira) é originária da Índia, foi aclimatada no Horto La Gabrielle da Guiana Francesa, e introduzida no Brasil por Landi no Horto do Engenho Murucutu.

⁹¹ **Escola Militar Brasileira** (1769). Criada segundo os princípios vitruvianos e renascentistas, Diogo de Arruda (1508) e demais seguidores, que entenderam a arquitetura como integração ciência-arte, sendo a natureza a fonte da inspiração inicial (VALLA, 1996, p.7).

Militar da Bahia (VALLA, 1996)⁹² e esta devido aos engenheiros arquitetos e a formação destes foi conduzida para projetar e construir as obras públicas (militar e civil), os edifícios institucionais e particulares, os serviços de infraestrutura urbana (vias, estradas e pontes), de cartografia, de fiscalização das obras que se construíam no meio semirrural⁹³ da Bahia (VELLOZO, 2005:). Dentre o corpo de docentes da Aula da Bahia, vale referenciar o Engenheiro Militar José Antônio Caldas⁹⁴, considerado o ‘primeiro professor baiano de arquitetura e engenharia’ (OLIVEIRA, 2004), e o autor do plano de defesa da cidade e de projetos das fortalezas que foram construídas e marcam (até hoje) o cenário paisagístico do entorno da Baía de Todos-os-Santos desde o século XVIII (CALDAS, [1759]1951).

Figura 24 – Forte de Santo Antônio da Barra, Salvador, Bahia (séc. XVIII)



Fonte: Foto da autora (2008).

Como se observa na Figura 24, o modelo militar do Forte de Santo Antônio que foi implantado sobre um pequeno elevado de pedras chamado Ponta do Padrão. A singularidade desse projeto demonstra a sensibilidade dos Engenheiros militares para adequar sua obra à natureza, considerando a integração, Arquitetura Engenharia, Paisagismo e Arte.

⁹² **Aula da Academia Militar da Bahia** – oriunda da Academia Militar de Lisboa, com a seguinte grade curricular: Aritmética, Álgebra, Geometria Elementar, Trigonometria, Geometria prática (Longimetria, Altimetria, Planimetria, Stereometria, Geodésia, Pantometria e Nivelamento). Os alunos utilizavam os instrumentos: bussola, nível e prumo (OLIVEIRA, 2004, p.100).

⁹³ Semirrural e suburbana (MATOSO, 1978, p.179); semirrural: “grandes espaços vazios da cidade: chácaras, roças e fazendas localizados nos distritos afastados do centro, como Brotas, Santo Antônio e Vitória” (SANTOS, apud ARAÚJO, 1992, p.164; Nota.186, p.195).

⁹⁴ **José Antônio Caldas** (1725-1782). Baiano, Engenheiro Militar da Aula de Fortificação da Academia Militar, autor de várias Fortalezas situadas na borda da Baía de Todos-os-Santos e de obras civis na Cidade do Salvador. Em sua obra *Notícia Geral da Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*, apresenta o frontispício de Salvador (1758) e o levantamento da Cidade Baixa (1777), compondo, em textos e levantamentos, o depoimento de cerca de 20 anos de desenvolvimento da cidade.

3.2 SALVADOR DA BAHIA, A GLÓRIA PORTUGUESA NO HEMISFÉRIO SUL

A Cidade do Salvador é, na sua origem, uma cidade renascentista (1549) projetada e construída sob o conceito defensivo, também uma ‘cidade capital’, a base administrativa do governo português em sua expansão tropical do Atlântico Sul (VALLA, 1996)⁹⁵:

[...] a primeira preocupação com um “sítio sadio e de bons ares, e que tenha abastança de água e porto”, não por acaso é uma recomendação fundada na tradição europeia, que muito bem reflete algumas regras de VITRUVIO (séc.I a.C; 1955) e seus Dez livros de Arquitetura e talvez, ou até, do próprio Alberti (séc.XV;1966) e suas regras. (SAMPAIO, 1999, p.54).

Segundo se observa em alguns autores (VALLA, 1996; SAMPAIO, 1999), a formação da cidade ocorreu conforme a influência da escola renascentista italiana; a cidade foi concebida em torno de uma praça quadrangular como centro das funções primordiais, (civil-militar-religiosa) de onde se ramificava a circulação viária de comunicação entre o comércio e a habitação. Essa forma originária foi inserida sobre a morfologia natural do sítio, um conjunto ideológico, que caracteriza a Cidade Alta, cercada, protegida, como centro da vida administrativa, religiosa, social, e a Cidade Baixa, aberta, disponibilizada para as atividades comerciais.

3.2.1 A Cidade se expande, a Paisagem se altera

No início do século XVIII, Salvador foi sede do Vice-reinado de Portugal, a cidade se expandia nas direções Norte, Leste e Sul na direção da Freguesia de São Pedro Velho e nesse período, o Vice-Rei D. Pedro Antônio de Noronha (1714-1718), o Engenheiro Militar inglês Jean Massé⁹⁶ e o Engenheiro Militar francês Amédée François Frézier⁹⁷ foram encarregados de elaborar um plano para a defesa da cidade (MENEZES, 1986), e em ambos os

⁹⁵ Atribui-se a autoria do projeto ao Arquiteto Miguel de Arruda (1549), o “Mestre das Obras da Fortificação do Reino, Lugares-d`além e Índias”. A implantação da cidade é atribuída ao Mestre Luís Dias (VALLA, 1996).

⁹⁶ O Brigadeiro **Jean Massé** (séc. XVII-XVIII). Inglês, Engenheiro Militar contratado pelo Rei D. João V (Portugal) para reforçar o sistema defensivo da colônia, autor de fortalezas e do cadastramento de Salvador (1717). (BRASIL, 2015. Disponível em: < www.6dsup.eb.mil.br/hist_forte.htm >).

⁹⁷ **Amédée François Frézier** (1682-1773). Francês, engenheiro militar, naturalista, botânico, explorador e navegador na Bahia a serviço do Rei da França, analisou o sistema defensivo (GASPAR, 2004; MENEZES, 1986, p.32).

levantamentos a Freguesia de São Pedro era o limite da Cidade, sendo o Forte de São Pedro ao Sul e o Dique Grande dos Holandeses (atual Dique do Tororó) ao Leste.

Figura 25 – Ocupação de Salvador no século XVIII



(a) Planta de Amédée François Frézier (1714).

(b) Planta de Jean Massé (1715).

Fonte: Reis et all, 2000.pgs: 30 e 31

Assim como se observa acima (Figura 25), o conjunto primitivo da cidade (1549) e sua expansão; destaca-se ao Norte o Forte da Jequitaia, o Forte de Santo Antônio e a Fortaleza do Barbalho, e ao Sul, a Bateria de São Paulo da Gamboa, a Casa de Pólvora dos Aflitos e o Forte de São Pedro⁹⁸; ao Leste, o Dique Grande e ao Oeste, a Baía de Todos-os-Santos.

Figura 26 – Destaques: Mapas de Salvador, séculos XVII e XVIII



(a)[D-1] Rijkssarchief, 1636.

(b) [D-2] Frézier, 1714.

(c) [D-3] Massé (1715).

Fonte: Elaboração da autora, 2015 (Cf. Apêndice A).

⁹⁸ O conjunto defensivo ao Sul da Cidade formado em três pontos: Bateria de São Paulo da Gamboa, ao nível do mar, construído para cobrir o ponto fraco da cota elevada onde se situa o Forte de São Pedro, e sendo também protegido por aquela; a Casa de Pólvora dos Aflitos, base de fabricação, refinamento e distribuição de munições para as fortalezas, e o Forte de São Pedro (VILHENA, [1802], 1921, v.1, p.217-246; MENEZES, 1986, p.30;138; OLIVEIRA, 2004, p.212; 219; 230).

Pretende-se, na observação comparada entre esses mapas acima, obter uma base segura sobre o limite ao Sul da Cidade do Salvador em seu sítio (século XVIII), considerando o Forte de São Pedro como um elemento preexistente da cidade colonial portuguesa, e as áreas em redor entendidas como a mediação entre o centro tradicional (1549) e o meio semirural onde ocorreu a expansão da cidade moderna (século XIX). Segundo os princípios renascentistas, o Forte de São Pedro se constitui um ‘monumento’ em seu contexto ideológico defensivo (século XVIII) e a muralha ‘*paries*’ (isolamento), que, no século XIX se torna um ‘*apertio*’, fazendo a mediação com o meio semirural (ALBERTI, 1452, apud LOWEN, 2004).

3.2.2 A Paisagem se adequa aos Ideais da Ciência Moderna

Segundo o desenho de Massé, de 1715 (Figura 26-c[D-1]), aparece a cidade em sua conformação militar, com o tecido urbano ordenado, caracterizado por áreas ocupadas com edificações (civis e militares), áreas livres (vales de charcos, rios, córregos e lagoas), e faixas de transição entre vales e morros (escarpa da falha geológica, encostas e taludes). Segundo o desenho de Frézier, a cidade tem a conformação militar, entretanto, a natureza predomina nas informações sobre o contexto da paisagem e sua morfologia em compartimentos (morros verdejantes e vales irrigados); uma observação característica do geógrafo naturalista que planeja o sistema defensivo com base nos recursos da natureza. Assim, o Dique Grande feito pelos holandeses (1624), em seu espelho d’água constitui uma barreira defensiva, assim como as encostas, matas, córregos, elementos que constam do levantamento (Profil, Prospecto) e devem ser considerados dentre os elementos da função defensiva.

Na distância de mil passos, pouco mais ou menos desta trincheira, fizeram os mesmos Holandezes em um mais fundo valle outra obra de mayor importância para a conservação da defesa da cidade, qual foi o comunicarem vales diferentes para, juntando-se nelles todas as agoas, tanto nativas, como das chuvas, formassem huma lagoa contínua, ao redor da cidade, e como esta lagoa ficava entre montes altos e o Paiz pela parte da campanha era coberto de mattos fechados e espeços, pelo que erão os caminhos quazi impraticados, podia com facilidade impedir ao inimigo a passagem desta lagoa para a Praça, quando quisesse tentalla. (VILHENA, [1802] 1921, p.232).

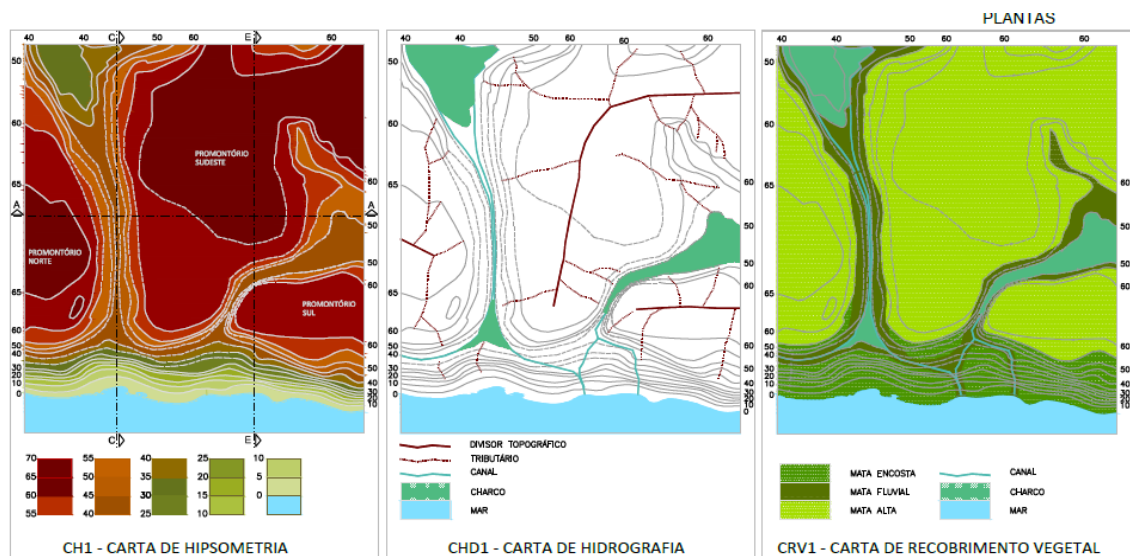
A questão da defesa de Salvador a partir dos elementos naturais foi observada também por Vilhena em 1802, ao perceber a dimensão do Dique Grande e o impacto dessa intervenção na época (1624), um elemento defensivo considerado assim como as encostas, os vales úmidos, etc. O desenho de Massé foi posteriormente completado (sem data e autoria) com

informações da *determinação geográfica*⁹⁹ (Latitude: 13°S e Longitude: 343°,36') de Salvador, segundo os dados do Observatório Astronômico de Lisboa. Vale lembrar que a França possuía o sistema de cartografia moderna¹⁰⁰ e que Portugal adquiriu esse método posteriormente.¹⁰¹ Assim, para melhor compreensão sobre a área de entorno do Forte de São Pedro, foram feitas os destaques ampliados, dos mapas de Rÿksarchief, 1636 (Figura 20-a), Frézier, 1714 e Massé, 1715 (Figuras 26-b[D-2]; c[D-3]).

3.2.2.1 Elementos Referenciais Primários: Século XVII

Segundo de Rÿksarchief, 1636 (Figura 26-a[D-1]), o trecho em destaque se caracterizava como *Natura Naturans*. Com base no *Sistema Cartográfico de Salvador – SICAR* (BAHIA, 1968), foram montadas as Cartas Temáticas de referência à condição natural do trecho em destaque, conforme a ilustração de Rÿksarchief, 1636 (Figura 20-a e Figura 26-a [D-1]). As cartas apresentadas (Figura 27) ilustram o relevo, a hidrografia e a vegetação.

Figura 27 – Cartas Temáticas Referenciais – *Natura Naturans*, século XVII



Fonte: Elaboração da autora, 2015 (Cf. Apêndice A).

⁹⁹ O determinismo geográfico (latitude, longitude) é a possibilidade da precisão de mapas para navegação. Cada império tinha seu próprio observatório. Não se considerava a Altitude. Após a unificação de Greenwich (1884), a localização de Salvador é: Latitude 12° 50' S e Longitude 38°38' E.

¹⁰⁰Real Academia da França (1635). Guillaume de l'Isle (1675-1726), autor de *Arte D'Amérique* (1722), que define o Rio da Prata como elemento balizador entre as terras espanholas e portuguesas da América do Sul (Disponível em: < www.gilderlehrman.org/collections >).

¹⁰¹Em Portugal, os estudos sobre os dados geográficos eram desenvolvidos, no âmbito da teologia, pelos padres jesuítas matemáticos Diogo Soares e Domingos Capaci (*Atlas da América*, 1737), base do Tratado de Madrid (1750) (BN. Biblioteca Virtual de Cartografia Histórica do Século XVI ao XVIII. Texto: Maria Dulce de Faria. Disponível em: < http://consorcio.bn.br/cartografia/cart_colonial.html >).

Após a leitura de tabelas e o mapeamento dos dados observados, foi elaborado o Desenho D2 – século XVII, para apresentar as peças gráficas produzidas em função do entendimento sobre a região do Campo Grande de São Pedro em sua origem ‘*Natura Naturans*’ (Cf.Apêndice A)

Segundo a leitura da Carta de Hipsometria – CH 1, da Carta de Hidrografia – CHD 1 e da Carta de Recobrimento Vegetal – CRV 1, estima-se que a região em estudo se apresenta com suas características referenciais naturais primárias com relação ao relevo, recobrimento vegetal e drenagem de águas pluviais, sendo estes os principais elementos de observação sobre a paisagem de Salvador no século XVII.

Com relação ao **Recobrimento Vegetal**, foi verificada a predominância da província botânica das florestas atlânticas trechos de terreno alagadiço, onde se formam os charcos ou brejos. Segundo a classificação de Carl Fredrich von Martius (1817)¹⁰², a região encontra-se na província botânica das florestas atlânticas ou costeiras *Dríades*, uma *ninfa dos bosques*, que se acomodam nas proximidades da costa Leste da Bahia. (FERRI, 1974, p.114-121).

Figura 28 – Floresta Tropical Costeira



(a) Paisagem exterior.



(b) Paisagem interior.

Fonte: Adaptado de Ferri (1974).

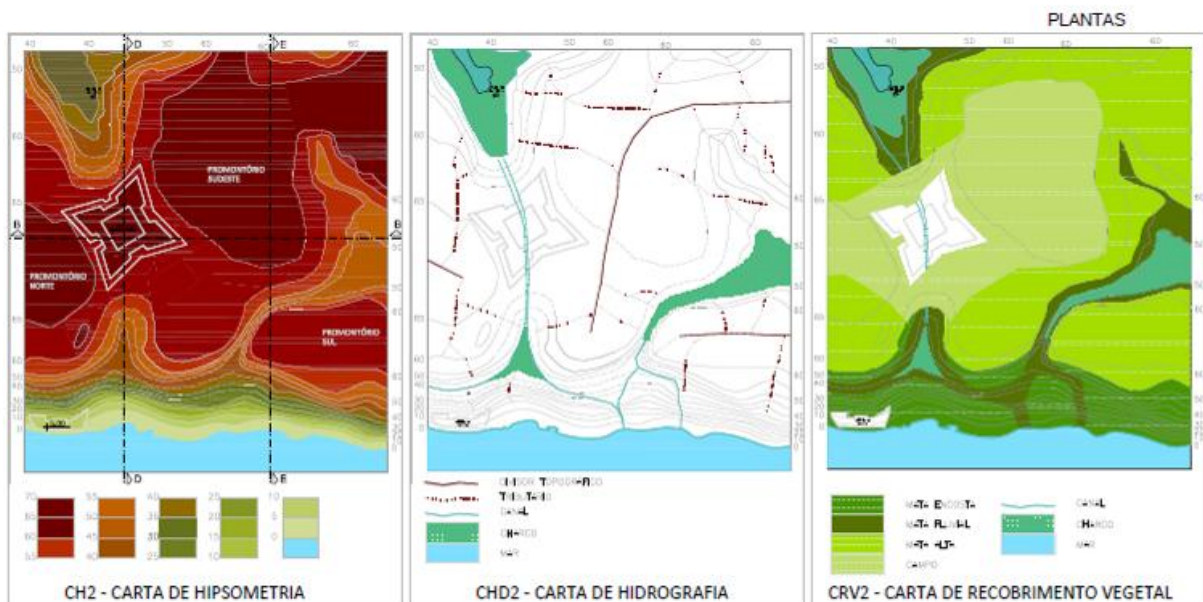
Vale ressaltar que no século XVII, a floresta virgem, exuberante em sua apresentação externa, exercia o poder de atração ao paraíso, onde as árvores se tornam o componente principal, ocorrendo vários estratos um sob os outros. Seus troncos são recobertos por outros grupos que ali se desenvolvem como lianas, epífitas, hepáticas, líquens, bromeliáceas, orquídeas, aráceas, piperáceas, entre outros.

¹⁰²Atribui-se a von Martius (1817), a autoria do primeiro mapa fitogeográfico do Brasil, compreendendo cinco províncias botânicas: NAIADES (florestas pluviais da Hileia Amazônica); HAMADRÍADES (caatingas do Nordeste); DRÍADES (florestas atlânticas); ORÉADES (campos do cerrado central); NAPÉIAS (matas subtropicais, campos e pampas da região Sul). (FERRI, 1974, p.69).

O solo da floresta é revestido por espécies herbáceas marantáceas, melastomatáceas, rubiáceas, aráceas, musgos. Vale lembrar as palmeiras Euterpes, Cyathea, Alsophila que despontam para o céu azul. A floresta ou mata tem sua identificação associada à proximidade com o Oceano Atlântico, conhecida também por “Mata Pluvial Tropical” (COUTINHO, 1962); “Floresta Latifoliada Tropical Úmida de Encosta” (ROMARIZ, 1996). (FERRI, 1974, p.114-121).

3.2.2.2 Elementos Referenciais Antrópicos: Século XVIII

Figura 29 – Cartas Temáticas Referenciais – ‘*Natura Naturata*’, século XVIII



Fonte: Fonte: Elaboração da autora, 2015 (Cf. Apêndice A).

As cartas apresentadas (Figura 29) ilustram o relevo, a hidrografia e a vegetação:

Segundo os mapas de Frézier, 1714 (Figura 26-b[D-2]) e Massé (Figura 26-c[D-3]), verifica-se que, no século XVIII, o trecho em destaque se caracteriza na condição ‘*Natura Naturata*’, onde havia as edificações do conjunto defensivo ao Sul da Cidade do Salvador: o Forte de São Pedro ao Centro, o Dique Grande ao Leste e, ao Oeste, a Bateria da Gamboa nas margens da Baía de Todos-os-Santos.

Através da análise comparativa, percebe-se a transformação entre a ‘*Natura Naturans*’ e a ‘*Natura Naturata*’, nos séculos XVII e XVIII, que devido à política defensiva foi constituído um grande ‘*parterre*’ para interligar os compartimentos Norte e Sudeste, resultando um campo aplainado onde se levou o Forte de São Pedro, e essa nova condição

possibilitou o acesso, por terra, para o centro da cidade. Observa-se o impacto ambiental resultante dessa obra de aplainamento que resultou no represamento do Rio e na ampliação do espelho d'água do Dique Grande (Leste), na ligação entre os altiplanos Norte e Sudeste, na devastação da floresta atlântica ou costeira e na formação de terrenos encharcados. No entanto, foram preservadas as edificações fortificadas (Casa de Pólvoras e Bateria da Gamboa), compreendendo-se que o Forte de São Pedro era um ‘*monumento*’ que exercia sua ‘*paries*’ de isolamento entre a cidade tradicional e o meio semi-rural no Século XVIII.

Segundo Ferri (1974), nesse período, a floresta virgem, exuberante, em sua representação (externa e interna), exercia a condição de vulnerabilidade sobre a defesa da cidade, quando ocorreu a extinção parcial da província botânica das florestas *Dríades* (von MARTIUS, 1817), transformando-se em descampados para a ação ataque-defesa. Nas encostas, a floresta preservada foi classificada como Floresta Latifoliada Tropical Úmida de Encosta (ROMARIZ, 1968), e, nas margens dos cursos d'água e charcos, foi classificada como Mata Pluvial Tropical (COUTINHO, 1962). Os campos revestidos por gramíneas possibilitaram a pastagem.

Esse limite defensivo ao Sul da cidade está sendo observado como o elemento de ‘segregação’ da *cidade tradicional* (portuguesa) que se constituiu a partir dos estímulos institucionais do Rei D. João V e do Vice-Rei Vasco Fernandes César de Meneses (1723) para conclusão das obras do Forte de São Pedro. Vale lembrar que o Forte de São Pedro¹⁰³ foi uma construção demorada (1627-1723), projetada conforme os princípios da Arquitetura Militar Portuguesa¹⁰⁴. Originalmente um local escolhido (1624) segundo os princípios da construção clássica vitruviana, que sugere a localização geográfica do sítio em adequação com a função defensiva (VELLOSO, 2005). Em Salvador, procurou-se um terreno elevado sobre campo raso, na proximidade com o mar para facilitar a provisão de munições, com bons ares, abundância de águas nativas, solo fértil para o cultivo de víveres, para garantir a condição de autonomia da fortaleza pós-medieval. No século XVIII, o forte foi remodelado para se adequar ao sistema de baluartes, segundo o projeto do Brigadeiro Massé (1713)¹⁰⁵ segundo a

¹⁰³ Monumento Tombado (IPHAN, Brasil, 1957), uma fortaleza importante para a defensiva colonial, evidência em diversos autores que tratam da temática em Salvador, (SILVA, 1952); (BARRETO, 1958). Funciona atualmente como I Estabelecimento Regional de Subsistência da 6ª Região Militar e da 17ª Circunscrição do Serviço Militar (BRASIL. Ministério da Defesa. DPHCEX – Diretoria de Patrimônio Cultural do Exército/6ª Região Militar. Disponível em: < http://www.6dsup.eb.mil.br/hist_forte.htm >.).

¹⁰⁴ “Da qualidade dos sítios e quais são melhores para se haverem de fortificar”. “Da escolha dos lugares sadios” segundo Vitruvio – Livro I (VELLOZO, 2005, Cap. 4º, p.41, p.47, Nota 14).

¹⁰⁵ Embora sem definições de limites, documentos históricos comprovam que, em 1712, foram aplainados os terrenos ao Oeste do Forte, para construção do fosso e da muralha de proteção da escarpa (VILHENA, 1921, p. 274), sendo desapropriadas as terras da “Roça do Carcereiro”(1712), cuja posse era do Sargento-Mor Francisco

orientação do engenheiro francês Marechal Sebastien le Prestre de Vauban, no entanto, a obra foi concluída pelo Mestre de Campo Miguel Pereira da Costa (1723), marcando na cidade o estilo da fortificação moderna renascentista (SILVA, 1952; BARRETO, 1958; MENEZES, 1986; OLIVEIRA, 2004). Como pode ser observado na Figura 30 abaixo, o detalhe do prospecto (CALDAS, 1759) destaca o conjunto defensivo ao Sul: Forte de São Pedro, Casa de Pólvoras dos Aflitos e Bateria da Gamboa.

Figura 30 – Prospecto da Cidade do Salvador no século XVIII



Elevação e Faxada que mostra em prospecto pela marinha a Cidade do Salvador Bahia de Todos os Santos Metropole do Brazil aos 13 graos p^a a parte do Sul, aos 13 graos e 36 minutos de longitude. Bahia em 06 de abril de 1758./ Tirada por José Antonio Caldas.

Fonte: Montagem da autora com base em Antônio Caldas (1759).

O ‘Tratado de Caldas’ (1759) se tornou o documento referencial utilizado pelos autores da época, como o escritor Luis Santos Vilhena (1802)¹⁰⁶ que descreveu Salvador como uma das cidades mais belas do império português. Entre os demais atributos, Vilhena considera as qualidades das fontes de águas naturais, as edificações do conjunto defensivo ao Sul como o limite da cidade no final do século, bem como a particularidade geográfica da Baía de Todos-os-Santos.

Para Matoso (1987), a cidade abraça o seu sítio, na condição ‘*horst e graben*’:

A ponta sul da península de Salvador tem a forma de um losango. A sua costa oeste se desenvolve exatamente ao longo de uma imensa falha, chamada falha de Salvador, que acompanha a direção SO NE. Esta falha separa o cristalino antigo da bacia sedimentar jurássica-cretácea. Trata-se de verdadeiro ‘horst’ cujo ‘graben’ é a baía. (MATOSO, 1978, p.84).

É nesse período da história de Salvador que se pretende situar a *passagem* da cultura arcaica portuguesa (GODINHO, 1971) para uma nova cultura que se inspira na vida ao ar

Fernandes de Lima (BRASIL. Ministério da Defesa, 6^a Região Militar. 2015. Disponível em: < http://www.6dsup.eb.mil.br/hist_forte.htm > .).

¹⁰⁶Em 1723, havia um caminho externo entre o Forte e a Fonte de São Pedro (MENEZES, 1986, p.139), “a melhor agoa da cidade” (VILHENA, [1802]1921, p.105). A galeria de captação de água, o frontispício e a bacia de recolhimento de água servida foram construídos no século XIX (SALVADOR. ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL. Biblioteca da Fundação Gregório de Mattos. *Livro de Posturas Municipais*, 1852, p.244).

livre, na fragrância das flores, no sombreamento das árvores, entre outros atributos que permeiam os ideais de salubridade, quando o Forte de São Pedro foi considerado, e apropriado como um elemento mediador, *apertio* para fazer a comunicação entre a cidade tradicional e a cidade salubre, arejada, que se pretendia para a Salvador do século XIX.

3.2.3 Salubridade e Saúde Pública

Ao final do século XVIII, a paisagem do limite ao Sul da cidade era configurada no meio semirural em sua condição '*Natura Naturata*'¹⁰⁷, caracterizado por matas, roças, fazendas, edificações esparsas (Forte de S. Pedro, Casa de Pólvora dos Aflitos, Bateria da Gamboa) e, também, por vias, trincheiras e caminhos de ligação com a cidade tradicional.

A partir dos levantamentos e mapas do século XVIII e dos interesses exploratórios comerciais, o Governo da Capitania pronunciou as primeiras medidas de controle para a expansão urbana, e a Câmara do Senado (1726) esboçou as posturas condutoras e fiscalizadoras quanto ao parcelamento do solo, alinhamento e largura de vias, efeito estético das edificações (tratamento das fachadas), bem como da integração entre a edificação e a rua.

Devido aos recorrentes desmoronamentos que ocorreram no centro da cidade à época¹⁰⁸, surgiram as posturas para construções em aclave e declive acentuados; por sua vez, os recorrentes surtos epidêmicos demandavam sanções de ordem sanitárias relativas à limpeza e higiene das ruas, dos produtos alimentícios, e por isso quando se proibem o trânsito de doentes contaminados pelas ruas da cidade e o enterramento dos mortos no interior das Igrejas (ARAÚJO, 1992, p.123; 126). Estas ações institucionais que se iniciam timidamente nas reuniões administrativas se transformam em medidas de controle para a limpeza urbana, a preservação das fontes e mananciais através da proibição de lavagem de roupas, sepultamentos, retirada de árvores, da limpeza e proibição da retirada de lenha nos mangues de praia e riachos, entre outras.

[...] propício às epidemias, sobretudo as de bexigas. Como no século anterior, o estado de salubridade da cidade era precário pouco ou nada valera a exigência da Câmara de que os proprietários canalizassem as águas servidas das suas casas e combatessem as esterqueiras das praças públicas e de detrás das igrejas [...] Salvador continuava a crescer com desprezo das mais comezinhas regras de urbanismo e de higiene, criando-se um centro. (RUY, 1949, p.192)

¹⁰⁷ Em Salvador, o processo de transformação sobre o meio *Natura Naturans* decorre da atividade 'caçador-coletor' e da comercialização dos produtos extraídos. A partir do Governo Tomé de Souza (1549), as construções institucionais foram erguidas mediante a formação de *parterres*, na condição *Natura Naturata*.

¹⁰⁸ Os deslizamentos de encostas ocorreram em obras de iniciativa particular, conforme os exemplos da Montanha, Misericórdia, Preguiça, São Bento, Pilar (1721-1761) (VILHENA, [1802]1921; Carta 1ª).

Conforme descreve e comenta Ruy (1949), havia certa displicência das autoridades quanto à salubridade da cidade no século XVIII e também quanto aos aspectos de saúde pública que caracterizava as ações administrativas, e esse fato estava relacionado com a ‘Revolução da Caridade’¹⁰⁹, que, no bojo das atitudes políticas iluministas vai surgir uma nova mentalidade através da descentralização dos serviços de saúde em função de se criar outras unidades, de cunho específico para cada caso médico. Assim, o ambiente urbano deveria ser observado como um bem saudável para abrigar as novas unidades de saúde e amparo sanitário, para os portadores de males contagiosos, para os oficiais do serviço militar¹¹⁰, para a elite comercial, e assim, de fato emergem as transformações higienistas. Salvador era considerada uma importante cidade comercial, e por isso deveria garantir o desenvolvimento econômico moderno, e a imagem da cidade devia adequar-se às metrópoles europeias para conseguir atrair investidores.

Nesse contexto, a ciência se torna uma importante aliada das ações desenvolvimentistas como agente condutor para o afastamento do aspecto insalubre do centro tradicional e da aparência semirural dos arredores da cidade, que precisava crescer segundo o conceito de vida saudável. A salubridade se torna um componente do cenário da cidade moderna, e o controle sobre o espaço urbano vai exigir a atualização dos dados analíticos sobre a cidade, sendo que a Aula Militar do Professor Antônio Caldas se torna o ambiente acadêmico propício para essa reformulação urbana.

Como se pode observar (Figura 31), o levantamento topográfico do Capitão-Mor e Professor José Gonçalves Galeão (1798)¹¹¹ em parceria com seu aluno Joaquim Vieira da Silva¹¹², é uma adaptação do mapa do ‘Professor Caldas’ (1759), que no final do Século XVIII considerou a vegetação urbana segundo a orientação de Domenico Vandelli (AZEVEDO, 1969)¹¹³.

¹⁰⁹ Fase que representa a prática laica medieval de assistência à pobreza mediante a relação ‘confrade’ entre o governo e a elite; na Bahia esse sistema foi centralizado na Santa Casa de Misericórdia, no Hospital São Cristóvão (1549).

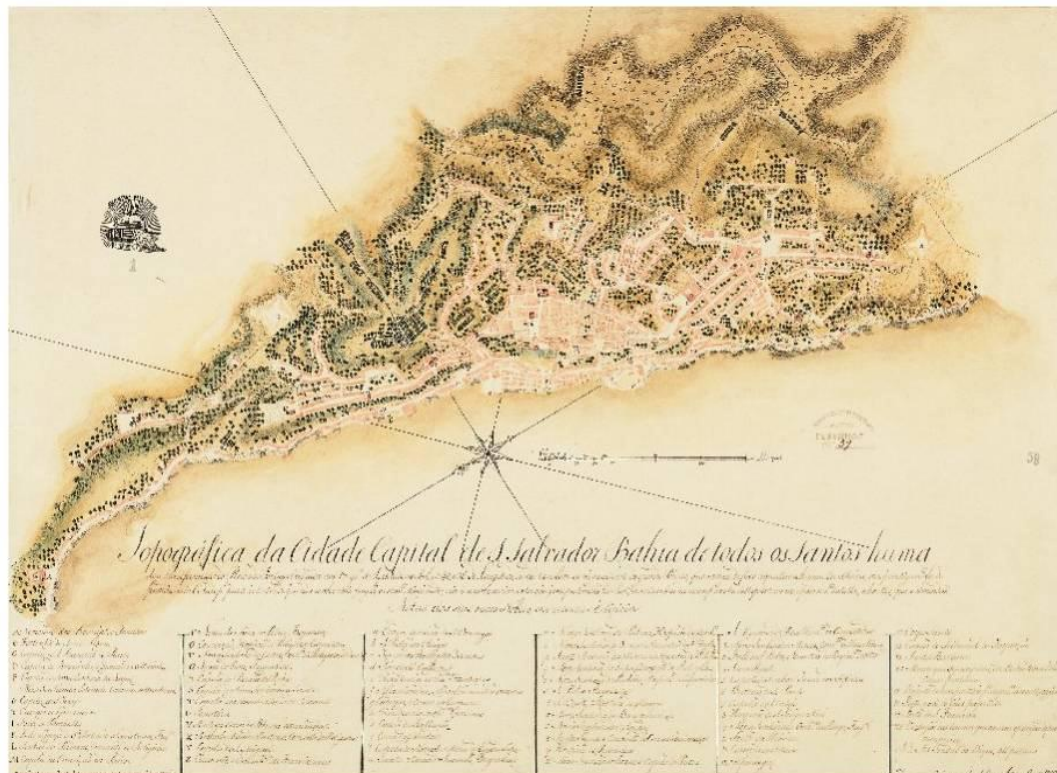
¹¹⁰ No século XVIII, a unidade de recolhimento da Santa Casa funcionou na Quinta dos Padres Jesuítas. Em 1758, o Governador D. Rodrigo José de Menezes, construiu uma pequena unidade hospitalar, o ‘Lazareto’, ao lado da Capela de São Lázaro, em uma região distante ao Leste da cidade. O Hospital Militar foi instalado no antigo Hospício da Palma (1778) (SANTOS FILHO, 1947 v.1).

¹¹¹ **José Gonçalves Galeão** foi professor no regimento de artilharia durante o período: [1778] (AHU_CU_005-01,Cx.51,D.9667-9671); [1780] (AHU_CU_005-01,Cx.54,D.10527-10531); [1783] (AHU_CU_005-01,Cx.59,D.11201-11202); [1793] (AHU_CU_005-01,Cx.78,D.15224-15230); [1797] (AHU_CU_005-01,Cx.90,D.17540-17550); [1799] (AHU_CU_005-01,Cx.100,D.19653-19654); [1799] (AHU_CU_005-01,Cx.101,D.19711-19712);[1805] (AHU_CU_005-01,Cx.138,D.27607-27616).

¹¹² **Joaquim Vieira da Silva** foi aluno da Aula Militar da Bahia [1778-1779] (AHU_CARTm_005-D.990-1028-1028^a).

¹¹³ Nos reinados de D. Maria I e D. João VI (1777-1816), a agropecuária se torna atividade científica submetida ao gabinete de Domenico Vandelli (AZEVEDO, 1969, p.272; 298).

Figura 31 – Conformação paisagística de Salvador, século XVIII



“Topográfica da Cidade Capital de S. Salvador, Bahia de Todos os Santos huma das mais famozas do Reino de Portugal, cituada aos 13 gr.os de Latitude ao Sul, e 346, e 36 de Longitude, onde tambem se vê o restante do grande Dique, que servia de fôssõ aquatico a huma trincheira, com q' antigam.te foi defendida esta Cidade p.la parte interior de q' ainda se observaõ fragm.tos e estê m.to diminuido, naõ só na sua maior extençaõ q' comprehendia tôda Cid.e, mas tambem na menor, p.al o centro della pela terem usurpado os m.tos entulhos, e hortas, que a circundaõ/Joaquim Vieira da Silva Ajud.e Eng.o 1798” (*Topografia da Cidade de Salvador* por Joaquim Vieira da Silva, 1978).

Fonte: Original manuscrito da Direcção dos Serviços de Engenharia – Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, Lisboa.

Essa imagem foi utilizada para representar o momento em que se elaborou um mapa sobre a cidade considerando a morfologia, a existência da vegetação das encostas, dos vales e dos quintais das casas¹¹⁴. Esse importante elemento de conceituação vandelliana foi considerado por Joaquim Vieira da Silva ao demonstrar seu conhecimento como um engenheiro naturalista¹¹⁵, e, sobretudo sobre o ensino da Aula Militar com relação aos métodos de produzir a obra de engenharia enquanto expressão de arte e ciência. Segundo se observa no mapa, Salvador foi representada em sua condição de salubridade, sendo a árvore um importante elemento de requalificação para a condição saudável, e esse documento, que

¹¹⁴ Na Salvador colonial, não havia arborização nas ruas, nem jardins públicos (GOULART, 1968, p.145). A arborização pública se torna um objeto de projeto urbano a partir das iniciativas de Domenico Vandelli em Coimbra (século XVIII) e em Salvador (século XIX).

¹¹⁵ Passeio Público de Lisboa – 1764; Passeio Público do Rio de Janeiro – 1778; Arborização Pública de Belém do Grão Pará – 1772.

foi produzido pela Aula Militar da Bahia, demonstra uma aproximação com as correntes do urbanismo moderno europeu, nas quais a arborização adquiriu o valor como um elemento mediador entre o ambiente construído e o ambiente semirrural. Para Choay (2000) “[...] quando a necessidade de adaptação a uma nova economia e as novas funções urbanas transformam as cidades tradicionais” (CHOAY, 2000, p.5), ao referir-se sobre as transformações deflagradas nas cidades europeias.

Portugal ascendeu ao cenário moderno a partir das reformas pombalinas, do ideal naturalista de Domenico Vandelli, da sensibilidade da Rainha D. Maria I e sua influência sobre o Príncipe Regente D. João, e, sobretudo com o conhecimento para se domar a natureza e transformar a paisagem. Segundo os registros dos Arquivos Ultramarinos, a Aula Militar da Bahia estava ligada com os interesses da ciência moderna e das intenções iluministas que expressavam a paisagem de Salvador na passagem entre os séculos XVIII e XIX. Embora pontuadas, essas ações trouxeram um cunho diferente, atraente, vibrante para a Salvador desse período, “[...] um século de criação de uma nova sociedade graças ao progresso demográfico, ao aumento e depois cessação do tráfico de escravos, aos progressos de todas as técnicas – agrícolas, industriais, comerciais, às mutações da vida econômica” (MATOSO, 1978, p.2;)¹¹⁶. Assim, surge a possibilidade para construir uma paisagem peculiar que responda aos aspectos da salubridade, funcionalidade e estética, como um legado histórico que permanece em algumas preexistências em função do bem-estar do cidadão. É nesse caminho que a cidade se expande na direção Sul, e o Forte de São Pedro se torna o elemento de ligação entre o antigo Distrito de São Pedro e o novo Distrito da Victória¹¹⁷.

3.3 D. JOÃO VI NO BRASIL: REFLEXOS SOBRE A PAISAGEM

Ao desenvolver seu estudo sobre a Gênese do Paisagismo no Brasil, Terra (1997) observa que a presença da vegetação nas ruas e praças da colônia ocorreu no século XIX, após a transmigração da corte portuguesa (1808),¹¹⁸ o estímulo para a “reintrodução” da vegetação

¹¹⁶ O panorama construído sobre o meio natural decorre do crescimento demográfico da cidade no ‘ciclo do ouro’: de 10.000 hab.(1650) para 37.343 hab.(1759). (CALDAS, 1759, p.105: 45.600 hab. (1805); 81.554 hab.(1850); 108.138 hab.(1872), apud MATOSO, 1978, p.138).

¹¹⁷ O Distrito da Victória tem sua origem na Vila Velha (1532), passando a Freguesia (1552), torna-se um Distrito (1808) vizinho ao Distrito de São Pedro, onde se localizam o Forte, o Horto Botânico e o Passeio Público.

¹¹⁸ Em 1808, o Brasil era ainda colônia do Reino de Maria (Portugal), católico, escravocrata, tecendo aproximação com a política liberal europeia, e a nau “Príncipe Real”, durante a transmigração para o Brasil, aporta em Salvador. Uma ação decorrente do Tratado de Fontainebleau (1807) e da invasão napoleônica em

na paisagem urbana “A chegada da Família real ao Brasil estimulou uma nova sensibilidade à natureza e uma nova mentalidade na arte do Paisagismo” (TERRA, 1997, p.42).

O Príncipe Regente D.João VI era um adepto da política expansionista, incentivador da exploração dos recursos naturais e um fomentador das instituições científicas, em particular, a Botânica por ser propícia à fisiocracia e à política vandelliana com relação à rede de Hortos Botânicos no Brasil e, para dar prosseguimento a este ideal, foram emitidas pela Rainha D.Maria I (1777-1792), uma série de Cartas Régias com objetivos agrícolas, científicos e econômicos, para cultivar plantas indígenas e exóticas, em função da reprodução das espécies nas diversas Matas Reais e de suprimento para o Jardim Botânico Real da Ajuda em Portugal. Assim, as cidades de Olinda, Salvador, São Paulo, Goiás, Vila Rica e São Luís foram contempladas para a instalação de *locus* segundo o modelo do Horto Botânico do Pará (1776).

Entretanto, devido à invasão de Napoleão Bonaparte a Portugal, ocorreram alterações no plano vandelliano, a Real Academia de Lisboa foi saqueada e segundo Bediaga (2007), o acervo da academia foi enviado ao Jardin des Plantes em Paris devido que o “interesse da França não era somente territorial, mas também de apropriação das possíveis ‘riquezas’ do império português” (BEDIAGA, 2007, p.1136). Em decorrência da invasão francesa ocorreu a transmigração da corte portuguesa para o Brasil (1808); em Salvador, o Príncipe D. João VI adotou políticas de transição para estimular o comércio e a ciência na Bahia (RUY, 1949)¹¹⁹.

Para garantir e preservar a produção de plantas no Brasil, o Príncipe Regente ordenou a invasão do Horto La Gabrielle na Guiana Francesa¹²⁰ e centralizou a pesquisa botânica no Rio de Janeiro e avançar com o plano de adequação das cidades brasileiras aos padrões do progresso, e assim a salubridade se tornou uma prioridade regencial (SANJAD, 2001).

Vale ressaltar que, durante o período de estadia da Corte Real em Salvador, o aspecto insalubre da cidade causou um impacto negativo para os visitantes, e por isso, as autoridades locais se esforçaram por adotar novas medidas de reparação, buscando inspirações em Lisboa, Rio de Janeiro e Belém do Pará, onde as iniciativas paisagísticas resultaram em melhor qualidade visual dessas cidades.

Portugal, que foi amparada pelo Império Britânico, marcando assim a presença da Inglaterra nas decisões políticas (Tratado de 1810) e na organização do espaço urbano brasileiro (RUY, 1949, p.345; 349).

¹¹⁹A nau “Príncipe Real” ficou em Salvador no período entre dia 22 de janeiro de 1808, até 26 de fevereiro de 1808, quando Salvador foi a sede do Reino Unido de Portugal e Algarves, foram assinados o Tratado para Abertura dos Portos às Nações Amigas, a ampliação da Escola de Cirurgia, criação da Universidade Literária, a construção do Theatro São João, a instalação do Horto-Botânico (RUY, 1949, p.345-350). Durante sua estadia em Salvador, o Príncipe D. João visitou o Forte de São Pedro em 8 de fevereiro de 1808 (Disponível em: < <http://patrimoniodesalvador.wordpress.com/category/fortes-de-salvador> >.).

¹²⁰ O Horto La Gabrielle, foi instalado pelos franceses em Caiena, Guiana Francesa, o locus de produção de plantas. Devido às guerras napoleônicas (1804), foi invadido por Portugal (1808) e devolvido à França após o acordo Portugal (1817). (SANJAD, 2001, p.88).

3.3.1 O Horto Botânico de Salvador

Em Salvador, D. João VI foi ao Forte de São Pedro e, diante do panorama em volta da Baía de Todos-os-Santos, reconheceu o local como sendo o adequado para instalação do Horto Botânico, segundo as orientações vandellianas quanto a localização, condições de acesso, proteção dos ventos, fertilidade do solo, características necessárias para o cultivo de espécies regionais ‘indígenas’ e a aclimação de espécies de outras regiões transatlânticas¹²¹. O Horto foi instalado pelo Conde de Linhares¹²² (1797) e pelo Marquês de Aguiar¹²³, um entusiasta e protetor das ciências naturais na Bahia: “[...] a documentação a seu respeito sugere ser um entusiasta e protetor das ciências naturais na Bahia Atlântica, aplicando-as para o desenvolvimento regional e do império [...]” (PEREIRA, 2013, p.124).

Segundo Pereira (2013), Salvador foi a sede da Bahia Atlântica, devido à estruturação administrativa que ainda mantinha instituições e agentes da Coroa, e à importância do seu porto como agente escoador dos produtos agrícolas produzidos nas regiões do Recôncavo e do Sertão e das extrações de produtos minerais. O autor ainda considera o aspecto da biodiversidade do meio ‘*Natura Naturans*’ e o contingente intelectual da nobreza baiana, figuras ilustres que se aperfeiçoaram na Universidade de Coimbra, como os naturalistas da escola ‘*vandelliana*’, e suas orientações para o conhecimento utilitário dos recursos naturais de Portugal e suas colônias. O local do porto era estratégico, na entrada da baía, para onde afluía todo o comércio de importação e exportação da Capitania, assim reconhecido pelo escrivão do Senado Luis Pereira Sodré:

O seu incomparável porto, o mais bello do mundo, está como no centro das colônias de V.A. que dominando a Africa, lhe abre uma comunicação tanto mais fácil e breve com a Ásia, como as nações aliadas da Europa, quando fica sendo o seo comércio mais activo, na reprodução dos variados ramos da sua agricultura. (SODRÉ, 1808, apud RUY, 1949, p.348).

O Horto da Bahia foi criado segundo os principios da salubridade pública, uma instituição compartilhada entre o Governo da Capitania da Bahia e a Escola de Medicina e

¹²¹ **Plantas indígenas:** espécies nativas das matas brasileiras; **plantas exóticas:** vegetação estrangeira. Espécies valorizadas na comercialização de madeiras para construções, ou para especiarias, terapêuticas e alimentícias. No século XIX, inicia-se a possibilidade de utilização de determinadas espécies no meio urbano.

¹²² **Rodrigo de Souza Coutinho** (1755-1812). Português, liberalista, Ministro de Estado e Domínios Ultramarinos (1796-1801). Presidente do Real Erário (1801-1803), tornou-se Conde de Linhares (1808). Redator dos Tratados com a Inglaterra (C.R.7-11-1810) e Inspetor dos Reais Jardins Botânicos e Museus (1803).

¹²³ **Fernando José de Portugal** (1752-1817). Português, Marquês de Aguiar (1808), formado em Direito em Coimbra, Vice-Rei no Brasil (1801-1806), Governador da Bahia (1788-1801), Ministro do Príncipe Regente D. João VI.

coordenada pelo médico Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt¹²⁴ para organizar o horto “[...] roça adiante do campo de São Pedro, no caminho que vai para a Vitória” (PEREIRA, 2013)¹²⁵, nas proximidades do Forte e da Fonte de São Pedro, onde havia possibilidade de acesso e de abastecimento de água. Foi um processo demorado, pois “[...] o terreno adquirido junto ao Forte de São Pedro descansou até a administração (período de 1810 a 1818) do Governador Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos” (SEGAWA, 1996, p.122). Iniciou-se com a desapropriação da chácara do Coronel Caetano Maurício Machado (1803), conforme a fisiocracia, agregando a vegetação como um ‘ativo’ imobilizado da propriedade¹²⁶ e a chácara foi avaliada em 2.434.360 contos de réis, (PEREIRA, 2013, p.303)¹²⁷.

Quadro 4 – Vegetação da Chácara do Coronel Machado (1803)

Ilustração qualitativa e quantitativa



(a)- *Mangifera indica* (var.)
(mangueira).



(b) *Artocarpus heterophyllus*,
Lam. (jaqueira).



(c) *Licania tomentosa*
(oitizeiro).



(d) *Genipa infundibuliformes*
D.C. Zappi & J.Semir
(jenipapeiro).



(e) *Psidium variable*
O.Berg (araçazeiro).



(f) *Cocos nucifera* L.
(coqueiro).



(g) *Elaeis guinensis*
Jacquin (dendezeiro).

TIPO	QUAN	V. UNID	V. TOTAL
a	15 u	2.000 r	30.000 r
b	31 u	2.000 r	72.000 r
c	4 u	640 c	2.560 r
d	6 u	320 c	1.920 r
e	6 u	160 c	960 r
f	41 u	3.000 r	123.000 r
g	14 u	160 c	2.240 r
	7 u	240 c	1.920 r

(h) Tabela de Quantitativo.

Fontes: Textos e quantidades: Ofícios de Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt relativos ao Jardim Botânico da Cidade da Bahia (Manuscritos da BN, II-33, 26, 27).

Imagens e Classificação Binominal: montagem da autora a partir de Lorenzi (2006).

¹²⁴ **Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt.** Brasileiro, médico na França, da Sociedade Real de Ciências, da Medicina e Agricultura (Paris), da Academia Real (Lisboa), época de aproximação entre a escola de medicina e a Câmara da Cidade em função da saúde pública de Salvador (ARAÚJO, 1992, p.147).

¹²⁵ A atuação do naturalista Bittencourt foi responsável pelas instalações e direção da instituição portuguesa no Brasil (BN, nº II – 33, 26, 27; Ofícios de Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt relativos ao Jardim Botânico da Bahia (PEREIRA, 2013, p.60; 64;121).

¹²⁶ Nas bases da Fisiocracia, no valor da propriedade se inclui a produção vegetal.

¹²⁷ Texto extraído de: Ofícios, relações e outros documentos. II – 33; 26; 27(ANAIS Da BN, nº68, Doc. nº 798).

Segundo a representação do Quadro 4, observa-se a vegetação que se encontrava no sítio, constando informações de identidade, quantidade e valores individuais de cada espécie vegetal. Assim, o conjunto arbóreo avaliado (1803) compôs o acervo do sítio do Coronel Caetano Maurício Machado, que, depois de adquirido pela coroa portuguesa, foi incorporado ao patrimônio público, tornando-se uma área institucional do governo da Bahia¹²⁸. Considera-se que essa vegetação, após a devida expropriação, passou a compor o elenco das primeiras árvores e palmeiras a existir no espaço público de Salvador.

Entre os produtos mercantilizados no Porto de Salvador, as espécies arbóreas eram muito cobiçadas devido ao seu valor utilitário (alimentício, farmacêutico, paisagístico). Conforme se observa na ilustração acima, deve-se à exuberância das árvores e palmeiras do sítio, tanto as espécies nativas (*Licania tomentosa*-oitizeiro), (*Psidium variable*-araçazeiro, *Genipa infundibuliformes*-jenipapeiro)¹²⁹, como as espécies exóticas adaptadas (*Mangifera indica* – mangueira, *Artocarpus heterophyllus* – jaqueira, *Cocos nucifera* – coqueiro¹³⁰, *Elaeis guinensis* – dendezeiro)¹³¹, a valorização do espaço que se tornou um bem público. Vale salientar que, no século XIX, as espécies exóticas adaptadas eram consideradas como árvores brasileiras. Segundo registram Documentos Manuscritos da Biblioteca Nacional, o Horto Botânico de Salvador foi traçado em alas paralelas de leiras reservadas para o plantio de cada espécie vegetal¹³², entretanto, não foram encontrados documentos relativos à localização e dimensões do horto. A instalação do Horto Botânico de Salvador tornou-se um marco para a política salubrista, que possibilitou a identificação das espécies adequadas para a arborização pública. Representa, na cidade, a ‘passagem’, quando o pomar intramuros da propriedade privada tornou-se um bem coletivo em um espaço da ciência moderna.

Com a transmigração da Família Real para o Brasil, a rede de jardins botânicos idealizada por Vandelli foi desligada do Horto de Ajuda (Portugal) perdendo a função de interlocução com a metrópole, assim, D. João VI (1810) decidiu por centralizar as instituições científicas no horto do Jardim de Aclimação no Rio de Janeiro (BEDIAGA, 2007).

¹²⁸ **D. Marcos de Noronha e Brito**, 8º conde dos Arcos, Governador da Capitania da Bahia (1810-1818).

¹²⁹ Espécies não pioneiras da Mata Atlântica (LORENZI et al., 2006 a).

¹³⁰ Espécies oriundas da Índia (LORENZI et al., 2006 a, p.315).

¹³¹ Espécie oriunda da África (LORENZI et al., 2006 a, p.88).

¹³² Planta esquemática do Horto (Ofícios de Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt relativos ao Jardim Botânico da Cidade da Bahia. BN. Manuscritos, II-33, 26, 27).

Figura 32 – Símbolo da Monarquia no Brasil



Palma Mater, Jardim de Aclimação, Rio de Janeiro (1808).

Fonte: Disponível em: < www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/ecocamara/noticias/arvore-domes-2013-palmeira-imperial >.

Reconhecem-se historicidades ao andar pelas alamedas de velhas e contorcidas mangueiras de longa existência. A impressão de um espaço muito antigo é dada pela própria natureza, especialmente pelo porte das árvores. O principal símbolo do Jardim, a palmeira-imperial (*Roystonea oleracea*) inspira imponência com sua estatura. Reza a lenda que a primeira muda foi plantada pelas mãos do príncipe regente d. João, e por isso a planta foi transformada em um dos símbolos da monarquia. (BEDIAGA, 2007, p.1132).

Segundo Bediaga (2007), a palmeira *Roystonea oleracea*¹³³ foi plantada no Horto do Jardim de Aclimação pelo Príncipe D.João VI, um ato regencial que simboliza a monarquia portuguesa no Brasil. Assim, deve-se ao príncipe regente a sensibilidade de reconhecer as propriedades da palmeira como uma espécie utilitária do paisagismo urbano que foi reproduzida no horto e disseminada nas cidades, nos campos, nas matas, nas pastagens, sendo esta espécie considerada a ‘palma mater’ do Brasil.

Após o restabelecimento diplomático com a França, o governo promoveu o intercâmbio cultural possibilitando o acesso para as diferentes missões científicas que cruzam o Oceano Atlântico em busca de conhecimento sobre os recursos naturais do Brasil, um processo que foi iniciado pela Missão Francesa (1816)¹³⁴ na cidade do Rio de Janeiro e a influência dos

¹³³ A palmeira *Roystonea oleracea*, é nativa da faixa tropical entre a Flórida e o Norte da América do Sul. A espécie foi aculturada pelos franceses no Jardim Pamplemousses (Ilhas Maurícias) e no Jardim La Gabrielle (Guiana Francesa), em 1780, e no Real Horto do Rio de Janeiro (1809) (SANJAD, 2001). *Roystonea oleracea* (N.J.Jacquin), O.F.Cook (LORENZI, 1996, p. 2004).

¹³⁴ Missão científica planejada para explorar o Sudeste do Brasil pelo Marquês de Marialva, sob a consultoria do naturalista alemão Alexandre von Humboldt.

franceses estimulou a criação de novas instituições (Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios) de pesquisas e de documentação do patrimônio natural brasileiro. Dentre os cientistas franceses, destacam-se o naturalista Auguste Saint-Hilaire que participou da reestruturação da Guiana Francesa (1816), pesquisou sobre os métodos de coleta, catalogação, dissecação e transporte da planta e sua utilização na agricultura em função da indústria, medicina e alimentação; o arquiteto Grandjean de Montigny que tornou-se um professor da Aula de Arquitetura, desenvolvendo o estilo da arquitetura neoclássica no Rio de Janeiro (1819-1850); o artista naturalista Jean Debret que registrou, com arte, os aspectos da vegetação e da sociedade do Brasil (1834-1839).

A presença da monarquia foi fundamental para a transformação administrativa das cidades, que passaram a ser projetadas segundo o conhecimento científico, e D. João VI incluiu, no Brasil, o cientista português José da Costa e Silva (ANACLETO, 2005)¹³⁵, como ‘arquiteto real de todas as obras’ para produzir o cenário do estilo neopalladiano inglês.

3.4 INFLUÊNCIAS DO ESTILO NEOPALLADIANO EM SALVADOR

A paisagem moderna que surge no Rio de Janeiro clama por mudanças, e a aproximação comercial entre o Brasil e a Inglaterra vai estimular a ordenação urbana de Salvador para adequá-la aos hábitos da sociedade inglesa e aos aspectos da Higiene Pública. Com a centralização administrativa da Monarquia Portuguesa no Rio de Janeiro, Salvador foi colocada em segundo lugar com relação aos principais orçamentos da Corte. “No entanto, Salvador, desde o início do século XIX, não se ausenta do cenário nacional e internacional” (ARAÚJO, 2006, p.81).

Auguste Saint-Hilaire (1779-1853): *Histoire des plantes les plus remarquables du Brésil et du Paraguay* (1824) e *Plantes usuelles des Brésiliens* (1824-1828), *Voyage dans le district des diamants et sur le litoral du Brésil* (Paris, 1833)

Auguste-Henri-Victor Grandjean de Montigny (1776-1850): *Edifício da Praça do Comércio* (1819-1820), *Academia Imperial de Belas Artes* (1826), entre outros.

Jean Batiste Debret (1748-1868): *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* (1834-1839) (*A Missão artística Francesa de 1816*) (Disponível em: < http://bndigital.bn.br/francebr/missao_artistica.htm >.).

¹³⁵ **José da Costa e Silva** (1747-1819). Arquiteto palladianista da Academia Florentina de Bolonha (Itália). Introdutor do estilo em Portugal (Erário Régio, 1789); Professor de Arquitetura Civil na Real Academia do Desenho (1781); arquiteto das obras reais (1791). No Brasil (1811), foi o Arquiteto Geral de Todas as Obras Reais em parceria com João da Silva Muniz, o então Arquiteto Real da Casa das Obras. Em Salvador, desenhou o Passeio Público e o Obelisco comemorativo à estada de D. João VI (1808). (ANACLETO, 2005, p.459-468).

Figura 33 – Idealização iluminista, realização neoclássica – Salvador da Bahia



Praça do Comércio, Salvador (1810).

Fonte: Disponível em: < <http://www.salvador-turismo.com/> >.

A distinção entre Cidade Alta e Cidade Baixa, conforme se observa (Figura 20-b) na ilustração de Robert Pearce (1819), é a característica principal que traduz a peculiaridade da paisagem nesse período, conforme era registrada por viajantes¹³⁶ que divulgavam a cidade mais cobiçada entre as colônias portuguesas. Percebe-se também a distinção entre classes sociais, a caracterização dos bairros, os estilos arquitetônicos (renascentista-iluminista) e a diferença entre os ricos e os pobres, com “a tendência de segregação dos mais ricos ao sul” (VILLAÇA, 2001, p.210).

Assim, o Governador Conde dos Arcos inicia o processo de inovações urbanas com novos focos de intenção e realiza a reestruturação do centro comercial da Cidade Baixa, e nessa época, uma série de obras impactantes vai alterar a configuração da paisagem, fazendo surgir espaços modernos ao estilo da arquitetura neoclássica e do neopalladiano inglês. São atribuídas ao Conde dos Arcos as principais obras que transformaram a feição da cidade em seu visual de chegada pela Baía de Todos-os-Santos, que foram construídas em função do comércio marítimo e das atividades alfandegárias, como a ampliação do Porto da Ribeira das Naus, a Praça do Comércio, o Edifício da Alfândega (1810) e o Passeio Público (1815), um conjunto notável que simboliza o período joanino em Salvador.

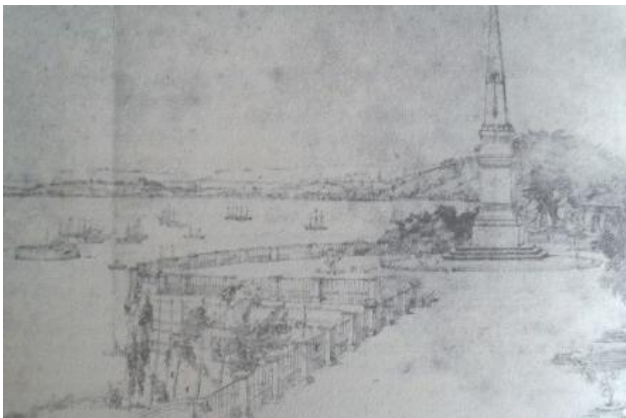
¹³⁶ Silva Lisboa refere-se ao inglês Sempster (1798), comentando sobre expansão Sul, “[...] porção elegante da cidade e abastada da população, inclusive comerciantes já integrados na vida política e mundana, ruas comodamente espaçosas e alinhadas, quintas das famílias importantes” (apud Villaça, 2001, p.209). Prof. Américo Simas refere-se a outros visitantes: Francisco Coreal (1685), Engenheiro Froger (1696), William Dampier (1699), Amadeu Frézier (1714), La Babinais (1717), Vilhena (1801) (apud SAMPAIO, 1999, p.55).

A Real Praça do Comércio foi concebida no período pombalino segundo o modelo da Real Praça do Comércio de Lisboa (1755), implantada sobre um ‘*parterre*’ às margens da baía, onde foram construídas as principais edificações comerciais de Salvador, (Bolsa do Comércio, Alfândega, Associação Comercial, Tribunais, Instituições Públicas) e concluída no período joanino (1758-1811). Assim percebe-se a mescla entre os estilos da arquitetura pombalina e neoclássica, e a influência do palladianismo inglês nos detalhes dos gradis, da iluminação e da arborização pública. Na imagem acima (Figura 33) observa-se o Edifício da Associação Comercial cujo projeto é atribuído ao Engenheiro Cosme Damião da Cunha Fidié. O monumento central foi erguido posteriormente (SANTOS, 1943).

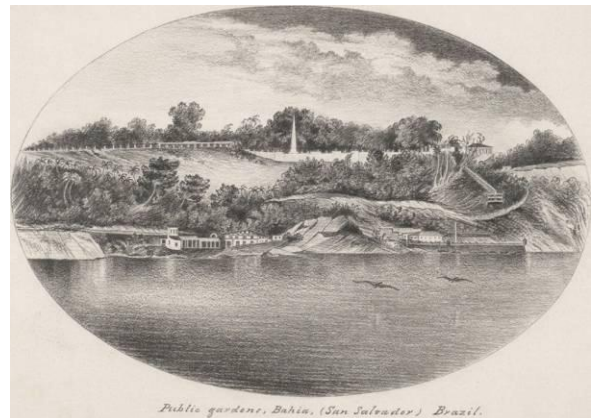
3.4.1 O Passeio Público de Salvador

Seguindo as intenções do Conde dos Arcos, o Passeio Público de Salvador foi implantado sobre a encosta da Baía de Todos-os-Santos nas proximidades do porto marítimo, o principal acesso para a Cidade do Salvador, e por isso se tornou um local agradável para a sociabilidade e o estímulo para novos hábitos da vida na cidade, ao ar livre em contato com a natureza, observando-se o movimento das embarcações, o magnífico crepúsculo sobre o espelho d’água, uma localização estratégica, fora dos limites da cidade tradicional que atraía visitantes e os soteropolitanos simpatizantes daquela exuberante paisagem.

Figura 34 – Símbolo da Monarquia na Bahia



(a) Passeio visto da Colina por Landseer, 1820.



(b) Passeio visto da Baía por Galt, 1860.

Fonte: Disponível em: < <http://www.salvador-antiga.com/passeio-publico/antigas.htm> >.

O Passeio Público foi situado junto ao Horto Botânico (1810-1815), uma iniciativa do Governador Conde dos Arcos para promover a sociabilidade urbana. O projeto arquitetônico e paisagístico é uma autoria dos arquitetos José da Costa e Silva e João da Silva Muniz¹³⁷, que buscaram um plano mediador, conciliador com os elementos preexistentes, considerando-se as obras de infraestrutura para contenção do *parterre* conquistado sobre a encosta íngreme. A forma semicircular avança sobre a encosta para destacar o elemento principal, o obelisco esculpido em pedra mármore¹³⁸, formando um conjunto escultórico cercado por ‘balaustres’¹³⁹ com gradil de ferro fundido¹⁴⁰ dispostos em simetria para marcar o limite Oeste do recinto e assegurar a visão da Bahia de Todos os Santos (ANACLETO, 2005)¹⁴¹.

[...] Continuando sempre na direção sul e uma vez atravessando o Convento das Mercês, os caminhos levavam para o forte de São Pedro e para o bairro dos Aflitos onde, junto ao quartel encontrava-se o tão encantado jardim público. [...]. (MATOSO, 1978, p.178).

Além de um simples jardim, esse espaço se tornou um símbolo para a cidade, um novo cartão postal que disseminava para o mundo a curiosidade de conhecê-lo e apreciar, descrever, pintar, desenhar e fotografar, um dos recantos mais cobiçados entre os visitantes que cruzaram o Oceano Atlântico para desfrutar a diversidade do local, assim, ocorreu com o desenhista Charles Landseer (1820) e sua visão da colina para o mar, e com o gravurista Galt (1860), que preferiu a opção oposta, do mar para a colina (Figura 34–a/b). Sob a ótica dos visitantes, podemos conhecer um pouco daquele ‘jardim real’ e sua história vinculada à presença da realeza portuguesa na Bahia. O sítio escolhido pelos arquitetos reais foi, na época, considerado ‘adequado’ aos objetivos da Câmara do Senado¹⁴². Conforme expresso na Carta ofício de Manoel Ezequiel de Almeida:

¹³⁷Os arquitetos aportaram em Salvador na nau Bergantim Falcão, para avaliar os recentes desmoronamentos ocorridos e estudar um plano para a cidade moderna (RUY, 1949, p.356-357; ANACLETO, 2005, p.462). A Câmara Municipal vinha solicitando verbas para obras de reparos (Cartas do Escrivão Manoel Ezequiel de Almeida (16 de julho de 1809), Livro 2810:163. In: Arquivo Público Municipal da FGM-PMS).

¹³⁸ A pedra mármore utilizada no Passeio Público é oriunda de Portugal. As primeiras jazidas exploratórias do mármore brasileiro ocorreram em Cacheiro do Itapemirim (1912).

¹³⁹ O balaústre é um pequeno pilar; dois balaústres compõem uma unidade modular formada por lajes de travamento superior e inferior, e com o espaço interno preenchido por colunatas ou mureta; um conjunto de unidades modulares se chama de balaustrada. É um elemento da arquitetura clássica antiga, transportado para a cultura greco-romana, utilizada na arquitetura renascentista italiana.

¹⁴⁰ Após os tratados de 1808, iniciou-se a produção de ferro no Brasil: Real Fábrica de Ferro do Morro do Pilar em Tejuco (1809); Fábrica Ipanema em Araçoiaba (1810); Usina Patriótica em Congonhas do Campo (1811).

¹⁴¹ Segundo os princípios da arquitetura renascentista italiana. Conforme observa Anacleto (2005, p.460), Silva se inspirava nos Tratados de Sério e de Vignola (ANACLETO, 2005, p.459-468).

¹⁴² AHPS. Cartas 54 e 55 – armário 62 pasta 153 (apud RUY, 1949, p.357).

Rio de Janeiro, 11 de Setembro 1813

Ill.mº Snr Jozé da Costa

O Senado da Cam.^a desta Cid.e me encarrega de suplicar a V.S.º o seu favor, q. nas circunstancias presentes se lhe torna indispensavel: porquanto propondo se a inaugurar hum monumento publico em memoria da Feliz Epoca da chegada de S. Alteza R.l a este porto, e havendo-se de signado o lugar no sitio do Passeio Publico, o receio de que aquele lugar sobranceiro a huma das montanhas da Cidade, não possa p.r desgraça tornar-se improprio, principalm.te no estado actual das montanhas da Cid.e, torna-se indispensável tomar neste ponto as medidas necessárias; como V.S. pelos seus talentos, e notório merecimento, melhor que ninguém pode dar no cazo huma segura, e certa decisão; o Senado da Cam. a se propõem juntar-se em corpo no d.º lugar do Passeio Publico no dia 14 p.a 15 do corr.e pelas 5 horas da tarde, e com os Enginhr.os, Mestres, e Peritos, p.a terem a fortuna de ouvir o decisivo voto de V.S. em huã matéria tão importante, e q. por isso esperão de merecer de V.S. que Ds G.de Bahia em Cam.a 11 de 7bro de 1813, Manoel Ezequiel de Almeida.¹⁴³

A construção sobre a encosta demandou consideráveis serviços de infraestrutura, uma robusta contenção em alvenaria de pedras que envolvem o espaço criado, contornada por balaustradas que marcam simetricamente o semicírculo, com gradil de ferro fundido para garantir a integração entre o pátio central e a natureza que se expande sobre a baía: “[...] sua elevada posição parece ter sido desenhada pela natureza, com o destino de ahi erigir o throno do maior dos Soberanos. A abertura do porto por seo vistoso archipelago onde podem ancorar todas as armadas do mundo” (SALVADOR. *Atas da Câmara*, 1813)¹⁴⁴.

No centro do pátio arredondado, ergue-se o obelisco, uma simbólica homenagem para o príncipe regente João VI que foi idealizada e realizada pela Câmara do Senado da Bahia, em todos os detalhes construtivos, desde a importação do mármore branco vindo de Portugal, à feitura da placa de inauguração da obra no dia 23 de janeiro de 1815, como descreve o escrivão Luis Pereira Sodré:

[...] aproveita a primeira ocasião que se lhe oferece, havendo desembarcado as últimas peças do mármore feito em Lisboa para dar agradável certeza que a 17 de dezembro deste será feita a Inauguração do Monumento que levanta o povo mais fiel no melhor dos soberanos e que fará a honra eterna dos cidadãos que conceberão e realizarão tão digno projeto [...]. (1815, p.175).¹⁴⁵

¹⁴³ DOC. Nº185 – Pedido do Senado da Câmara da Baía a José da Costa e Silva para apresentar um projeto de Obelisco comemorativo, 15 de setembro de 1813 (BNRJ. Manuscritos, I-3, 29, 060).

¹⁴⁴ SALVADOR. ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL. Biblioteca da Fundação Gregório de Mattos. *Atas da Câmara*, Livro 57, 1813, p. 135.

¹⁴⁵ **Luis Pereira Sodré**: escrivão do Senado (17 de julho de 1813); **João de Melo Leite**: Presidente do Senado. (SALVADOR. ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL. Biblioteca da Fundação Gregório de Mattos. *Cartas do Senado da Câmara*, Livro 2810-1815, p.175).

Para o Governador Conde dos Arcos, “[...] a praça circular do Passeio Público lembrada pelos architetos e peritos me parece o lugar mais próprio”. Segundo Affonso Ruy (1949, p.357), “foi o único monumento levantado, durante todo o século XIX, por iniciativa da Câmara de Salvador”.

Figura 35 – Integração entre Horto Botânico e Passeio Público



Alameda entre Horto (viveiro) e Passeio Público (*belvedere*).

Fonte: Disponível em: < <http://www.salvador-antiga.com/passeio-publico/antigas.htm> >.

O acesso ao Passeio se fazia por dois portões, o portão principal, localizado no Largo do Forte de São Pedro, por um caminho que se estendia das Mercês, e o portão secundário, localizado no Largo dos Aflitos. Uma alameda alargada fazia o limite entre o Horto Botânico e o Passeio Público, e interligava os dois portões de acesso. Havia ainda um terceiro acesso para o mar através da trincheira da Bateria da Gamboa com a Casa de Pólvoras dos Aflitos¹⁴⁶.

Como se observa na Figura 35, em torno da balaustrada, havia uma plantação sistemática de árvores da espécie *Licania tomentosa*-oitizeiro formando uma alameda sombreada que sinaliza o acesso para o Viveiro de Aclimação, o Quiosque de Exposições, as estufas e as sementeiras.

Percebe-se que a integração entre Arquitetura e Natureza foi um importante fundamento para o projeto do arquiteto Costa e Silva (1813), no sentido de preservar a arborização preexistente do Horto Botânico (1803) assim como utilizar espécies produzidas e criar um ‘jardim pronto’¹⁴⁷, para ser utilizado pelo público, “[...] um passeio público com as

¹⁴⁶ provavelmente havia um caminho para escoamento do Horto Botânico que foi incluída na obra da encosta.

¹⁴⁷ Na linguagem paisagística, refere-se à arborização adulta que produz floração, frutificação, sombreamento.

comodidades competentes para atrair o concurso dos moradores a verem-se e falarem-se” (BRITO, 1821, apud SEGAWA, 1996, p.121).

José da Costa e Silva foi um arquiteto da corte do Rei D. José I de Portugal (1750-1777) que estudou na Academia Italiana, aproximando-se das correntes teóricas ligadas ao estilo neoclássico e do palladianismo inglês¹⁴⁸. Em Portugal, tornou-se o arquiteto das obras do Real Erário (1791) e introduz, em Lisboa, o estilo da arquitetura neoclássica palladiana. No Brasil, a convite do príncipe D. João VI (1810), foi nomeado arquiteto geral de todas as obras reais e, na Bahia (1813), a convite do Governador Conde dos Arcos desenvolveu alguns projetos dentre alguns, o Passeio Público de Salvador (ANACLETO, 2005).

Também aí, na antiga capital do reino, lhe foi solicitado, para além de uma opinião relacionada com o embelezamento do Passeio Público, o seu contributo na construção de um monumento comemorativo da estada do futuro D. João VI na cidade, quando da sua passagem para o Rio. O artista português apontou para a forma de obelisco, alegando ser esta a estrutura que mais se adequava ao fim em visita. (ANACLETO, 2005, p.462).

A cidade ganhava um local peculiar, no entanto, alheia ao ideal de sociabilidade, a população de Salvador se encontrava subjugada à estrutura da Igreja Católica, ao sistema escravocrata, e o ambiente urbano refletia o arcaísmo social. Segundo Vilhena (1802), a população da Bahia era composta por troncos familiares entre a nobreza e o povo, grupos divergentes, mas “segundo inteiramente uma moral toda cristã”; cabia aos homens o direito de ir e vir, e para as mulheres a vida submissa na plenitude da casa e a vida pública estava restrita aos atos religiosos; uma sociedade oriunda do sistema de classes, fundamentada no conceito de corpos e de ordens (GODINHO, 1971). Vale ressaltar que na Bahia, segundo Matoso (1978)¹⁴⁹ as associações religiosas estabeleciam o controle social sobre os comportamentos e a hierarquização das relações sociais, deflagrando-se em revoltas populares.

Visando remediar aquele panorama social, o Passeio Público seria o ambiente ideal, integrado com a natureza, distante das amarras devocionistas e propício a mudanças dos costumes arraigados. Um lugar da natureza como o ‘Éden’, para ser adaptado em ‘jardim paraíso’, atrativo para o convívio do cidadão e impressionável para os visitantes que valorizavam os conceitos progressistas, como observa Habsburgo ([1860]1982, p.98): “Entre

¹⁴⁸ A ARTE portuguesa de oitocentos. In: Biblioteca Breve, v. 28. Cópia digitalizada. Disponível em: < www.instituto-camões.pt >.

¹⁴⁹ Hierarquização com base na piramidal social: **nobreza do sangue** (altos funcionários da coroa, dignitários eclesiásticos, cidadãos de privilegio financeiro e jurídico); **artesãos importantes** (membros das corporações de ofício); **brancos pobres** (pessoas de ascendência mista; escravos) (MASCARENHAS, 1998).

a Vitória e as casas da cidade encontra-se, num terraço elevado, como que sustentado pelas copas das Árvores que se situam abaixo, o célebre ‘Passeio Público’.

Conceitualmente, o jardim palladiano inglês buscava utilizar os recursos naturais preexistentes como atributo do projeto de arquitetura e por meio de um traçado livre, orgânico, propõe a inserção do jardim na paisagem natural, assim como Kent propôs em 1736 (apud CHRISTOFHEN, 1979). Esse tipo de jardim ganhou sua expressão por surpreender o espectador através da composição da vegetação com objetos artísticos segundo a montagem de réplicas clássicas de esculturas, estátuas, pórticos, arcadas, colunas, obeliscos, etc., como um leque opcional de elementos que visam enfatizar o caráter ideológico da obra pública.

Figura 36 – Ideal de Sociabilidade



(a) Mirante do Pôr do Sol, Guilherme Gaensly, 1875.



(b) Cascata do Passeio Público, Castro y Ordoñez, 1862.

Fonte: Disponível em: < <http://www.salvador-antiga.com/passeio-publico/antigas.htm> >.

Para Afonso Ruy (1949), o Passeio Público foi uma singela homenagem ao Príncipe Regente D. João; no ano seguinte a este gesto da Câmara Municipal, o Brasil foi elevado a Reino sob o poder absoluto do Rei D. João VI (1816)¹⁵⁰.

3.4.1.1 A visita da missão austríaca

O Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves promoveu também a aliança naturalista entre as dinastias Bragança de Portugal e Habsburgo da Áustria.¹⁵¹ O afeiçoamento com a

¹⁵⁰Nesse período foram instalados na Bahia a Casa do Comércio (1816) e a Caixa Filial do Banco do Brasil (1817) (RUY, 1949, p.363-371).

¹⁵¹ **D. Pedro de Alcântara** nasceu em Queluz, Portugal, (1798), filho de D. João VI e de D. Carlota Joaquina de Bourbon, da Espanha. Estudou diplomacia, línguas clássicas, artes, ciências naturais. Chegou ao Brasil em 1808. Foi uma personalidade frequente na Academia Imperial de Belas Artes do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815-1822). Tornou-se o 1º Imperador do Brasil (1822). Faleceu em Portugal (1835). **Carolina Josefa**

natureza tropical, a assimilação com os hábitos culturais, o frescor da sombra das árvores, o sabor das frutas tropicais, o meio ‘*Natura Naturans*’ e o meio ‘*Natura Naturata*’ na Capital do Brasil tornaram-se a base do ideal naturalista e em função da salubridade ambiental urbana, reacende e estimula o campo de estudo em favor das ciências naturais no Brasil.

[...] a influência de D.Maria Leopoldina, apaixonada, naturalista, estudiosa em geografia, trazendo em sua comitiva (5.11.1817) a Missão Científica – Artistas e Naturalistas [...] que traçam a história das ciências naturais no Brasil durante o século XI. (O MUSEU NACIONAL, [s.d.], p.2).¹⁵²

Segundo registros do Museu Nacional, a Imperatriz Leopoldina chegou ao Rio de Janeiro acompanhada da ‘Missão Austríaca’ que tinha a finalidade de pesquisar e documentar o patrimônio natural do Brasil e por isso aliando-se aos cientistas brasileiros e estimulando o governo na criação do Museu Real do Campo de Santana (1822) em benefício do comércio, da indústria e das artes. Dentre os cientistas austríacos destacam-se o naturalista e zoólogo Johan Natterer que pesquisou a etnografia indígena; o pintor naturalista Thomas Hender que registrou, com arte os aspectos da vegetação, do ser humano e da sociedade do Brasil (1817 e 1818); o médico botânico Johann Emmanuel Pohl que pesquisou a vegetação brasileira (1817-1821); o médico e botânico Carl Friedrich P. von Martius em companhia de Johann B. von Spix que pesquisaram botânica, mineralogia, zoologia, etnografia, folclore, idiomas e medicamentos indígenas (1817-1820)¹⁵³:

[...] a vinda dos naturalistas estrangeiros estimulou o desenvolvimento das ciências naturais no Brasil [...] a política econômica liberal pós-independência favoreceu para que a natureza brasileira se transformar numa zona franca. Nota 25 – Warren Dean “A Botânica e a política imperial: Introdução e adaptação de Plantas no Brasil colonial e imperial” – Conferência no Instituto de Estudos Avançados, USP, Jun 1989. (apud NEPOMUCENO, 2007, p.44).

Leopoldina (1797-1826). Austríaca, filha de Francisco II, o Imperador do Sacro Império Romano (Prússia, Áustria, Suíça, Rep.Tcheca, Bélgica, Países Baixos, parte da Polônia, França e da Itália). Formou-se em Botânica e Mineralogia. Fundadora do *Hortus Botanicus Vindobonensis* (1754) dirigido pelo médico, biólogo e botânico holandês Nikolaus Joseph von Jaquin (SANT’ANNA, 2004). Pedro e Leopoldina casaram-se em 1817.

¹⁵²O MUSEU NACIONAL. História..., p.2.

¹⁵³ **Johan Natterer** (1787-1843), zoólogo austríaco: *Johan Natterer e a Missão Austríaca para o Brasil* (1817-1835); **Thomas Hender** (1793-1875); **Johann Emmanuel Pohl** (1782-1834): *Viagem no Interior do Brasil entre 1817 e 1821 e publicada por Ordem de Sua Majestade o Imperador da Áustria Francisco Primeiro; Ícones e descrições de plantas do Brasil*; **Carl Friedrich P. von Martius** (1794-1868) e **Johann B. von Spix** (1781-1826): *Flora brasiliensis* (1829); *A fisionomia do reino Vegetal no Brasil* (1843); *Systema materiae medicae vegetabilis brasiliensis* (1833) e *Natureza, Doenças, Medicina e Remédios dos Índios Brasileiros* (1844).

Os naturalistas Friedrich P. von Martius e Johann B. von Spix, estiveram em Salvador dois momentos sendo recebidos pelo Governador Conde dos Arcos¹⁵⁴ considerando pelos cientistas “um dos mais notáveis estadistas cujas tendências científicas e liberais” que pessoalmente conduziu as visitas à Biblioteca do Collegio dos Jesuitas, ao Horto Botânico e o Passeio Público, locais que representavam os ideais do Reino Unido na Bahia. Ao aproximar-se do Passeio Público compreenderam a sua localização geográfica nas vizinhanças do Forte de São Pedro a sua função como elemento de defesa para a cidade:

Nas vizinhanças do Passeio Público, encontra a maior fortificação da cidade, o Forte de São Pedro, que o protege da terra. Foi consideravelmente aumentado pelos holandeses, quando a 9 de março de 1624, se apoderaram da cidade, a fim de protege-la do lado Leste, ligaram-no por um fosso fundo que projetavam prolongar até o mar. Este grande empreendimento não foi, é certo, concluído. Mas o fosso que chamam de Dique, aqui e acolá murado com tijolos, limita em grande extensão a cidade deste lado, e sempre oferece ainda pontos muito apropriados para uma linha de fortificações. [...]. (MARTIUS; SPIX, 1981, p.146).¹⁵⁵

Conforme a citação dos naturalistas, a região visitada pressupõe um monumento histórico, que estabelece a divisão simbólica entre a cidade tradicional e o ambiente semirural ocupado por “bosques, moitas cerradas, plantações”, assim como entendem o Dique Grande como um local de defesa da cidade povoado por “jacarés”. Com base na ‘amplitude’ entre as regiões centro e sul de Salvador, observam a relação entre o Horto Botânico e o Passeio Público, “[...] quão profusamente recompensa a beleza da vegetação tropical o cuidadoso trabalho dos jardineiros, é o que atesta ao viajante do Passeio Público, sito num dos mais altos pontos, na extremidade sudeste da cidade, perto do Forte de São Pedro” (MARTIUS; SPIX, 1981, p.145). E, através das descrições pode-se compreender e avaliar a dimensão deste equipamento público para a cidade:

[...] as alamedas de laranjeiras, limoeiros, jambeiros, mangueiras, a árvore do fruta pão, pitangueiras, [...]oitizeiro, pau do brasil, laranja da Bahia, [...] Entre todos os jardins que vi no Brasil, este é o que mostra mais as características da horticultura europeia. [...] variadas plantas ornamentais do Sul da Europa, das Índias Orientais e do Brasil, tornam à tarde o mencionado Passeio, graças à variação fresca, um lugar aprazível. [...].(MARTIUS; SPIX, 1981, p.145).

¹⁵⁴ O então Governador da Bahia recebeu também o Príncipe Maximiano Wiedewild (Habsburgo) e o astrônomo de geólogo Luiz Freycinet (RUY, 1949, p.365).

¹⁵⁵ Os naturalistas austríacos estiveram em Salvador em 10 de novembro de 1818 e 2 de janeiro de 1819 (SPIX; MARTIUS. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. v.2. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1981. Livro Sexto, Capítulo III, p.146: a espécie Jacaretinga moshifer, Spix, recebeu sua classificação nesta visita ao Dique).

Mais adiante, os cientistas destacam as espécies segundo suas características utilitárias “as cítricas asiáticas *Citrus Sinensis* (L)” que deu origem à espécie híbrida local “laranja da bahia”¹⁵⁶ em suas variações “seleta e de umbigo”: “na frente vemos os jardins de laranjeiras cercados por pitangueiras. Ao fundo o bosque formado por oitizeiros, proporcionando a sombra ao entardecer”. Um passeio agradável nesse ambiente “acolhedor” que proporcionava o panorama para a Baía de Todos os Santos: “Do pavilhão construído com bom gosto, o olhar vagueia aqui sobre o grupo de ilhas verdejantes da bela baía, ou pousa saudoso no infinito azul do oceano, que o sol poente cobre com cores cintilantes” (MARTIUS; SPIX, 1981, p.145). “[...] entre todos os jardins que vi no Brasil, este é o que mostra mais as características da horticultura europeia” (MARTIUS; SPIX, 1981, p.146).

O Passeio Público projetado pelo Arquiteto Real José da Costa e Silva, segundo o estilo neopalladiano inglês na simplicidade da forma do conjunto paisagístico que se harmoniza com a paisagem do entorno, tornando-se um local aprazível, sociável e cobiçado, com noções de saneamento e ordenamento público, induzindo a condição de uso com prazer. Assim, percebe-se a mudança de atitude, quando as intenções portuguesas se aliam à ideologia do paisagismo inglês em função de produzir um ambiente salubre, onde foram empregados materiais de qualidade que enobrecem o meio urbano.

Figura 37 – Integração Arte Arquitetura e Paisagismo



Belvedere do Passeio Público de Salvador: Mirante do Por do Sol por Victor Frond, (1858).
 Fonte: Disponível em: < <http://www.salvador-antiga.com/passeio-publico/antigas.htm> >.

A paisagem peculiar ‘*land art*’ de Salvador no início do Século XIX.

¹⁵⁶ A laranja “Baía, Baía Valente, Baía Vermelha, Baianinha” (LORENZZI et al., 2006, p. 566-567).

4 BASE ANALÍTICA γ : CAMPO GRANDE E IMEDIAÇÕES: PAISAGEM E ARBORIZAÇÃO PÚBLICA

Segundo relatos dos visitantes, em volta dos Baluartes Sul e Leste do Forte de São Pedro havia um terreno grande, de forma irregular, onde se permitia o pastoreio de animais avulsos.

Entretanto, pela leitura de cartografias antecedentes, vamos entender que este seria o trecho divisor entre os promontórios de São Pedro e da Vitória que foi interligado por um *'parterre'*, compondo um plano contíguo onde se ergue o Forte de São Pedro. Mas, depois, um novo *'parterre'* vai promover a comunicação entre a Cidade Tradicional e a Vila Velha, formando o Campo Grande de São Pedro.

Figura 38 – Paisagem peculiar do Campo Grande de São Pedro



Campo Grande de São Pedro por Jean Baptiste Debret, 1830.

Fonte: Sampaio (2005, p.103).

4.1 A PAISAGEM CONCILIADORA

No início do século XIX, surgia o Distrito da Vitória, um aglomerado de localidades que abrangem a Região Sudeste de Salvador, desde os limites com o Forte de São Pedro até o Rio Vermelho, envolvendo também o Dique do Tororó, a Vila Velha, a Vila do Pereira e circunvizinhanças. Nesse período, a cidade foi conduzida ao ideal da salubridade um importante pré-requisito para atrair os ingleses e, por isso, surge uma nova atitude com relação à cidade, e a área em torno do Passeio Público se torna a protagonista do modelo da ‘vida saudável’ em Salvador. São efeitos da influência inglesa: “[...] o terno branco, chá, cerveja, uísque, iate, alô, sanduiche, futebol, lanche, esnobe, cheque, [...]” (FREYRE¹⁹⁴⁸, p.31).

No processo de “anglicização”, a cidade vai-se amoldando ao jeito inglês de conduzir a vida e a morte segundo hábitos que se mostravam contrários ao modo tradicional luso-brasileiro. Para os ingleses, a vida saudável se desenvolve ao ar livre, sob as copas frondosas das árvores tropicais, e a morte encontra seu refúgio eterno diante da natureza. Nesse período, as relações comerciais entre Portugal e Inglaterra se tornaram oficializadas, facilitando a influência britânica sobre uma nova cultura que se refletia diretamente na paisagem urbana.

As primeiras fundações modernas, os primeiros cabos submarinos, as primeiras estradas de ferro, os primeiros telégrafos, os primeiros bondes, as primeiras moendas de engenho moderno de açúcar, a primeira iluminação a gás, os primeiros barcos a vapor, as primeiras redes de esgotos, quase todas, obra de inglês. (FREYRE¹⁹⁴⁸, p.55).

Segundo Gilberto Freire, os hábitos ingleses estiveram associados à ideia de progresso e o idioma português-brasileiro foi sendo anglicizado, verbalizado (chutar, driblar, boicotar, boxear, esbofetear, liderar), estabelecendo relações “mais ou menos imperiais” entre a Grã-Bretanha e o Brasil “semicolonial”. Aos poucos esses hábitos se associam ao panorama econômico, social, cultural e religioso, e o Governo cria estímulos para novos investimentos (públicos ou privados), a exemplo do British Cemetery e da Bahia British Church, intervenções de caráter privado que foram construídos em função de institucionalizar a Igreja Anglicana na Bahia.

Os acordos de 1810 estabeleceram as regras comerciais anglo-brasileiras sobre os direitos de explorar os recursos vegetais, de garantir a redução das tarifas alfandegárias, de assegurar aos povos anglicanos uma restrita liberdade religiosa, entretanto, criava uma

situação conflitante para o clero, que estimulava a religiosidade da população com base na Igreja Católica Romana (SILVA, 1998 a). Tentando apaziguar divergências, o Governador Conde dos Arcos busca um local afastado do centro tradicional onde as igrejas e os conventos católicos marcavam e dignificavam a arquitetura religiosa portuguesa, e escolhe o distrito da Vitória considerando ser este local o mais adequado.

A leva de migrantes incluía de caixeiros a engenheiros, naturalista, médicos, todos atrás de novas oportunidades. Mas se a antiga capital brasileira tinha muito a oferecer a esses estrangeiros em vida, na hora da morte eles passavam aperto. (GLEDHILL, 2009, p.60).

Conforme observa Sabrina Gledhill (2009), os britânicos sentiam-se atraídos e incentivados a tentar a vida no Brasil, entretanto, sentiam-se desamparados nas questões da saúde e da morte. De acordo com a tradição anglicana, as práticas litúrgicas são realizadas em recintos fechados, mas o enterramento é feito no contato com a natureza. Os ingleses preferiam enterrar seus mortos ao ar livre, entretanto, de forma diversa aos hábitos praticados pelos indígenas e escravos africanos que moravam no Brasil.

Vale lembrar que, no século XVIII, a visão sobre os aspectos da salubridade pública, conduz a criação de normas sanitárias de regulamentação para o enterramento ao ar livre, e esse novo hábito dá origem, na Europa, aos *'Memorials Parks'*, os cemitérios jardins que são instalados em áreas arborizadas. São notáveis alguns exemplares preservados como o Saint Peter Graveyard em Salzburg e o Père-Lachaise em Paris, sendo que, na Inglaterra, este tipo de cemitério foi associado a áreas de preservação ecológica como o Kensal Green Cemetery, com o memorial de roseiras, o Abney Park Cemetery que está localizado na reserva natural do parque de Abney Trust, o Highgate Cemetery, que foi projetado pelo arquiteto Stephan Geary em uma reserva natural do Patrimônio Inglês. Em geral estes equipamentos foram idealizados segundo o conceito do estilo palladianismo inglês que exercem a atração de visitantes curiosos com a *'arte tumular'* e este tipo de cemitério é se caracteriza pelo enterramento em cava profunda e sobre se constrói uma sepultura em pedra natural com elementos decorativos (frisos, réplicas de esculturas clássicas, colunatas, etc.) da arte greco-romana com o intuito de simbolizar o caráter ideológico do personagem em vida (PARADISE Preserved, 2011; QUEIROZ, 2002).

Nos domínios portugueses, este modelo de cemitério foi implantado nas cidades de Elvas, Lisboa, Rio de Janeiro, Recife e Salvador (1810-1816). Segundo descreveu Luis Vilhena (1802), na cidade do Salvador, os católicos eram sepultados no interior das igrejas, e

os índios e escravos eram enterrados ao ar livre, em locais distantes e de forma clandestina. Pretendendo oficializar o enterramento ao ar livre, o Consulado Inglês da Bahia adquiriu o domínio foreiro de um terreno próximo à Capela de Santo Antônio da Barra e construiu um cemitério ao ar livre, com vistas para a Baía de Todos-os-Santos, para dedicar aos britânicos que morriam na Bahia (CARVALHO, 2006).

Figura 39 – Cemitério dos Ingleses em Salvador



(a) British Cemetery, por Mulock (1860).



(b) British Cemetery, por Gaensly (1885).

Fonte: Disponível em: < <http://www.salvador-antiga.com/passeio-publico/antigas.htm> >.

O British Cemetery de Salvador foi implantado na encosta oeste da Baía de Todos-os-Santos (Figura 39), marcando, na paisagem, a presença do poder britânico na Bahia, constituindo um conjunto religioso e cultural formado pelo Jardim de enterramento e a Capela com um átrio coberto e um recinto interno fechado para a realização dos cultos. Originalmente, uma construção simples com capela e jardim (CARVALHO, 2006). O cemitério dos ingleses foi construído no período (1811-1814) em que se registrou a epidemia de febre amarela na Bahia, o motivo do óbito de Sir John Sharp, um comerciante de escravos, sendo este, considerado o primeiro corpo ocupante do local (1813), cuja sepultura fica na sombra de uma árvore, sendo a lápide revestida por uma singela camada de musgo.

Nesse caso, seus mortos tem uma das melhores vistas sobre a baía. O fato de que eles não podem apreciá-lo é um mero detalhe. Mas qualquer um pode compartilhar a paz e tranquilidade que reinam supremos no Cemitério Britânico na Ladeira da Barra, com a vantagem adicional de ter olhos para ver. Todos eles têm de fazer é tocar a campainha no portão. (ANAIS..., 2008).

Além de um cemitério, este local é considerado como um espaço de arte, contemplação e lazer, que representa a memória dos ingleses na Bahia, um sítio histórico patrimonial

tombado pelo Governo da Bahia através do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural-IPAC. Para a cidade, o Cemitério dos Ingleses representa um importante vetor de expansão do Distrito da Vitória, no trecho entre o Forte de São Pedro e a Igreja de Santo Antônio da Barra. Deve-se registrar que este foi o primeiro cemitério dedicado a indivíduos de formação não católica em Salvador (CARVALHO, 2006). Segundo Silva (1998), a religião anglicana é uma composição católico-protestante do Império Britânico, e foi introduzida na Bahia (1811) pelo Consul Frederick Lindeman para garantir a obra missionária e difundir a religião protestante. Segundo relatos de visitantes, os cultos eram realizados na Capela do Cemitério.

Seguindo a tradição anglicana, a capela inglesa na Bahia, juntamente com o seu clero eram sustentados pelo fundo de contribuição, provavelmente semelhante ao que ocorria no Rio de Janeiro, isto é, 1/3 das contribuições que os comerciantes ingleses repassavam para o consulado. Os britânicos tinham alguma consciência de que o estabelecimento da Igreja Anglicana na Bahia era decorrente das concessões feitas à nação inglesa. (SILVA, 1998 b, p.41).

Segundo observa Silva (1998 b), na relação diplomática entre o Brasil e a Inglaterra havia o interesse em sedimentar a religião anglicana na Bahia, e esta missão foi confiada ao ‘*Colporteur*’ e Reverendo Edward George Parker (1836) um oficial religioso ligado à Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira (BFBS), uma instituição de educação protestante para divulgar a palavra sagrada.

“Tenho o prazer de acusar o recebimento do seu favor do dia 09 de agosto, com uma fatura de 12 Bíblias em Português. [...] Espero que eu consiga vendê-las logo e não vou deixar de remeter-lhe o montante, com toda velocidade possível (Edward George Parker, Salvador, 31 de outubro de 1839)”. (BOMFIM, 2014, p.44).

O agente ‘*colporteur*’ estava qualificado para representar a instituição anglicana, propiciar instalações de igrejas e escolas protestantes (BOMFIM, 2014), e nessa missão religiosa o Reverendo Edward Parker revelou-se um empreendedor atento para a realização das obras necessárias e seguir os padrões estabelecidos nos acordos entre Portugal e Inglaterra (1810) principalmente quanto ao aspecto da volumetria da edificação religiosa que deveria se diferenciar dos templos católicos e assim, expressar na paisagem da cidade, imagem progressista do Império Britânico. Era importante considerar também as questões de acessibilidade, a proximidade com as residências dos ingleses, o dimensionamento adequado para a acomodação dos fiéis. Assim, o Consulado Inglês adquiriu um terreno no Campo de

São Pedro (1853) para construir a Igreja Anglicana e para realizar esta obra, o Reverendo Edward Parker buscou inspirações no estilo do palladianismo inglês considerando a localização no meio semirural, e adequando-se ao código de posturas da Câmara Municipal de Salvador, segundo consta nos documentos manuscritos do Arquivo Histórico Municipal. Para Silva (1998, p.42): “O templo da S. George Church ou da Bahia Bristisc Church, conforme os documentos, era de arquitetura simples e sem sinais eclesiásticos exteriores, tal qual recomendava o Tratado de 1810”.

Vale observar que nesse período a Inglaterra vivenciava a transformação das ‘cidades industriais’, e o estilo palladianismo inglês influenciou importantes obras de requalificação urbana e rural, buscando a integração entre Arte, Arquitetura e Paisagismo, como o exemplo do projeto ‘*Princes Park*’ de autoria do Arquiteto Paisagista Joseph Paxton, do projeto para a ‘*Stourhead House*’ nos arredores de Londres de autoria do arquiteto Colen Campbel obras inglesas que se tornaram um modelo clássico do estilo palladianismo e inspirador para diversas gerações de arquitetos (RUHL, 2010). Em sua conceituação, o estilo do palladianismo inglês, se expressa pela composição de elementos estruturais da arquitetura neoclássica, de elementos decorativos do estilo greco-romano e se inspira nos elementos da natureza compor o ambiente externo em harmonia com a vegetação do entorno, sendo o ‘*atrium*’, o elemento que a marca o estilo do palladianismo inglês. O exemplo abaixo (Figura 40-a) pretende observar o projeto da capela ‘templo de Flora’ que foi concebido segundo o conceito do estilo palladianismo inglês devido à sua localização no ambiente campestre, ‘*country*’, e se percebe a integração da edificação com a natureza do local.

Figura 40 – Igreja Anglicana de Salvador



(a) Stourhead House, Templo de Flora (1745).

(b) British Church, por Gaensly (1885).

Fontes: (a): (Disponível em: < www.nationaltrust.org.uk/stourhead; www.britainexpress.com > ... > Wiltshire > Gardens >).(b): Disponível em: < <http://www.salvador-antiga.com/passeio-publico/antigas.htm> >.

Esse tipo de arquitetura se tornou o estilo característico da Inglaterra no período do Iluminismo, um neoclassicismo contido e simples, de valor comercial, que buscava imprimir, na arquitetura e no jardim, os valores representativos do indivíduo e de seu privilégio perante a sociedade inglesa (RUHL, 2011; NEVES, 2006, p.66). E nessa compreensão pode-se perceber que a Igreja Anglicana da Bahia foi construída segundo este conceito com influências do estilo palladianismo inglês devido à sua localização no ambiente semirural, campestre, mas também devido à necessidade de caracterizar o poder da Inglaterra na cidade. E essa arquitetura diferenciada, introduziu, na paisagem de Salvador o elemento ‘*atrium*’ da arquitetura greco-romana, uma novidade que simbolizava a Igreja Anglicana do Campo Grande de São Pedro.

4.2 A SALUBRIDADE URBANA NA VISÃO DOS VISITANTES NATURALISTAS

Os viajantes europeus que chegavam a Salvador ficavam encantados com as belezas naturais e suas potencialidades comerciais, entretanto, decepcionavam-se ao perceber as condições precárias da saúde pública na cidade uma das questões evidenciadas entre os diversos Relatos, Desenhos, Fotografias, que propagavam o “Éden tropical” prometido para os aventureiros que chegavam à busca de novas oportunidades de vida.

Na Bahia, a preocupação com o aspecto da insalubridade surgiu no período pombalino (1750), tem evidência após os tratados comerciais (1810) e se torna prioridade no período do segundo Império Brasileiro (1840-1889). É importante lembrar as diversas missões que foram organizadas na Europa em função da exploração comercial na Bahia que foram institucionalizadas (Embaixadas, Consulados, Associações) estendendo-se para outros setores (educacional, imobiliário, comercial) e que as impressões registradas pelos viajantes curiosos sobre Salvador, tornaram-se uma importante fonte para o conhecimento da forma de viver na cidade; vale anotar que estes registros constituem uma valiosa contribuição para a pesquisa histórica onde se pode constatar que a insalubridade urbana foi uma questão evidenciada que desencanta os visitantes, e que devido à propagação dessa condição negativa, surgem as medidas de reparação. Segundo observa Gilberto Freyre (1948), deve-se aos ingleses as principais mudanças de atitude com relação ao progresso higienista e o reflexo desta postura causa uma nova expressão paisagística nas cidades brasileiras:

Sob a influência dos hábitos britânicos de conforto e de higiene doméstica, o que alterou-se no Brasil foi principalmente a ecologia das casas burguesas, passando os ingleses a preferir aos sobrados um junto do outro, as residências isoladas: entre o arvoredo, como na Tijuca (Rio) ou na Vitória (Bahia); perto dos rios como em Apipucos, no Monteiro, no Poço da Panela (Pernambuco); à beira-mar como em Botafogo e Olinda.[...] um gosto bem diverso do luso-brasileiro, o britânico, quanto a lugar de residência burguesa [...]. (FREYRE, 1948, p.136).

Foi no século XIX que a salubridade se configurou como a mais significativa alteração da paisagem de Salvador e, segundo Freyre (1948), este fato se deve à influência dos ingleses, quando os nobres da sociedade, incluindo-se os luso-brasileiros, abandonaram os velhos sobrados do distrito central para habitarem os arredores da cidade, em ambientes semirrurais, onde os terrenos possibilitavam o arejamento entre as casas.

Nesse período ocorreu o processo de adequação da cidade em busca de uma vida saudável e se percebe a alteração da paisagem, quando surgem os recuos urbanos na frente da rua (frontal) e entre os vizinhos (laterais), e as casas geminadas se afastam para permitir a ventilação e o insolejamento, e a permeabilidade do terreno garante a drenagem das águas de chuva em direção ao lençol freático.

Figura 41 – Paisagem e salubridade em Salvador



Rua Banco dos Ingleses, por Almeida & Irmão (cerca de 1870).

Fonte: Disponível em: < <http://www.salvador-antiga.com/passeio-publico/antigas.htm> >.

A vegetação cultivada passa a ocupar estes recuos, trazendo, para a cidade, o aformoseamento e criando “um conjunto paisagístico e não apenas arquitetônico” (Freyre, 1948, p.164). Como se observa acima (Figura 41), o desenho urbano abandona a ordem militar da edificação conjunta, para se alinhar aos conceitos da salubridade conforme o

pensamento ideológico europeu. Um processo que estimula pensamentos de filósofos, reformistas sociais, médicos, sanitaristas, escritores, teóricos, políticos, em sua preocupação com o espaço da cidade, em busca de soluções para as questões de saúde e higiene da população que dá origem aos movimentos do pré-urbanismo moderno, segundo as Vertentes *Progressista* e *Culturalista*. Nesse caminho, destacam-se alguns dos teóricos que consideram a vegetação como um meio de alcançar uma melhor qualidade de vida urbana, como o inglês Robert Owen, que propõe a composição da habitação com jardim interno e arborização nos arredores; o britânico Benjamim Richardson, que propõe a reformulação das ruas e dos recuos de forma arejada, com arborização e ajardinamento; o arquiteto Augustus Pugin, que defende a preexistência do traçado medieval, das ruas orgânicas, das edificações pitorescas e especiais; o escritor John Ruskin, que observa a cidade em sua característica atraente assim como o seu entorno; o crítico de arte e socialista William Morris, que defende a preservação dos valores primordiais e suas Reservas Naturais (CHOAY, 2000). Nesse sentimento, alguns viajantes que estiveram em Salvador, deixaram registros sobre os aspectos da cidade e nesse capítulo busca-se selecionar os naturalistas que observaram a cidade segundo as características da vegetação e sua utilização para a qualidade de vida, como o príncipe Maximiliano de Habsburgo que descreve sobre a qualidade do sombreamento de árvores frondosas como a mangueira e a jaqueira:

A mangueira, muito parecida à jaqueira, produz o mesmo fenômeno: a exótica intensidade dos contornos assemelha-se ao nítido jogo de luz e sombra de uma fotografia. Da mesma forma que os raios solares apresentam certa dispersão, assim também essas sombras, em sua extrema nitidez, têm seus eflúvios próprios, fantásticos [...]. (HABSBURGO, [1860], 1982, p.98).

Assim como o naturalista inglês Charles Darwin que esteve em Salvador quando escrevia sua obra clássica *Teoria da Evolução das Espécies*, tendo participado como um cientista da expedição HMS Beagle para realizar pesquisas hidrográficas, topográficas, zoobotânicas e mineralógicas na costa brasileira (1832-1836). Nessa oportunidade, Darwin percorreu os arredores da cidade, penetrou na mata Dríades para coletar espécies da flora e da fauna regional, declarando-se afeito ao clima e fascinado pela paisagem que era conformada por pequenas colinas e vales verdejantes, assim como descreveu em seu diário:

É interessante contemplar um riacho luxuriante, atapetado com numerosas plantas pertencentes a numerosas espécies, abrigando aves que cantam nos ramos, insetos variados que voitam aqui e ali, vermes que rastejam na terra

úmida, se se pensar que estas formas tão admiravelmente construídas, tão diferentemente conformadas, e dependentes umas das outras de uma maneira tão complexa, têm sido todas produzidas por leis que atuam em volta de nós. (DARWIN, 2003, p.554).

Durante a pesquisa, Darwin observava o indivíduo, a sua espécie e suas gerações no meio de um determinado *bioma*, constatando que, ao longo da existência, existe uma grande luta pela sobrevivência, que depende das condições do ambiente e que poucas dessas espécies atingem a maturidade, porque as mais bem adaptadas sobrevivem e, ao longo das gerações, a seleção natural melhora o grau de adaptação dos indivíduos ao seu meio.

Desde que Charles Darwin trouxe a teoria da evolução para a primeira linha do pensamento humano, a reconstituição da vida no passado através de estudos fósseis tem constituído uma absorvente tarefa de investigação científica. (ODUM, 1979, p.314).

A visão da ecologia sobre os seres vivos e a adaptação espontânea com o *habitat* se tornou um estímulo para estudar sobre o ‘mosquito da febre amarela’ e de reconhecer o foco onde ocorria a proliferação da espécie em situações de insalubridade como os portos marítimos, as áreas de pobreza, a carência de saneamento e de higiene pública, como sendo os principais causadores dos intermitentes surtos epidêmicos. Essas observações serviram para que a Câmara Municipal de Salvador promovesse a reformulação do Código de Posturas, considerando um horizonte ampliado (1829-1859) para formalizar as ações de combate à doença e em função da Saúde Pública procurou uma aproximação com a Escola de Medicina da Bahia. Assim, surge um conjunto de medidas de prevenção e punição para cumprimento das exigências quanto à limpeza das ruas e dos recursos hídricos que permeiam a cidade, a determinação de locais específicos para o enterramento dos mortos, a ampliação das casas de saúde, o controle do uso e ordenamento do solo urbano, a obrigação dos recuos (frontal e laterais) nas edificações, a manutenção dos jardins, etc. O ideal de salubridade, conforme renunciado nos meados do século XVIII, tornou-se, no século XIX, uma necessidade, um fato real, que exigia medidas de remodelação da cidade, e as novas construções que ocupavam o ambiente semirrural criavam uma paisagem distinta, alinhada com o pensamento progressista.

Figura 42 – Modelo de *English Village* em Salvador



Hotel dos Estrangeiros no Campo de São Pedro, cerca de 1870.

Fonte: Disponível em: < <http://www.salvador-antiga.com/campo-grande/antigas.htm> >.

Em Salvador surgia um modelo diferenciado do tradicional luso-brasileiro de casas agrupadas em quarteirões e jardins confinadas ao pomar (intramuros), e a cidade foi absorvendo a tipologia do ‘*english village*’, de casas recuadas, do alinhamento em gradil transparente (frontal, lateral e fundo) dos jardins onde se cultivavam árvores, arbustos, forrações florísticas, e assim garantindo a permeabilidade das chuvas, dos ventos e do sol. Esta nova conduta vai favorecer a salubridade urbana e com isso valorizar a casa residencial. A paisagem se transforma em função da melhor qualidade de vida do soteropolitano, mas também proporciona um visual convidativo, que deve ser divulgado em função do progresso.

Assim, observa-se (Figura 42) o ‘*English village*’ na versão tropical, e o Distrito da Vitória se torna um “bairro rico, suntuoso, aprazível, exuberante”, e reconhecido como um local ideal para Embaixadas, Consulados, Associações, Residências, etc.

E com o tempo, essas casas se tornaram verdadeiros modelos para os brasileiros ricos e elegantes que foram aprendendo a admirar os ingleses não só a ciência da casa como a do jardim, a do sítio, a do gramado; [...] a higienização da cozinha, do water-closet, do quintal, da estrebaria [...]. (FREIRE, 1977, p.162).

Desse novo formato, decorre também um avanço para a medicina e consequências positivas para a saúde pública da cidade; instituem-se as vistorias em embarcações e postos de atendimento médico para a tripulação e viajantes, assim como para a população residente. Para os ingleses foi instalado um hospital na Estrada do Garcia, onde se desenvolveu uma medicina missionária liderada pelo inglês Dr. Robert Dunas e sua equipe de médicos notáveis, como os irmãos Dr. Alexander e Dr. John Ligertwood Paterson, Dr. Otto Edward Henry

Wucherer, Dr. Jonathas Abbott, Dr. Thomas Wright Hall, mentes progressistas que dão origem à pesquisa científica de combate aos surtos epidêmicos, (FIOCRUZ, s/data).

Nesse período, foi criado o Conselho de Salubridade, uma instituição de cunho científico que foi compartilhada entre o Governo da Província, a Câmara Municipal, a Escola de Medicina e a Santa Casa de Misericórdia, e os médicos ingleses se aliaram à campanha para o combate do mosquito, à prevenção das epidemias e ao saneamento da cidade, como se pode observar na Fala do Governador Francisco Gonçalves Martins:

[...] ouvindo o Conselho de Salubridade, reuniões com professores, lançamos mão de todas as medidas que a Medicina aconselha em benefício de sua saúde pública, promovendo o asseio das ruas e praças, e fazendo remover da cidade todas as causas que pudessem influir para agravar o mal, que julgava existente n'atmosfera. Em cada Freguesia foram designadas as Comissões de Médicos gratuitos, [...]. (APEB. *Falla...*, 1851).

Vale considerar que nesse período surge a *daguerreotipia* o registro mecânico da paisagem tomada em '*flash*' depois revelado em processo químico sobre carta papel, o 'cartão postal' que reproduz a realidade da cena tomada pelo 'fotógrafo naturalista'. Essa novidade foi introduzida na Bahia pelos ingleses, entre os quais, Eduard Hildebrandt (1844), Joseph Schleier (1851), Ben Mulock (1859), Guilherme Gaensly (1860), Augusto Riedel (1868), Alberto Henschel (1868). Rodolpho Lindemann (1882), (FERREZ, 1998) dentre outros fotógrafos que desenvolveram a técnica da fotografia em Salvador e retrataram a cidade em sua história, destacando a paisagem em seus aspectos pitorescos e também fazendo a propaganda positiva da cidade, assim como ocorria nas metrópoles europeias. E assim, essa nova forma de expressão artística vai exigir um ambiente urbano saudável e o governo estimula as campanhas de salubridade para que a cidade se apresente em condições de atrair também novos investidores comerciais.

Dentre os visitantes naturalistas deve-se ressaltar a visita do Imperador D. Pedro II que chegou a Salvador em 6 de outubro de 1859, no período em que o vice-presidente da Província era o Conselheiro Manuel Messias de Leão, e durante sua estadia o imperador participou de reuniões na Câmara do Senado Municipal, visitas às Instituições Defensivas, Alfandegárias, Religiosas, Educacionais, Culturais, Saúde Pública, Carcerárias, Sepulcrais, entre outras.

D. Pedro II considerava importante ter sua imagem associada às ciências. Para isso, claro, não bastava dedicar-se a seu museu particular, no papel de guardião das diferentes culturas e dos artefatos representativos das principais áreas do conhecimento de sua época. Durante seu longo governo (1840 a 1889), consolidou a fama de incentivador das artes, das letras e da educação. Atuava como mecenas, bancando os estudos de muitos cidadãos, e contribuiu para o desenvolvimento das ciências no Brasil, especialmente das pesquisas do Museu Nacional, fundado em 1818 (como Museu Real) por seu avô, D. João VI. (DANTAS, 2008).

Segundo Dantas (2008), D. Pedro de Alcântara era um cientista naturalista impulsionado por conhecimentos e estimulado a realizar viagens exploratórias e nesse sentido, organizou uma expedição para conhecer a costa atlântica brasileira e desembarcar em locais estratégicos embreando-se nos sertões sobre o lombo de burros, carroças, ou a pé. Inspirado pela ideologia vandelliana, organizou uma ‘viagem filosófica’, para recolher informações sobre os recursos naturais e viabilizar planos e projetos em função do progresso do Brasil, assim como descreve em seu diário:

Para melhor conhecer as províncias do meu Império, cujos melhoramentos morais e materiais são o alvo de meus constantes desejos e dos esforços do meu governo, decidi visitar as que ficam ao Norte da do Rio de Janeiro, sentindo que a estreiteza do tempo que medeia entre as sessões legislativas me obrigue a percorrer somente as províncias do Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba, reservando a visita das outras para mais tarde. (D. PEDRO II, 1959, p.17).

A viagem do Imperador D. Pedro II se tornou uma aventura institucional que foi registrada pessoalmente em diários, cadernetas, mapas de trajetos, visitas, contatos, desenhos, gravuras e ‘daguerreotipias’. Na Bahia, a expedição percorreu os distritos urbanos, suburbanos de Salvador, o Recôncavo baiano e o Rio São Francisco. Em Salvador, D. Pedro II visitou o Passeio Público, enfatizando os aspectos peculiares da paisagem local:

Às 6 $\frac{3}{4}$ fui ao Passeio Público. Tem poucas árvores e creio que o Souto fez mal em cortar o tamarindeiro. O diretor trata de plantar árvores do Brasil e aí vi, entre outras, um oitizeiro com flor que é branca e pálida e delicada, dizendo-me Souto que o fruto tem o tamanho do maracujá; há também anjico. O diretor pouco pode fazer por falta de dinheiro (sendo a consignação de 64 mil réis bimensais), de trabalhadores (que não excedem de três), e de terreno, pedindo que se lhe dê o que fica defronte do portão principal para avançar a gradaria, o do lado da Igreja dos Aflitos, que convém nivelar com o jardim, e o fosso do Forte de São Pedro. (D. PEDRO II, 1959, p.142).

Figura 43 – Horto Botânico e Passeio Público de Salvador



Horto Botânico e Passeio Público por Victor Frond e Guilherme Gaensly, 1858.
Fonte: Disponível em: < <http://www.salvador-antiga.com/passeio-publico/antigas.htm> >.

O Horto Botânico de Salvador foi fotografado também pelos ingleses Frond e Gaensly (Figura 43) no período em que este *locus* foi visitado pelo Imperador D. Pedro II, onde se observam, em primeiro plano, os canteiros de ervas medicinais e, em seguida, as alamedas arborizadas por árvores ‘oitis’ observando-se a imponência dos troncos retorcidos e suas copas frondosas que favorecem o sombreamento do local e proporciona conforto para o visitante; nessa ocasião, entre outras decisões, o imperador promulgou o Decreto de 1º de Novembro de 1858 para criar o Imperial Instituto Baiano de Agricultura, órgão destinado, segundo descreve, ao “desenvolvimento da lavoura desta Província”, através de uma associação compartilhada entre a sociedade e a casa imperial. Nessa época a composição Horto Botânico e Passeio Público funcionava como *locus* de cultivo, de exposição das espécies nativas (tamarindeiro, oitizeiro, outras) e exóticas adaptadas (mangueira, jaqueira, outras) e também como um observatório sobre a espécie vegetal e sua função utilitária para a farmacêutica, a alimentação, a arborização pública da cidade, etc. Este percurso foi registrado em informações criteriosas sobre a localidade em seu contexto histórico e geográfico, a função do espaço perante a ciência botânica, as condições administrativas, os componentes do cenário paisagístico, a influência inglesa sobre esta localidade, mas registra também a questão da higiene e da salubridade pública e sua influência negativa sobre a vida da cidade.

[...] fui ao Forte de São Pedro [...] Os esgotos, quando venta sul, deitam muito mau cheiro perto dos respiradouros [...] o obelisco do Passeio Público sobre uma sapata de escadarias tem a seguinte inscrição do lado da terra ou do passeio: “Joanni Pric. Reg. P.F.P.P.Huc primum Appulso XI Cal. Februar. A.D. 1808. Bahiæ Senatus monumentum possuit 1815”. (D. PEDRO II, 1959, p.77).

No Passeio Público, o Imperador D. Pedro II observa o obelisco que foi erguido em homenagem ao seu avô D. João VI e, quanto à cidade, escreve que “as ruas são estreitas e enlameadas”; observações que lhe conferem a consciência naturalista proveniente das dinastias Habsburg e Bragança, assim como considera ter nascido para se consagrar às letras e às ciências. A visita de D. Pedro II a Salvador foi uma importante oportunidade para que o Governo Provincial adotasse as medidas de mitigação para o combate aos focos de insalubridade pública em Salvador e o campo de São Pedro, nessa ocasião se configurava como um local úmido e encharcado onde havia o acúmulo de lixo urbano proveniente do centro tradicional da cidade.

4.3 DO GROTÃO ÚMIDO AO CAMPO APLAINADO

Através das observações dos visitantes percebe-se que o campo de São Pedro, em sua origem, constituía-se em um talvegue natural resultante das vertentes de águas que seguiam o curso na direção da Baía de Todos-os-Santos. De acordo com os dados observados (Figura 27), o pequeno grotão que foi represado pelo ‘*parterre*’ base do Forte de São Pedro (1627-1723), provocou a alteração do fluxo natural da drenagem e formou uma área de águas paradas onde se desenvolvia uma ‘Paisagem Vegetal’, um conjunto diversificado de plantas em adaptação ao terreno úmido, encharcado e insalubre. Essa condição ambiental foi deflagrada também pelos ingleses durante o percurso diário na travessia entre o trabalho no centro comercial da cidade e suas residências na Estrada da Vitória.

Um fato curioso foi sendo revelado nos documentos históricos ao perceber que havia ações contraditórias entre os Poderes Municipal e Provincial com relação à referida área encharcada e insalubre da baixa do campo de São Pedro. Enquanto o Conselho Geral da Província na Bahia promulgava o Código de Posturas (1829-1859) para limpeza das ruas, dos riachos, das fontes de água potável, a Câmara Municipal reforçava as posturas provinciais, e determinava aquela área ‘encharcada e insalubre’ como um local adequado para o descarte de

lixos e entulhos provenientes das ruas tradicionais da cidade. Assim, de acordo com a Postura Municipal de Nº 36, o terreno onde se desenvolvia aquela ‘Paisagem vegetal’ correspondia à área úmida, encharcada e insalubre “na baixa do campo de São Pedro em direção à cerca lateral da roça de Silvestre José da Silva”, o local onde se fazia o descarte do lixo, e esse serviço de limpeza promovia um ambiente insalubre, provocava o descontentamento dos moradores locais e estimulava protestos e solicitações para reparação. Uma situação conflitante que resultou em uma intervenção abrangente de natureza paisagística, mediante uma ação compartilhada entre o Governo da Província, a Câmara Municipal e o Consulado Britânico, com o apoio da corte imperial.

Não vos he desconhecido o estado que se acha reduzido o Campo de São Pedro, cujo nivelamento encetado pela Câmara Municipal mediante arrematação teve de ficar suspenso por embargo de um particular, ficando esta importante Praça em peor estado; porque não se continua cortar a própria rua da estrada da Victória com iminente perigo para o trânsito público; como também com a encetada e abandonada escavação outras irregularidades e buracos se adicionaram àquelle grande precipício, e mais perigoso ainda por serem no centro da própria Praça e nos lugares que anteriormente ofereciam passagem livre. A estagnação de águas no tempo das chuvas era finalmente um inconveniente de mais que a Administração devia evitar. (APEB. *Falla...*, 1850, p.19).

O então Presidente da Província Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, em sua *Falla Provincial à Assembleia* (1850), comentou que o aterramento da baixa do campo de São Pedro passava por um processo de embargo devido à reclamação de uma moradora, justificando “[...] que os recursos da Província exclusivamente aplicados nos reparos das praças, ruas e estradas desta Cidade, pouco poderiam avançar [...]” considera também a escassez desses recursos e na oportunidade sugere executar esses serviços por ‘arrematação’, exemplificando as obras da Povoação da Barra que se encontravam adiantadas e bem executadas pelo arrematante Reverendo Eduardo Parker.

Na *Falla Provincial* (1850), o Presidente Gonçalves Martins apresenta o plano de governo, o andamento dos trabalhos, presta contas ao erário público sendo este, um importante documento histórico para se compreender a evolução física da cidade, e nesse período percebe-se sua influência como um importante mediador junto à Câmara Municipal para sanar as questões de insalubridade; sobre essa visão propõe realizar as obras públicas, inclusive o aterramento do Campo de São Pedro, o local de intermediação entre o Centro Tradicional Comercial e a Estrada da Vitória onde moravam personalidades ilustres, sendo

ele, o Governador Martins, um morador do Campo Grande na esquina com a Gamboa (atual Hotel da Bahia), assim como foi observado pelo visitante Imperador D. Pedro II:

[...] do lado da igreja dos Aflitos, que convém se nivelar com o do jardim, e o fosso do Forte de São Pedro. Desse último lado tem o Gonçalves Martins um terreno considerável (263), que vai até o mar, comprado aos Bentos, havendo-se aberto, na sua presidência um caminho público que atravessando esse terreno, e passando pelo jardim, a sair pela porta que olha pros Aflitos, comunica o bairro da Vitória com este outro lado da cidade. [...] Há uma casa particular cujas janelas estão sobre o jardim limitando outras propriedades com este, pelo mesmo lado da rua que vai à Porta dos Aflitos. (D. Pedro II, 1859:143). Nota 263: “No local se ergue, hoje o Hotel da Bahia”. (LACOMBE, 1959, p.143).

Sob o impulso dos conceitos da salubridade e visando solucionar a questão da acessibilidade entre o Centro da cidade e a Vitória, o então governador Gonçalves Martins decidiu pela promulgação da Lei nº406 de 1850, para criar na Bahia, a possibilidade de executar as obras públicas através do compartilhamento entre o governo e a iniciativa empresarial privada e para isso foi instituída a ‘Comissão de Obra Pública’ ligada ao gabinete provincial para promover o “melhoramento de nossas praças, ruas, e calçadas” das Obras Gerais Provinciais e das Obras da Capital, e assim garantindo estar “já cuidando no melhoramento de Povoações, fazendo desaparecer delas os focos de insalubridade”.

Para estas e outras obras porém preciso he que adopteis uma medida Legislativa, que á muitos parecendo rigorosa senão injusta, he a mais igual e também mais eficaz, para que em pouco tempo seja esta Cidade, não obstante as irregularidades do seu local, uma das mais aprasiveis e limpa, como he rica, saudável, hospitaleira. (APEB. *Falla...*, 1850, p.29).

Conforme o registro da *Falla provincial* de 1851, o presidente Gonçalves Martins considera as reivindicações dos moradores do Campo Grande e da Vitória, informa o andamento das ações públicas no combate aos surtos epidêmicos e, nessa oportunidade, sugere adendos ao corpo da Lei nº406 de 1850, para inserir as obras públicas municipais no bojo das obras provinciais, e propõe estabelecer medidas contra a impunidade e os maus hábitos praticados pela população. Essa nova medida se torna um estímulo para a Comissão de Obra e Alinhamento da Câmara Municipal de Salvador quanto à impunidade e ao cumprimento das Posturas da Salubridade Pública.

Segundo constam nos arquivos documentais, os serviços de entulhamento da “baixa do campo de São Pedro” foram incluídos na modalidade de obra compartilhada (Lei Nº 406 de

1850) entre o Governo Provincial, a Municipalidade, a elite baiana que residia na Vitória e o Consulado Britânico; para a execução das obras foi efetivado um contrato de arrematação devido à “[...] boa disposição do Rev. Eduardo Parker, e sua conhecida e inteligente atividade [...]. Esta obra pouco tem custado à Província, porque na sua máxima parte foi feita a expensas do rico proprietário Quirino Antônio: [...]”, assim se refere Gonçalves Martins na *Falla Provincial* de 1º de março de 1852, quando foi construído o ‘*parterre*’ sobre o terreno da baixa do campo de São Pedro entre o Baluarte Sul do Forte de São Pedro e a Estrada da Vitória. Para a realização desse serviço considerável, contou-se com a utilização da mão de obra escrava, uma prática comum do período colonial que, na modalidade da obra compartilhada, tornou-se um serviço remunerado, e enquadrado nas normatizações de salubridade pública:

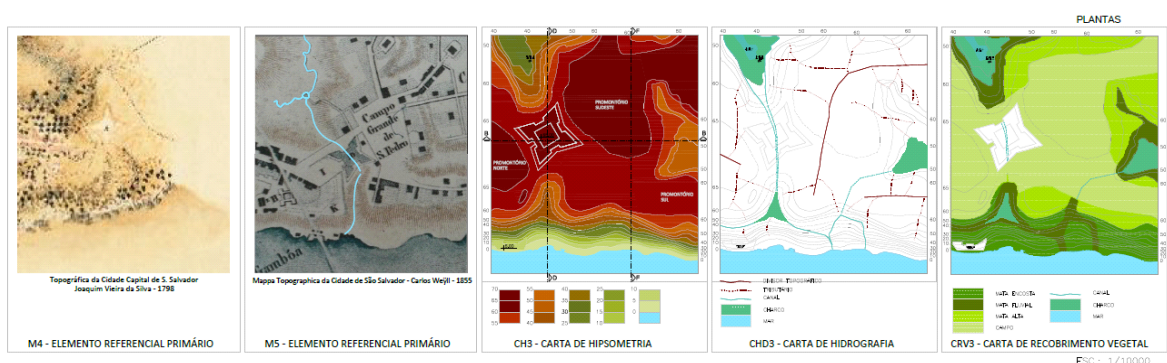
Ensejo porem favorável se me apresentou com a apreensão de alguns centos de Africanos, criminosamente importados para o Paíz; não por que entendesse maior economia no trabalho, porem sim para ocupar braços que ociosos se aglomeravam nos depósitos, e enchiam os Hospitais com a mesma e maiores despezas sem nenhum resultado de utilidade pública, faltando-se até mesmo aos princípios de humanidade. [...]. (APEB. *Falla...*, 1852, p.20).

Percebe-se, no discurso provincial, que a preocupação com a insalubridade pública contemplava também as condições carcerárias, e a Câmara Municipal instituiu a contratação do serviço escravo para as obras públicas provinciais, “[...] para os Senhores de escravos: Os escravos contratados devem ser prescritos nos livros com nome, idade e submeter à comissão de obras, passar recibos e pessoalmente receber seu dinheiro”. Assim, as obras de aterramento da ‘baixa do campo de São Pedro foram feitas manualmente, tendo sido considerados o nivelamento dos “ângulos agudos protuberantes do relevo irregular nas tangências entre a Rua do Forte com a Rua do Garcia, da Rua do Bom Gosto com a Rua do Canella e do Campo Grande com a Estrada da Victória”, sendo estas, as principais vias que afluíam do Campo Grande de São Pedro e faziam as interligações com o Distrito da Victória em meados do século XIX.

Para entender as etapas que constituíram a obra anglo-brasileira, no Apêndice (a) desta dissertação a autora elabora o Diagnóstico Físico da área do Campo de São Pedro aplicando a metodologia do desenvolvimento para um projeto de intervenção paisagística. Segundo essa compreensão foram elaboradas as cartas interpretativas da área para entender a transformação

física que ocorreu na baixa do campo de São Pedro e o tornou um campo seco e aplainado. Foram adotadas as bases referenciais de mapas topográficos anteriores (Joaquim Vieira da Silva, 1798), posteriores (Carlos Weyll, 18...) e da Base Topográfica (SICAR/CONDER, 1986), e assim elaborar os desenhos da morfologia local (Hipsometria, Hidrografia e Recobrimento vegetal):

Figura 44 – Cartas Temáticas Referenciais – *Natura Naturata*, século XIX



Fonte: Elaboração da autora (2015). (Cf. Apêndice A).

As cartas apresentadas (Figura 44) ilustram o relevo, a hidrografia e a vegetação:

Conforme análise efetuada com base nos mapas M4 e M5, o Campo Grande de São Pedro representa a expansão que ocorreu no Distrito da Vitória, quando foram realizadas as obras de nivelamento da ‘baixa do campo de São Pedro’ e se estabeleceu a ligação entre os promontórios Norte - Distrito de São Pedro, e Sul - Distrito da Vitória. Assim, compreende-se que as obras de nivelamento do campo de São Pedro foram idealizadas para formar uma área de mediação entre a cidade tradicional (portuguesa) e a cidade modernizada (inglesa).

Com relação ao **Relevo**, foi verificada a variação entre as cotas de nível da preamar (Nível 0:00) e a sequência topográfica ascendente, alcançando as cotas mais elevadas (Nível 67:00) dos compartimentos Norte e Sul. Para elaborar a análise, recorreu-se ao método Isarítimo – Ordem de Valores Visuais Crescentes, em colorido hipsométrico, CARTA CH-3 (MARTINELLI, 2003, p.83). Determinados trechos apresentam-se com declividade suave devido à formação ‘*parterre*’, que gerou o aplainamento da baixa insalubre (1850-1853) e formou duas áreas aplainadas na direção Sul (cota de nível 62:00m) e na direção Norte-Sudeste (cota de nível 62:00m).

Com relação à **Hidrografia**, percebe-se que, após o aterro, ocorreu a interligação entre divisores de águas (topográfico) dos promontórios Norte e Sul, o represamento d’água que fluía no sentido Sudeste-Oeste na cota descendente (**50 e 30**), e de alguns vetores tributários,

que formam as vertentes naturais das chuvas em direção ao mar. Observam-se ainda a formação de áreas (menores) de água parada cuja origem está relacionada à estagnação da água corrente natural, e a preexistência do Dique Grande, ao Leste, e seu espelho d'água, formado pela captação das vertentes pluviais das encostas adjacentes. Para elaborar a análise, recorreu-se ao método de Ordenação dos Canais – CARTA DE HIDROGRAFIA- CHD-3 (CHRISTOFOLETTI, 1974, p.149).

Com relação ao **Recobrimento Vegetal**, observa-se que houve ampliação das áreas de campos para pastagens e, por isso, ocorreram reduções da Floresta Latifoliada Tropical Úmida das Encostas, da Mata Pluvial Tropical, e, devido ao *parterre*, foi eliminada a área da 'baixa...' onde se desenvolvia a 'Paisagem Vegetal'. Para elaborar a análise, recorreu-se ao método Corocromático Qualitativo – CARTA DE RECOBRIMENTO VEGETAL-CRV-3. (MARTINELLI, 2003, p.49).

Vale ressaltar que, nesse período do século XIX, os resíduos florestais se tornaram espécies raras e descontínuas nas áreas de encostas e nas margens de cursos d'água, e que os charcos e brejos foram sendo extintos; os trechos de áreas desmatadas originaram os campos de pastagens, os pomares frutíferos e os jardins privados (FERRI, 1974).

Figura 45 – Paisagem mista característica das encostas no século XIX



Encosta da Barra por Gansley, 1870.

Fonte: Disponível em: < <http://www.salvador-antiga.com/vitoria/antigas.htm> >.

Conforme se observa na Figura 45, a encosta desmatada possibilitou a visão para a Baía de Todos-os-Santos, e essa paisagem modificada foi recomposta com vegetação diversificada, rarefeita, com vestígios de Floresta Latifoliada Tropical Úmida das Encostas, intercalada por pastagens e pomares e jardins privados (ROMARIZ, 1996).

Com relação às obras de intervenção ocorridas segundo a modalidade da participação pública e privada, observa-se que o processo de transformação ocorrido neste trecho da cidade

de Salvador envolveu conhecimentos de Engenharia, Arquitetura e Paisagismo que resultou na formação do Campo Grande de São Pedro.

4.4 INTERLIGAÇÕES URBANAS: DO CENTRO PARA A VITÓRIA

Conforme vem sendo observado, nas primeiras décadas do século XIX no Distrito da Vitória havia uma ocupação rarefeita por habitações (hotéis, residências, hospital), estabelecimentos comerciais, instituições religiosas (cemitério e igreja), instituições diplomáticas (consulados), instituições educacionais e de saúde. Entretanto, havia a demanda por melhores condições de circulação urbana e, segundo os documentos consultados, a Câmara Municipal priorizava as obras de abertura e manutenção das ruas do centro tradicional da cidade, e justificava a escassez dos recursos e também o fato de que o Distrito da Vitória, por ser ligado ao Conselho de Saúde, deveria incorporar esses serviços ao escopo das campanhas de saúde pública. E nesse pensamento, o Governo Provincial, considerando a necessidade de intervir no espaço do município, dá início a uma série de obras de infraestrutura pública visando a interligação entre a Praça da Piedade e a Estrada da Vitória, e nessa oportunidade foram construídas a Estrada das Mercês (atual Avenida Sete de Setembro) e suas interligações com a Rua Direta da Piedade (Beco Estreito, Largo do Rosário e Beco de São Raimundo) e com a Rua da Faísca (Rua do Gabriel, Beco do Autran, Beco dos Aflitos, Beco do Jogo), a Estrada do Forte de São Pedro, a Estrada do Campo Grande e a Estrada da Gamboa.

Figura 46 – Implantação de ruas em Salvador (1845)



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) (Montagem da autora, 2015).

Conforme se observa na Figura 46 acima, o desenho do Engenheiro Francisco Lavigne (1846) tornou-se a base de execução para as estradas de ligação entre a Piedade e a Vitória, quando ocorreu a separação entre o Campo e o Forte de São Pedro no trecho entre os Baluartes Leste e Sul, na direção da Estrada da Gamboa.

Após as obras de arruamento, os terrenos localizados às margens do Forte de São Pedro foram demarcados, alinhados e licenciados para permitir a ocupação residencial um processo originado pelos proprietários e encaminhado para a Comissão de Obra e Alinhamento da Câmara Municipal, que descrevia os limites do terreno e de sua vizinhança, demarcava o espaço sobre o desenho urbano e estabelecia o alinhamento da rua.

Através dos registros documentais das ‘fallas provinciais’, percebe-se que a modalidade do compartilhamento público-privado (Lei nº406 de 1850) facilitou o andamento das obras de ligação entre o centro tradicional e o Distrito da Vitória, e nesse conceito foram construídas as principais vias arteriais de ligação com a Igreja da Graça, a Igreja de Santo Antônio da Barra e o Forte de Santo Antônio da Barra, como: a estrada Graça-Barra (atual Avenida Princesa Isabel); a 2ª Estrada de Santo Antônio, ligando a Igreja da Vitória à Igreja de Santo Antônio (atual Ladeira da Barra), “[...] e ambas são construídas debaixo da direção do súdito Inglês o Padre Parker, que mostra bastante interesse pelos melhoramentos daquela parte da Cidade, não se poupando à trabalho algum”, conforme explana o Presidente da Província (APEB. *Falla...*, 1851). Nesse trecho em destaque (*Falla* de 1851), o Presidente Gonçalves Martins se refere à Lei nº406 de 1850, sua aplicação a serviço do espaço urbano e dos resultados obtidos, atribuindo o êxito das intervenções ao Reverendo Edward Parker, pela eficiência e interesse sobre as obras público-privadas. Segundo constam nos arquivos documentais pesquisados, o reverendo inglês foi o empreiteiro contratado para executar as obras da Graça e da Barra e que, para a realização desses serviços foram concedidas as licenças de acordo as Posturas dos Códigos Municipal e Provincial. Ao que se percebe, o reverendo Parker cuidava também de fazer a interlocução com a Comissão de Obra e Alinhamento da Câmara, cuidar dos trâmites administrativos, da solicitação de licenças para o alinhamento da rua, cabendo à Câmara Municipal a contratação e a fiscalização dos serviços contratados.

Figura 47 – Campo Grande de São Pedro, Século XIX



Mapa Topográfico de S.Salvador – Carlos Weyll (APEB, s.d.)
 Fonte: Adaptado pela autora (2015).

As principais vias que fazem a interligação com o Distrito da Vitória foram implantadas no século XIX, um importante período de expansão da cidade quando o Engenheiro Carlos Augusto Weyll assumiu o cargo de Coordenador da Comissão de Alinhamento da Câmara Municipal e foi solicitado por esta Casa para fazer o cadastramento da cidade. Em seu Mapa Topográfico o Engenheiro Weyll considera esses novos arruamentos assim como as obras de nivelamento do campo insalubre que passou a ser conhecido como Campo Grande de São Pedro conforme denominado pelo Presidente da Província Francisco Gonçalves Martins (APEB. *Falla...*, 1852, p.19).

Observando-se o Mapa Topográfico de S.Salvador de Carlos Augusto Weyll (18...) (Figura 47), percebe-se as edificações do Forte de São Pedro, do Horto Botânico, do Passeio Público, assim como as principais vias urbanas de ligação entre a cidade tradicional, ao Norte, e o Distrito da Vitória, ao Sul, as estradas do Rosário, das Mercês, do Forte, do Campo Grande, da Gamboa e da Vitória. Segundo o arquivo consultado (APEB), não consta a informação sobre a data do Mapa de Weyll, entretanto, estima-se que o levantamento tenha ocorrido no período entre o início do contrato (1842) e o período de conclusão das obras urbanas referenciadas (1860). O Mapa Topográfico de Weyll representa a cidade consolidada em meados do século XIX.

4.5 AS VIAS URBANAS CONSOLIDADAS – SÉCULO XIX

O período que abrange o segundo meado do século XIX corresponde ao auge do desenvolvimento que ocorreu no Campo Grande e imediações, e o traçado das ruas, becos e praças configura o tecido urbano do Distrito da Vitória. Ao final de 1856, a Comissão de Obras Públicas Provinciais apresenta o relatório das obras ao encargo do Engenheiro Francisco Pereira de Aguiar, considerando concluídas as obras de escavações e aterramento do “grande buraco do Campo”, e informando o andamento das demais obras que se estendiam pelo Distrito da Vitória, como: “[...] Estrada do Canella para o Campo Santo; Estrada entre o Passeio Público e a Ladeira da Gamboa; Estrada do Bom Gosto; Travessa entre o Bom Gosto e o Canela; entrada da Estrada da Vitória; Rua do Banco dos Ingleses; Estrada do Forte de São Pedro; Ladeira da Fonte de São Pedro; Rua do Rosário; Rua das Mercês; Largo em Frente do Forte de São Pedro; Ruas da Povoação da Barra; Estrada entre o Rio de São Pedro e o Campo Santo; Estrada do Rio Vermelho[...]” (AGUIAR, 1856)

Importante relatar que Francisco Pereira de Aguiar foi um Tenente da Aula Militar da Bahia, um engenheiro de campo considerado como o grande impulsionador das mais destacadas obras públicas, provinciais e da Capital, recebendo, por isso diversas condecorações do Imperador D. Pedro II. Foi autor e executor do pavilhão monumental neoclássico do Largo do Teatro, uma obra da Câmara Municipal para homenagear o Imperador D. Pedro II na cerimônia de entrega das chaves da Cidade em 1859.

Em seu relatório, anexo à *Falla* (1856) do Governador Álvaro Tibério de Moncorvo Lima (1856), o engenheiro Francisco de Aguiar descreve suas obras, considerando as características físicas, as condições orçamentárias, assim como a tecnologia e a qualidade da mão de obra utilizada.

Ruas do Rosário e Mercês.— nada se fez para dar o complemento ainda necessário as calçadas dessas ruas, por quanto não convindo alastrar nova pedra para regularizar o Mac-Adam, sem que seja habilitado para fazer funcionar o cylindro de compressão,[...] (AGUIAR, 1855).

No ano de 1858, foram construídas a Estrada do Garcia e a Estrada do Passeio Público para o Campo Grande.

O Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, Visconde de São Lourenço, retornou ao Governo da Bahia (1868-1870) e com base na ‘fala provincial’ de 1869, não tece os comentários sobre o Campo Grande e imediações o que demonstra que as obras foram

consolidadas. Segundo a documentação consultada, a manutenção do Campo Grande ficou ao encargo da Câmara Municipal assim como a Fonte de São Pedro, o principal manancial de água potável que abastecia os moradores das imediações e os serviços de coleta de lixo e limpeza das ruas.

Figura 48 – Campo Grande e imediações, paisagem configurada – século XIX



Mappa Topographica da Cidade de São Salvador e seus subúrbios levantada e dedicada a Ilustre Assembleia Povincial por Carlos Augusto Weyll e publicado por Ferd. Glocker, expressa em Stutigard por Ft. Maltez.

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Nesse período do século XIX, percebe-se que Salvador se tornou uma cidade ampla, arejada, alegre, atraente, como se pode observar em relatos de visitantes à época e constatar no registro do Engenheiro Carlos Weyll (Figura 48), que constitui um importante documento histórico de Salvador sobre o Campo Grande (em destaque), as vias urbanas e suas imediações, conforme idealizados pelos engenheiros Francisco de Aguiar de Carlos Weyll.

Assim com previsto pelo Governador Gonçalves Martins, o modelo do compartilhamento público privado contribuiu com a brevidade das 'Obras Provinciais da Capital' no período entre 1851 e 1855 e o Campo Grande de São Pedro se tornou um espaço consolidado, delineado, que fazia a intercomunicação entre a cidade tradicional luso-brasileira e a cidade modernizada anglo-brasileira. A paisagem realça a cidade para a visão do visitante, 'rica, saudável, hospitaleira' segundo o ideal do progresso, conforme pretendia Gonçalves Martins, o Presidente da Província em 1850. (APEB. *Falla...*, 1850, p.29).

4.6 DO ESPAÇO CONQUISTADO À PAISAGEM PECULIAR

[...] depois de concluída segundo o plano fica em verdade o mais bello e perfeito local desta Cidade, onde podem ter convenientemente lugar as revistas e paradas de tropas, e quaisquer outros divertimentos a que muitas vezes se entregam os povos civilizados. [...] (APEB. *Falla...*,1852, p.10).

O Campo Grande de São Pedro tornou-se um local público institucionalizado pelo Governo Provincial, entretanto, em uma área urbana controlada pela Câmara Municipal, que foi considerada, pelo Presidente Gonçalves Martins, como a principal obra realizada no biênio 1851-1852 e que contou com o apoio das sociedades britânica e luso-brasileira. No entanto, confere o êxito da realização das obras ao reverendo anglicano, Eduardo Jorge Parker, o naturalista inglês que mostrava sensibilidade para com o desenho da cidade.

Logo que desembarcamos em Salvador, tivemos a boa fortuna de encontrar várias das pessoas às quais levávamos cartas de apresentação. Entre essas contavam-se os Cônsules norte-americano e inglês em exercício e o Rev. Mr. Parker, capelão da colônia anglo-americana. Este último, quando o procuramos, distraía-se cuidando do jardim, no qual aliás revela gosto e habilidade. (KIDDER, 1972, p.9).

Assim como referenciado por Daniel Parish Kidder (1872), o naturalista inglês Mr. Edward Parker, adaptado ‘Eduardo’, era um admirador da natureza e do valor da arborização para a qualidade da vida urbana. Segundo o relato de sua visita a Salvador (1939), Mr. Kidder conheceu o reverendo Parker e juntos fizeram um passeio a cavalo percorrendo o Distrito da Vitória na direção do Rio Vermelho, “[...] um caminho lindamente ornamentado de coqueiros e outras árvores e arbustos indígenas”. Durante o percurso, passando pela Ladeira da Barra, ficou conhecendo o jeito simples do reverendo inglês em sua “[...] pequena casa, caprichosamente disposta, com um amplo jardim à frente” no terreno ao lado do Cemitério dos Ingleses. Esse ‘*flash*’ sobre a vida simples do reverendo Parker demonstra ser possuidor de um caráter sensível no período que permaneceu na Bahia e, especialmente, no Campo Grande onde morou com sua família numa casa ao lado da Igreja Anglicana (1853-1855). Para o Engenheiro Bocanera Junior(1903, p.112), Parker era um “[...] distinto inglês que modestamente atravessou a vida, como esquecido morreu e com ele as suas boas obras!”.

Não é preciso ir muito longe procurar a nobre estirpe do Campo Grande da Bahia: basta indagar-se o que era ele há poucos decênios. Há cinquenta anos, quando a Câmara Municipal se dignou de olhar para aquelas paragens, existia uma grande e profunda valla, 'tão rasa', que nella edificada uma casa, como as existentes no cais do Pedroso, sua cumieira não se elevaria acima do nível do actual chão do nobre campo. (BOCCANERA JUNIOR, 1903, p.112).

A partir dessa reflexão histórica, percebe-se a dimensão técnica do '*parterre*' que formou o grande campo aplainado, que foi idealizado por engenheiros arquitetos da Aula Militar da Bahia em uma equipe interdisciplinar liderada pelo Engenheiro Provincial Tenente Francisco Pereira de Aguiar, pelo engenheiro da Câmara Municipal Carlos Augusto Weyll e pelo naturalista inglês o Reverendo Eduardo Parker, como arrematante da obra. Segundo as fontes documentais consultadas, os serviços de recomposição topográfica constaram de: composição plantação do revestimento vegetal dos taludes, regularização do '*graide*' das ruas, canalização dos esgotos, drenagem das águas pluviais e limpeza dos córregos adjacentes. Segundo o entendimento sobre a concepção paisagística desse projeto, percebe-se a dimensão do espaço criado e sua relação com a cidade. O Campo Grande de São Pedro se tornou o maior espaço público configurado da cidade de Salvador em meados do Século XIX.

O espaço consolidado em sua forma trapezoidal foi contornado por ruas regularizadas de comunicação com a cidade ao Norte (Rua do Forte) ao Oeste (Rua da Gamboa), ao Leste (Estrada do Garcia), ao Sudeste (Estrada do Canela) e ao Sul (Estrada da Vitória). Pode-se compreender que a concepção geral desse espaço foi inspirada com base nos princípios renascentistas que originam o '*parterre*', para estabelecer a intermediação entre a preexistência (cidade tradicional) e o meio *semirural* de Salvador, e, esse partido demonstra ter sido, na época, a solução ideal para redução de custos e prazos da obra. O terreno originalmente irregular possibilitou a o aproveitamento da terra local, reduzindo custos (aquisição e transporte) com a matéria-prima, e a tecnologia escolhida para a conquista do espaço era comumente utilizada na cidade a exemplo do '*parterre*' construído como base para a construção do Forte de São Pedro no século XVIII. Conforme explana o presidente Martins:

[...] uma obra orçada em 43 contos, inclusive a plantação das árvores em roda do campo, factura de canos e macadamização dos caminhos; porem a despeza que convém fazer-se desde já não excederá 17 contos: também se poderá dispensar por ora uma parte das obras incluídas no orçamento [...].(APEB. *Falla...*, 1852, p.10).

Conforme se observa na *Falla Provincial* de 1852, no bojo dos trabalhos contratados foram incluídos os serviços de canalização de esgotos e drenagem de águas pluviais, da macadamização das ruas, mas, sobretudo, foi considerada a plantação de árvores, a ‘arborização’. Percebe-se, nas fontes documentais, que esta foi a primeira obra da cidade em que um projeto urbano considerou o ‘paisagismo’ como um elemento de composição do espaço público, assim como se refere o Presidente Gonçalves Martins em 1852.

4.7 ARBORIZAÇÃO DO CAMPO GRANDE DE SÃO PEDRO

[...] execução dos caminhos e a plantação de árvores, com a qual o reverendo Parker tomou o mais louvável cuidado comprando com enorme dificuldade, sementes que primeiro plantava em cacos e balaios, na varanda da casa da capella, regava de suas próprias mãos mandando buscar na fonte de São Pedro carga mais de água, e depois plantava, ele mesmo o alinhamento traçado pelo seu gosto esthetico; [...]. (BOCCANERA JUNIOR, 1903, p.114).

Segundo a opinião de Boccanera Junior, a ação excepcional de considerar a arborização em um projeto de intervenção urbana se deve à participação do naturalista inglês, o Reverendo Eduardo Parker.

Figura 49 – Arborização pública de Salvador – século XIX



Planta de arborização do Campo Grande por Reverendo Eduardo Parker, 1853.

Fonte: FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. Projeto Executivo de Paisagismo da Praça 2 de Julho. Levantamento histórico, 1997.

A Planta de Arborização do Campo Grande (Figura 49) é um desenho atribuído ao Reverendo Eduardo Parker (1853), uma composição geométrica de árvores ordenadas de forma sistemática em volta do campo, com espaços intercalados para permitir a circulação do pedestre. O desenho da arborização foi elaborado sobre o traçado original de Carlos Weyll (18--), um cadastramento elaborado a partir das vistorias e licenças concedidas para alinhamento e construção das obras.

Com relação às espécies arbóreas, que foram utilizadas nesse projeto, segundo as fontes documentais primárias consultadas não foram encontrados registros de referência, entretanto a cientista Moema Parente Augel (1980) descreve sobre os “*Viajantes estrangeiros na Bahia oitocentista*”, e entre eles a visita de uma ilustre representante da Casa de Habsburgo (Áustria), a Princesa Therese da Baviera, quando esteve em Salvador em viagem científica exploratória e, ao passar pelo Campo Grande, referiu-se à vegetação que sombreava a praça; assim descreve Augel sobre a princesa Therese:

[...] vai até o subúrbio da Vitória, onde lhe chamou a atenção o tipo de vegetação nos jardins, tendo-se detido antes no Passeio Público e no Campo Grande onde observa uma *grande praça sombreada por gameleiras* [...]. (AUGEL, 1980, p.170-175).

Figura 50 – Paisagem arborizada de Salvador – século XIX



O Campo Grande de São Pedro, por Guilherme Gaensly, 1870.

Fonte: Disponível em: < <http://www.salvador-antiga.com/passeio-publico/antigas.htm> >.

Essa referência sobre as árvores do Campo Grande, conforme descrita por Augel (1980), foi aqui considerada porque essas árvores representam a primeira intenção governamental para incluir a arborização pública sistematizada em um projeto de qualificação urbana em Salvador, e que foram plantadas pelo Reverendo Eduardo Parker no ano de 1853. Segundo Boccanera Junior (1903, p.115), algumas das árvores foram retiradas posteriormente, para possibilitar a visibilidade do Monumento ao 2 de Julho no ano de 1895.

Observando o desenho (Figura 49) e a fotografia (Figura 50) da arborização do Campo Grande, percebe-se que havia uma relação estética entre a paisagem edificada e a paisagem arborizada que se desenvolvia em Salvador no Século XIX.

Com relação à Paisagem urbana, vale lembrar que a Câmara Municipal estabelecia as regras de formação do espaço público ao determinar o alinhamento dos muros, entretanto, legava ao proprietário a maneira de ocupar o lote conforme o partido do projeto arquitetônico. Na edificação, o recuo frontal, por sua vez, estabelecia o *'atrium'*, assim separando o espaço externo da rua, do ambiente interno, que segundo o estilo do palladianismo inglês refere-se ao espaço recolhido, sagrado, da moradia, e essa influência se tornou presente na arquitetura neoclássica que foi ocupando o Distrito da Victória durante o Século XIX; assim, percebe-se essa influência sobre o projeto de paisagismo do Campo Grande, onde se buscou resguardar da rua (externa) o espaço (interno) da sociabilidade, através da arborização. As árvores em volta do campo foram plantadas seguindo um alinhamento contínuo, sob uma ordem colunada de troncos esguios formando o *'atrium'* entre a rua (mundana) e o jardim, *'Éden'* (sagrado), tal como as colunas de pedras estabelece o *'atrium'* entre a rua e a edificação.

Figura 51 – Paisagem peculiar do Campo Grande – século XIX



O Campo Grande de São Pedro, por Guilherme Gaensly, 1870.

Fonte: Disponível em: < <http://www.salvador-antiga.com/campogrande/antigas.htm> >.

Nesse sentido, observa-se, na Figura 51, o ordenamento das árvores que formam (e criam) o recinto interno do jardim, assim como a ordem das pilastras e gradis da quadra edificada, que constituem o ‘*atrium*’ na mediação entre a rua e o recinto sagrado, e essa lógica paisagística se reflete também nas imediações do Campo Grande de São Pedro.

Percebeu-se, durante as pesquisas documentais, que no projeto de paisagismo do Campo Grande e imediações havia a intenção de introduzir, em Salvador, os conceitos do paisagismo inglês, observando-se os princípios da vida saudável e seu benefício para o bem estar do cidadão, e nesse sentido, o Reverendo Parker, estimulado por sua índole missionária, apropriou-se do conhecimento científico e botânico, para utilizar a vegetação arbórea com essa finalidade e, assim, criar um espaço público diferenciado e essa ideia embrionária em seu processo de crescimento tornou-se um modelo para ser aplicado em outras localidades e adaptado conforme as condicionantes físicas que caracterizam o projeto de arquitetura e em consequência, o projeto de paisagismo. Assim, a solução em ‘*parterre*’ se tornou o elemento mediador entre a via pública e a quadra edificada, a praça, o mar, o rio, outra rua (paralela, ortogonal) fazendo a composição entre Arquitetura, Arte e Vegetação, e esse formato foi transformando a paisagem de Salvador no século XIX.

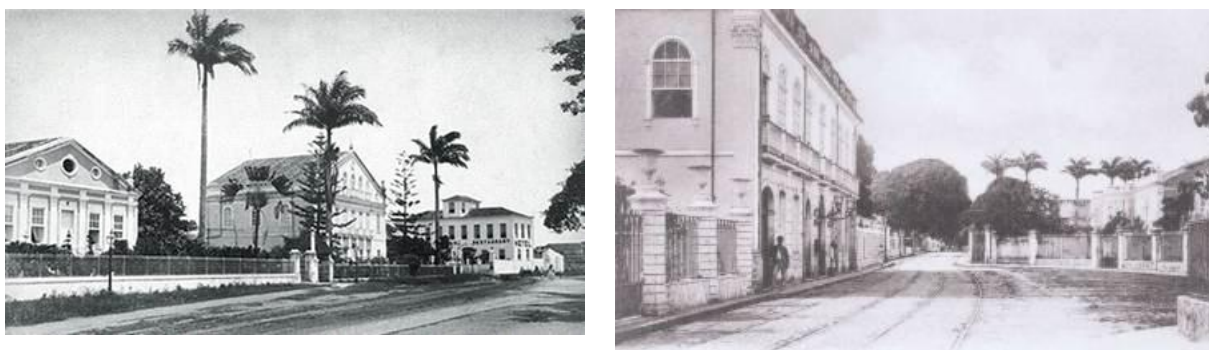
Esse processo que, nessa Dissertação, vem sendo observado, tem sua origem, com os tratados de amizade (1810), e desenvolve-se com as políticas liberais da Corte Imperial (1852), com a modalidade de contratação da obra pública Provincial e da Capital e devido à interdisciplinaridade técnica das Comissões de Obras Provinciais e Municipais.

Observar a paisagem a partir dos condicionantes físicos e morfológicos do sítio constitui-se no saber sobre a cidade e, nesse sentido, a Câmara Municipal de Salvador estabelecia os critérios no processo de concessão das licenças, na orientação sobre a elaboração do projeto, na adequação da obra ao ‘*grade*’ da rua, no alinhamento da quadra, no nível da soleira da porta de acesso à edificação, na dimensão dos recuos (frontal e lateral), no desenho do gradil, e, nesse processo artesanal encontra-se o Engenheiro Carlos Weyll com sua missão profissional de aplicar o conhecimento técnico com sensibilidade e assim, instruir os requerentes a compor os elementos do projeto com arte, criando a peculiaridade do lugar.

Carlos Weyll foi engenheiro contratado pela Câmara Municipal (1841) para “obras diversas” contribuindo (Parecer de Licenciamento, Termo de Vistorias de obras, Aprovação e Concessão de Serviços Solicitados, Projeto para obras públicas, Relatório sobre andamento das Obras) com a Comissão de Obras e Alinhamento da Câmara no período entre 1841 e 1870, em diferentes atribuições que se percebe ao folhar os documentos do Arquivo Histórico Municipal e verificar sua estreita relação com as obras que foram registradas no livro de

Termos de Alinhamento e Vistoria no período entre 1845 e 1855. Segundo a prática profissional, a análise do processo de concessão para a licença de construção está submetida ao conteúdo das informações conceituais e técnicas do projeto, as características físicas do terreno, a escala da obra e sua relação com a localidade, atributos importantes para a formação da paisagem urbana. Nesse processo de licenciamento, as obras referentes à ampliação do Cemitério dos Ingleses (1850), da Igreja Anglicana (1852), dos diferentes ‘*English villages*’ foram analisadas pelo engenheiro Weyll conforme registrado no Livro de termos e vistorias, da Câmara Municipal e conforme construídas no Distrito da Vitória e, as edificações do Campo Grande de São Pedro, se observadas segundo o ideal da salubridade, eram consideradas o modelo da arquitetura neoclássica e do paisagismo inglês que foi disseminado para as imediações: Corredor da Vitória, Barra, Canela, Garcia, Aflitos, etc.

Figura 52 – Paisagística de Salvador – século XIX



(a) Campo Grande de São Pedro (Gaensly, 1870). (b) Corredor da Vitória (Gaensly, 1870).
Fonte: Disponível em: < <http://www.salvador-antiga.com/campogrande/antigas.htm> >.

Na imagem acima (Figura 52), conforme retratada pelo fotógrafo paisagista Guilherme Gaensly no Campo Grande de São Pedro (meados de 1870), percebe-se a influência da arquitetura neoclássica sobre as edificações do período colonial português e a influência do estilo palladianismo inglês onde se procura harmonizar a edificação com a vegetação dos recuos e esse modelo se torna um símbolo do período de transição, sendo o gradil de ferro o elemento de transparência que estabelece a marcação da quadra, entretanto, mantendo a permeabilidade do sol, dos ventos e das chuvas, um modelo vai-se pulverizando na paisagem construída da cidade. Os recuos (frontal ou lateral) traz a vegetação ao primeiro plano da fachada, formando o ‘jardim da casa’, e a continuidade do modelo faz o aformoseamento da rua. Nas ladeiras, surgem os jardins escalonados, resultantes da acomodação do ‘graide da rua com a soleira da porta, que segundo o Engenheiro Francisco de Aguiar, para a Estrada da

Barra, “[...] o declive de deve ser de 6%, o nivelamento da casa feito por patamares com jardins, e se preciso rebaixar o portão para manter a soleira da porta nivelada com o passeio” (AGUIAR, 1852). Percebe-se, na documentação folheada, a comunicação facilitada entre o Governo Provincial e a Câmara Municipal, com relação à cidade que se beneficia dessas decisões compartilhadas. O modelo criado para a Estrada da Barra foi aproveitado para outras ladeiras da cidade, inclusive aquelas mais antigas e já ocupadas, onde havia a intenção dos moradores para adaptar suas casas e aproximar-se dos ideais da salubridade.

Figura 53 – Paisagismo escalonado de Salvador – século XIX



Ladeira dos Aflitos, por Joseph Schleier.

Fonte: Disponível em: < <http://www.salvador-antiga.com/aflitos/antigas.htm>>.

Assim, vamos observar a Ladeira dos Aflitos nas proximidades do Passeio Público, onde a marcação da rua ocorreu posteriormente às edificações e seguiu o modelo do patamar escalonado para formar o ‘jardim da casa’ conforme se vê na imagem acima (Figura 53).

Nesses locais, vai-se delineando uma paisagem mesclada entre os elementos neoclássicos e a preexistência, um processo artesanal de iniciativa do morador que se inicia através da solicitação de vistoria e licenciamento, segue na elaboração do projeto na Câmara Municipal e se conclui com a execução da pequena obra. O projeto resulta dos estudos preliminares sobre a leitura e interpretação do meio físico e da edificação existente, dos cálculos de referência entre a declividade da rua e a distância da soleira e da técnica construtiva adequada para a execução da obra.

Os projetos e obras que foram realizadas pela Câmara Municipal, nesse período de observação (1820-1870), segundo as fontes consultadas, compreendem os serviços de alinhamento e calçamento de ruas, limpeza e desobstrução de fontes, instalação e

desobstrução de canos e bocas de lobo, ajardinamento, plantações de árvores e recomposição de taludes. No período entre 1851 e 1860, percebe-se o envolvimento de Carlos Weyll como engenheiro responsável pelas obras do Campo Grande, Rua do Gravatá (1851), Estrada de Formosa para Itapajipe, Rua São Bento, Rua Castanheda (1853), o que demonstra a sua participação na configuração da paisagem da cidade nessa época.

Percebe-se que as ruas foram tratadas com um cuidado diferenciado: regularização de meio fio, macadamização da faixa veicular, pavimentação dos passeios em frente às edificações, drenagem de águas pluviais, arborização pública, ajardinamento e iluminação. As obras eram realizadas conforme o sistema de arrematação, em etapas distintas e de acordo com a especialidade. No passeio e próximo ao meio-fio, era reservada uma faixa de serviços par o plantio de árvores e instalação dos postes de iluminação.

Segundo os documentos arquivados, a Câmara Municipal lançava o edital para a plantação e conservação das árvores nos passeios e praças públicas, um serviço que era submetido à contratação, orientação, acompanhamento e fiscalização da Comissão de Alinhamento e Vistoria de obras. No meio semirrural, onde a implantação das ruas exigia serviços de aplainamento, surgiam os taludes e o cuidado com a estabilização do solo exposto, e o Engenheiro Carlos Weyll propõe uma solução prática, baseada na implantação de uma cortina de troncos de madeira ‘Massaranduba’, preenchimento dos vazios com entulhos de obras, recobrimento com uma camada de terra com dois metros de altura e, sobre estes, fazer o plantio de “*capim que nasce nas mangas*” (pastos) rurais. Propõe também a possibilidade de recobrir a superfície da estrada com barro ensaibrado:

[...] a paisagem não foge à regra. Sua esfera se ampliou e oferece um panorama construtivista: ela compreende noções como a de meio ambiente, com seu cortejo de práticas, [...]. (CALQUELIN, 2007, p.8).

4.8 A PAISAGEM SE RECICLA

Importante relembrar, na área do Campo Grande e imediações, a *transformação* entre a condição ‘*Natura Naturans*’, conforme registrada por Algemeen Rýksarchief (1636), e a condição ‘*Natura Naturata*’, conforme registrada por Amédée Frézier (1714) e por Jean Massé (1715), quando (Século XVIII), em função da defesa da cidade, ocorreu a devastação da floresta atlântica ou costeira, ‘*Dríades*’, segundo a classificação do naturalista Carl von

Martius (1817), e a paisagem exuberante se tornou um campo seco e árido. Dentre a diversidade das espécies que povoaram a mata costeira de Salvador, a árvore do pau-brasil foi selecionada, nesse capítulo, devido a seu valor representativo na arborização pública de Salvador. Segundo Lorenzi, Harri (1949), a árvore do pau-brasil ou ibirapitanga, conforme os povos indígenas, pertence à família *Fabaceae Caesalpinioideae*.

No reinado de D. João III (1521-1557), o pau-brasil era a madeira predominante da mata costeira e uma espécie cobiçada pelos exploradores mercantilistas, e por isso foi extirpada das matas reais. No reinado de D. Maria I (1777-1816), a espécie foi classificada pelo naturalista Lamarck (1789) como '*caesalpinia echinata*', em homenagem ao grego André Cesalpino, botânico e médico do Papa Clemente III. No reinado de D. João VI (1816-1822), o Pau Brasil foi cultivado no Horto Botânico de Salvador, tendo sido reconhecida pelo naturalista Carl von Martius (1817) quando visitou o Passeio Público. No reinado de D. Pedro II (1840-1898), a espécie cultivada ganhou sua expressão na arborização pública das cidades brasileiras, e, ao longo dos séculos XX e XXI, a espécie foi reintroduzida nas ruas, praças e parques, conforme registrado na Praça do Campo Grande em Salvador, Bahia.

Figura 54 – Sombreamento das árvores do pau-brasil



Praça do Campo Grande, Salvador, Bahia.
Fonte: Foto da autora (2015).

O pau-brasil ou a ibirapitanga dos indígenas é uma árvore que resulta de sua flor, e, de fruto verde, a fruta passa a madura, cai, apodrece, liberta sementes que, por sua vez, darão origem a novas ibirapitangas, se nada interromper a sequência: “[...] e a sequência de comunidades substitui-se uma às outras numa dada área” (ODUM, 1979, p:286).

5 SÍNTESE CONCLUSIVA

Enquanto arquiteta da práxis urbana, venho observando que, nessa cidade ensolarada, a vegetação inserida no desenho urbano não corresponde à demanda de sombreamento necessário para o conforto das pessoas que aqui vivem. Historicamente, a vegetação natural foi desaparecendo, as áreas devastadas foram sendo ocupadas por edificações diversas, mas em alguns lugares ainda se preserva uma arborização secular. Foi uma percepção intuitiva que, ao longo da caminhada profissional, se transformou numa inquietação constante.

Observar a cidade sobre a compreensão holística nos remete a considerar as áreas verdes como a garantia da fluidez permeável das águas, dos ventos, do sol e demais elementos naturais que constituem o sistema da natureza na área urbana.

Ao se debruçar o olhar sobre o Campo Grande, percebe-se que a sua história encontra-se imbricada com o Forte de São Pedro, uma vultosa obra para a defesa da cidade (século XVIII), quando ocorreu a devastação da mata costeira, sabiamente denominada ‘*driades*’ por von Martius, que revestia aquela região em sua condição *Natura Naturans*. Entretanto, segundo os princípios da salubridade urbana, ocorreu a inserção da primeira arborização pública na cidade (século XIX), e algumas das espécies extirpadas voltaram a ocupar esta região. Ao visitar o Campo Grande e suas imediações, percebe-se a existência de algumas árvores de aparência envelhecida que causam uma sensação aprazível, que ficou preservada mesmo diante do processo de crescimento desenfreado ocorrido no século XX.

Debruçar sobre esse fenômeno provocou a indagação sobre o surgimento da arborização pública, numa instigante insistência interrogatória sobre este tema singular, modestamente explorado na historicidade, entretanto fundamental para o entendimento da paisagística urbana de Salvador.

Estudar essa questão tornou-se, então, um exercício prazeroso, que foi desenvolvido em três tempos, que levaram às conclusões que a seguir se tenta sintetizar.

Na Base Analítica α , pode-se observar a compreensão histórica na origem remota e entendendo que a existência do homem não se limita à obtenção dos meios de sobrevivência material, mas também do seu entrelaçamento cultural e social, assim compreendendo o processo evolutivo civilizatório como sendo uma composição subjetiva entre a imaginação e a aplicabilidade que resulta da observação, do sentimento, do pensamento e da expressão humana, conforme observado nas plantações de grãos das civilizações primitivas.

Nesse processo de observação através da percepção, constatou-se que a vegetação é a consciência doadora originária, origem da sucessão dos processos e procedimentos rudimentares, para ser reproduzida e empregada em sua base de subsistência, e assim entender que foi possível compor com arte os campos de cultura, fazendo surgir o paisagismo a partir da própria agricultura.

Na antiguidade, a vegetação era a propiciadora para a conexão *metafísica*, a mediadora entre o homem e suas divindades; na Idade Média, devido ao movimento de segregação entre o homem e a *Natura Naturans*, a vegetação se tornou para a crença monoteísta cristã o símbolo do paraíso terrestre, Jardim do Éden, idealizado por *Deus* criador, que inspirava sua conquista, um *locus* feito para o deleite e prazer da Sua criatura. Essa crença influenciou a formação de cidades-fortalezas (mosteiros e castelos), e o cultivo das espécies vegetais se tornou uma atividade enclausurada (hortas, pomares, jardins), onde se domesticavam ervas medicinais, hortaliças, frutíferas, folhagens e flores para ornamentação de altares, gerando um processo de familiaridade com a planta e estimulando a ‘experimentação’ da espécie e sua transformação por ‘alquimia’, além de que o elemento vegetal transformado por processo químico se tornou um importante medicamento para curas medicas.

O Renascimento foi um recorte na história da civilização, quando a qualidade intrínseca ‘divina’ da mente humana se manifestou em benefício da preservação dos seres vivos. Nessa base, a proximidade com o pensamento humanista fundamentou a compreensão da inter-relação homem-natureza em seus aspectos da interdependência físico-química e da dinâmica cultural-econômico-social que impulsionou a ciência moderna.

Ficou entendido que o processo racional sobre o conhecimento da natureza conduziu o homem para a reflexão (pensamento e sentimento) consciente, criativa, paciente e perseverante, propiciando a interdisciplinaridade das ações, de maneira livre de dógmas, tradições, superstições. A necessidade de reproduzir sistematicamente as espécies nativas ou exóticas adaptadas, por sua vez, possibilitou o cultivo, beneficiando a horticultura e a farmacultura, através de um laboratório científico e, para isso, foi instituído o *Centro de Estudos e de Cultivo de Plantas do Convento de Santo Antônio de Pádua* (Itália, 1545), um *locus* originado das práticas monasteriais da Idade Média que se tornaram o modelo referencial para a ciência botânica ocidental. Na Bahia, os Jesuítas fundaram o Colégio do Salvador (1553) onde foi instalado o *Posto de observação e análise da flora brasileira* e sua ‘botica’ onde se manipulava a fórmula secreta *Triaga Brasílica*, um importante medicamento para as explorações marítimas que se desenvolviam entre os Oceanos Atlântico, Índico e Pacífico.

Assim, pode-se afirmar que o fenômeno da percepção sobre a vegetação se tornou uma atividade humana contínua, envolvida com o dinamismo cultural (econômico, social) e condicionada aos valores intrínsecos do meio físico urbano ou rural. Mediante a reprodução da espécie vegetal em hortos botânicos, surgiram as possibilidades de sua aplicabilidade em projetos de arquitetura de arborização pública. Por tais observações, ficou entendido como se desenvolveu a Paisagística do Renascimento italiano e como esse conhecimento se estendeu pela Europa e chegou à Cidade do Salvador da Bahia, bem como alcançaram as tratadísticas modernas, entre as quais foram destacadas aquelas que consideravam a vegetação como um atributo do projeto urbano. Observando-se as tecnologias de preparação do terreno, ficou constatado que os arquitetos italianos criaram o *parterre* para aplainar a topografia desnivelada, e também o recuo para dar visibilidade para a edificação, e que este estilo influenciou diversos segmentos e se tornou a base do Paisagismo Barroco francês. Também foi esclarecido que, na Inglaterra, se desenvolveram outras tratadísticas que possibilitavam a paisagística em composição de harmonia com a natureza, desenvolvendo-se o estilo neopalladiano inglês.

Foi importante concluir que as teorias e práticas renascentistas tiveram sua influência para as construções militares no período de adaptação das fortalezas medievais com a tecnologia de guerra ‘pirobalística’ quanto à requalificação das muralhas para fazer a inserção do baluarte e que foi através das intenções de proteger seus domínios que Portugal foi influenciado a executar suas obras defensivas mediante os princípios renascentistas observando-se a integração entre a arquitetura militar, o paisagismo e a arte, que resultou no legado da arquitetura fortificada que compõe o cenário paisagístico da Cidade do Salvador desde os séculos XVII e XVIII.

Na Base Analítica β , pode-se observar a compreensão prática sobre o conhecimento e os efeitos da inter-relação função e criatividade, segundo o ideal pragmático do Iluminismo quando a vegetação brasileira se tornou um bem para a produção interdisciplinar e a *land art* foi utilizada em função da salubridade e do progresso.

Foi importante lembrar os povoados embrionários (séculos XVI e XVII) que têm sua origem na ‘talassocracia’ e que foram preservados em suas características até o século XVIII. Mas, diante dos olhares e registros de geógrafos e naturalistas durante as viagens mercantilistas e exploratórias, essas localidades refletiam o arcaísmo cultural, a degradação social e, sobretudo a insalubridade pública.

Foi entendido que, no Iluminismo (século XVIII), o Brasil encontrava-se ligado à monarquia portuguesa, e as ações de adaptabilidade das vilas e cidades preexistentes se

organizavam sob a luz da ciência europeia, daí decorrendo alterações na paisagem preexistente. Essas ações do período pombalino (1750-1777) foram de origem pragmática e segundo os conceitos da ‘fisiocracia’, em função da defesa das costas oceânicas, da preservação do sistema de colonização e da exploração dos recursos naturais. Nesse sentido é que as Ciências Naturais e a Botânica foram inseridas na Universidade de Coimbra e, devido à aproximação com a ciência moderna, sugeriram as primeiras árvores no espaço público das cidades portuguesas. No período pombalino, percebe-se a influência do paisagismo inglês nas obras do Passeio Público de Lisboa e do Passeio Público do Rio de Janeiro, assim como a influência do paisagismo italiano na arborização pública de Belém do Pará, projetos de Reinaldo Manoel, de Mestre Valentim e Antonio Landi, respectivamente.

Sob o conceito político da ‘fisiocracia’, a vegetação (nativa ou exógena) se configurou como elemento de potencialidade para o desenvolvimento da economia e, nesse sentido, tornou-se um importante elemento da pesquisa sistematizada para ser utilizada na medicina, culinária, construção e, também, para propiciar benefícios para o meio urbano, considerando-se os fatores de sombreamento e embelezamento das vilas e das cidades coloniais do Brasil. Constatou-se também a sensibilidade dos profissionais da Aula Militar da Bahia, que aplicaram a vegetação como elemento de proteção entre a muralha e a área rural.

Foi observado que, na Bahia, o ideal de progresso que permeava o período iluminista, ganhou expressão após a invasão de Portugal por Napoleão Bonaparte, quando ocorreu a transmigração da corte portuguesa em caráter definitivo para o Brasil (1808), e as ciências naturais se elevaram ao patamar das ações governamentais, dentre as quais, a Botânica se destacou pela possibilidade de cultivar, produzir e utilizar as espécies vegetais nativas e exógenas. Ficou constatado que, durante a viagem para o Brasil, a Rainha de Portugal e seus filhos estiveram em Salvador e, nessa ocasião, o príncipe regente D. João VI visitou o Forte de São Pedro, decidindo pela implantação do Horto Botânico em Salvador, nas proximidades da Fonte e do Forte de São Pedro, precisamente na Chácara do Coronel Caetano Machado, onde havia um pomar de árvores frutíferas composto por mangueiras, jaqueiras, coqueiros, oitis, entre outras.

Foi importante buscar os dados de arquivos locais e constatar, a partir de documentos primários, que o Horto Botânico e o Passeio Público de Salvador eram considerados como equipamentos importantes para o desenvolvimento da Botânica e da sociabilidade pública que foram implantados no início do século XIX, nas proximidades do Forte de São Pedro. O Forte de São Pedro é uma edificação preexistente (século XVIII), que foi erguida sobre um grande *parterre*, e constituiu-se numa obra impactante que promoveu a interligação de

altiplanos, o represamento do córrego que afluía do Dique Grande em direção ao mar, a devastação da floresta atlântica ou costeira, que deu origem ao surgimento de um campo raso e seco e a formação de terrenos encharcados. Devido a essa ação antrópica, essa área foi conduzida para a condição *Natura Naturata*, e esse campo raso ficou conhecido como Campo de São Pedro.

Ao analisar a história do Passeio Público de Salvador, verificou-se que este foi um espaço urbano concebido sob a lógica do paisagismo inglês, pelo fato de terem sido consideradas as árvores preexistentes como um recurso de projeto. Estas representam as primeiras árvores que, em 1815, tornaram-se as espécies constituintes do primeiro jardim público da Cidade do Salvador. Pode-se concluir que o Passeio Público de Salvador simboliza o momento de adequação político-cultural que ocorreu em função da salubridade, e que este foi criado em uma integração da arquitetura, paisagismo e arte. Foi também um espaço de mediação com o Horto Botânico para atrair os viajantes e incentivar a sociabilidade do seteropolitano.

O Passeio Público de Salvador foi projetado como um ‘jardim real’ em homenagem ao príncipe D. João VI, com projeto de autoria do português Arquiteto Real José da Costa e Silva, que buscou, na influência do estilo palladiano inglês, a simplicidade do traçado que compõe o pátio redondo, na forma e detalhes do obelisco, das colunatas, dos vasos de flores, do gradil, onde foram empregados materiais de qualidade e de enobrecimento desse espaço público, e que assim este local se tornou aprazível, sociável e cobiçado, com noções de saneamento e ordenamento público, que induziu, na cidade, a condição de um espaço vegetado para o diletantismo e o prazer do usuário. No Passeio Público, identifica-se a mudança das intenções com a obra pública, um ambiente salubre, essencialmente um conjunto paisagístico que se harmoniza com a natureza ao redor e cria uma paisagem peculiar que nos remete à história.

A sua historicidade emerge, de imediato, ao admirar as ‘mangueiras, jaqueiras, oitis’, e seus galhos contorcidos com casca envelhecida e com musgos incrustados que evocam ao ‘antigo’; reconhece-se o esplendor pelo reflexo do sol poente sobre a Baía de Todos-os-Santos e pelo horizonte esculpido das ilhas sobre a brisa da manhã; reconhece-se o conforto pelo sombreamento das árvores, sob o calor do meio-dia. O Passeio Público foi um jardim criado pela mente humana ilustrada segundo instruções da divindade, e isso se deve ao Paisagismo enquanto agente modelador entre Arquitetura, Ciência Natural e Arte, e, nesse sentido, a arborização foi o elemento vivo e sensível utilizado naquela *land art* baiana.

Pode-se concluir que esse local representava o ideal de salubridade e de sociabilidade iluminista que marcaram a passagem entre os séculos XVIII e XIX na Cidade do Salvador.

A Base Analítica γ , desenvolveu-se sobre o foco indutor do objeto da pesquisa, o Campo Grande de São Pedro e Imediações, através de pesquisas em fontes primárias e comprobatórias. Ao se debruçar sobre o universo dos ‘calhamaços’ conservados, mantidos e disponibilizados pelas diversas instituições históricas, tornou-se possível a constatação da veracidade das informações contidas na revisão bibliográfica. Nesta fase conclusiva, o tema da ‘coisa’, objeto ou fenômeno, se afastou da contextualização ilustrada para se aproximar da lente instigante, insistente, que aspirou a comprovação dos fatos.

Assim, foi constatado que o Campo Grande configurou-se como o maior espaço público da cidade. Originalmente, esta área apresentava-se como um divisor de promontórios (século XVII) que foi transformado e unido em um campo raso defensivo (século XVIII), depois conquistado em *parterre* (1852) e resultou em uma grande esplanada que permitiu a ligação entre a o Distrito de São Pedro e o Distrito da Vitória. Historicamente, o Campo Grande de São Pedro está relacionado com o Forte de São Pedro, o Horto Botânico e o Passeio Público. Percebeu-se, no transcorrer da pesquisa, que este local exerceu também a função mediadora entre a cidade tradicional ‘portuguesa’ e a cidade modernizada ‘inglesa’, assim como ficou entendido que essa transformação ocorreu sob um processo de ‘anglicização’, e a paisagem urbana se construiu conforme a maneira ‘gentil’ dos ingleses, da vida ao ar livre, na sombra das árvores tropicais, da moradia em casas arejadas, do enterramento dos mortos em condições de salubridade, o que se tornou um hábito e um novo costume na cidade.

Os ingleses chegaram a Salvador pelo interesse comercial e, devido a essa condição, buscaram adequar a cidade aos princípios modernos. O Distrito da Vitória simboliza o estilo palladiano inglês. No recuo entre a edificação e a rua, formava-se um ‘*atrium*’ ajardinado, que se tornou a marca desse estilo na Cidade do Salvador porque estabelecia a distinção entre a rua (mundana) e a casa (sagrada) e possibilitava a integração da vegetação com a edificação. Esse modelo *English Village*, em sua versão tropical, era implantado no centro do terreno, criando os recuos com o muro vizinho. As casas recuadas permitiam a permeabilidade dos ventos, do sol, das águas de chuva; os recuos receberam um tratamento paisagístico compondo o ‘jardim da casa’, e esta nova conduta favorecia a salubridade, valorizando o imóvel e atraindo novos moradores para os arredores.

Para compreender o que ocorreu no Campo Grande e Imediações no primeiro meado do século XIX, recorreu-se à memória bibliográfica dos viajantes europeus que, em suas viagens de pesquisas, levavam suas impressões e anotações para suas respectivas nações. Pelas fontes

consultadas, ficou constatado que, em Salvador, a insalubridade urbana era uma questão que desencantava os visitantes. Muitos textos, gravuras e pinturas registraram essa condição, entretanto foram as *daguerreotipias* que passaram a revelar a expressão realista do ambiente percebido. Essa nova forma de retratar a cidade se tornou a força para que os governos provincial e municipal adotassem as medidas de regulamentação e punição com relação à salubridade pública, uma vez que a má fama da cidade poderia prejudicar o progresso comercial.

O século XIX foi um período de transição política, quando o Brasil se tornou Sede do Império Português (1808), Reino Unido de Portugal (1816) e, após a Independência, Primeiro Império Brasileiro (1822) e Segundo Império Brasileiro (1831-1889). Pode-se concluir que, ao longo desse século, ocorreu a mediação entre a política conservadora e a liberal. Essa situação se refletia nas principais cidades, sendo o Rio de Janeiro a Capital onde se concentravam as principais instituições governamentais e científicas do País, com predominância para as ciências naturais, conforme idealizadas por D. João VI. Outra importante evidência que se constata é que, em decorrência do enlace entre o príncipe D. Pedro I e a princesa D. Leopoldina, as Ciências Naturais receberam grande contribuição para seu desenvolvimento no Brasil. Não obstante, verifica-se que, no período do Imperador D. Pedro II, as ciências no Brasil alcançaram o patamar das instituições científicas europeias e, sob os conceitos naturalistas, as cidades brasileiras avançaram quanto à salubridade pública.

Em Salvador, este reflexo salubrista foi implantado pelo Presidente da Província da Bahia, o Desembargador Conselheiro Francisco Gonçalves Martins (1849-1852) que, para isso, integrou esforços junto à Corte Imperial, ao Senado, à Câmara Municipal de Salvador, ao Consulado Inglês, aos comerciantes, à sociedade civil, à docência médica, à força militar entre outras personalidades, em uma missão de requalificação urbana da cidade. O Campo Grande de São Pedro foi o alvo centralizador para estabelecer o novo conceito de cidade.

As primeiras medidas de cunho ambiental e salubrista foram regulamentadas no Código de Posturas do Governo Provincial da Bahia e Câmara Municipal de Salvador, para um horizonte alargado, entre 1829 e 1859. Para isso, foi criado o Conselho de Salubridade de modo a comandar as ações, fazer funcionar as medidas e estabelecer punições. O Conselho de Salubridade era vinculado à Escola de Medicina e Saúde Pública e ao corpo de médicos do Hospital dos Ingleses.

As primeiras instruções normativas, relativas ao compartilhamento de obras públicas, entre o Governo provincial, o Governo Municipal e a iniciativa privada, foram criadas através da Lei nº406 de 1850, em conformidade com os conceitos da salubridade para promover o

melhoramento de praças, ruas, calçadas, eliminar os focos de insalubridade, contratar a mão de obra de escravos apreendidos. Seguindo a modalidade da Obra Pública Compartilhada, foram construídas as seguintes vias de comunicação entre o centro da cidade e o Campo de São Pedro: Estrada das Mercês (atual Avenida Sete de Setembro) e suas interligações com a Rua Direta da Piedade (Beco Estreito, Largo do Rosário e Beco de São Raimundo) e com a Rua da Faísca (Rua do Gabriel, Beco do Autran, Beco dos Aflitos, Beco do Jogo), a Estrada do Forte de São Pedro, a Estrada do Campo Grande, a Estrada do Canella para o Campo Santo; Estrada do Bom Gosto; Travessa entre o Bom Gosto e o Canella; Ladeira da Fonte de São Pedro, Largo em Frente do Forte de São Pedro; Ruas da Povoação da Barra; Estrada entre o Rio de São Pedro e o Campo Santo; Estrada do Rio Vermelho.

A modalidade de Obra Pública Compartilhada foi também aplicada ao contrato de arrematação com o empreiteiro Reverendo Edward Parker para eliminação do foco de insalubridade da ‘baixa do campo de São Pedro’. Para tanto, foi construído um grande *parterre* sobre esse grotão úmido e encharcado que, depois de aplainado, formou o Campo Grande de São Pedro (1852), tendo sido considerado o nivelamento do relevo irregular nas tangências entre a Rua do Forte com a Rua do Garcia, da Rua do Bom Gosto com a Rua do Canella e do Campo Grande com a Estrada da Victória.

Ainda segundo a modalidade da Obra Pública Compartilhada, foram construídas as seguintes vias do Distrito da Victória, que ocorreram mediante contrato de arrematação, também com o empreiteiro Reverendo Edward Parker, que construiu a ligação com a Igreja da Graça, a Igreja de Santo Antônio da Barra e o Forte de Santo Antônio da Barra; posteriormente, ainda foram efetuadas as obras da estrada Graça-Barra (atual Avenida Princesa Isabel); a 2ª Estrada de Santo Antônio, ligando a Igreja da Vitória à Igreja de Santo Antônio (atual Ladeira da Barra), a Estrada entre o Passeio Público e a Ladeira da Gamboa, a Estrada da Vitória; e a Rua do Banco dos Ingleses.

Ficou esclarecido que as obras executadas através da modalidade da Obra Pública Compartilhada entre o Governo da Província, a Câmara Municipal e a iniciativa privada foram de autoria do Engenheiro Francisco de Aguiar (Comissão de Obras Provinciais), do Engenheiro Carlos Weyll (Comissão de Alinhamento e Vistoria da Câmara Municipal) e do naturalista botânico Reverendo inglês Eduardo Parker. Essas obras foram realizadas segundo o estilo palladiano inglês em que a plantação de árvores era considerada como um atributo do projeto urbano, ocorrendo, assim, a inserção da arborização pública na Cidade do Salvador, desde 1853.

Os reflexos dessa nova postura podem ser observados em relação aos gostos e costumes da população em geral e à maneira particular desta para adaptar-se ao jeito saudável, adotando os recuos como recurso para promover a permeabilidade do sol, dos ventos, das chuvas em seus jardins residenciais. Por sua vez, as ruas arborizadas se tornaram sombreadas e aformoseadas, causando uma sensação aprazível na cidade, em benefício da sua população e desenhando a paisagística peculiar de Salvador em meados do século XIX.

Finalizando, vale considerar a dedicação dos geógrafos e naturalistas que se embrenharam nas matas costeiras da Bahia e transmitiram o legado de suas experiências botânicas. Destaque-se também o empenho dos engenheiros arquitetos e botânicos que adotaram a vegetação como um atributo do projeto, integrando **Arte, Arquitetura e Paisagismo**.

Como tópico final, vale lembrar que, no ano de 1853, foram plantadas as primeiras árvores no ‘espaço público da cidade’, seguindo um Projeto de Arborização, reconhecido como tal, no Campo Grande de São Pedro, e que esse crédito se deve ao naturalista inglês Reverendo Edward Jorge Parker. A ele, seguiram-se diversos outros, porque ‘o fim de um processo... é sempre o começo de outro’.

REFERÊNCIAS

- A ARTE portuguesa de oitocentos. Biblioteca Breve/volume 28. Cópia digitalizada disponível em:< www.instituto-camões.pt >. Acesso em: 28 maio 2015.
- ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2013.
- AB´SABER, Aziz N. Províncias geológicas e domínios morfoclimáticos no Brasil. *Geomorfologia*, São Paulo, n.20, 1970.
- ACOT Pascal. *História da Ecologia* Tradução Carlota Gomes. 2.ed. Rio de Janeiro: Campos, 1990.
- A MISSÃO Artística Francesa de 1816. Disponível em: < http://bndigital.bn.br/francebr/missao_artistica.htm >. Acesso em: 15 maio 2015.
- AGUIAR, Francisco Pereira de. Relatório de Obras Públicas Provinciais e da Capital em 14 de abril de 1856. Relatório anexo à *Falla que recitou o Presidente da Província da Bahia, Álvaro Tibério de Moncorvo Lima, N'Abertura da Assembleia Provincial da mesma Província no 14 de março de 1856*.
- ALBERTI, Leon Battista. *De Re Aedificatória*: Livros IV e V. (1452). Versão digital Progetto Manuzio. Disponível em: < www.liberliber.it >. Acesso em: 10 de maio de 2015.
- ALEGRETI, Leila M.; MEGIANNI, Paula Torres (Org.). *Catálogo O Império por escrito*. Coimbra, Portugal: Liv. Almedina, 2009. Disponível em: < brasilafrica.fflch.usp.br >. Acesso em: 16 de junho de 2015
- ALMEIDA, Maria do Carmo Baltar Esnaty de. *A Victória na Renascença bahiana: a ocupação do distrito e sua arquitetura na Primeira República (1890-1930)*. 1997. 294f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.
- AMARAL, Brás do. *História da independência da Bahia*. 2.ed. Salvador: Progresso, 1957 (Coleção de Estudos Brasileiros. Série Marajoara, n. 19).
- AMARAL, José Álvares do. Resumo Cronológico e Noticioso da Província da Bahia desde o seu Descobrimto em 1500. *Revista do IGHB*, n. 47 [1921 a 1922], Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, p.71-559, 1922.
- ANACLETO, Regina. José da Costa e Silva, um arquiteto português em terras brasileiras. In: ACTAS do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte. Porto, 2005. p. 459-468.
- ANAIS DA BIBLIOTECA Nacional, nº68, Doc. nº 798: Ofícios, relações e outros documentos II.
- ANAIS DO SIMPÓSIO INTERNACIONAL: DIPLOMACIA, ECONOMIA E CULTURA: A História da Presença Britânica na Bahia. Salvador, 2008.
- ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro. *Barry Parker, um arquiteto inglês na Cidade de São Paulo*. 1998. Tese (Doutorado em Arquitetura)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- ARAÚJO, Heloisa Oliveira de. *Inventário da legislação urbanística de Salvador: 1920-1966: as novas regras do jogo para uso e o abuso do solo urbano*. 1992. 478f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

ARAÚJO, Solange Souza. *Tipomorfologia das Praças e Largos de Salvador: intervenções em espaços do centro antigo (1980-2005)*. 2006. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

ARGAN, Giulio Carlo. *Clássico anticlássico: o Renascimento de Brunelleschi a Bruegel*. Tradução Lorenzo Mammi. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). *Falla que recitou o Presidente da Província da Bahia, o Desembargador Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, N'Abertura da Assembleia Provincial da mesma Província no 1º de março de 1850*. Bahia: Tipographia Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira, 1851.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). *Falla que recitou o Presidente da Província da Bahia, o Desembargador Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, N'Abertura da Assembleia Provincial da mesma Província no 1 de março de 1851*. Bahia: Tipographia Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira, 1851.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). *Falla que recitou o Presidente da Província da Bahia, o Desembargador Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, N'Abertura da Assembleia Provincial da mesma Província no 1 de março de 1852*. Bahia: Tipographia Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira, 1852.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). *Falla que recitou o Presidente da Província da Bahia, Álvaro Tibério de Moncorvo Lima, N'Abertura da Assembleia Provincial da mesma Província no 14 de março de 1856*. Bahia: Tipographia Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira, 1856.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). *Livro de Termos de Alinhamento e Vistoria (1845-1855)*. Páginas sequenciais.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). *Mapa Topográfico* [Autoria: Carlos Augusto Weyell]. Salvador, Século XIX ou [18...]

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). *Planta de alinhamento de ruas, das Mercês ao Campo Grande* [Autoria: Pedro Gomes e Francisco Lavigne]. Salvador, 1846.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). *Planta do caminho do Campo Grande ao Garcia*. [Autoria: Engº Francisco Pereira de Aguiar]. Salvador, 1858.

ARTE funerária brasileira. Disponível em: < <http://www.artefunerariabrasil.com.br/cemiteriosbrasileiros> >. Acesso em: 30 ago. 2015.

ÁSIA, cultivo do arroz em terras baixas. Disponível em: <<http://WWW.chinaculture.org/>>. Acesso em: 10 mar. 2015

AZEVEDO, Thales de. *Povoamento da Cidade do Salvador*. Salvador: Itapuã, 1969.

AUGEL, Moema Parente. *Viajantes estrangeiros na Bahia oitocentista*. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1980.

BAHIA. CONDER. *Sistema Cartográfico de Salvador (SICAR)*. Salvador, 1968. Disponível em: < <http://www.informs.conder.ba.gov.br/produtos/tabelaI.1.html> >. Acesso em: 10 jul. 2015.

BARCELLOS, Daniel Camara. *Uma viagem pela história dos jardins*. 2001. Fonte de Consulta: Apostila do Curso Avançado de Paisagismo, com direitos reservados a Gustaaf Winters Com. e Serv. Paisagísticos. Disponível em: < <http://www.jardimdeflores.com.br/paisagismo/05daniel.htm> >. Acesso em: 12 jul. 2013.

- BARRETO, Anibal. *Fortificações do Brasil: resumo histórico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.
- BARROS, Rodrigo Silva. *O Politeísmo Greco-Romano e o Monoteísmo Judaico Cristão: diferenças brutais*. 2009. Disponível em: < <https://cantihodoprime.wordpress.com/2009/02/08/>>. Acesso em: 28 jun. 2014.
- BARUCHE DE ESPINOSA. Disponível em: < <http://www.mundodosfilosofos.com.br/spinoza> >. Acesso em: 15 maio 2015.
- BEDIAGA, Begonha. Conciliar o útil ao agradável e fazer ciência: Jardim Botânico do Rio de Janeiro – 1808 a 1860. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1131-1157, out./dez. 2007.
- BELLUZO, Anna Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. 3.ed. São Paulo: Metalivros: Objetiva, 2000.
- BENEVOLO, Leonardo. *As origens da urbanística moderna*. Lisboa: Editorial Presença, 2007.
- BIBLIOTECA NACIONAL. Biblioteca Virtual de Cartografia Histórica do Século XVI ao XVIII. A Representação Cartográfica no Brasil Colonial na Coleção da Biblioteca Nacional: texto introdutório de Maria Dulce de Faria. Disponível em: < http://consorcio.bn.br/cartografia/cart_colonial.html >. Acesso em: 21 mar. 2015.
- BIOMA. In: DICIONÁRIO de Ecologia. Tradução de Maria Luisa Alvarenga Correia. Revisão Técnica do Prof. Mário Guimarães Ferri do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. São Paulo: Melhoramentos, 1980.
- BOCCANERA JUNIOR, Sílio. O Campo Grande da Bahia, sua origem: divisa de honra. *Página de História: Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, p. 111-119, 1903.
- BONFIM, Ellen de Souza. *A Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira e a difusão de impressos no Brasil (1818-1839)*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Tiradentes, Aracaju, 2014. Disponível em: < <http://pped.unit.br/wp-content> >. Acesso em: 23 jun. 2015.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 2.ed. 2.reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOYCEAU, Jacques de. *Des Parterres: Chapitre IV*. Paris, 1638
- BRASIL. Ministério da Defesa. 6ª Região Militar. *Forte de São Pedro*. Disponível em: < http://www.6dsup.eb.mil.br/hist_forte.htm >. Acesso em: 27 jun. 2014
- CAIO PLÍNIO SEGUNDO. *Naturalis Historia*, Ano 77 d.C. Disponível em: < www.dec.ufcg.edu.br/biografias/PlinioVe.html >. Acesso em: 18 nov. 2015.
- CALDAS, Jose Antonio. *Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*. Edição fac-similar. Salvador: Tipografia Beneditina, 1951.
- CALQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- CAMPOS, João da Silva. *Fortificações da Baía*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940.
- CARDOSO, José Luis. Vandelli: A História Natural ao serviço de uma estratégia económica. *Ciência em Portugal*, Lisboa, Instituto Camões, 2011. Disponível em: < <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/e31.html> >. Acesso em: 5 jul.2014.

CARTAS DO IMPERADOR D. PEDRO II ao Barão de Cotegipe ordenadas por Wanderley de Pinho. São Paulo: Instituto Histórico da Bahia: Nacional, 1933.

CARVALHO, Álvaro de. *Viagem sentimental ao Brasil*. Florianópolis: Rocha Gráfica, 1977.

CARVALHO, Ernesto Regino Xavier de. *Uma necrópole renascida: a história do Cemitério dos Ingleses na Bahia*. Salvador, 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Faculdade de Arquitetura, UFBA, 2006.

CARVALHO, Maria Lúcia Araújo Mendes de. *O espaço do verde na Área Metropolitana de Salvador*. 1998. Tese (Doutorado em Geociências e Meio Ambiente)-Universidade Estadual Paulista/Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, São Paulo, 1998.

CARVALHO, Maria Lúcia Araújo Mendes de. *Urbanização e clima: Abaeté: um estudo de caso*. 1992. 155f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

CEIA, Carlos. *E Dicionário de termos literários*. Disponível em: < <http://www.edtl.com.pt/> >. Acesso em: 11 abr. 2015.

CEMITÉRIO dos Ingleses: histórico. Disponível em: < <http://www.artefunerariabrasil.com.br/> >. Acesso em: 5 ago. 2015.

CHILDE, Vere Gordon. *A evolução cultural do homem* [1936]. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades: uma antologia* [1965]. São Paulo: Perspectiva, 2000.

CHRISTOFHEN, Thacker. *The History of Gardens*. Los Angeles: University of California Press, 1979. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books> >. Acesso em: 12 set. 2015.

CHRISTOFOLETTI, A. *Geomorfologia*. São Paulo: Edgard Blucher: EDUSP, 1974.

CIDADE Medieval de Almeida, Portugal. Disponível em: < www.google.com/search?q=Cidade+Medieval+de+Almeida >. Acesso em: 15 maio 2015.

CIDADES históricas brasileiras. Disponível em: < <http://www.chb.art.br/-cidades-historicas-brasileiras> >. Acesso em: 14 maio 2015.

CLETO Joel; FARO Suzana. Vila fortificada de Almeida no Arco do Triunfo: o Comércio do Porto. *Revista Domingo*, Porto, p.20-22, 2001. Disponível em: < www.discoverbaroqueart.org >. Acesso em: 15 maio 2015.

COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista*. Seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os pensadores). Disponível em: < [digital:http://groups.google.com/group/digitalsource-dowload](http://groups.google.com/group/digitalsource-dowload) em (04/09/2013 >. Acesso em: 4 set. 2013.

COUTINHO, Contribuição ao conhecimento da ecologia da Mata Pluvial Tropical. *Bol. Fac. Fil. Cienc. Letr. Univ. São Paulo*, São Paulo, n.18, 1962.

CRYSTAL Palace, London, 1851. Disponível em: < www.blogmeetmundi.com >. Acesso em: 22 set. 2015.

DANTAS, Regina. *A história do incrível museu particular que D. Pedro II exibiu para convidados seletos em seu próprio palácio*. 9 jun. 2008. Disponível em: < <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/so-para-os-intimos> >. Acesso em: 15 ago. 2015.

DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. E-book baseado na tradução de Joaquim da Mesquita Paul. Porto, Portugal: Lello & Irmão Editores, 2003. v.1. *Download* em: 13 set.2013.

DE BOYCEAU, Jaques de Boyceau. *Tratado de jardinagem, consoante as razões de natureza e arte*. Paris: Michel van Lochom, 1638. Disponível em: < <http://gallica.bnf.fr/>> . Acesso em: 10 jun. 2015.

DE L'ISLE, Guillaume. *Arte D'Ámerique*. 1722. Disponível em: < www.gilderlehrman.org/collections >. Acesso em: 13 jun. 2015.

DESCANSO na Fuga para o Egito. Pintura de Patinir (1515-1516). Disponível em: < <http://arteinternacional.blogspot.com.br/pintura-gotica-flamenca-joachim-patinir.html> >. Acesso em: 4 ago. 2015.

DICIONÁRIO DE ECOLOGIA. Tradução de Maria Luisa Alvarenga Correia. Revisão Técnica do Prof. Mário Guimarães Ferri do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1980.

DIGGS, Cerue K. *Brazil after Humboldt: triangular perceptions and the colonial gaze in nineteenth-century German travel narratives*. Ohio, EUA: College Park, Md.: University of Maryland, 2008. Disponível em: < <https://books.google.com.br> >. Acesso em: 2 abr. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Distrito da Vitória, Salvador, Bahia. Disponível em: < <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php> >. Acesso em: 8 set. 2015.

DOMENICO AGOSTINO VANDELLI. Disponível em: < <http://bibdigital.bot.uc.pt/DomenicoVandelli> >. Acesso em: 5 ago. 2014.

DÓREA, Luiz Eduardo. *Os nomes das ruas contam histórias*. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1999.

D. PEDRO II. *Diário da viagem ao Norte do Brasil*. Prefácio e Notas de Lourenço Luiz Lacombe. Salvador: Universidade da Bahia: Livraria Progresso, 1959 (Coleção Estudos Brasileiros, Série Marajoara, n. 24).

DUCLÓS, Miguel. *Filosofia Moderna e Renascimento*. Textos Introdutórios/Thomas More. 7 ago. 1997. Disponível em: < <http://www.consciencia.org> >. Acesso em: 18 ago. 2015

EMERSON, Ralph Wando. *Reminiscências do Passado* (1): o Passeio Público de Lisboa. 18 out. 2012. Disponível em: < <http://opinioesdealgibeira.blogspot.com.br/2012/10/reminiscencias-do-passado-o-passeio.html> >. Acesso em: 18 ago. 2015.

ENCOSTA da Barra. Disponível em: < <http://www.salvador-antiga.com/vitoria/antigas.htm> >. Acesso em: 17 set. 2015.

ENGE, Torsten Olaf; SCHRÖER, Carl Friedrich. *Arquitectura de jardines en Europa 1450-1800: desde los jardines de las villas del Renacimiento italiano hasta los jardines ingleses*. Fotografías: Martin ClaBen, Hans Wiesenhofer. Berlin, Alemanha: Benedikt Taschen, 1982.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. *Fortes coloniais da Cidade do Salvador*. São Paulo: Martins, 1942.

FARIA, Maria Dulce de. *A representação cartográfica no Brasil Colonial na Coleção da Biblioteca Nacional*. Revisão Isa Donias. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Cartografia Histórica do Século XVI ao XVIII, [s.d.]. Disponível em: < http://consorcio.bn.br/cartografia/cart_colonial.html >. Acesso em: 10 jul. 2015.

- FAZIO, Michael; MOFFETT, Marian; WODEHOUSE, Lawrence. *A história da arquitetura mundial* [recurso eletrônico]. Tradução técnica de Alexandre Salvaterra. 3.ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.
- FERLINI, Vera L. A. *Açúcar e colonização*. São Paulo: Alameda, 2010.
- FERRAREZI JUNIOR, Celso. *Guia do trabalho científico: do projeto à redação final: monografia, dissertação e tese*. 3.reimpr. São Paulo: Contexto, 2013.
- FERREZ, Gilberto. *Bahia, Velhas fotografias 1858/1890*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1998.
- FERRI, Mário Guimarães. *Ecologia: temas e problemas brasileiros* [1918]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.
- FONSECA, Fernando L. *Arquitetura Militar da Cidade de Salvador: introdução ao estudo*. 1971. Tese (Concurso para Professor Titular da Disciplina Arquitetura no Brasil)-Faculdade de Arquitetura da Universidade da Bahia, Salvador, 1971.
- FONTANA, Riccardo. *As obras dos engenheiros militares Galluzzi e Sambuceti e do arquiteto Landi no Brasil colonial do século XVIII*. Brasília: Senado Federal, 2005.
- FORTALEZA de Valença do Minho, Portugal (sécs. XVI-XVII). Disponível em: < <http://fortalezas.org/valencadominho,Pt> >. Acesso em: 13 de maio de 2015.
- FRANÇA, José-Augusto. *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa do Ministério da Educação, 1989.
- FREIRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil* [1900]. Prefácio de Otávio Tarquino de Souza. 2.ed. Rio de Janeiro: Olympio: Brasília INL, 1977.
- FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e acultura do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.
- FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. *Projeto Executivo de Paisagismo da Praça 2 de Julho: Levantamento histórico*, 1997: Arilda Maria Cardoso Souza, Maria Ângela Barreiros Cardoso, Socorro Targino Martinez [Empresa Spatium]. Salvador, 1997. v.1.
- GALEFFI, Dante Augusto. O que é isto – a fenomenologia de Husserl? *Ideação*, Feira de Santana, Bahia, n.5, p.13-36, jan./jun. 2000.
- GASPAR, Lúcia. Palácio de Friburgo. *Pesquisa Escolar Online*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 9 mar.2013.
- GASPAR, Lúcia. *Viajantes em terras brasileiras*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2004. Disponível em: < <http://br.docsity.com/pt-docs/Viajantes> >. Acesso em: 3 mar. 2015
- GENESIS. In: BIBLIA SAGRADA. Disponível em: < www.bibliacatolica.com.br/biblia-ave-maria/genesis/ >. Acesso em: 2 mar. 2012
- GERARDI, Lúcia Helena de; MENDES, Iandara Alves (Org.). *Teoria, técnicas, espaços e atividades: temas de Geografia contemporânea*. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP: Associação de Geografia Teorética – AGETEO, 2001.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *A estrutura da antiga sociedade português*. Lisboa: Editora Arcadia: SARL, 1971.
- GODOY, Paulo R. Teixeira de. *História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

GOMES, Laurentino. *1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. 2.ed. 18.reimpr. São Paulo: Planeta do Brasil, 2013.

GOMES, Laurentino. *1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

GRÉCIA Antiga: *Atrium e Acrópole*. Disponível em: <<http://www.prof2000.pt/>>. Acesso em: 7 mar. 2015.

GUIMARÃES, Jorge. *Domenico Vandelli, 1735-1816*. Disponível em: <<http://bibdigital.bot.uc.pt/index.php?menu=9&language=pt&tabela=geral>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

GLEDHILL, Sabrina. Vou-me embora da ilha. *Revista da História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, p.60-63, jun. 2009.

GOULART, Nestor Reis Filho. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: EDUSP, 1968.

GOUVEIA, Luís Alberto de Campos. *Desenhando a Cidade com a Natureza: uma análise da importância dos fatores naturais nas decisões de projeto, em localidades de Clima Tropical de Planalto: o Caso Ceilândia-DF*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

HABSBURGO, Maximiliano. *Bahia 1860: esboços de viagem*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982.

HAECKEL, Ernest. *Obra Generelle Morphologie Der Organismen*. Berlin: G. Reimer, 1866. 2 v.1866. v.2. (Arquivo da Biblioteca Central da UFBA).

HEGEL, Georg William Friedrich. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em compêndio [1830]*. São Paulo: Edições Loyola, 1995. v.1: A Ciência da Lógica.

HILLMAN, James. *Cidade & Alma*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

HISTÓRIA DO MUNDO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/História_do_mundo>. Acesso em: 3 maio 2015.

JARDIM de Versalhes, *Parterre au Nord. Promenade de Louis XIV*, França. Disponível em: <www.poderesantapia.com>. Acesso em: 16 ago. 2015.

JARDIM do Éden. Disponível em: <www.imagensbíblicas>. Acesso em: 15 ago. 2015.

JOACHIM PATINIR. Disponível em: <<http://www.nationalgallery.org.uk/artists/joachim-patinir>>. Acesso em: 16 ago. 2015

JOHN LIGERTWOOD PATERSON (1820-1882. In: FIOCRUZ: *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Rio de Janeiro[?]: Casa de Oswaldo Cruz, ano. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>>. Acesso em: 30 jul. . 2015.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura [1781]*. Tradução de J. Rodrigues de Meringe. Disponível em: <BR;groups.com/group/acrópole/>. Acesso em: 28 jul. 2015.

KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscência de viagens e permanência no Brasil, compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. Tradução de Moacir

N. Vasconcelos. São Paulo: Martins: Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.

KINDERSLEY, Dorling. *History*. 2007. Disponível em: < pt.wikipedia.org/wiki/História_do_mundo >. Acesso em: 6 maio 2015.

LACOMBE, Lourenço Luiz. Prefácio [e notas] In: D. PEDRO II. *Diário da viagem ao Norte do Brasil*. Salvador: Universidade da Bahia: Livraria Progresso, 1959. p.1-183 (Coleção Estudos Brasileiros, Série Marajoara, n. 24).

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica* – 1. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LACERDA, Claudivam Feitosa. *Relações solo-água-plantas em ambientes naturais e agrícolas do Nordeste brasileiro*. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, dez. 2007. Unidade 5, Fotossíntese, p.103 (Apostila de Curso de Especialização de curta duração).

LINDLEY Thomas. *Narrativas de uma viagem no Brasil*. Salvador: Brasiliana, 1969.

LOEWEN, Andrea Buchidid. Forma urbis: sobre a concepção de cidade em Leon Battista Alberti. *Revista História e História do Grupo de Pesquisa Arqueológica e Histórica da UNICAMP*, 2004. Disponível em: < <http://historiaehistoria.com.br/materia> >. Acesso em: 5 nov. 2014.

LORENZI, Harri. *Palmeiras do Brasil: exóticas e nativas*. Nova Odessa, São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 1996.

LORENZI, Harri et al. *Espécies não pioneiras da Mata Atlântica: frutas brasileiras e exóticas cultivadas (de consumo in natura)*. Nova Odessa, São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2006.

MACHADO, Luiz. *Grandes Economistas V: Quesnay e os fisiocratas*. jun. 2007. Disponível em: < www.ebah.com.br/content/ABAAAFD9oAF/v-francois-quesnay >. Acesso em: 25 maio 2014.

MANGUEIRAS. Belém do Pará. Disponível em: < <http://www.skyscrapercity.com/> >. Acesso em: 10 maio 2014.

MAROCCI, Gina Veiga Pinheiro. *Salvador, século XVIII: a emergência de novos padrões urbanísticos*. 1996. 256f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

MARTINELLI, Marcelo. *Cartografia Temática: Caderno de Mapas*. Assessoria didática de Graça Maria Lemos Ferreira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Acadêmica; 47).

MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira. *Arquitetura nos Açores*. Região Autônoma dos Açores, Portugal: Secretaria Regional dos Transportes e Turismo/Direção Regional do Turismo: Ed. Horta, 1983.

MARX, Karl, 1818-1883. *A ideologia alemã / Karl Marx e Friedrich Engels* : [introdução de Jacob Gorender] ; tradução Luis Cláudio de Castro e Costa.- São Paulo; Martins Fontes, 1998. –(3ª Ed. 2001). Cópia digital disponibilizada em: < http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/aideologiaalema_karlmarx_e_engels.pdf >. Acesso em: 28 out. 2014.

MARX, Murilo. *Cidade brasileira* [1945]. São Paulo: Mc-Melhoramentos: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

MASCARENHAS, M. J. Repassi. *Fortunas coloniais: elite e riqueza em Salvador 1760-1808*. 1998. Tese (Doutorado em História Econômica)-Univ. de São Paulo, São Paulo, 1998.

- MASSON, Georgina. *Italian Gardens*. New Yorker: Harry N. Abrams, 1961.
- MATOSO, Kátia. *Bahia: a Cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo, HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.
- MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil de 1815-1817 [1860]*. São Paulo: Nacional, 1958.
- MELLO FILHO, L.E. A função dos jardins botânicos nos dias atuais. 1985. Disponível em: < <http://rodriguesia.jbrj.gov.br/FASCICULOS/> >. Acesso em: 28 mar. 2013.
- MENEZES, José Luís Mota; RODRIGUES, Maria do Rosário. *Fortificações portuguesas no Nordeste do Brasil, séculos XVI, XVII e XVIII*. Recife: Pool Editorial, 1986.
- MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços da cura/2.ed.rev.ampl. e atual*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.
- MIRANDA, Evaristo Eduardo de. *Jardins botânicos do Brasil*. São paulo: Metalivros, 2009.
- MIRANTE (Guilherme Gaensly, 1875) e Cascata (Castro y Ordoñez, 1862) do Passeio Público, Salvador. Disponível em: < <http://www.salvador-antiga.com/passeio-publico/antigas.htm> >. Acesso em: 28 jun. 2014.
- MOLLET, André. *O jardim do prazer*. Estocolmo, 1651 [ebook]. Disponível em: < <http://arquitetura.cesr.univ-tours.fr/> >. Acesso em: 10 abr. 2014.
- MOLLET, Claude. *Théâtre de Plans et Jardinages*. Paris: Charles de Sércy, 1652. Disponível em: < gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1042641w >. Acesso em: 10 abr. 2014.
- MORAIS, Carolina Maíra Gomes; FONSECA, Maria Rachel Fróes da. John Ligertwood Paterson. Revisão de Maria Rachel Fróes da Fonseca. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, [n.d.]. Disponível em: < <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br> >. Acesso em: 5 maio 2015.
- MOREIRA, Rafael. *História da Arte em Portugal: o Maneirismo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986. v.7: A arquitectura militar: a era dos engenheiros militares.
- MORE, Thomas. *Utopia*. Prefácio de João Almino. Tradução de Anah de Melo Franco. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004.
- MOTA, Luciana Guerra Santos. *Corredor da Vitória: uma discussão em torno dos valores contemporâneos*. 2008. 181f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- MOSES, Finley. *Economia e sociedade na Grécia Antiga*. Rio de Janeiro: Edições Graal: 1988.
- MOSTEIRO de Santo André, Amares, Portugal. Disponível em: < <http://www.portugalromano.com/site> >. Acesso em: 5 jun. 2015.
- NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da Cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.
- NASCIMENTO, Jaime; GAMA, Hugo (Org.). *A Urbanização de Salvador em três tempos: Colônia, Império e República*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2011. v.1 e 2 (Textos Críticos de História Urbana).
- NEPOMUCENO, Rosa. *O jardim de D. João*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

- NEVES, Mônica Rocio. *Entre o higienismo e a sustentabilidade: reflexão sobre o natural e o humano nos espaços verdes urbanos*. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- NOVAIS, Fernando A. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- NUNES, Antonietta d'Aguiar. *Lista dos presidentes provinciais*. Salvador: APEB, [s.d.].
- ODUM, Eugene P. *Fundamentos da Ecologia*. Tradução C.M. Baeta Neves. 3.ed. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 1979.
- O IMPÉRIO português. Disponível em: < www.publico.pt/ >. Acesso em: 3 maio 2013.
- OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *As fortificações portuguesas de Salvador quando Cabeça do Brasil*. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 2004.
- O MUSEU NACIONAL. *História e acervo iconográfico: catálogo*. São Paulo: Banco Safgra, 2007.
- PAÇO medieval, Braga, Portugal. Disponível em: < <http://www.patrimoniocultural.pt/> >. Acesso em: 3 mar. 2013.
- PALÁCIO de Fontainebleau, Paris, França. Disponível em: < [www.wikipedia.com.fr](http://www.wikipedia.com/fr) >. Acesso em: 3 mar. 2013
- PALMA MATER. Jardim de Aclimação, Rio de Janeiro, 1808. Disponível em: < www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/ecocamara/noticias/arvore-do-mes-2013-palmeira-imperial >. Acesso em: 5 mar. 2014.
- PARADISE Preserved: Updated list of cemeteries included in English Heritage's Register of Parks and gardens of Special Historic Interest (January 2011) and the register criteria. Disponível em: < <https://www.historicengland.org.uk/images-books/publications/list-cemeteries/> >. Acesso em: 6 jun. 2015.
- PARQUE Arqueológico de Machu Picchu. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Machu_Picchu >. Acesso em: 8 jun. 2014.
- PASSEIO Público do Rio de Janeiro. Disponível em: < www.passeiopublico.com >. Acesso em: 4 maio 2013.
- PATACA, Ermelinda. Coletar, preparar, remeter, transportar: práticas de História Natural nas Viagens Filosóficas portuguesas (1777-1808). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 125-138, jul./dez. 2011.
- PEREIRA, Cláudio Calovi. Princípios, valores e projeto arquitetônico: as lições de Andrea Palladio. *Resenhas online*, ano 8, maio 2009. Disponível em: < <http://www.vitruvius.com.br/http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.089/3038> >. Acesso em: 5 jun. 2015.
- PEREIRA, Rodrigo Osório. *O Império Botânico: as políticas portuguesas para a flora da Bahia Atlântica Colonial (1768-1808)*. 2013. Tese (Doutorado em História -Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.
- PEREIRA, Tânia Sampaio; COSTA, Maria Lúcia M. Nova da. Os Jardins Botânicos brasileiros: desafios e potencialidades. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v.62, n.1, 2010. *Online version*. Acesso em: 12 maio 2014.
- PEIXOTO, Afrânio. *Breviário da Bahia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1980.

PIMENTEL, António Filipe. *Arquitetura e Poder: o Real Edifício de Maфра*. Coimbra, Portugal: Instituto de História da Arte/Faculdade de Letras/Universidade de Coimbra, 1992.

PINHEIRO, Eloisa Petti. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de Modelos Urbanos* (Paris, Rio e Salvador). 2.ed. Salvador: EDUFBA, 2011.

PLANTA esquemática do Horto Fonte: Ofícios de Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt relativos ao Jardim Botânico da Cidade da Bahia. *Manuscritos da BN, II-33,26,27*. ANEXO 1. Apócrifo.

PLANTAS de Salvador, século XVIII. In: REIS, Nestor Goulart; BUENO, Beatriz P. S.; BRUNO, Júlio V. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001 (Uspiana, Brasil 500 anos).

POMBO, Nívea. D. Rodrigo Souza Coutinho... *Revista de História*, Biblioteca Nacional, 6 jan.2008. Disponível em: < www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/sabio-conselheiro >. Acesso em: 10 set. 2015.

PONTE romana de Vila Formosa, Portugal. Disponível em: < <http://origens.pt/explorar/doc> >. Acesso em: 12 set. 2015.

PRAÇA do Comércio, Salvador, 1810. Disponível em: < <http://www.salvador-turismo.com/> >. Acesso em: 5 maio 2013.

PRAÇA-FORTE de Neuf-Brisach, França / FORTALEZA de Bourtrange, Países Baixos Disponível em: < [google hearth](http://google.hearth) >. Acesso em: 7 jun. 2014.

PRADO Júnior, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRINCIPAIS ROTAS comerciais: século XVI, Império português. Disponível em: < <http://histgeo6.blogspot.com.br/> >. Acesso em: 5 maio 2013.

QUEIROZ, José Francisco Ferreira. *Les Cimetières de Porto et L'architecture Funéraire du 19^{ème} Siècle au Portugal*: consolidation d'une vision romantique pour la perpétuation de la mémoire. 2002. Thèse (Doctorat en Histoire de l'Art)-Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2002.

RAMOS, Fábio Pestana; MORAIS, Marcus Vinicius. *Eles formaram o Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

REIS, Nestor Goulart; BUENO, Beatriz P. S.; BRUNO, Júlio V. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000 (Uspiana, Brasil 500 anos).

RENAISSANCE. Disponível em: < <http://www.moodbook.com/history/renaissance/> >. Acesso em: 05 de agosto de 2015.

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL: ano 8, n.86, nov. 2012.

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL: ano 8, n.92, maio 2013.

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL: ano 8, n.94, jul. 2013.

REZENDE, Joffre Marcondes de. Terapia, Terapêutica, Tratamento. *Linguagem Médica*, v.39, n.2, p.149-150, abr./jun. 2010.

RIBEIRO, Najla Jorge Lucrecia de Sales. *O ecletismo dos gradis modernos de Salvador*. 2007. 185f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

ROMARIZ, Dora de Amarante. *Aspectos da vegetação do Brasil*. São Paulo: Editora Dora Romariz, 1996.

ROSS, David. *Inigo Jones*. Disponível em: < <http://www.britainexpress.com/History/inigo-jones.htm> >. Acesso em: 12 maio 2014.

ROYAL SOCIETY OF LONDON FOR THE IMPROVEMENT OF NATURAL KNOWLEDGE [1660]. [história da academia]. Reino Unido: Academia de Cientistas, 1850. Disponível em: < <http://royalsociety.org> >. Acesso em: 12 de maio de 2014.

RUHL, Carsten. Palladianism: from the Italian Villa to International Architecture. In: EUROPEAN HISTORY ONLINE (EGO). Mainz: Institute of European History (IEG), abr.2011. Disponível em: < <http://www.ieg-ego.eu/ruhlc-2010-en> URN:urn:nbn:de:0159-2011020199 [YYYY-MM-DD >. Acesso em: 12 maio 2014.

RUY, Affonso. *História Política e Administrativa da Cidade do Salvador*. Bahia: Tipografia Beneditina, 1949.

SALVADOR. ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL. Biblioteca da Fundação Gregório de Mattos. *Atas da Câmara*. Livro 57, 1813.

SALVADOR. ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL. Biblioteca da Fundação Gregório de Mattos. *Cartas do Senado da Câmara*. Livro 2810 (Luis Pereira Sodré), 1815.

SALVADOR. ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL. Biblioteca da Fundação Gregório de Mattos. *Livro de Atas da Câmara*, 1849-1853.

SALVADOR. ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL. Biblioteca da Fundação Gregório de Mattos. *Livro de Posturas Municipais*, 1852.

SALVADOR. ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL. Biblioteca da Fundação Gregório de Mattos. *Livro de Posturas da Câmara Municipal (1844)*: Nº 13 – Proíbe lançamento de esgoto sobre a rua; Nº 22 – Exige o sepultamento em covas com mais de seis palmos abaixo da superfície do terreno natural, (pena de multa de 4\$000 reis ou dois dias de prisão). Nº33 – Aviso de lançamento de Edital para indicar locais específicos para descarte de lixos e entulhos; Nº36: Indica locais para depósito de lixos e entulhos.

SALVADOR. ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL. Biblioteca da Fundação Gregório de Mattos. *Livro de Posturas do Conselho Geral da Província na Bahia 1829-1859*: Nº29 – Discorre sobre limpeza de valas, riachos; Nº 31 – Proíbe o descarte de canos de esgoto e de lixo nas ruas; Nº 45 – Proíbe a construção de escadas ou degraus entre a edificação e o passeio; Nº50 – Proíbe a construção de balcões e sacadas sobre a via.

SALVADOR. ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL. Biblioteca da Fundação Gregório de Mattos. *Livro de Posturas Municipais (1829-1859)*: Nº29 (limpeza de riachos e valas); Nº 31 (proibição de lixo nas ruas); nº45 (proibição de degraus e escadas no passeio); Nº 50 (proibição de balcão, sacada e fachada sobre o passeio).

SALVADOR. ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL. Biblioteca da Fundação Gregório de Mattos. *Livro de Termo de Vistoria e Alinhamento ao Reverendo Eduardo Jorge Parker para a Capela dos Ingleses no Campo Grande (?/1852)*.

SALVADOR. ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL. Biblioteca da Fundação Gregório de Mattos. *Livro de Termos e Vistorias: 1845-1855*.

SAMPAIO, Antônio Heliodoro Lima. *Formas urbanas: cidade real & cidade ideal: contribuição ao estudo urbanístico de Salvador*. Salvador: Quarteto: PPG/AU/Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1999.

- SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005.
- SAMPAIO, Maria Guimarães. Da photographia à fotografia (1839-1949). In: ALVES, Aristides (Coord.). *A Fotografia na Bahia, 1839-2006*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo: ASA-Foto, 2006. p.13-83.
- SAMPAIO, Theodoro; TESCHAWER, Carlos. *Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e a etnografia indígena*. Salvador: Livraria Progresso, 1995.
- SANJAD, Nelson Rodrigues. *Nos Jardins de São José: uma história do jardim botânicos do Grão Pará 1796-1873*. 2001. Dissertação (Mestrado em Geociências)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2001.
- SANJAD, Nelson Rodrigues. Os Jardins Botânicos luso-brasileiros. *Rev.Cienc. Cult.*, São Paulo, v.62, n.1, 2010. *On-line version*.
- SANT'ANNA, Sônia. Formação de uma imperatriz. *Revista de História da BN*, ano 9, n.107, p.1-20, ago. 2004.
- SANTIAGO, Emerson. *A Academia de Platão*. Disponível em: < <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/escola/academia/academia.htm> >. Acesso em: 5 abr. 2013.
- SANTOS, Luís Gonçalves. *Memória para servir a história do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Liv. Zelio Valverde, 1943.
- SANTOS, Mário Augusto da Silva. Novas e velhas Ocupações na Salvador Republicana. (1890-1930). In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras (Org.). *Cidade & história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: MAU/FAUFBA/ANPUR, 1992. p.257-262.
- SASS, Roselis von. *A verdade sobre os incas*. 8ª ed. São Paulo, Ordem do Graal na Terra, 1999.
- SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1996.
- SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- SÍLIO BOCCANERA JÚNIOR: [biografia]. Campinas: Unicamp. Disponível em: < <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/SiliBocJ.html> >. Acesso em: 3 maio 2015.
- SILVA, Alberto. *Um documento inédito sobre as fortificações da Cidade do Salvador*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1952.
- SILVA, Elizete da. *Cidadãos de outra pátria: anglicanos e batistas na Bahia*. 1998. Tese (Doutorado em História)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998
- SILVA, Kalina Wanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 3.ed. 3ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2014.
- SILVA, Lúcia Helena Pereira da. *Memórias do urbanismo na Cidade do Rio de Janeiro 1778/1878: Estado, administração e práticas de poder [1963]*. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A primeira Gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brasil*. 2.ed.. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2005.
- SIMAS, Américo et al. Evolução física de Salvador. In: CEDURB: *A Grande Salvador*. Salvador, 1978. p. IX-1/12. v.1 e 3.

- SIR WILLIAM CHAMBERS. Disponível em: < <http://www.nndb.com/people/955/000104643/> >. Acesso em: 22 de agosto de 2014.
- SMITH, Robert Chester. *Arquitetura Colonial baiana: alguns aspectos de sua história*. Salvador: EDUFBA, 2010.
- SOUZA, Gabriel Soares de. Notícia do Brasil. *Brasiliensia Documenta*, São Paulo, v.7, 1973.
- SANTOS FILHO, Lycurgo dos. *História da medicina no Brasil: do século XVI ao século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1947. v. 1
- SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. v.2: Livro Sexto, Capítulo III.
- STOWE Landscape Gardens, England. Disponível em: < [ww.nationaltrust.org.uk/](http://www.nationaltrust.org.uk/) >. Acesso em: 22 de agosto de 2014
- STOURHEAD House Stour, England. Disponível em: < <http://www.nationaltrust.org.uk/stourhead/history/> >. Acesso em: 22 de agosto de 2014
- TAFURI, Manfredo. *Projecto e Utopia: arquitetura e desenvolvimento do capitalismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- TAVARES, Domingos. *Inigo Jones, classicismo inglês*. Porto: Edição Dafne, 2005.
- TEIXEIRA, Manuel C. *A Praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Ed. Livros Horizontes, 2001.
- TEIXEIRA, Cid. *A praça é do povo*. Salvador, 1995.
- TEIXEIRA, Cid. Salvador: história visual. *Correio da Bahia*, Salvador, Empresa Baiana de Jornalismo, 2001 [Encartes em 10 v.].
- TERRA, Carlos. *O Jardim no Brasil do século XIX: Glaziou revisitado*. 1993. Dissertação (Mestrado em História da Arte)-Universidade Federal do Rio de Janeiro/Centro de Letras/EBA, 1997.
- TERRA, Carlos Gonçalves; ANDRADE, Rubens Oliveira (Org.). *Coleção paisagens culturais*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do rio de Janeiro/Escola de Belas Artes, 2008.
- TERREMOTO de Lisboa e reconstrução. Disponível em: < <http://www.museudacidade.pt/Terramoto-de-1755-Reconstrucao-sec-XVIII> >. Acesso em: 4 abr. 2013.
- THOMPSON, Ian. *Jardim do Rei Sol: Louis XIV, André Le Notre e a criação dos Jardins de Versalhes*. EUA: Bloomsbury, 2006.
- TUAN, Yi Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.
- UDERS, Carl Israel. *Viagem a Portugal 1798-1882*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002.
- UNESCO. Parecer emitido pela instituição para solicitar ações institucionais favoráveis a se tornar o *Centro de Estudos e de Cultivo de Plantas do Convento de Santo Antônio de Pádua* [Itália] um Patrimônio da Humanidade. Disponível em: < <http://www.m.ortobotanicopd.it> >. Acesso em: 21 de junho de 2015.
- VALLA, Margarida. O papel dos Arquitectos e Engenheiros-Militares na transmissão das formas urbanas portuguesas. Comunicação apresentada ao IV CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO, Rio de Janeiro, 1996.

VALLA, Margarida. O papel dos Arquitectos e Engenheiros-Militares na transmissão das formas urbanas portuguesas. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO, 4., 1996, Rio de Janeiro, 1996. p.1-13.

VELLOZO, Diogo da Sylveyra. Arquitetura Militar ou fortificação moderna. Transcrição e comentários de Mario Mendonça de Oliveira. Projeto gráfico de Angela Dantas Garcia Rosa. Salvador: EDUFBA, 2005.

VIEIRA, Ana Thereza Basílio. O conceito de natureza em Plínio o velho. *Anais de Filosofia Clássica*, v. 4, n. 8, p.60-69, 2010.

VILA Farnese, Capralora, Italia. Disponível em: < www.poderesantapia.com >. Acesso em: 14 jun. 2015.

VILLA Medici, Italia, Fiesole. Disponível em: < www.villamedicifiesole.it/>. Acesso em; 14 jun. 2015.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

VILHENA, Luís dos Santos. *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas contidas em XX cartas: Livros I, II, II, IV [1802]*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1921.

VISTAS DO PASSEIO Público: Landseer (1820) e Galt (1860). Disponível em: < <http://www.salvador-antiga.com/passeio-publico/antigas.htm> >. Acesso em: 12 ago. 2014.

VITRUVIUS [Marcus Vitruvius Pollio]. *Los 10 Libros de Architectura*. Fuenlabra, Madrid: Alianza Editorial, 1995.

VRIS, Elly de. *Arte e Ciência no Brasil holandês*. Disponível em: < <http://www.instituto-ricardo-brennan.org.br/textos/ellyDeVris.pdf> >. Acesso em: 10 jul. 2013.

WATER-GATE of York House, London, England. Disponível em: < www.literalilondon.org>. Acesso em: 22 ago. 2014

WEIMER, Günter. *Luiz dos Santos Vilhena: um cronista pioneiro do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre*. Disponível em: < http://www.ihgrgs.org.br/revistas/revista_online/revista_146_2012/Artigo5_LuizSantosVilhenaL_GunterWeimer.pdf >. Acesso em: 11 abr. 2013.

WEST, David A. Fritz Muller, a naturalist in Brazil. Blacksburg, Virginia: Pocahontas, 2003.

WETHERELL, James. *Brasil: apontamentos sobre a Bahia: 1842-1857*. Salvador: Edição do Banco da Bahia, 1972.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Ares e azares da aventura ultramarina: matéria médica, saberes endógenos e transmissão nos circuitos do Atlântico luso-afro-americano. In: ALEGRETI, Leila M.; MEGIANNI, Paula Torres (Org.). *Catálogo O Império por escrito*. 2009. p.376-393. Disponível em: < brasilafrika.fflch.usp.br >. Acesso em: 16 ago. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A

CAMPO GRANDE DE SÃO PEDRO E IMEDIAÇÕES

INTERVENÇÕES NO MEIO FÍSICO

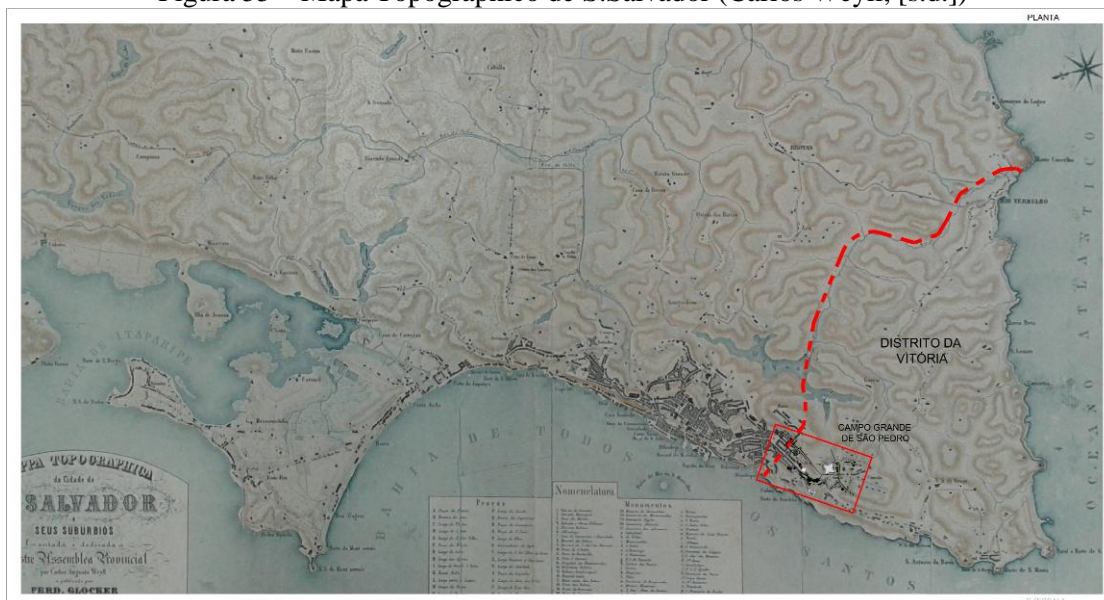
Conforme descrito no CAPÍTULO 4 – BASE ANALÍTICA Γ, o Campo de São Pedro originalmente uma área semirural nas proximidades do Forte de São Pedro, tornou-se o Campo Grande de São Pedro a partir das iniciativas compartilhadas entre o Governo da Província da Bahia, a Câmara do Senado Municipal e personalidades da elite baiana e da comunidade britânica.

Assim, através de pesquisas em relatórios emitidos por órgãos governamentais, descrições e expressões artísticas dos viajantes estrangeiros e documentos oficiais, tornou-se possível compreender a evolução física dessa localidade em Salvador na segunda metade do século XIX. Buscando elucidar a transformação ocorrida, foram realizados estudos e diagnóstico relativos ao meio físico da região em questão.

1 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área relativa ao Campo de São Pedro, localizada na ‘Freguesia da Victória’ (1809), depois ‘Distrito da Victória’¹⁵⁷, situa-se na região sudeste do Município de Salvador.

Figura 55 – Mapa Topográfico de S.Salvador (Carlos Weyll, [s.d.])



Fonte: Fonte Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB, adaptada (2015)

¹⁵⁷Distrito da Victória – criado pela Lei Municipal de 05/08/1892. Fonte: IBGE. Disponível em: < <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php> >.

2 DOCUMENTOS REFERENCIAIS

Para a realização do processo de análise sobre o Campo de São Pedro, foram consultados os seguintes mapas de Salvador em seus períodos:

M1 – ALGEMEEN RIJKSARCHIET, [Desen]ho da Bahia de todos [os San]ctos; 1636. (REIS, 2000, p.53) – aspecto físico do meio *Natura Naturantis [ou Naturans?]* em meados do século XVII;

M2 – AMÉDÉE FREZIER, Vue de la Ville de Sant Salvador (1714) (REIS, 2000, p.30) – Aspecto físico do meio *Natura Naturata* em meados do século XVIII;

M3 – Jean Massé Planta da Cidade de São Salvador (1715) (REIS, 2000, p.31) – Aspecto físico do meio *Natura Naturata* em meados do século XVIII; [REIS não consta das Refs.]

M4 – JOAQUIM VIEIRA DA SILVA, Topográfica da Cidade Capital de S. Salvador (1798), (Gab. de Estudos Arqueológicos. Engenharia Militar, Lisboa)

M5 – CARLOS WEYLL, Mappa Topographica da Cidade de São Salvador (s/data), (APEB) – Aspecto físico da Vegetação sobre o meio *Natura Naturata* ao final do século XVIII – Aspecto físico da transformação física da região do Campo Grande de São Pedro em meados do século XIX.

M6 – SICAR/RMS, Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador (BAHIA. CONDER, 1968) – Base Cartográfica de Salvador em meados do século XX.

O processo de análise sobre o Campo de São Pedro está fundamentado no referencial teórico a seguir especificado.

Segundo a classificação dos domínios morfoclimáticos brasileiros, a região de Salvador integra os Domínios dos Mares de Morros, assim definida segundo as suas características climáticas, botânicas, pedológicas, hidrológicas e fitogeográficas (AB´SABER, 1970). Neste Apêndice, propõe-se elaborar o entendimento sobre a morfologia da paisagem conformada em sua versão primária *Natura Naturans* e das transformações ocorridas devido às ações antrópicas *Natura Naturata*, e abordar as questões sobre conformação do relevo, os canais naturais das águas de chuva e sobre a vegetação de recobrimento do solo. [O autor não constava das Refs.]

Observa-se um trecho geográfico compreendido por compartimentações resultantes do escoamento natural das águas em relação ao mar e que, nesta região, está conformado por três promontórios, Norte, Sudeste e Sul. Percebe-se a forma “dendrítica” da configuração de uma árvore, classificação típica de predominância de rocha resistente uniforme; o limite superior da bacia hidrográfica, o divisor de águas (divisor topográfico), a delimitação inferior, a saída da bacia (confluência), de acordo com a área de captação natural das águas de chuvas, o escoamento superficial para o canal principal e seus tributários (CRISTOFOLETTI, 1974)¹⁵⁸.

Segundo a Classificação de Carl Fredrich von Martius (1817)¹⁵⁹, a região em estudo encontra-se na província botânica das florestas atlânticas ou costeiras *Dríades*, uma *ninfa dos bosques* que se acomoda nas proximidades da costa Leste da Bahia. O ambiente é conformado por montanhas de natureza granítica ou gnássica, ventos úmidos que sopram do mar, bastante umidade, densidade arbórea, árvores altas (20-30 m), sub-bosque escuro, mal ventilado e úmido, solo com bastante húmus proveniente da decomposição das raízes, galhos, folhas, flores e frutos. (FERRI, 1974, p.113)

¹⁵⁸ CRISTOFOLETTI, A. *Geomorfologia*. São Paulo:Edgard Blucher: EDUSP, 1974. p.149.

¹⁵⁹Atribui-se a von Martius, a autoria do primeiro mapa fitogeográfico do Brasil, compreendendo cinco províncias botânicas: NÁIADES (florestas pluviais da Hileia Amazônica); HAMADRÍADES (caatingas do Nordeste); DRÍADES (florestas atlânticas); ORÉADES (campos do cerrado central); NAPEIAS (matas subtropicais, campos e pampas da Região Sul) (apud FERRI, Mário Guimarães. *Ecologia: temas e problemas brasileiros* [1918]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. p.69).

3 MEIO FÍSICO SÉCULO XVII

3.1 Análise

Através da superposição dos Mapas Históricos, foi possível elaborar uma leitura aproximada da conformação do terreno original, onde ocorreram as obras de aplainamento para a construção do Forte de São Pedro no século XVII e do Campo de São Pedro no século XIX. Foram obras que estabeleceram a ligação entre o Passeio Público e o Forte de São Pedro com a ‘Estrada da Victória’, o principal vetor de expansão do Distrito da Vitória.

Para a interpretação dos mapas, adotou-se como base o Levantamento topográfico e cadastral do Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador (BAHIA. CONDER/SICAR, 1968), e dos levantamentos em campo para identificar os elementos preexistentes, tais como edificações, marcos simbólicos, vegetação antiga, que fundamentam as questões hipotéticas sobre a Intervenção Física do Campo Grande de São Pedro no século XIX.

Para subsidiar a análise física, primeiro foram identificados os elementos referenciais naturais primários (relevo, recobrimento vegetal e drenagem); em seguida, os elementos referenciais antrópicos (ocupação e manuseio do solo e da vegetação, vias de acesso, sistema de drenagem superficial e intervenções na área).

3.1.1 Elementos Referenciais Primários – século XVII

Inicialmente, foi gerada uma montagem do mapa ilustrado de Algemeen Rijksarchiet (1636) e sua superposição sobre o mapa M5 – Base Cartográfica de Salvador (BAHIA. CONDER/SICAR, século XX). Em prosseguimento, foi efetuada a leitura interpretativa e comparativa, sendo os dados levantados organizados nas seguintes tabelas de representação:

Tabela 1 – Curvas selecionadas para definir seus espaços intercalares (m) (séc. XVII)

Faixas de Altitude	Curvas selecionadas para definir seus espaços intercalares (m)
1 ^a	0-5
2 ^a	5-10
3 ^a	10-15
4 ^a	15-20
5 ^a	20-25
6 ^a	25-30
7 ^a	30-35
8 ^a	35-40
9 ^a	40-45
10 ^a	45-50
11 ^a	50-55
12 ^a	55-60
13 ^a	60-65
14 ^a	> 65

Região do Campo Grande de São Pedro, Salvador, Bahia.

Fonte: Adaptado de Martinelli (2003, p.83)¹⁶⁰.

¹⁶⁰ MARTINELLI, Marcelo. *Cartografia Temática: Caderno de Mapas*. Assessoria didática de Graça Maria Lemos Ferreira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003 (Acadêmica, 47).

Tabela 2 – Representação da condutividade das águas de chuva: Método de Ordenação dos canais (séc. XVII)

Ordem	Uso da Terra e revestimento
1	Divisor de águas (topográfico)
2	Tributários
3	Canal
4	Bacia – Captação

Região do Campo Grande de São Pedro, Salvador, Bahia.

Fonte: Adaptado de Christofolletti (1974, p.149).

Tabela 3 – Representação de ordens opostas de ocorrências com manifestação zonal: Método Cromático Qualitativo (séc. XVII)

Área de ocorrência	Uso da Terra e revestimento
1	Floresta Atlântica, Costeira
2	Charco, Brejo

Região do Campo Grande de São Pedro, Salvador, Bahia.

Fonte: Adaptado de Martinelli (2003, p.49).

A partir das tabelas, foram estabelecidas [?] as seguintes CARTAS TEMÁTICAS e devidas interpretações analíticas:

CH1 - Carta de Hipsometria – A leitura interpretativa da Carta de Hipsometria CH 1 demonstra a conformação topográfica em três compartimentos compostos com altitude variável entre a cota de nível 0:00m na linha de preamar e a cota de nível 67:00m nos topos dos morros que constituem os promontórios Norte, Sudeste e Sul; entre estes, observam-se os declives das encostas em direção aos canais naturais de águas pluviais. Observa-se que alguns trechos apresentam-se sem declividades.

CHD 1 – Carta de Hidrografia – A leitura interpretativa da Carta de Hidrografia CHD 1 demonstra a existência de três divisores de água (topográfico), um canal principal no sentido Leste-Oeste na cota 40 >30, um canal secundário no sentido Sudeste-Oeste na cota 50 >40 >30 e diversos vetores tributários, vertentes naturais das chuvas. Observam-se trechos de água parada cuja origem pode estar relacionada à estagnação da água corrente ou minadouro natural.

CRV 1 – Carta de Recobrimento Vegetal – A leitura interpretativa da Carta de Recobrimento Vegetal CRV 1 demonstra a predominância da província botânica das florestas atlânticas ou costeiras *Driades*, observando-se trechos de terreno alagadiço, onde se formam os charcos ou brejos (von MARTIUS, 1817). [inserir a fonte: seria apud FERRI, 1974?]

No século XVII, a floresta virgem, exuberante em sua apresentação externa, exercia o poder de atração ao paraíso, onde as árvores se tornam o componente principal, ocorrendo vários estratos um sob os outros. Seus troncos são recobertos por outros grupos que ali se desenvolvem como lianas, epífitas, hepáticas, líquens, bromeliáceas, orquídeas, aráceas, piperáceas, entre outros.

O solo da floresta é revestido por herbáceas marantáceas, melastomatáceas, rubiáceas, aráceas, musgos. Vale lembrar as palmeiras *Euterpes*, *Cyathea*, *Alsophila* que despontam para o céu azul. A floresta ou mata tem sua identificação associada à proximidade com o Oceano Atlântico, conhecida também por “Mata Pluvial Tropical” (COUTINHO, 1962); “Floresta Latifoliada Tropical Úmida de Encosta” (ROMARIZ, 1996). (FERRI, 1974, p.114-121).

Figura 56 – Características Paisagísticas da Floresta Virgem



(a) Paisagem exterior



(b) Paisagem interior

Fonte: Adaptado: < <https://www.sosma.org.br/> >.

Fonte: <

www.ibfloresta.com/mataatlantica >.

Conforme se observa na Figura 56, as árvores constituem os elementos predominantes sobre a paisagem pela exuberância da copa, a densidade da folhagem, a beleza colorida das flores, entre outros atributos que, de forma natural, se encontram em harmonia com a natureza¹⁶¹.

3.2 Diagnóstico

Após a leitura de tabelas e o mapeamento dos dados observados, foi elaborado o Desenho D2 – século XVII, para apresentar as peças gráficas produzidas em função do entendimento sobre a região do Campo Grande de São Pedro em sua origem *Natura Naturans*.

Segundo a leitura da Carta de Hipsometria – CH 1, da Carta de Hidrografia – CHD 1 e da Carta de Recobrimento Vegetal – CRV 1, estima-se que a região em estudo se apresenta com suas características referenciais naturais primárias com relação ao relevo, recobrimento vegetal e drenagem de águas pluviais, sendo estes os principais elementos de observação sobre a paisagem de Salvador no século XVII.

¹⁶¹ Mata Atlântica—Decretada como Reserva do Patrimônio Federal pela Constituição Federal de 1988. Art.225, §4.

4 MEIO FÍSICO SÉCULO XVIII

4.1 Análise

Inicialmente, foi gerado um desenho com base nos mapas M2-Frèzier (1814), M3-Massé (1815), M4-Silva (1898) e pela superposição do mapa M5-Base Cartográfica de Salvador (BAHIA. CONDER/SICAR, século XX). Em prosseguimento, foi efetuada a leitura interpretativa e comparativa; os dados levantados foram organizados nas seguintes tabelas de representação:

Tabela 4 – Representação hipsométrica do relevo; método Isarítimo com Ordem de Valores Visuais Crescentes (colorido hipsométrico) (séc. XVIII)

Faixas de Altitude	Curvas selecionadas para definir seus espaços intercalares (m)
1 ^a	0-5
2 ^a	5-10
3 ^a	10-15
4 ^a	15-20
5 ^a	20-25
6 ^a	25-30
7 ^a	30-35
8 ^a	35-40
9 ^a	40-45
10 ^a	45-50
11 ^a	50-55
12 ^a	55-60
13 ^a	60-65
14 ^a	> 65

Região do Campo Grande de São Pedro, Salvador, Bahia.
Fonte: Adaptado de Martinelli (2003, p.83).

Tabela 5 – Representação da condutividade das águas de chuva: Método de Ordenação dos canais (séc. XVIII)

Ordem	Uso da Terra e revestimento
1	Divisor de águas (topográfico)
2	Canal principal
3	Canal secundário
4	Tributários

Região do Campo Grande de São Pedro, Salvador, Bahia.
Fonte: Adaptado de Christofolletti (1974, p.149).

Tabela 6 – Representação de ordens opostas de ocorrências com manifestação zonal: Método Corocromático Qualitativo (séc. XVIII)

Área de ocorrência	Uso da Terra e revestimento
1	Floresta Latifoliada Tropical Úmida de Encosta
2	Charcos, Brejos
3	Campos, Pastagens

Região do Campo Grande de São Pedro, Salvador, Bahia.

Fonte: Adaptado de Martinelli (2003, p.49).

A partir das tabelas, foram montadas as seguintes CARTAS TEMÁTICAS com suas devidas interpretações analíticas:

CH2 – Carta de Hipsometria – A leitura interpretativa da Carta de Hipsometria CH 2 demonstra a conformação topográfica em dois compartimentos compostos com altitude variável entre a cota de nível 0:00m na linha de preamar e a cota de nível 67:00m nos topos dos morros, a partir da ligação entre os promontórios Norte e Sudeste, e do promontório Sul; entre estes, observam-se os declives das encostas em direção aos canais naturais de águas pluviais. Observa-se que alguns trechos apresentam-se sem declividades. Veem-se: a formação de aterro em função do aplainamento para a construção do Forte de São Pedro (1627-1723), a formação de um represamento d'água, a construção da fonte de São Pedro, e a formação de uma terraplanagem na direção Oeste, na cota de nível 05:00m para a construção da murada da Bateria da Gamboa (1714-1735).

CHD 2 – Carta de Hidrografia – A leitura interpretativa da Carta de Hidrografia CHD 1 demonstra a existência de dois divisores de água (topográfico): o seccionamento do canal principal no sentido Leste-Oeste na cota 40, um canal secundário no sentido Sudeste-Oeste na cota 50 >40 >30 com diversos vetores tributários, vertentes naturais das chuvas. Observam-se trechos de água parada cuja origem pode estar relacionada à estagnação da água corrente ou minadouro natural. Observa-se a construção de uma canalização artificial para condução das águas no trecho que foi aterrado para a construção do forte de São Pedro; também se observa a formação de um Dique na direção ao Leste, para captação das águas pluviais.

CRV 2 – Carta de Recobrimento Vegetal – A leitura interpretativa da Carta de Recobrimento Vegetal CRV 2 demonstra que houve redução dos domínios da província botânica das florestas atlânticas ou costeiras *Dríades*, em função da introdução dos campos e das pastagens e que foram mantidos os trechos de Floresta Latifoliada Tropical Úmida das Encostas, observando-se trechos de terreno alagadiço, onde se formam os charcos ou brejos.

No século XVIII, a floresta virgem, exuberante em sua apresentação externa e interna, exercia a condição de vulnerabilidade sobre a defesa da cidade, e, por isso, ocorreu a extinção parcial da província botânica das florestas atlânticas ou costeiras *Dríades*, conforme classificado por von Martius (1817) para se tornar uma área de vegetação diversificada. Percebe-se que, nas áreas de encostas, a floresta preservada pode ser classificada como “Floresta Latifoliada Tropical Úmida de Encosta” (ROMARIZ, 1968), e as áreas às margens dos cursos d'água e charcos podem ser classificadas como “Mata Pluvial Tropical” (COUTINHO, 1962). Os trechos de áreas desmatadas foram preenchidos em função das atividades agropastoris, sendo que o solo foi revestido por gramíneas, constituindo os campos de pastagens.

Figura 57 – Paisagem ilustrada de Salvador no início do século XIX



Prospecto de Vilhena (1801).

Fonte: Villhena (1921).

Conforme se observa na Figura 57, a paisagem se torna árida devido ao desmatamento nas áreas próximas à edificação do Forte de São Pedro para garantir a função defensiva através da visibilidade para a Baía de Todos-os-Santos. Nesse sentido, conforme observado em (a) Planta topográfica de Joaquim Vieira da Silva (1789), vê-se a formação de campo aberto nas laterais Norte, Sudeste e Sul do Forte. Percebe-se também a conformação de “Mata Pluvial Tropical” nas áreas situadas às margens dos cursos d’água e charcos.

4.2 Diagnóstico

Após a leitura de tabelas e o mapeamento dos dados observados, foi elaborado o Desenho D3 – século XVIII, para apresentar as peças gráficas produzidas em função do entendimento sobre a região do Campo Grande de São Pedro em sua origem *Natura Naturata*.

Segundo a leitura da Carta de Hipsometria – CH 2, da Carta de Hidrografia – CHD 2 e da Carta de Recobrimento Vegetal – CRV 2, estima-se que a região em estudo se apresenta com suas características referenciais naturais primárias alteradas com relação ao relevo, recobrimento vegetal e drenagem de águas pluviais, sendo estas ações decorrentes de fatores antrópicos: os principais elementos de observação sobre a paisagem de Salvador no século XVIII.

5 MEIO FÍSICO: SÉCULO XIX

5.1 Análise

Inicialmente, foi gerado um desenho com base nos mapas M5 – Weyll (1855) e pela superposição do mapa M5 – Base Cartográfica de Salvador (BAHIA.CONDER/SICAR, século XX).

Em prosseguimento, foi efetuada a leitura interpretativa e comparativa, e os dados levantados foram organizados nas seguintes TABELAS DE REPRESENTAÇÃO:

Tabela 7 – Representação hipsométrica do relevo: método Isarítimo com Ordem de Valores Visuais Crescentes (colorido hipsométrico) (séc.XIX)

Faixas de Altitude	Curvas selecionadas para definir seus espaços intercalares (m)
1 ^a	0-5
2 ^a	5-10
3 ^a	10-15
4 ^a	15-20
5 ^a	20-25
6 ^a	25-30
7 ^a	30-35
8 ^a	35-40
9 ^a	40-45
10 ^a	45-50
11 ^a	50-55
12 ^a	55-60
13 ^a	60-65
14 ^a	> 65

Região do Campo Grande de São Pedro, Salvador, Bahia.

Fonte: Adaptado de Martinelli (2003, p.83).

Tabela 8 – Representação da condutividade das águas de chuva; Método de Ordenação dos canais (séc. XIX)

Ordem	Uso da Terra e revestimento
1	Divisor de águas (topográfico)
2	Canal principal
3	Canal secundário
4	Tributários

Região do Campo Grande de São Pedro, Salvador, Bahia.

Fonte: Adaptado de Christofolletti (1974, p.149).

Tabela 9 – Representação de ordens opostas de ocorrências com manifestação zonal; Método Cromático Qualitativo (séc. XIX)

Área de ocorrência	Uso da Terra e revestimento
1	Floresta Latifoliada Tropical Úmida de Encosta
2	Mata Pluvial Tropical
3	Charcos, Brejos
4	Campos, Pastagens

Região do Campo Grande de São Pedro, Salvador, Bahia.

Fonte: Adaptado de Martinelli (2003, p. 49).

A partir das tabelas, foram montadas as seguintes cartas, com as devidas interpretações analíticas:

CH 3 – Carta de Hipsometria – A leitura interpretativa da Carta de Hipsometria CH 3 demonstra a conformação topográfica em um compartimento composto com altitude variável entre a cota de nível 0:00m, na linha de preamar, e a cota de nível 67:00m, nos topos do morro, a partir da ligação entre os promontórios Norte, Sudeste e Sul; entre estes, observam-se os declives das encostas em direção aos canais naturais de águas pluviais. Observa-se que alguns trechos apresentam-se sem declividades. Observa-se a formação de um novo aterro em função do aplainamento para a construção do Campo Grande de São Pedro (1850-1855); a formação de um represamento d'água na direção Sudeste, a formação de uma terraplanagem na direção Norte-Sul, na cota de nível 62:00m para a construção da Estrada da Victória e na Direção Norte-Sudeste, para a construção da Estrada do Campo Santo.

CHD 3 – Carta de Hidrografia – A leitura interpretativa da Carta de Hidrografia CHD 3, demonstra a existência de um divisor de águas (topográfico), o seccionamento do canal secundário no sentido Sudeste-Oeste, na cota 50 >40 >30 m, e diversos vetores tributários, vertentes naturais das chuvas. Observam-se trechos de água parada cuja origem pode estar relacionada à estagnação da água corrente natural. Observa-se a construção de uma canalização artificial para condução das águas no trecho que foi aterrado para a construção da Estrada da Victória e a permanência do Dique, na direção ao Leste, para captação das águas pluviais.

CRV 3 – Carta de Recobrimento Vegetal – A leitura interpretativa da Carta de Recobrimento Vegetal CRV 3 demonstra que houve redução dos campos e das pastagens, assim como dos trechos de Floresta Latifoliada Tropical Úmida das Encostas, dos trechos Mata Pluvial Tropical e do terreno alagadiço, onde se formavam os charcos ou brejos.

No século XIX, os resíduos florestais se apresentam como espécies raras em trechos descontínuos nas encostas e nas margens de cursos d'água, e as áreas de charcos, brejos foram completamente extintas. Os trechos de áreas desmatadas foram ampliados em função das atividades agropastoris, em campos de pastagens, pomares frutíferos, jardins privativos.

Figura 58 – Caracterização da paisagem, século XIX



Encosta da Barra, por Gansley, 1870.

Fonte: Disponível em: < <http://www.salvador-antiga.com/vitoria/antigas.htm> >.

Conforme se observa na Figura 58, a paisagem árida perde sua função defensiva, entretanto a visibilidade para a Baía de Todos-os-Santos vai adquirir a feição da paisagem modificada. São trechos de Floresta Latifoliada Tropical Úmida das Encostas intercalados por pastagens e pomares privativos.

5.2 Diagnóstico

Após a leitura de tabelas e mapeamento dos dados observados, foi elaborado o Desenho D4 – século XIX, para apresentar as peças gráficas produzidas em função do entendimento sobre a região do Campo Grande de São Pedro em sua remodelação *Natura Naturata*.

Segundo a leitura da Carta de Hipsometria – CH 3, da Carta de Hidrografia – CHD 3 e da Carta de Recobrimento Vegetal – CRV 3, estima-se que a região em estudo se apresenta com suas características referenciais naturais primárias alteradas com relação ao relevo, recobrimento vegetal e drenagem de águas pluviais, sendo estas ações decorrentes de fatores antrópicos, os principais elementos de observação sobre a paisagem de Salvador no século XIX.

Nesse sentido, foram construídos novos espaços, amplos destinados à vida ao ar livre, como o Passeio Público de Salvador (1815) e o Campo Grande de São Pedro (1855).

6 CONSOLIDAÇÃO URBANA SÉCULO XIX

Para a elaboração de um Desenho sobre o espaço criado e consolidado em meados do século XIX, tornou-se necessário buscar informações relativas aos desenhos urbanos que promoveram o crescimento da cidade nesse período. Assim é que foram acrescentados os outros mapas considerados importantes, como:

M7 – FRANCISCO LAVIGNE, Alinhamento de Ruas – Piedade – Victória (1848); fonte: APEB – Traçado das principais vias de interligação entre o Centro tradicional e a Victória

M8 – S/AUTORIA, Planta da Estrada do Garcia, 1858,; fonte: APEB – Traçado de uma importante via de articulação com a região ao Leste da cidade

M9 – Rev. Eduardo Parker, Planta de Arborização do Campo Grande, 1853; Fundação Mário Leal Ferreira – Traçado do Campo Grande – primeira Planta de Arborização da cidade

M10 – J. G. Arquitetura e Urbanismo, Levantamento Cadastral do Passeio Público, 1997; fonte: cedida pelo autor – Traçado do Passeio Público de Salvador – Memória da preexistência preservada.

A superposição dos mapas possibilitou a compreensão sobre o novo tecido urbano conforme construído no período entre 1850 e 1855, que caracteriza o Campo Grande de São Pedro como espaço de mediação entre o Distrito de São Pedro e o Distrito da Victória.

Após a leitura dos mapas acima citados, foram realizadas visitas de campo para identificação dos elementos referenciais primários (naturais e antrópicos), constatando-se o que segue.

Os elementos referenciais primários do meio *Natura Naturans* (séc. XVII) foram completamente extintos em decorrência das obras de implantação do Forte de São Pedro, assim como os elementos referenciais antrópicos do meio *Natura Naturata* (séc. XVIII). As intervenções físicas ocorridas posteriormente (séc. XIX) formatam a constituição do tecido urbano da época e que foram mantidos conforme o registro SICAR (BAHIA. CONDER) (séc. XX).

A área de abrangência para identificação dos elementos referenciais foi expandida em seus limites de observação ao Norte (Piedade e Igreja dos Aflitos), considerando-se estes pontos como localidades importantes na transição da cidade tradicional ‘portuguesa’ e a cidade moderna ‘inglesa’, século XIX.

Com relação à estruturação do desenho urbano, foram consideradas as Vias Públicas (Rua, Ladeira, Beco, Caminho); os Espaços Abertos de Uso Público (Largo, Passeio, Praça); as Áreas Verdes Públicas (encosta, talude, borda d’água); as Áreas Verdes Privativas (jardim, recuo) e concluindo com a Arborização Pública do Passeio Público e do Campo Grande.

Tabela 10 – representação de ordens de VIAS PÚBLICAS estruturantes da região do Campo Grande de São Pedro e imediações – montagem dos mapas M7, M8 (XIX) com o mapa M6 (Base SICAR – XX) (MANTIDA-MODIFICADA-DEMOLIDA)

RUA	ORIGINAL (XIX)	ATUAL (XX)	MAN	MOD	DEM
1	RUA DO ROSÁRIO	AV. SETE DE SETEMBRO	X		
2	RUA DAS MERCÊS	AV. SETE DE SETEMBRO	X		
3	RUA DA FAÍSCA	SENADOR COSTA PINTO	X	X	
4	BECO ESTREITO DO ROSÁRIO				X
5	BECO LARGO DO ROSÁRIO	RUA DO ROSÁRIO	X		
6	RUA DO GABRIEL	RUA PEDRO AUTRAN	X		
7	BECO DO S. RAIMUNDO	RUA SÃO RAIMUNDO	X		
8	BECO D'AUTRAN	TV. JONATAS ABOTI	X		
9	BECO DOS AFLITOS	TV. SALVADOR PIRES	X		
10	BECO DO JOGO	RUA HORÁCIO CESAR	X		
11	ESTRADA DO FORTE	RUA FORTE DE SÃO PEDRO	X		
12	ESTRADA FONTE DE SÃO PEDRO	LADEIRA DA FONTE	X		
13	RUA BANCO DOS INGLESES	RUA BANCO DOS INGLESES	X		
14	ESTRADA DA VITÓRIA	AV. SETE DE SETEMBRO	X		
15	ESTRADA DO CANELA	AV. ARAÚJO PINHO	X		
16	RUA DO BOM GOSTO	RUA JOÃO DAS BOTAS			x
17	CAMINHO DO PASSEIO		x		
18	LADEIRA DA GAMBOA		X		
19	LADEIRA DOS AFLITOS		x		

TABELA 11– Representação de ordens de **Espaços Abertos de Uso Público** da região do Campo Grande de São Pedro e imediações – montagem dos mapas M7, M8 (XIX) com o mapa M6 (Base SICAR – XX)

RUA	ORIGINAL (XIX)	ATUAL (XX)	MANT	MOD.	DEM
1	LARGO DOS AFLITOS	LARGO DOS AFLITOS	X	-	
2	LARGO DE SÃO PEDRO	PRAÇA DA ACLAMAÇÃO		X	
3	PASSEIO PÚBLICO	PASSEIO PÚBLICO	X		
4	CAMPO GRANDE DE SÃO PEDRO	CAMPO GRANDE DE SÃO PEDRO	X	X	

CONCLUSÃO

O período que abrange o segundo meado do século XIX corresponde ao auge do desenvolvimento que ocorreu no Campo Grande e imediações, e o traçado das ruas, becos e praças configuram o tecido urbano do Distrito da Vitória, como a ‘Estrada do Canella’ para o Campo Santo; Estrada entre o Passeio Público e a Ladeira da Gamboa; Estrada do Bom Gosto; Travessa entre o Bom Gosto e o Canela; entrada da ‘Estrada da Victória’; Rua do Banco dos Ingleses; Estrada do Forte de São Pedro; Ladeira da Fonte de São Pedro; Rua do Rosário; Rua das Mercês; Largo em frente do Forte de São Pedro; Ruas da Povoação da Barra; Estrada entre o Rio de São Pedro e o Campo Santo; Estrada do Rio Vermelho. Como espaços abertos, foram identificados o Passeio Público, o Largo dos Aflitos e o Campo Grande de São Pedro.

APÊNDICE B

PESQUISAS DOCUMENTAIS EM FONTES PRIMÁRIAS

1 Período Colonial

1.1 *Arquivo Histórico Ultramarinho de Lisboa* – Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos referentes à Capitania da Bahia. Pesquisado em: Catálogos de Séries documentais do fundo de arquivo do Conselho Ultramarino (século XVII – 1833). Disponível em: < <http://www2.iict.pt/?idc=82> >.

ORGANIZAÇÃO	DESIGNAÇÃO	CÓDIGO/COTA
Entidade Detentora	ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO	AHU
Grupo de Arquivos	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	ACL
Fundo	CONSELHO ULTRAMARINO	CU
Série	BRASIL-BAHIA	005
Caixa	1 a 281	Cx.
Documentos	1 a 19610	D.
Datas Extremas	1604 - 1828	
COTA:	AHU_ACL_CU_005, CX., D.	

1714, Julho, 10, Bahia

RELATO da visita que fez o vice-rei e capitão-general do Brasil, marquês de Angeja, D. Pedro António de Noronha Albuquerque e Sousa às fortificações da Bahia.

Anexo: parecer.

AHU-Baía, cx. 7, doc. 110

AHU_ACL_CU_005, Cx. 9, D. 743

2699 - **1727**, Março, 30, Bahia

CARTA do [provedor-mor da Fazenda Real do estado do Brasil], Bernardo de Sousa Estrela ao rei [D. João V] sobre a medição do Forte de São Pedro.

Anexo: livro do ponto (treslido)

AHU-Baía, cx. 26, doc. 54

AHU_ACL_CU_005, Cx. 30 D. 2699.

2854 - **1728**, Janeiro, 28, Bahia

MAPA dos oficiais e soldados do Regimento do coronel José de Araújo Rocha, nos arrabaldes desta cidade que compreende o seu distrito a freguesia de São Pedro e a de Nossa Senhora da Vitória, Nossa Senhora do Desterro e Nossa Senhora das Brotas até Itapuã.

AHU-Baía, cx. 27, doc. 19

AHU_ACL_CU_005, Cx. 31, D. 2854.

5710 - **1740**, Março, 26, Lisboa

PARECER do Conselho Ultramarino sobre o requerimento de Manuel Rodrigues, que pretende dar serventia a umas casas que possui situadas por cima do corpo da guarda da praia da Cidade da Bahia.

Anexo: 3 docs.

AHU-Baía, cx. 71, doc. 66.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 67, D. 5710

6692 - **1745**, Março, 4, Lisboa

PARECER do Conselho Ultramarino sobre a necessidade de providenciar para que os navios que vão para o ultramar não naveguem sem capelães.

Anexo: 15 docs.

AHU-Baía, cx. 87, doc. 28.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 81, D. 6692

6706 - **1745**, Março, 21, Bahia

CARTA de Francisco de Campos Limpo ao rei [D. João V] dando parecer sobre a representação do Senado da Câmara, em que pedem ordem para que o mesmo senado conserve o poder de fazer vistorias nas casas que forem realizar obras de reforma ou ampliação.

Anexo: 4 docs.

AHU-Baía, cx. 87, doc. 40.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 81, D. 6706

6736 - **1745**, Abril, 17, Bahia

CARTA dos oficiais da Câmara [da cidade da Bahia] ao rei [D. João V] dando conta de como foi lançada a tinta e o modo de arrecadação do donativo para o casamento dos príncipes.

AHU-Baía, cx. 92, doc. 96.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 82, D. 6736

7073 - **1746**, Agosto, 20, Bahia

CARTA do vice-rei e capitão-general do Brasil, conde das Galveias, André de Melo e Castro, ao rei [D. João V] dando parecer sobre o requerimento do prefeito do hospício da Cidade da Bahia Romualdo, em que pede a construção de uma enfermaria e demais obras necessárias no dito hospício.

Anexo: requerimento .

AHU-Baía, cx. 93, doc. 57.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 86, D. 7073

7572 - **1748**, Julho, 5, Bahia

CARTA do guarda-mor da Alfândega João Francisco Chaves ao provedor da Alfândega [Domingos da Costa de Almeida] dando a relação da chegada ao porto da Cidade da Bahia de navios ingleses e franceses com destino a Angola e a Índia.

AHU-Baía, cx. 102, doc. 4.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 95, D. 7572.

7830 - **1749**, Outubro, 1, Bahia

CARTA do provedor-mor da Fazenda Real João Luís Cardoso Pinheiro ao rei [D. João V], informando sobre as diligências tomadas para receber o navio inglês, o Varem, arribado no porto da Cidade da Bahia.

Anexo: certidão.

AHU-Baía, cx. 107, doc. 17.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 99, D. 7830

7831- **1749**, Outubro, 1, Bahia

CARTA do provedor-mor da Fazenda Real João Luís Cardoso Pinheiro ao rei [D. João V] informando sobre as diligências tomadas para receber o navio inglês Icht, capitaneado por Eduard Nard.

Anexo: certidão.

AHU-Baía, cx. 107, doc. 18.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 99, D. 7831.

8077- **1750**, Abril, 2, Bahia

REPRESENTAÇÃO do físico comissário da cidade da Bahia Francisco Xavier de Touvar ao rei [D. João V] solicitando ordenar ao vice-rei do Brasil que não dê despacho a navio algum sem que haja nele um cirurgião aprovado.

Anexo: aviso (1 documento).

AHU-Baía, cx. 111, doc. 4.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 102, D.

8130- [ant. **1750**, Julho, 31]

REQUERIMENTO do capitão Nossa Senhora das Necessidades e o Senhor do Triunfo João Lopes da Costa ao rei [D. João V] solicitando mandar que o escrivão dos armazéns do Douro lhe passe por certidão a lotação do sal em que foi lotada para levar para a América.

AHU-Baía, cx. 111, doc. 58.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 103, D. 8130.

8132- [ant. **1750**, Agosto, 1]

REQUERIMENTO do senhorio da galera Nossa Senhora das Necessidades Manuel Lopes da Costa ao rei [D. José] solicitando provisão para fazer viagem à Bahia com a esquadra próxima e passar daí para Pernambuco a tomar carga.

AHU-Baía, cx. 112, doc. 1.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 103, D. 8132.

8210 - **1750**, Novembro, 7, Bahia

REQUERIMENTO do [vice-rei do Brasil conde de Atouguia] ao ouvidor-geral da comarca da Bahia recomendando que faça todas as diligências para não consentir que pessoa alguma trabalhe nos distritos por onde passa o rio Jequitinhonha nas minas novas do Arassuahy e nas paragens do Rio de Contas, em que havia suspeitas e indício de haver diamantes.

Anexo: 5 docs.

AHU-Baía, cx. 113, doc. 16.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 104, D. 8210.

8229 - **1750**, Dezembro, 6, Lisboa

CARTA (minuta) do ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] ao provedor-mor da Fazenda Real do Brasil [Luís Lopes Pegado Serpa] comunicando a morte do rei D. João V e a nomeação do secretário do Ultramar e Negócios Estrangeiros.

AHU-Bahia, cx. 113, doc. 26

AHU_ACL_CU_005, Cx. 104, D. 8229.

9271- **1754**, Fevereiro, 26, Bahia

CARTA do [vice-rei e governador-geral do Estado do Brasil], conde de Atouguia, Luís Pedro Peregrino de Carvalho de Meneses e Ataíde, ao rei [D. José] sobre a necessidade em se fazer obras de reparo no palácio da residência do Arcebispo da diocese da Cidade da Bahia.

Anexo: 2 docs.

AHU-Bahia, cx. 125 doc. 68

AHU_ACL_CU_005, Cx. 119, D. 9271.

9327- **1754**, Maio, 28, Lisboa

AVISO do [secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra], Sebastião José de Carvalho e Melo ao [presidente do Conselho Ultramarino], D. Estevão de Meneses, marquês de Penalva, ordenando que se faça o pagamento aos engenheiros, geógrafos, Carlos Inácio, José Maria Cavagna, Inácio Hatton, Adão Wenceslau Aetichko, Guilherme Basines e Carlos Francisco Ponzoni que serviram no Estado do Brasil.

AHU-Bahia, cx. 128 doc. 42

AHU_ACL_CU_005, Cx. 119, D. 9327.

9541- [ant. **1755**, Janeiro, 15]

REQUERIMENTO do capitão do Fortim ou Reduto do rio Vermelho na Cidade da Bahia, António Pereira da Silva ao rei [D. José] solicitando alvará de licença para poder ir às minas de Goiás.

Anexo: 3 docs.

AHU-Bahia, cx. 131 doc. 39

AHU_ACL_CU_005, Cx. 122, D. 9541.

9554- [ant. **1755**, Janeiro, 18]

REQUERIMENTO do cabo da esquadra da companhia de um dos regimentos de Infantaria da Guarnição da praça da Bahia, José António Caldas ao rei [D. José] solicitando provisão de licença por tempo de um ano para passar para o Reino.

Anexo: bilhete

AHU-Bahia, cx. 131 doc. 56

AHU_ACL_CU_005, Cx. 123, D. 9554.

9760 - **1755**, Julho, 5, Bahia

REPRESENTAÇÃO dos oficiais da Câmara da Cidade da Bahia rei [D. José] solicitando a faculdade para imporem a contribuição Real de São Lazaro para poder fundar um Lazareto.

Anexo: 25 docs.

AHU-Bahia, cx. 145 doc. 9, cx. 148 doc. 53

AHU_ACL_CU_005, Cx. 125, D. 9760.

9767 - **1755**, Julho, 6, Bahia

OFÍCIO do intendente-geral da Cidade da Bahia, Venceslau Pereira da Silva ao [secretário de Estado], Sebastião José de Carvalho e Melo sobre os meios mais adequados para o crescimento do Brasil e da necessidade de mão de obra escrava.

Anexo: 2 docs.

AHU-Bahia, cx. 133 doc. 90, 25, 62

AHU_ACL_CU_005, Cx. 125, D. 9767.

9820 - **1755**, Setembro, 10, Lisboa

OFÍCIO do [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] ao conde dos Arcos comunicando que nomeie António dos Santos de Araújo para fazer a inspeção no navio Nossa Senhora da Caridade.

AHU-Bahia, cx. 134 doc. 34

AHU_ACL_CU_005, Cx. 126, D. 9820.

10050 - **1756**, Agosto, 31, Bahia

OFÍCIO do [vice-rei e governador-geral do Estado do Brasil], conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha ao [secretário de Estado do Reino e Mercês] Sebastião José de Carvalho e Melo sobre os preparativos do casamento real.

Anexo: ofício

AHU-Bahia, cx. 136 doc. 76

AHU_ACL_CU_005, Cx. 129, D. 10050.

10099 - [ant. **1756**, Novembro, 20]

REPRESENTAÇÃO dos moradores da cidade da Bahia ao rei [D. José] solicitando redução das fintas que são enviadas para a Corte por conta da reparação dos estragos causados pelo terremoto de 1755.

Anexo: certidão.

AHU-Bahia, cx. 137 doc. 66

AHU_ACL_CU_005, Cx. 129, D. 10099.

10286 - **1757**, Agosto, 15, Bahia

LISTA do distrito e freguesia de São Pedro e Nossa Senhora da Vitória.

AHU-Baía, cx. 139, doc. 108

AHU_ACL_CU_005, Cx. 132, D. 10292.

10303 - **1757**, Agosto, 28, Bahia

CARTA [do vice-rei e governador-geral do Brasil, conde dos Arcos], Marcos de Noronha ao rei [D. José] sobre ter dado entrada no porto de Salvador, uma esquadra inglesa composta por cinco navios, designados por: Hehester, comandado pelo capitão John Fedel; Elizabeth, pelo capitão Robert Burdett; Worcest, pelo capitão Eduard Fideman; Grantham, pelo capitão John Oliver; Fox, pelo capitão Alexander Hume, todos da Companhia Oriental, oriundos de Porsmouth, com destino a Benguela e Madagáscar.

AHU-Baía, cx. 140, doc. 27.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 132, D. 10309.

10355 - **1757**, Outubro, 5, Bahia

CARTA do [vice-rei e governador-geral do Estado do Brasil], conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha ao rei [D. José] sobre a ajuda de custo que mandou dar ao engenheiro José António Caldas pelos serviços que foi prestar na Ilha do Príncipe.

AHU-Baía, cx. 139, doc. 70

AHU_ACL_CU_005, Cx. 133, D. 10361.

10534 - **1758**, Maio, 19, Lisboa

CARTA RÉGIA (minuta) do rei [D. José] ao arcebispo da Bahia [José Botelho de Matos] e vice-rei e governador-geral do Brasil, Conde dos Arcos, Marcos de Noronha comunicando a instituição do tribunal da Relação na Bahia para averiguar os bens dos religiosos jesuítas e a criação de vilas nos antigos aldeamentos.

AHU-Baía, cx. 144, doc. 26

AHU_ACL_CU_005, Cx. 136, D. 10540.

10693 - **1758**, Dezembro, 20, Bahia

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. José sobre a expulsão dos religiosos jesuítas estrangeiros da Bahia.

AHU-Baía, cx. 146, doc. 59

AHU_ACL_CU_005, Cx. 139, D. 10699.

10700 - 1759, Janeiro, 3, Salvaterra de Magos

DESPACHO (minuta) do [secretário de Estado] ao vice-rei e governador-geral do Brasil, Conde dos Arcos, Marcos de Noronha ordenando que adote o modelo do diretório dos índios do Pará e Maranhão para as aldeias da Bahia.

AHU-Baía, cx. 147, doc. 2

AHU_ACL_CU_005, Cx. 139, D. 10706.

10724 - [ant. **1759**, Janeiro, 23]

REQUERIMENTO do tenente engenheiro da Cidade da Bahia José António Caldas ao rei [D. José] solicitando a reforma da consulta referente à sua promoção ao posto de capitão.

AHU-Baía, cx. 147, doc. 31

AHU_ACL_CU_005, Cx. 139, D. 10730.

10879 - **1759**, Julho, 3, Bahia

CERTIDÃO DE JUSTIFICAÇÃO sobre o regimento dos boticários da Cidade da Bahia.

Anexo: 2 docs.

AHU-Baía, cx. 149, doc. 3

AHU_ACL_CU_005, Cx. 141, D. 10885.

10900 - **1759**, Julho, 21, Bahia

CARTA dos oficiais da Câmara da Bahia ao rei [D. José] sobre a necessidade de organizar o sistema de canalização e esgoto da cidade.

Anexo: carta e provisão (cópia).

AHU-Baía, cx. 152, doc. 76
 AHU_ACL_CU_005, Cx. 141, D. 10906.

10927 - **1759**, Agosto, 3, Bahia

CARTA do provedor da Alfândega Rodrigo da Costa de Almeida ao rei [D. José] comunicando a atracagem de navios ingleses e franceses no porto da Bahia.

Anexo: 3 docs.

AHU-Baía, cx. 149, doc. 47, 50
 AHU_ACL_CU_005, Cx. 142, D. 10933.

10994 - [**1759**]

CONHECIMENTO passado por António da Graça Correia Galego atestando que a galera Jesus, Maria, José e Satana está ancorada no porto da Bahia, carregada de açúcar branco e mascavado, com viagem marcada para o porto de Lisboa.

AHU-Baía, cx., doc.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 143, D. 11000.

11006- [ant. **1760**, Janeiro, 31]

REQUERIMENTO de Pedro Rodrigues Sousa, mestre escrivão de navios mercantes que faziam viagem para a Bahia, ao rei [D. José] solicitando servir de escrivão em naus que vão para a Índia.

AHU-Baía, cx. 151, doc. 12

AHU_ACL_CU_005, Cx. 143, D. 11012.

11028 - **1760**, Março, 12, Bahia

CARTA do [vice-rei do Brasil], marquês do Lavradio, António de Almeida Soares e Portugal de Alarcão Eça e Melo, ao [governador-geral do Rio de Janeiro], Conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade], comunicando a saída de navios do porto da Bahia em direção a outros portos do Brasil para fazerem o transporte dos Pe. Jesuítas para o Reino.

AHU-Baía, cx. 151, doc. 34

AHU_ACL_CU_005, Cx. 144, D. 11034.

11035- **1760**, Março, 27, Bahia

CARTA do provedor-mor da Fazenda Real do Estado do Brasil, Manuel de Matos Pegado Serpa, ao rei [D. José] dando conta dos procedimentos adotados diante da arribada de seis naus da esquadra inglesa no porto da cidade da Bahia.

AHU-Baía, cx. 151, doc. 43

AHU_ACL_CU_005, Cx. 144, D. 11041.

11052 - **1760**, Maio, 6, Lisboa

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. José sobre a representação dos Oficiais da Câmara da Cidade da Bahia em que solicitam autorização para imporem a contribuição do real de São Lázaro, para com o seu produto fundarem um Lazareto para recolha de pessoas portadoras de doenças contagiosas.

Anexos: Requerimentos, pareceres, consultas, ofícios, termos, lembretes.

AHU-Baía, cx., doc.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 144, D. 11058.

11134 - **1760**, Novembro, 22, Bahia

CARTA do provedor-mor da Fazenda Real do Estado do Brasil, Manuel de Matos Pegado Serpa ao rei [D. José] comunicando a intransigência dos capitães dos navios ingleses que aportaram nesta cidade em assinarem os termos de diligência como é de estilo se praticar.

Anexo: 2 docs.

AHU-Baía, cx. 135, doc. 90

AHU_ACL_CU_005, Cx. 145, D. 11140.

11163 - [ant. **1761**, Janeiro, 12]

REQUERIMENTO do Engenheiro e cabo de esquadra no regimento Velho da praça da Bahia, José Antônio Caldas, ao rei [D. José] solicitando provisão para permanecer na mesma graduação em que se achava para poder trazer as insígnias de ajudante e não ser obrigado a servir na Infantaria.

Anexo: 4 docs

AHU-Baía, cx. 153, doc. 4

AHU_ACL_CU_005, Cx. 146, D. 11169

11285 - **1761**, Setembro, 20, Bahia

CARTA do provedor da Alfândega da Bahia, Rodrigo da Costa de Almeida, ao rei [D. José] remetendo a relação das embarcações que vieram da Costa da Mina com escravos e que aportaram na referida cidade.

Anexo: 2 docs

AHU-Baía, cx. 154, doc. 43

AHU_ACL_CU_005, Cx. 147, D. 11291.

11397- [ant. **1762**, Abril, 20]

REQUERIMENTO do Reverendo Padre Antônio Brandão, ao rei [D. José], solicitando que se lhe passe Alvará de Mantimento por estar provido para Vigário da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória.

AHU-Baía, cx.155, doc. 86

AHU_ACL_CU_005, Cx. 149, D. 11403.

11425 - **1762**, Julho, 17, Bahia

CARTA da [Junta Governativa Interina do Estado do Brasil], José Carvalho de Andrade e Gonçalo Xavier de Barros e Alvim, ao rei [D. José] referente ao requerimento dos oficiais da Câmara da Bahia, solicitando que se ordene aos Senhorios das casas, cujos edifícios têm canos que desaguam nas ruas públicas, sejam obrigados a subterrâ-los e metê-los nos canos reais, livrando assim as ruas de sujidade.

AHU-Baía, cx.155, doc. 94

AHU_ACL_CU_005, Cx. 149, D. 11431.

11494 - **1763**, Março, 1

OFÍCIO do [secretário de Estado dos Negócios do Reino] Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo], ao Arcebispo eleito da Bahia e mais governadores do Estado do Brasil, referente ao Tratado de Paz entre Portugal, Grã-Bretanha, França e Castela, que foi assinado em Paris a 10 de Fevereiro.

AHU-Baía, cx.157, doc. 16

AHU_ACL_CU_005, Cx. 150, D. 11500.

11548 - **1763**, Junho, 23, Lisboa

PROVISÃO (cópia) do rei [D. José], aos [governadores interinos da Bahia, José Carvalho de Andrade, e Gonçalo Xavier de Barros e Alvim] ordenando-lhes que façam repor o que a mais se cobrou de propinas por ocasião das duas festas reais, o casamento da Princesa D. Maria e o nascimento do Príncipe da Beira.

AHU-Baía, cx.157, doc. 73

AHU_ACL_CU_005, Cx. 151, D. 11554.

11779 - [Ant. **1765**, Março, 13]

REQUERIMENTO dos oficiais da Câmara da Bahia ao rei [D. José], solicitando que se reforme a consulta na qual pedem que Sua Majestade dê plenos poderes ao Senado para nomear determinados oficiais.

AHU-Baía, cx.160, doc. 43

AHU_ACL_CU_005, Cx. 154, D. 11779.

11881- [Ant. **1766**, Março, 6]

REQUERIMENTO do Cabo de Esquadra, António José de Santa Ana Carneiro ao rei [D. José], solicitando que se lhe passe provisão, para que receba o seu soldo e se proceda para com o suplicante, do mesmo modo que se procede para com os restantes praticantes do número da Aula Militar da Engenharia da praça da Bahia.

Anexo: 7 docs

AHU-Baía, cx.162, doc. 13

AHU_ACL_CU_005, Cx. 156, D. 11881.

11960 - **1766**, Julho, 29, Bahia

CARTA do chanceler da Relação da Bahia, José Carvalho de Andrade ao rei [D. José] referente ao decreto régio, pelo qual se ordenava que todos os papéis, que os governadores e Ministros do Ultramar, tivessem remetido ao Conselho Ultramarino, fossem numerados e acompanhados com uma relação.

AHU-Baía, cx.162, doc. 86

AHU_ACL_CU_005, Cx. 157, D. 11960.

12013 - [ant. **1767**, Janeiro, 12]

REQUERIMENTO do sacerdote do Hábito de São Pedro, padre André de Carvalho e Silva ao rei [D. José] solicitando que se autentique o invento que fez de uma máquina para se fazer açúcar.

Anexo: 8 docs

AHU - Brasil – Pará

AHU_ACL_CU_005, Cx. 158, D. 12013.

12038 - [ant. **1767**, Fevereiro, 19]

REQUERIMENTO de Manuel de Freitas da Silva ao rei [D. José], a solicitar confirmação da provisão em que pelo tempo de 3 anos ninguém pudesse fabricar um novo invento para se trabalhar nos engenhos de açúcar.

Anexo: 1 doc.

AHU-Baía, cx.164, doc. 36

AHU_ACL_CU_005, Cx. 158, D. 12038.

12065 - **1767**, Março, 29, Bahia

OFÍCIO do [governador e capitão general da Bahia, Conde de Azambuja, D. António Rolim de Moura Tavares] ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado] a informar o cumprimento da Carta Régia e das Leis referentes à política.

AHU-Baía, cx.164, doc. 82

AHU_ACL_CU_005, Cx. 158, D. 12065.

12110 - **1767**, Junho, 12, Bahia

OFÍCIO do vice-rei e governador-geral do Brasil, Conde de Azambuja, António Rolim de Moura ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Francisco Xavier de Mendonça Furtado comunicando as dificuldades na remessa de um leão que foi enviado pelo governador de Angola para São M.

AHU-Baía, cx. 165, doc. 18 A.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 159, D. 12110.

12453 - **1770**, Abril, 24, Bahia

CATÁLOGO das Ordens expedidas por esta Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos para a Capitania da Bahia, no ano de 1770.

AHU-Baía, cx. 169, doc. 37

AHU_ACL_CU_005, Cx. 164, D. 12453.

12649 - **1772**, Janeiro, 17, Lisboa

AVISO do [ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino], marquês de Pombal, [Sebastião

José de Carvalho e Melo] ao [presidente do Conselho Ultramarino], Conde da Cunha, [António Álvares da Cunha] para que subam à presença do rei, todos os papéis pertencentes à consulta, que o Conselho Ultramarino fez em 1757, sobre o que se havia passado com o Conde dos Arcos, com o comandante da esquadra francesa que em 9 de junho de 1759 entrou no porto da Bahia.

AHU-Baia, cx. 171, doc. 3

AHU_ACL_CU_005, Cx. 167, D. 12649.

12999 - [ant. **1777**, Janeiro, 10]

REQUERIMENTO do coronel Luís José Soares Serrão à rainha [D. Maria I] solicitando que se lhe faça mercê de Alvará de Nomeação para que o suplicante possa nomear um dos seus dois filhos para servir o ofício de escrivão da Descarga da Alfândega da Bahia.

Anexo: carta de confirmação.

AHU-Baia, cx. 176, doc. 1

AHU_ACL_CU_005, Cx. 172, D. 12999.

13147- **1778**, Julho, 11, Queluz

DECRETO da rainha D. Maria I ao Conselho Ultramarino nomeando D. Afonso de Portugal, para governador e capitão-geral da Capitania da Bahia, por tempo de três anos.

Anexo: 1 doc. (bilhete de pagamento de direitos)

AHU-Baia, cx. 178, doc. 7

AHU_ACL_CU_005, Cx. 175, D. 13147.

13263 - **1780**, Janeiro, 8, Lisboa

DECRETO da rainha D. Maria I nomeando o ex-chanceler da Relação da Bahia, Tomas Rubim de Barros Barreto, como conselheiro do Conselho Ultramarino.

Anexo: 1 doc.

AHU-Baía, cx. 181, doc. 3

AHU_ACL_CU_005, Cx. 178, D. 13332.

13822 - **1787**, Julho, 27, Lisboa

DECRETO da rainha D. Maria I nomeando D. Fernando José de Portugal para governador e capitão-general da Bahia.

Anexo: bilhete.

AHU-Baía, cx. 183, doc. 52

AHU_ACL_CU_005, Cx. 189, D. 13891.

13941 - **1789**, Agosto, 22, Lisboa

DECRETO da rainha [D. Maria I], nomeando João da Rocha Dantas para conselheiro do Conselho Ultramarino.

Anexo: bilhete.

AHU-Baía, cx. 191, doc. 38

AHU_ACL_CU_005, Cx. 191, D. 14010.

14236 - **1793**, Setembro, 9, Lisboa

CONSULTA da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação à rainha [D. Maria I] sobre o requerimento de Ambrósio Ribeiro das Neves, em que solicita um parecer dos oficiais da Mesa de Inspeção da Bahia a respeito da execução de uma carta régia emitida em seu favor ao governador-geral da mesma capitania [D. Fernando José de Portugal] referente a um empréstimo realizado a seu irmão, o falecido Francisco Ribeiro das Neves.

Anexo: carta régia (cópia).

AHU-Bahia, cx. 189, doc. 53

AHU_ACL_CU_005, Cx. 196, D. 14236.

14681- **1797**, Março, 13, Queluz

CARTA RÉGIA (cópia) ao governador-geral da Bahia, D. Fernando José de Portugal, ordenando a

proteção das matas reais na Capitania da Bahia.

AHU-Baía, cx. 205 doc.33

AHU_ACL_CU_005, Cx. 205, D. 14681.

14685 - **1797**, Março, 20, Queluz

AVISO do [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] D. Rodrigo de Sousa Coutinho ao [presidente do Conselho Ultramarino], Conde de Resende, [D. António José de Castro] remetendo cópias de duas cartas régias, expedidas para a Bahia, sobre a importância da conservação das matas e sobre a nomeação do capitão de mar e guerra, José Francisco de Perné, para que se dê o expediente necessário.

Anexo: 2 docs.

AHU-Baía, cx. 205 doc.37

AHU_ACL_CU_005, Cx. 205, D. 14685.

14690 - **1797**, Março, 30, Bahia

OFÍCIO de D. Miguel António de Melo ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre o estado em que se encontra a Capitania da Bahia: as questões de defesa, o comércio e governo econômico da terra.

AHU-Baía, cx. 205 doc.48

AHU_ACL_CU_005, Cx. 205, D. 14690.

15018 - **1799**, Maio, 19, Queluz

CARTA RÉGIA (cópia) da rainha [D. Maria I] ao governador e capitão geral da Capitania da Bahia D. Fernando José de Portugal sobre a abolição dos contratos sobre o sal e pesca das baleias.

AHU-Baía, cx. 214, doc. 24

AHU_ACL_CU_005, Cx. 213, D. 15018.

15027 - **1799**, Junho, 11, Bahia

CARTA do [governador e capitão geral da capitania da Bahia] D. Fernando José de Portugal à rainha [D. Maria I] sobre o destino da quantia remanescente da contribuição voluntária que por ocasião do terremoto em Lisboa se estabeleceu para toda a capitania.

AHU-Baía, cx. 214, doc. 34

AHU_ACL_CU_005, Cx. 213, D. 15027.

15042 - **1799**, Julho, 12, Queluz

CARTA RÉGIA (minuta) ao governador da Bahia [Fernando José de Portugal] sobre a conservação e corte das matas de Cairu.

Anexo: lembrete e regimento sobre o corte das madeiras (cópia).

AHU-Baía, cx. 215, doc. 8, cx. 213, doc. 13.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 213, D. 15042.

15123 - **1799**, Outubro, 22, Mafra

AVISO do [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] D. Rodrigo de Sousa Coutinho ao [presidente do Conselho Ultramarino], Conde de Resende, [D. António José de Castro] para que se faça consulta sobre o requerimento do escrivão da Mesa da Balança da Bahia, António Caetano de Amaral.

AHU-Bahia, cx. 213, doc. 22

AHU_ACL_CU_005, Cx. 215, D. 15123.

15402 - **1801**, Março, 13, Queluz

DECRETO do príncipe regente [D. João] promovendo o tenente-coronel agregado à 1ª Plana da Corte, com exercício em ajudante de ordens do Governo da Capitania da Bahia, Caetano Maurício Machado, para o posto de coronel.

Anexo: 2 docs.

AHU-Baía, cx. 219, doc. 38; cx. 275, doc. 115

AHU_ACL_CU_005, Cx. 220, D. 15402.

15407 - **1801**, Abril, 8

CARTA do comandante da fragata Andorinha, Inácio da Costa Quintela ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre a viagem realizada à Bahia.

Anexo: 11 docs.

AHU-Baía, cx. 219, doc. 45

AHU_ACL_CU_005, Cx. 221, D. 15407.

15576 - **1802**, Abril 9, Lisboa

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. João sobre o requerimento de João Francisco da Costa, moedeiro da Cada da Moeda da Cidade da Bahia, solicitando confirmação da licença passada pela Câmara para construir uma ponte sobre o rio Joanes.

Anexo: 7 doc.

AHU-Baía, cx. 222, doc. 56 e 57

AHU_ACL_CU_005, Cx. 224, D. 15576.

16363 - **1805**, Agosto, 15, Queluz

DECRETO do príncipe regente D. João nomeando João de Saldanha da Gama, Conde da Ponte, para o posto de governador da Bahia.

Anexo: 1 doc.

AHU-Baía, cx.235, doc. 40

AHU_ACL_CU_005, Cx. 237, D. 16363.

17241 - **1807**, Novembro, 14, Lisboa

PARECER do Conselho Ultramarino sobre a representação do governador da Bahia, Conde da Ponte [João de Saldanha da Gama], solicitando Maior autonomia e autoridade em relação à administração das capitánias anexas à da Bahia.

Anexo: 10 docs.

AHU-Baía, cx. 244, doc. 101

AHU_ACL_CU_005, Cx. 250, D. 17241.

17344 - [ant. **1809**, Abril, 16]

REQUERIMENTO de Frei João Teixeira, eremita calçado de Santo Agostinho, ao príncipe regente [D. João] solicitando licença para ir à Bahia, ter com os irmãos e parentes, tendo em vista as dificuldades por que passa a sua família no Reino, devido à invasão francesa.

Anexo: 1 doc.

AHU-Baía, cx. 245, doc. 41

AHU_ACL_CU_005, Cx. 252, D. 17344.

17308- [ant. **1808**, Outubro, 21]

REQUERIMENTO do professor de língua grega da Bahia Luís dos Santos Vilhena ao príncipe regente [D. João] solicitando passaporte para regressar à Bahia.

Anexo: 3 docs.

AHU-Baía, cx. 3, doc. 43

AHU_ACL_CU_005, Cx. 251, D. 17308.

17368 - **1809**, Agosto, 24, Bahia

CARTA de Manuel Luís, ex-combatente na luta contra os franceses, ao príncipe regente [D. João] sobre as invasões francesas.

AHU-Baía, cx. 245, doc. 49

AHU_ACL_CU_005, Cx. 252, D. 17368.

17455- [ant. **1810**, Maio, 29]

REQUERIMENTO de António Procópio de Argolo e Queirós Pina de Melo ao príncipe regente [D.

João] solicitando passaporte para regressar à Bahia.

Anexo: 1 doc.

AHU-Baía, cx. 4, doc. 28

AHU_ACL_CU_005, Cx. 253, D. 17455.

17640 - **1812**, Julho, 10, Bahia

PASSAPORTE do governador da Bahia, Conde dos Arcos [Marcos de Noronha e Brito], autorizando a viagem da Bahia para o Maranhão do bergantim General Silveira, de que é mestre José dos Santos Ferreira e senhorio Guilherme José Ferreira.

Anexo: 1 doc.

AHU-Baía, cx. 5, doc. 25

AHU_ACL_CU_005, Cx. 255, D. 17640.

17646 - **1812**, Agosto, 19, Bahia

PASSAPORTE do governador da Bahia, Conde dos Arcos [Marcos de Noronha e Brito], autorizando a viagem da Bahia para Lisboa do bergantim Leal Português, de que é mestre Faustino Xavier de Castro e senhorio Antônio Luís Ferreira.

AHU-Baía, cx. 5, doc. 30

AHU_ACL_CU_005, Cx. 255, D. 17646.

17681 - **1813**, Janeiro, 19, Bahia

OFÍCIO do governador da Bahia, Conde dos Arcos [D. Marcos de Noronha e Brito] ao [secretário do Governo do Reino de Portugal, das Repartições da Marinha, Negócios Estrangeiros e Guerra] D. Miguel Pereira Forjás [Coutinho] remetendo as correspondências dos capitães de fragatas inglesas surtas na Bahia, para serem enviadas ao Ministro Plenipotenciário da Coroa Britânica em Lisboa, Mr. Stuart e ao comandante em chefe da Esquadra Inglesa nas costas de Portugal, Almirante Martyn.

AHU-Baía, cx. 247, doc. 7

AHU_ACL_CU_005, Cx. 255, D. 17681.

17892 - [ant. **1815**, Agosto, 18]

REPRESENTAÇÃO dos negociantes da praça da Bahia ao príncipe regente [D. João] solicitando que se ordene ao arrendatário do sítio do Lenhão, onde existe uma fonte, que permita o uso público e gratuito da água da referida fonte, como antes se praticava.

Anexo: 3 documentos

AHU-Baía, cx. 248, doc. 66

AHU_ACL_CU_005, Cx. 257, D. 17892.

18303 - [ant. **1818**, Agosto, 11]

REQUERIMENTO de José Joaquim Vitória, mestre marceneiro, ao rei [D. João VI] solicitando licença para ir para a Bahia.

Anexo: atestado.

AHU-Baía, cx. 251, doc. 80

AHU_ACL_CU_005, Cx. 261, D. 18303.

18650 - **1821**, Agosto, 7, [Lisboa]

OFÍCIO do [presidente] das Cortes Gerais, João Batista Filgueiras, ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Joaquim José Monteiro Torres, referente ao desembarque do Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito, no porto de Lisboa.

AHU-Baía, cx. 253, doc. 87

AHU_ACL_CU_005, Cx. 264, D. 18650.

18841 - **1822**, Fevereiro, 23, Bahia

CARTA do governador das Armas da Bahia, brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo ao rei [D. João VI] sobre os acontecimentos relativos à sua nomeação.

Anexo: 4 docs. (com 2ª Via).
AHU-Baía, cx. 255, doc. 45 e 46
AHU_ACL_CU_005, Cx. 266, D. 18841.

18846 - **1822**, Março, 4, Bahia
IMPRESSOS relativos aos motins dos dias 19 e 20 Fevereiro de 1822 na cidade da Bahia.
Obs.: inclui o periódico baiano *Idade d' Ouro do Brasil*.
AHU-Baía, cx. 256, doc. 3
AHU_ACL_CU_005, Cx. 267, D. 18846.

18859 - **1822**, Março, 13, Bahia
RELATÓRIO da investigação feita pelo governador das Armas Inácio Luís Madeira de Melo, acerca dos acontecimentos ocorridos no forte de São Pedro da Bahia entre os dias 16 e 21 de Fevereiro de 1822.
Anexo: cópia.
AHU-Baía, cx. 256, doc. 19
AHU_ACL_CU_005, Cx. 267, D. 18859.

18865 - **1822**, Março, 16, Bahia
OFÍCIO da Junta Provisória do Governo da Bahia ao [secretário de Estado dos Negócios do Reino] Filipe Ferreira de Araújo e Castro sobre a remessa de desenhos de flores de certo tipo de vegetação.
AHU-Baía, cx. 256, doc. 24
AHU_ACL_CU_005, Cx. 267, D. 18865.

18919 - **1822**, Abril, 27, Bahia
CARTA do governador das Armas da Província da Bahia, Ignácio Luís Madeira de Melo ao rei [D. João VI] sobre os acontecimentos ocorridos na Cidade da Bahia de 15 a 21 de Fevereiro do ano de 1822.
Anexo: carta (2ª via).
AHU-Baía, cx. 257, doc. 37 e 38
AHU_ACL_CU_005, Cx. 268, D. 18919.

18990 - **1822**, Junho, 26, Bahia
CARTA dos oficiais da Câmara da Bahia ao rei [D. João VI] sobre a anarquia que ameaça a cidade.
Anexo: termo (cópia).
AHU-Baía, cx. 258, doc. 11
AHU_ACL_CU_005, Cx. 270, D. 18990.

18998 - **1822**, Julho, 1, Inhambupe
CARTA (cópia) dos oficias da Câmara da vila de Inhambupe reafirmando a aclamação de D. Pedro como príncipe regente do Brasil.
Obs.: sem indicação do destinatário.
Anexo: requerimento (cópia).
AHU-Baía, cx. 259, doc. 1
AHU_ACL_CU_005, Cx. 270, D. 18998.

19007 - **1822**, Julho, 6, Bahia
CARTA da Junta Provisória do Governo da Bahia ao rei [D. João VI] relatando os últimos acontecimentos que agitaram a Província, envolvendo dois partidos: o dos que querem a união da Província às demais do Reino e o dos que pregam a separação.
Anexo: 25 docs.
AHU-Baía, cx. 259, doc. 12, 15 e 21
AHU_ACL_CU_005, Cx. 270, D. 19007.

19073 - **1822**, Agosto, 28, Bahia

CARTA do governador das Armas da província da Bahia Inácio Luís Madeira de Melo ao rei [D. João VI] relatando a sua campanha e medidas adotadas na Bahia.

Anexo: 157 docs.

AHU-Baía, cx. 261, doc. 30 e 31 ; cx. 260, doc. 35, 36, 37 e 38.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 272, D. 19073.

19106 - **1822**, Outubro, 8, Baía

CARTA do [governador das Armas da Província da Baía], Inácio Luís Madeira de Melo, ao rei [D. João VI], comunicando a aclamação de D. Pedro pelo povo de Estância e demais acontecimentos.

Anexo: 27 docs e 2ª via.

AHU-Baía, cx. 262, doc. 44 ; cx. 261, doc. 4.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 273, D. 19106.

19588 - **1826**, Março, 30, Lisboa

REQUERIMENTO de José António Ferreira, imigrado da Baía, à princesa regente [infanta D. Isabel Maria], solicitando passaporte para regressar ao Brasil.

Anexo: 2 docs.

AHU-Baía, cx. 271, doc. 17

AHU_ACL_CU_005, Cx. 281, D. 19588.

1.2 Arquivo Histórico Ultramarinho de Lisboa – Consulta à Diretoria do Arquivo

– Consulta em 29 de dezembro de 2014 (via email)

“Sra. Ana Canas

Encontro-me desenvolvendo um Mestrado em História do Urbanismo na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. O meu tema é relacionado com o desenvolvimento da cidade ao final do século XVIII e início do século XIX. Tive informações sobre um levantamento cadastral e topográfico de Salvador elaborado em 1785 pelo Capitão-mor e professor da aula militar José de Azevedo Galeão. Gostaria de saber se estes arquivos encontram-se nesta coleção ou se porventura tenha conhecimento de outra biblioteca onde eu possa encontrar.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Brasil: códices, cartografia e iconografia I: inventários gerais, Lisboa, AHU, s.d..

Fico no aguardo de sua resposta.

Atenciosamente

Maria Ângela Barreiros Cardoso

ARQUITETA”

– Resposta em 15 de janeiro de 2015 (via email).

“Exma. Senhora

Arq. Maria Ângela Cardoso

Em resposta ao seu mail em que solicita informação sobre um ‘levantamento cadastral e topográfico de Salvador elaborado em 1785 pelo capitão-mor e professor da aula militar José de Azevedo Galeão’, informamos que após uma consulta efetuada com recurso aos instrumentos disponíveis temos a informar o seguinte:

1) Sobre o seu tema de estudo da cidade de Salvador da Baía, do final do século XVIII e início do século XIX, informamos que foram identificadas duas referências.

TOPOGRAFICA DA BAHIA DE TODOS OS SANTOS NA QUAL ESTÁ SITUADA A CIDADE DE S. SALVADOR...

AHU_CARTm_005, D. 986

PLANTA E PROSPECTO DA OBRA, QUE PERTENDEM FAZER OS NEGOCIANTES DA CIDADE DA BAÍA

AHU_CARTm_005, D. 987

2) Informamos que na consulta efetuada no ficheiro da cartografia relativo a aula militar, sobre a Baía, identificamos três referências, mas nenhuma diz respeito a José Gonçalves Galeão que estão assinalados em baixo.

CALDAS, José Antônio de

PLANTA DO CAIS DO SODRÉ DA CANA, DA MISERICÓRDIA, DA FARINHA E RUAS ANEXAS

[Planta do cais do Sodré da Cana, da Misericórdia, da Farinha e ruas anexas] / José António Caldas e João de Souza de Castro discípulo da Aula Militar compartilhado copiou. – Escala [ca.1:550]. – 19 de Novembro de 1777. - 1 planta

ms. : color., desenho a nanquim ; 25,1 x 48,5cm. em f. 28,5 x 72,7cm.

Projeto da construção de cais de pedra.

Escala gráfica de 100 palmos [= 4cm.].

Contém um texto com dados históricos sobre a mudança do cais.

Inclui rosa-dos-ventos, com flor-de-lis.

Elabora em: *Bahia*.

Aguada nas cores vermelha, amarela, cinza e sépia.

Invent. Castro e Almeida. AHU_CU_005-01,D.9611

Referências: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 4º. Inventário da Brasiliae Monumenta Cartographica / por Alberto Iria.. Separata de Studia , Lisboa, nº 17, abr.1966. Ref.: 184 – Cat. Exp.

Pará. Ref. 14 –.

Brasil / Bahia / Bahia, Capitania de / Cais – Bahia

Lista da Seção de Cartografia do AHU: nº 175

AHU_CARTm_005, D. 988

[CADERNO DE DESENHOS DA] AULA MILITAR [DA] BAHIA

[Caderno de desenhos da] aula militar [da] Bahia. – 1778-1779. – 40 f. : 22 desenhos técnicos, 6 plantas m., 12mapas ms. ; 21,7 x 33,3 cm.

Elaborado pelos alunos da Aula Militar da Bahia Inácio José, João Vieira da Silva, Antônio Mendes, João de Sousa.

Desenho a nanquim.

As folhas estão encadernadas.

Invent. Castro e Almeida. AHU_CU_005-01, D.10151-10197

Brasil/ Bahia / Bahia, Capitania da / Educação militar – Bahia / Arquitetura militar – Bahia / José, Inácio / Silva, João Vieira da / Mendes, Antônio / Sousa, João de que é mestre

Lista da Seção de Cartografia do AHU: nº 177

AHU_CARTm_005, D. 990-1028-1028ª

[CADERNO DE DESENHOS DA] AULA MILITAR [DA] BAHIA

[Caderno de desenhos da] aula militar [da] Bahia. / M[anu]el Anto[nio] Rib[ei]ro– 1779. – 6 f. : desenhos técnicos;; 29 x 43,5 cm.

Desenho a nanquim.

Elaborado pelo aluno da Aula Militar da Bahia, Manuel Antônio Ribeiro.
As folhas estão encadernadas.

Invent. Castro e Almeida. AHU_CU_005-01, D.10151-10197

Brasil/ Bahia / Bahia, Capitania da / Educação militar – Bahia / Arquitetura militar – Bahia/Ribeiro, Manuel Antônio

Lista da Seção de Cartografia do AHU: nº 178

AHU_CARTm_005, D. 1029-1034

3) Na pesquisa efetuada no fichero do Conselho Ultramarino/Brasil – Baía, identificámos um militar e professor de aula militar no período cronológico, com o nome de José Gonçalves Galeão, e não de José de Azevedo Galeão como vem referenciado no seu pedido de informação. Seguem as dezessete referências em nome do professor da aula militar, José Gonçalves Galeão.

Baía/Castro de Almeida

1778, Fevereiro, 17, Bahia

CARTA do 2º tenente, José Gonçalves Galeão, ao [Martinho de Melo e Castro] **sobre o ensino que professava num regimento de artilharia**, e os progressos nos exercícios praticados com peças e morteiros.

Anexo: 3 atestados, mapa.

AHU_CU_005-01, Cx. 51, D. 9667-9671.

1780, Abril, 12, Bahia

OFÍCIO do tenente José Gonçalves Galeão ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, **sobre a aula do Regimento de Artilharia**, e as experiências com madeira, feitas pelo coronel Teodósio da Silva Raboxo.

Anexo: 3 mapas, memória.

AHU_CU_005-01, Cx. 54, D. 10527-10531.

1783, Março, 29, Bahia

OFÍCIO de José Gonçalves Galeão ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, sobre a remessa da relação dos **seus discípulos da Aula Militar**.

Anexo: relação.

AHU_CU_005-01, Cx. 59, D. 11201-11202.

[1789]

REQUERIMENTO de José Gonçalves Galeão solicitando que lhe passassem a 2ª via da carta patente de sargento-mor do Regimento de Artilharia da Guarnição da Bahia.

Anexo: decreto, relação.

Obs.: a data do despacho é 1789, Setembro, 7.

AHU_CU_005-01, Cx. 71, D. 13539-13541.

1793, Março, 9, Bahia

OFÍCIO do governador dom Fernando José de Portugal ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro **sobre as dúvidas do vedor relativas aos vencimentos do lente de artilharia e engenharia, sargento-mor, José Gonçalves Galeão**.

Anexo: ofício.

AHU_CU_005-01, Cx. 78, D. 15224-15230.

1797, Dezembro, 18, Bahia

OFÍCIO do governador D. Fernando José de Portugal ao [ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos] D.

Rodrigo de Souza Coutinho, **sobre as solicitações de José Gonçalves Galeão, que pedia a resolução das dúvidas da Vedoria relativas ao pagamento dos seus vencimentos de lente da Aula do Regimento de Artilharia**, e do filho do sargento-mor de Infantaria, João Soares Nogueira, José Malaquias Soares Serpa, que pedia a serventia vitalícia do ofício de escrivão dos Órfãos da Comarca da Bahia, exercido interinamente por Ezequiel António da Costa Ferreira.

Anexo: ofício, requerimento, 2 instrumentos de justificação, certidão (instrumento em pública forma) certificado, certidão.

AHU_CU_005-01, Cx. 90, D. 17540-17550.

1799, Dezembro, 19, Bahia

OFÍCIO do governador D. Fernando José de Portugal, ao [ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos] D. Rodrigo de Souza Coutinho, informando sobre o **requerimento do tenente-coronel, lente efetivo do Regimento de Artilharia da Bahia, José Gonçalves Galeão**, que alegando serviços, solicitava promoção ao posto de coronel agregado.

Anexo: requerimento.

AHU_CU_005-01, Cx. 100, D. 19653-19654.

1799, Maio, 30, Bahia

OFÍCIOS (2) o primeiro, de José Gonçalves Galeão ao [ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos] D. Rodrigo de Souza Coutinho, solicitando que se interessasse pelo seu requerimento que pedia a promoção ao posto de coronel agregado ao Regimento de artilharia, o segundo, do provedor da Alfândega, José Venâncio de Seixas aquele secretário, informando as causas da diminuição das rendas da Real Fazenda.

AHU_CU_005-01, Cx. 101, D. 19711-19712.

1799, Dezembro, 18, Bahia

OFÍCIO do comandante de tropas, Florêncio José Correia de Melo ao [ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos] D. Rodrigo de Souza Coutinho, informando sobre o requerimento do coronel do Regimento de Artilharia, dom Carlos Baltazar da Silveira, relativo ao tenente-coronel, José Gonçalves Galeão e a oficiais do regimento de artilharia.

Anexo: requerimento.

AHU_CU_005-01, Cx. 101, D. 19780-19781.

1804, Abril, 28, Bahia

OFÍCIOS (8) o primeiro e o segundo, do governador [da Bahia], Francisco da Cunha Menezes ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Melo e Meneses Souto Maior], respectivamente informando que tinha mandado que se passasse patente a José Joaquim Vieira, do posto de ajudante do Regimento de Cavalaria de Milícias da Vila da Cachoeira, averbar a licença de um ano dada ao cabo de esquadra do Primeiro Regimento de Infantaria, José da Silva e Souza, o terceiro, quarto e quinto, do governador, do marechal Florêncio José Correia de Melo, e do coronel José Gonçalves Galeão, sobre o soldado do Regimento de Artilharia, Manuel José Gomes, o sexto e sétimo, do governador ao visconde, respectivamente sobre, o requerimento do tenente-coronel, Inocência José da Costa, que solicitava reforma no posto de coronel, a suspensão do corte da madeira por não haver onde guardá-la e navios para transportá-la, o oitavo, do juiz conservador das matas, Baltazar da Silva Lisboa, sobre o mesmo assunto.

AHU_CU_005-01, Cx. 131, D. 25975-25982.

1805, Dezembro, 12, Bahia

OFÍCIO (1) do governador [da Bahia] Francisco da Cunha Menezes ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [D. João Rodrigues de Melo e Meneses Souto Maior], sobre vários requerimentos do coronel José Gonçalves Galeão e seu ajudante de ordens António de Bitencourt Berenguer Cesar.

Anexos: requerimentos, fé de ofício, atestados, certidões.

AHU_CU_005-01, Cx. 138, D. 27.607-27.616

1807, Fevereiro, 3, Bahia

OFÍCIO do conde da Ponte [João de Saldanha da Gama Melo Torres Guedes de Brito, governador e capitão general da Bahia] ao visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos], remetendo as informações dos comandantes dos corpos regulares da cidade da Bahia, relativos à conduta e aptidão dos oficiais inferiores e cadetes dos seus respectivos regimentos, assim como do mérito do brigadeiro Francisco José de Matos Ferreira e Lucena, e dos coronéis Joaquim de Melo Leite Cogominho e José Gonçalves Galeão.

Anexo: relações.

AHU_CU_005-01, Cx. 148, D. 29.727 – 29.730

Baía avulsos

1781, Junho, 22, Bahia

OFÍCIO do capitão de artífices e diretor da Aula de Artilharia na capitania da Bahia, José Gonçalves Galeão, ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo a **relação dos alunos aplicados à referida disciplina**.

Anexo: 1 doc.

AHU-Baía, cx. 183, doc. 42

AHU_ACL_CU_005, Cx. 181, D. 13476.

1793, Outubro, 26, Porcalhota

OFÍCIO do [presidente do Real Erário], marquês mordomo-mor, [visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Tomás Xavier de Lima Teles da Silva] ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, remetendo papéis sobre a dúvida que ocorreu na Bahia, quanto ao **soldo que se tem pago ao lente de fortificação da Bahia, José Gonçalves Galeão**.

Anexo: cartas, portarias, ofício (cópia).

AHU-Bahia, cx. 195, doc. 12

AHU_ACL_CU_005, Cx. 196, D. 14240.

1800, Abril, 7, Queluz

AVISO do [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] D. Rodrigo de Sousa Coutinho ao presidente do Conselho Ultramarino, Conde de Resende, D. António José de Castro para que se passe patente de tenente-coronel a José Gonçalves Galeão.

AHU-Baía, cx. 217, doc. 28 e 34

AHU_ACL_CU_005, Cx. 217, D. 15192.

[ant. 1804, Fevereiro, 22]

REQUERIMENTO do coronel graduado ao Regimento de Artilharia da Bahia, José Gonçalves Galeão ao príncipe regente [D. João] solicitando patente de coronel no lugar do brigadeiro João Batista Vieira Godinho.

Anexos: 1 doc.

AHU-Baía, cx.229, doc. 29

AHU_ACL_CU_005, Cx. 231, D. 15965.

1806, Dezembro, 17, Mafra

DECRETO do príncipe regente [D. João] nomeando José Gonçalves Galeão para o posto de coronel agregado ao Regimento de Artilharia da cidade da Bahia.

AHU-Baía, cx. 241-A, doc. 21

AHU_ACL_CU_005, Cx. 245, D. 16899.

Com os melhores cumprimentos

Ana Canas

Diretora

ahu@iict.pt”

2 Período Regencial

2.1 *Museu Nacional*, UFRJ, Museu Nacional, Seção de Memória e Arquivo Histórico, arquivista: Aluf Alba Elias – visitado em 25 de março de 2014.

DOCUMENTO N.º 185 – Pedido do Senado da Câmara da Baía a José da Costa e Silva para apresentar um projeto de Obelisco comemorativo, 15 de setembro de 1813.

BNRJ, Manuscritos, I-3, 29, 060

Rio de Janeiro, 11 de Setembro 1813

Carta a José da Costa e Silva

Ill.mº Snr Jozé da Costa

O Senado da Cam.^a desta Cid.e me encarrega de suplicar a V.S.º o seu favor, q. nas circunstancias presentes se lhe torna indispensavel: porquanto propondo se a inaugurar hum monumento publico em memoria da Feliz Epoca da chegada de S. Alteza R.l a este porto, e havendo-se de signado o lugar no sitio do Passeio Publico, o receio de que aquele lugar sobranceiro a huma das montanhas da Cidade, não possa p.r desgraça tornar-se improprio, principalm.te no estado actual das montanhas da Cid.e, torna-se ndispensável tomar neste ponto as medidas necessárias; como V.S. pelos seus talentos, e notório merecimento, melhor que ninguém pode dar no cazo huma segura, e certa decisão; o Senado da Cam.a se propõem juntar-se em corpo no d.º lugar do Passeio Publico no dia 14 p.a 15 do corr.e pelas 5 horas da tarde, e com os Enginhr.os, Mestres, e Peritos, p.a terem a fortuna de ouvir o decisivo voto de V.S. em huã matéria tão importante, e q. por isso esperão de merecer de V.S. que Ds G.de

Bahia em Cam.a 11 de 7bro de 1813

Manoel Ezequiel de Almeida

DOCUMENTO N.º 189 – Relatório de José da Costa e Silva sobre a visita à Baía devido às graves inundações, 11 de setembro de 1813.

Bahia, 11 de Setembro de 1813

Jozè da Costa e Silva Academico de Mérito da Insigne e Inclita Academia de S. Lucas de Roma, socio da Academia Clementina de Bolonha, Professor Regio de Architectura Civil; e Architecto geral de todas as Obras Reaes pelo Príncipe Regente Nosso Snr. que Deos Guarde. Attesto que tendo eu sido encarregado por S.A.R. de vir a cidade da Bahia afim de examinar as ruinas que na mesma cidade athe a terra que correo dos montes por cauza das

grandes chuvas; fui no dia 30 do corrente mez de Setembro ver a porção que tinha corrido do norte pela parte do consistorio da Igreja de S. Antonio alem do Carmo; e achei que a terra tinha corrido com tanta força que chegou até o mar, deixando o alicerce da dita Igreja por aquela que a parte se mostra, sem terra que o possa segurar; motivo pelo qual no pavimento da Igreja, e também algumas paredes, já se descobrem algumas fendas as quais fazem a conhecer que o terreno não pode com o peso do Edifício, e que este deve por fim pricipiar se não se cuidar em evitar a sua ruína; e por me ser pedido a prezente attestação a passei em fê da verdade. Bahia, aos 11 de Setembro de 1813 Jozè da Costa e Silva

– Manuscritos da BN, II-33,26,27- Ofícios de Inacio Ferreira da Câmara Bittencourt- Planta esquemática do Horto Botânico de Salvador

3 Período Imperial

3.1 *Governo da Província da Bahia, Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB*, Ladeira das Quintas dos Lázarus, Salvador. Visitado em: 18 de junho de 2015

– FALLA que recitou o Presidente da Província da Bahia, o Desembargador Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, N´Abertura da Assembleia Provincial da mesma Província no 1 de março de 1850. Bahia: Tipographia Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira, Rua do Tijolo, Casa N.10. (1850: Salubridade Pública – Conselho da Salubridade: Reunião com Professores, Médicos, Representação em cada Freguesia. Proibição de Enterramentos nas Igrejas, p. 20; Obras Públicas: Povoação da Barra – Obra quase concluída pelo Padre Inglêz E. J. Parker, p. 28; Estrada da Vitória, p. 29). Fonte: APEB

– FALLA que recitou o Presidente da Província da Bahia, o Desembargador Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, N´Abertura da Assembleia Provincial da mesma Província no 1 de março de 1851. Bahia: Tipographia Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira, Rua do Tijolo, Casa N.10. (1851:3-6-7). Fonte: APEB

– FALLA que recitou o Presidente da Província da Bahia, o Desembargador Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, N´Abertura da Assembleia Provincial da mesma Província no 1º de março de 1852. Bahia: Tipographia Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira, Rua do Tijolo, Casa N.10 (1852: 19,20,21). Fonte: APEB

– FALLA que recitou o Vici-Presidente da Província da Bahia, o Álvaro Tibério de Moncorvo Lima, N´Abertura da Assembleia Provincial da mesma Província no 1 de outubro de **1853**. Bahia: Tipographia Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira, Rua do Tijolo, Casa N.10. (1856: Obras do Campo de São Pedro, p. 20). Fonte: APEB

– FALLA que recitou o Presidente da Província da Bahia, o Álvaro Tibério de Moncorvo Lima, N´Abertura da Assembleia Provincial da mesma Província no 14 de maio de **1856**. Bahia: Tipographia Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira, Rua do Tijolo, Casa N.10. (1856: Comissão de Higiene Pública, p.15; Gabinete de História Natural na Biblioteca Pública, p.33; Campo de São Pedro, p. 62,63; Calçadas da cidade, p. 64) Anexo: Relatório Geral das Obras dirigidas pelo engenheiro Dr. Francisco Pereira de Aguiar do ano de 1855, Estrada do Rio Vermelho, p. 8; Campo de

São Pedro, p. 9; Ladeira da Gamboa, p. 10; Estrada do Forte de São Pedro, p. 9; Caminho novo entre Gamboa e Passeio Público, p. 13) Fonte: APEB

– FALLA que recitou o Presidente da Província da Bahia, o Desembargador Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, N´Abertura da Assembleia Provincial da mesma Província no 1 de março de **1859**. Bahia: Tipographia Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira, Rua do Tijolo, Casa N.10. (1859: Obras do Campo Grande, p. 28,29) Fonte: APEB

– Planta de Alinhamento de Ruas das Mercês ao Campo Grande. [Autoria de Pedro Gomes e Francisco Lavigne], Salvador, 08 de dezembro de 1846. fonte: APEB

– Planta do caminho do Campo Grande ao Garcia [Autoria:Engº Francisco de Aguiar]. Salvador, 1858

– Mapa Topographico de S.Salvador [autoria: Carlos Weyll. Salvador (s/d)]

3.2 *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Biblioteca Ruy Barbosa, Avenida Joana Angélica nº 43, Piedade, Salvador. Visitado em 26 e 27 de maio de 2015 e 19 de junho de 2015.

– FALLA que recitou o Presidente da Província da Bahia, do Conselheiro João Maurício Wanderley, N´Abertura da Assembleia Provincial da mesma Província no 1º de março de **1853**. Bahia: Tipographia Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira, Rua do Tijolo, Casa N.10 (1853: Calçamento das ruas e praças, p. 40; Campo do Forte de São Pedro, p.42; Estrada da Vitória p. 43, Rua Banco dos Ingleses, Rua Bom Gosto, Nova Ladeira da Gamboa, p. 44; Estrada do Rio Vermelho, p. 45). Fonte: IGHBa

– FALLA que recitou o Presidente da Província da Bahia, do Conselheiro João Maurício Wanderley, N´Abertura da Assembleia Provincial da mesma Província no 1º de março de **1854**. Bahia: Tipographia Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira, Rua do Tijolo, Casa N.10 - (1854: Passeio Público, p. 39);

Anexo: Relatório Geral das Obras dirigidas pelo engenheiro Dr. Francisco Pereira de Aguiar, ano 1853: Campo de São Pedro, p.6; Ladeira da Gamboa, p. 7; Início do novo caminho entre a Ladeira da Gamboa e o Passeio Público, p. 10). Fonte: IGHBa

– FALLA que recitou o Presidente da Província da Bahia, do Conselheiro João Maurício Wanderley, N´Abertura da Assembleia Provincial da mesma Província no 1º de março de **1855**. Bahia: Tipographia Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira, Rua do Tijolo, Casa N.10 - (1855: Obras Concluídas: Estrada do Passeio Público para o Campo Grande, Obras em andamento: Campo Grande de São Pedro, Ladeira da Gamboa, Estrada do Forte de São Pedro, Ladeira da Fonte de São Pedro, p. 47);

Anexo: Relatório Geral das Obras dirigidas pelo engenheiro Dr. Francisco Pereira de Aguiar: Ladeira da Gamboa, p. 12; Estrada do Forte de São Pedro, p. 13,14. Fonte: IGHBa

– FALLA que recitou o Presidente da Província da Bahia, o Desembargador Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, Barão de São Lourenço, N´Abertura da Assembleia Provincial da mesma Província no 11 de abril de **1869**. Bahia: Tipographia Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira, Rua do Tijolo, Casa N.10. (1869: Passeio Público: Nivelamento dos terrenos, assentamento de novos gradis de ferro, construções de bancos e pilares, combustores, p. 59).

Anexo: Relatório Geral da Repartição de Obras Públicas, 1868 – Dr. De Obras Públicas Engenheiro Dr. Francisco Pereira de Aguiar: Rua do

Rosário, Mercês (feitas por processo Mac Adam), Forte de São Pedro – Obras contratada ao Senhor Gaspar. Fonte: IGHBa

– FALLA que recitou o Presidente da Província da Bahia, o Desembargador Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, Barão de São Lourenço, N´Abertura da Assembleia Provincial da mesma Província no 6 de março de **1870**. Bahia: Tipographia Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira, Rua do Tijolo, Casa N.10, (Manutenção do Passeio Público, p. 20). Fonte: IGHBa

– FALLA que recitou o Presidente da Província da Bahia, Esperidião Eloy de Barros Pimentel, N´Abertura da Assembleia Provincial da mesma Província no 1º de maio de **1885**. Bahia: Tipographia Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira, Rua do Tijolo, Casa N.10.

Anexo: Relatório de Obras Públicas do Dr. Engenheiro Comendador Jacome Martins Baggi e Repartição de Obras, 28 de Janeiro de 1885 (Manutenção do Passeio Público, p. 7)IGHBa

– FALLA que recitou o Presidente da Província da Bahia, Conselheiro Theodoro Machado Freire Pereira da Silva, N´Abertura da Assembleia Provincial da mesma Província no 3 de abril de **1886**. Bahia: Tipographia Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira, Rua do Tijolo, Casa N.10.

4 Documentos da Câmara Municipal de Salvador Colonial, Regencial e Imperial

4.1 *Prefeitura Municipal de Salvador*, Fundação Gregório de Mattos, Arquivo Histórico Municipal de Salvador. Rua Chile, Nº 31, Salvador. Visitado em 05 de junho de 2014, 28 de maio de 2015; 02, 09 e 11 de junho de 2015.

– Cartas do Senado, **LIVRO 28**, Salvador (1808-1816)

Em defesa da Praça do Comércio: posição geográfica do sítio, abundância da produção de tabaco, ser incomparável e mais rica que a do rio de Janeiro(p159)

Solicitação de recursos para reparos em Obras Públicas, Pontes, Fontes, Calçadas, festas, procissões reais (p. 160)

Foram criadas as freguesias: N.Sra. da Vitória, N.Sra. de Brotas, Santa Assunção do Sacramento, São Pedro Velho, Sé Catedral, Conceição da Praia, Santíssimo Sacramento da Rua do Passo, Santo Antônio além do Carmo, N.Sra. do Pilar, N. Sra. Da Penha de Itapagipe, e freguesias adjacentes.(161)

Informações sobre melhoramento e organização. Ordem para regular as praças e ruas com projetos de regulamento. Devido à antiguidade, e opulência se tornarão reconhecidas face a aparência do seu comércio com as Nações Aliadas, especialmente com a Gran Bretanha, que susceptivelmente estabeleceu nesta cidade os seus comissários e correspondentes, tessem renovados suas propriedades esse que.....o frontispício, aformoseando.....como gosto à ordenação de nobre e vistosa do que afunesto e antiquado lugarencomendas e assistir aos inquéritos públicos principalmente em correspondência com as envidraçadas e ultimamente emendadas na melhor frente. Sendo portanto expostas entre nós essa observação e confrontações legítimas visando igualmente ao nosso Conhecimento a noticia ser do Brasil a graça de Nossa Alteza Real promover nesse antigo a melhor formalidade valor no esplendor às Cidades e Principais Capitais do Reino, servindo-se baixar o seu Regio Regimentação nessa capital da América corte de V. Alteza Real para legislativamente

reproceder a carta reforçada de um total encaminhamento de Portadas, empanadas, ou outros quaisquer tapumes ou aprensos e sobreexpostos exteriormente nas janelas, deliberamos, enfim, convencidos de que nada periga nem se bevisca abranger de que antes evite desabuso observação à ensolações, os novos edificadores, para.....de suas propriedades com maior.....já sem atenção ahum tão deplorável....Condescendência, Respeito particulares ainda autorizavão. Resolvemos por esse concerto, exprovação, levar à presença de V. Alteza Real a presente proposta para que a exemplo dessa Corte e cidade principal desse Estado se possa igualmente nessa Cidade, realizare autoridade preciosa, esta correção e regularidade dos edifícios relativamente ao arrancabento excabíveis das retidões e mais geologias que só servem de aversão, os edifícios e os fazemos escuros, sombrios a que acontecem o mesmo às ruas. Bahia, 16 de julho de 1809. Manoel Ezequiel de Almeida- Escrivão do Senado(p.163)

SOBRE O OBELISCO DO PASSEIO PÚBLICO – Foi presente da Câmara o ofício de 22 de junho dirigido [...] pelas expressões com que V. A. Real anuncia a honrosa aceitação que Sua Alteza Real a digníssima torre do Monumento que pretendemos levantar para o que precederia a aprovação do Exmo General constantes dos documentos juntos, aproveita a primeira ocasião que se lhe oferece, havendo desembarcado as últimas peças do mármore feito em Lisboa para dar agradável certeza que a 17 de dezembro deste será feita a Inauguração do Monumento que levanta o povo mais fiel no melhor do soberanos e que fará a honra eterna dos cidadãos que conceberão e realizarão tão digno projeto. Rogamos[...] com o mais profundo respeito que haja na Real presença do Príncipe Regente Nosso Senhor quando fica deferido a averbação em Câmara . 17 de julho de 1813. Luis Pereira Sodrê- escrivão do Senado. João de Melo Leite- Presidente do Senado (p.175)

Conselho Geral da Província na Bahia – SAUDE PÚBLICA:
– Cartas do Senado, **LIVRO DE POSTURAS**, Salvador (1829-1859)

Nº 29: Exige limpeza de valas, riachos; Nº 31: Proíbe o descarte de canos de esgoto e de lixo nas ruas; Nº 45: Proíbe a construção de escadas ou degraus entre a edificação e o passeio; Nº 50:Proíbe a construção de balcões e sacadas sobre a via.

Cartas do Senado, **LIVRO DE POSTURAS**, Salvador (17 junho 1844)

Nº13- Proíbe lançamento de esgoto sobre a rua ; Nº 22: Exige o sepultamento em covas com mais de seis palmos abaixo da superfície do terreno natural, (pena de multa de 4\$000 reis ou dois dias de prisão); Nº 33: Aviso de lançamento de Edital para indicar locais específicos para descarte de lixos e entulhos; Nº36: Indica locais para depósito de lixos e entulhos, dentre outros, na Baixa do Campo Grande de São Pedro em direção à cerca da lateral da roça de Silvestre José da Silva;

CÂMARA MUNICIPAL, LIVRO DE ATAS, Salvador (1849-1853)

15/03/1852- À Comissão de Obras-Comissão de Alinhamento- aprova o nivelamento e alinhamento do Campo de São Pedro e da Estrada da Victória a fim de evitar o ângulo agudo (P.213). Obras Diversas na cidade (p.232)

15/07/1852- Indica, para a Comissão de vistorias e alinhamento, o ilustre parecer dado pelo Engenheiro ao serviço acerca da requisição feita pelo Dr.

Agenor, Eng. a serviço do Governo, a respeito da obra do cano na entrada da Estrada da Victória (p.243).

22/07/1852 - Aprovação da licença da obra requerida pelo Dr. Agenor.

31/07/1852 - Autoriza desobstrução das bicas torneiras da Fonte de São Pedro(p. 244) Arrematação da obra de ponte no Rio das Tripas por José Moreira Bicho (p.252)

CÂMARA MUNICIPAL, **LIVRO DE POSTURAS**, Salvador (1853)

Para os Senhores de escravos. Os escravos contratados devem ser prescritos nos livros com nome, idade e submeter à comissão de obras, passar recibos e pessoalmente receber seu dinheiro (p.283)

CÂMARA MUNICIPAL, DOC. AVULSOS, **ATAS**, Salvador (1840-1844) Caixa 1.

1843 – Nomeia a Comissão De Obras. Oficial Pedroso de Albergaria

31/01/1852 – Fabrício Alves de Almeida pede licença para fazer reparos em sua propriedade na Ladeira dos Aflitos

15/03/1852 – Contratação para o nivelamento da baixa do campo de São Pedro pelo Visconde de São Lourenço.

27/01/1857 – Pavimentação da Ladeira da Barra. Encarregado Dr. Rocha

02/10/1860 – João Amado Coitinho Barato pede licença para fazer alinhamento e jardim na Ladeira dos Aflitos

Caixa 2.

02/01/1860 – Desentulhamento e limpeza da Fonte de São Pedro

02/03/1860 – Relação de obras por Ordem da Câmara até 1º de fevereiro (nenhuma na Vitória)

Maio/1860 – Jonh O'Devyer proprietário de uma casa nobre, avarandada, ajardinada, reclama da população da Freguesia de São Pedro que lança imundices no largo denominado quebrança

03/10/1860 – Barão Do rio Vermelho solicita licença para derrubar árvore devido á exigência de alinhamento do gradil.

23/10/1860 – Major Antônio Bastos solicita licença para alinhamento na Ladeira da Barra

08/08/1860 – Dr. João Joaquim solicita licença para direção de alinhamento e assentar grades de ferro e portões na frente de sua propriedade no Campo Grande

Maio/1860 – Theodoro Freire solicita licença para cercar o terreno baldio do baluarte voltado para o Campo Grande

21/01/1862 – Francisco P. de Aguiar solicita licença para murar seu terreno na esquina do Campo Grande com o Garcia.

11/04/1862 – A Câmara autoriza editais por convites para quem queira se encarregar da plantação e conservação de árvores nas praças públicas, apresentando proposta para 15 dias. Ass. Mesquita.

1859 – Francisco Dias Coelho de Mello solicita instalação de cano na Estrada da Victória

1859 – Solicitação de substituição de grades de ferro na entrada da Victória

1861 – Severiano Augusto de Andrade solicita alinhamento do muro de sua casa na Estrada da Victória

1861 – Solicitação de Licença para combater formigas

1861 – Obras a cargo da Câmara: calçamentos, limpeza de fontes, ruas, desobstrução de canos,, boca de lobo

1861 – Adolfo Kheindschimidt solicita licença para assentar um portão de ferro e mudar outro em sua casa na Estrada da Victória

- 1861 – A câmara determina a fiscalização da obra do Governo na Fonte de S. Pedro
 1861 – Manoel Garcez dos Santos solicita licença para assentar grades de ferro na Estrada da Victoria
 1861 – Ordem para trabalho de escravos para o nivelamento do Matatu.
 1862 – Solicitação para desentupimento do cano da Fonte de São Pedro

CÂMARA MUNICIPAL, DOC. AVULSOS, ATAS, Salvador (1832-1887) Caixa 1

- 27/05/1852 – Autorização para conclusão da obra do cano na embocadura da Victória, informações sobre o raio que se deve descrever achando do ângulo da mesma estrada com o Campo Grande para ligar o alinhamento da mesma estrada para o campo. ass. Engº Francisco Pereira de Aguiar
 22/06/1852 – Autoriza melhoramento da Estrada da Barra desde a porteira do Sr.Vieira na entrada do Largo da Vitória-num só declive de 6% , nivelamento das casas por patamares com jardins; rebaixamento do portão; ass. Engº Francisco Pereira de Aguiar.
 17/07/1854 – Parecer relativo à pequenas muralhas, baixa mar, fronteiras ao terreno de Joaquim Jorge Monteiro, no sítio da Barra para facilitar o trânsito público e para resistir às ressacas do mar. Mais econômico jogar uma camada de pedras secas na forma que os ingleses chamam BREAKWATER. Ass. Engº Carlos Weyll.

CÂMARA MUNICIPAL, DOC. AVULSOS, ATAS, Salvador (1832-1887) Caixa 2

- 26/01/1841 – Parecer de Carlos Weyll Engenheiro funcionário da Câmara Municipal
 27/06/1842 – Resposta à solicitação para elaboração de um Mapa topográfico da cidade que foi solicitado pela Câmara. Ass. Eng.Carlos Weyll, que estava comprometido com as obras: Ferraro, Desterro, Valla, Corais, S.pedro Velho, Barbalho, Ponte Camurugipe.
 1886 – Licença para cortar 2 gameleiras que foram plantadas no Largo de Santo Antônio
 05/07/1872 – Embargo das obras da Empresa Transportes urbanos na Rua do Forte de São Pedro

CÂMARA MUNICIPAL, DOC. AVULSOS, ATAS, Salvador (1833-1888) Caixa 3.

- 21/09/1849 – Eduardo Jorge Parker procurador de João Henrique Lambert solicita anexar um terreno vizinho à sua casa na Ladeira que vai da Graça para a Barra
 29/05/1857 – Comissão de Fiscalização obras e alinhamento das Freguesias de São Pedro e da Victória

CÂMARA MUNICIPAL, DOC. AVULSOS, ATAS, Salvador (1833-1888) Caixa 4

- 22/02/1851 – Eduardo Jorge Parker informa que para demolir e reedificar o muro do Sr.Luiz da França Gercent o preço é R\$341//040 e que trata-se de uma obra pública e não particular
 13/03/1851 – Eng.Carlos Weyll – Eng. Obras da Câmara Municipal (gravatá)
 1853 – Eng.Carlos Weyll- apresenta orçamento para a obra Estrada Formosa Itapajipe
 1853 – Eng.Carlos Weyll – orçamento para revestir taludes com salão de massaranduba, entulho dos buracos, aterro de 2m, plantar os mesmos capins

que nasce nas mangas, cobrir com barro a superfície da estrada , concerto do cano longo.

17/08/1854 – João Antônio Ferrez de Araujo propõe o orçamento de 120 mil reis para conservar as duas ladeiras em que principia o Largo da Victória e termina na Praça da Barra.

CÂMARA MUNICIPAL, DOC. AVULSOS, ATAS, Salvador (1829-1889), Caixa 5

29/03/1848 – Alinhamento do terreno do Exmo Visconde do Rio Vermelho junto a casa da prisão um projeto de Eng.Carlos Weyll

13/06/1853 – Eng.Carlos Weyll apresenta orçamento para cano na rua São Bento e Castanheda

18/04/1855 – Francisco Pereira de Aguisr. foi contratado como Engenheiro da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL, **LIVRO DE TERMOS DE A LINHAMENTO E VISTORIAS**, Salvador (1845-1855)

22/06/1848 – Termo de vistoria e alinhamento a Cornélius Adolph Klichmidt na Estrada da Victória

20/06/1849 – Termo de vistoria e alinhamento a D.Luiza Feliciano Benn no terreno que possui na Estrada da Victória. Eng.Carlos Weyll .Eng. encarregado dos alinhamentos do município

03/09/1850 – Termo de vistoria e alinhamento ao Reverendo Eduard Jorge Parker para o Cemitério dos Ingleses na Estrada da Barra.

02/11/1850 – Termo de vistoria e alinhamento ao Reverendo Eduard Jorge Parker para a parte setentrional do Cemitério dos Ingleses na Estrada da Barra.

18/08/1851 – Termo de vistoria e alinhamento a Querino Antônio no Largo da Victória

30/08/1851 – Termo de vistoria e alinhamento a Eduardo Gantois na roça da Estrada da Victória

18/11/1851 – Termo de vistoria e alinhamento a G.A.Bloem na rua do Canella logo na entrada do Campo de São Pedro

19/11/1851 – Termo de vistoria e alinhamento a Joaquim Pereira Marinho na entrada da Victória

? / 1852 – Termo de vistoria e alinhamento ao Reverendo Eduard Jorge Parker para a Capela dos Ingleses no Campo Grande

25/10/1854 – Termo de vistoria e alinhamento a Antônio Pedroso de Albuquerque na Ladeira da Barra